



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Kleber Oliveira dos Santos

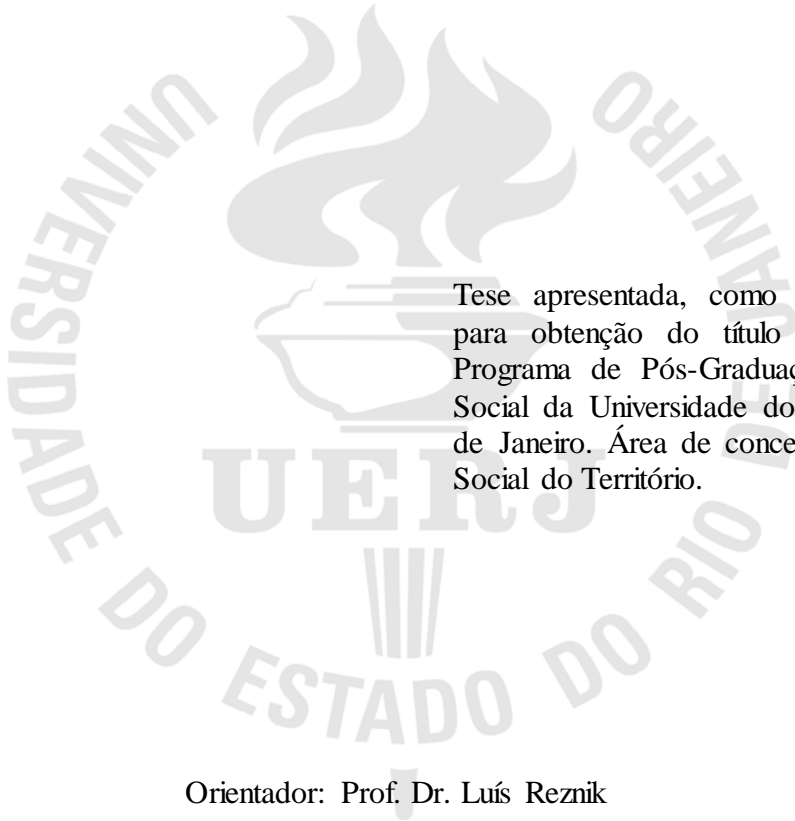
**A Revolta Comunista de 1935 - A construção de representações
sociais a partir da análise fotográfica**

São Gonçalo

2022

Kleber Oliveira dos Santos

**A Revolta Comunista de 1935 - A construção de representações sociais a partir da
análise fotográfica**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S237 Santos, Kleber Oliveira dos.
Revolta Comunista de 1935 - A construção de representações sociais
a partir da análise fotográfica / Kleber Oliveira dos Santos. – 2022.
210 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Comunismo – Brasil - História – Teses. 2. Fotografia – Teses.
3. Interpretação de imagens – Teses. I. Reznik, Luis. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 981"1935"

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,
desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kleber Oliveira dos Santos

**A Revolta Comunista de 1935 - A construção de representações sociais a partir da
análise fotográfica**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 14 de dezembro de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Karla Estelita Godoy

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Heloisa Selma Fernandes Capel

Universidade Federal de Goiás

Prof.^o Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Universidade Federal de Minas Gerais

São Gonçalo

2022

DEDICATÓRIA

Dedico essa tese a Raquel e Pedro por tudo o que representam na minha vida, por serem meu norte, minha inspiração e meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de um trabalho acadêmico é um exercício de compreender e revisitar um percurso, nem sempre linear, de formação acadêmica e pessoal, que no meu caso iniciou-se no já distante ano de 1996 quando ingressei na FFP para realizar a minha graduação em História.

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus por ter concedido a minha vida e a possibilidade de realizar esse curso de doutorado num momento de grandes desafios e perdas acarretadas pela pandemia da Covid 19.

Agradeço ao meu orientador de longa data, Professor Luis Reznik, por toda a sua paciência, conselhos, indicações e pelo olhar crítico e atento a minha produção sem o qual esse trabalho não seria realizado.

Agradeço aos meus amigos Jorge Custódio, Stephnaie Boechat e Fábio Aquino pelo incentivo dado para eu retornasse à academia num momento em que eu mesmo duvidava que isso fosse possível, a Vanessa Mendonça por toda contribuição e generosidade em compartilhar conteúdos e ideias que foram muito importantes para o desenvolvimento da minha pesquisa, a Ignez Capovilla pelas reflexões e indicações de leitura e aos integrantes do grupo de pesquisa *L'image* pelos diálogos e discussões acadêmicas.

Agradeço aos Professores Rodrigo Motta e Mariana Muaze que fizeram parte da minha banca de qualificação, pela forma gentil e acolhedora com que me trataram naquele momento tão importante, e pelas indicações, conselhos e críticas que ajudaram na definição dos rumos desta tese.

Agradeço aos pesquisadores Ana Mauad, Karla Godoy, Felipe Berocan, Annateresa Fabris por gentilmente terem me dado indicações de leituras, compartilhado textos e sugestões, e à Leonor de Sá pela concessão do acesso a sua tese de doutorado.

Agradeços aos meus colegas de curso pelos bons momentos que passamos juntos e pelas trocas de ideias no intervalo do café, que infelizmente foram interrompidas de forma abrupta pelo isolamento social durante a pandemia.

Agradeço aos membros da equipe da secretaria da pós-graduação por todo o suporte dado ao longo da realização do curso e pela gentileza e eficiência no atendimento.

Agradeço por fim aos meus familiares, pelo apoio, amor sincero e por compreenderem a minha ausência nos momentos em que precisei me dedicar à solidão dos estudos e da escrita.

Obrigado a todos vocês por tudo e por tanto.

Brasil, terra do lenho cor de púrpura
Que logo coloriu nossas bandeiras
Teu nome é só por si vermelha fâmula Vermelhas são as almas brasileiras!

Trecho do “Hino do brasileiro pobre” escrito por *Agildo Barata*

Eu sou um anticomunista que se declara anticomunista. Geralmente, o anticomunista diz que não é. Mas eu sou e confesso. E por quê? Porque a experiência comunista inventou a antipessoa, o anti-homem. Conhecíamos o canalha, o mentiroso. Mas, todos os pulhas de todos os tempos e de todos os idiomas, ainda assim, homens. O comunismo, porém, inventou alguém que não é homem. Para o comunista, o que nós chamamos de dignidade é um preconceito burguês. Para o comunista, o pequeno burguês é um idiota absoluto justamente porque tem escrúpulos.

Nelson Rodrigues

RESUMO

SANTOS, Kleber Oliveira dos. *A Revolta Comunista de 1935 - A construção de representações sociais a partir da análise fotográfica*. 2022. 210 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2022.

A proposta dessa tese é realizar uma análise das fotografias anexadas nos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) acerca da Revolta Comunista de 1935 e da perseguição aos militantes comunistas que se seguiu a este evento histórico para, a partir dela, identificar a construção de representações sociais sobre a insurreição de 1935 e o comunismo. Como recorte cronológico, utilizaremos como referências temporais a década de 1930 até 1945, quando houve o encerramento das atividades do TSN, cuja atuação institucional esteve diretamente ligada à busca pela sustentação do Governo de Getúlio Vargas no campo jurídico. Em termos de relevância acadêmica, esta tese apresenta uma proposta inovadora de análise de uma fonte pouco explorada nas pesquisas sobre as insurreições de novembro de 1935, algo que possibilita a ampliação do olhar sobre este tema, além de gerar uma perspectiva interdisciplinar de abordagem. Utilizamos como ferramentas metodológicas para o desenvolvimento das análises das fotografias, a Cultura visual em seu conceito de visualidade e a semiótica peirciana em sua compreensão da fotografia como índice. Acerca dos resultados obtidos no desenvolvimento da tese, pudemos constatar que foi realizado um processo de construção de um discurso que estigmatizou a Revolta comunista de 1935 e os militantes comunistas, que se consubstanciou nos processos do TSN a partir da escolha de fotografias que enfatizaram aspectos negativos, que eram socialmente atribuídos ao Comunismo. Neste contexto o TSN atuou de forma conjugada com outros setores da administração pública e da sociedade civil na produção e divulgação de representações sobre o levante comunista e o comunismo, sendo amparado no aspecto discursivo e político pelo anticomunismo que grassava em diferentes setores da nossa sociedade.

Palavras-chave: Revolta Comunista. Fotografia. Análise de imagens.

ABSTRACT

SANTOS, Kleber Oliveira dos. *The Communist Revolt of 1935 - The construction of social representations from photographic analysis*. 2022. 210 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2022.

The purpose of this thesis is to analyze the photographs attached to the files of the National Security Court (TSN) about the 1935 Communist Revolt and the persecution of communist militants that followed this historical event in order to identify the construction of social representations about the 1935 insurrection and communism. As a chronological cut, we will use as temporal references the 1930s until 1945, when the activities of the TSN were terminated, whose institutional activities were directly linked to the search for the support of the Getúlio Vargas Government in the legal field. In terms of academic relevance, this thesis presents an innovative proposal for the analysis of a source little explored in the research on the November 1935 insurrections, something that allows the broadening of the view on this theme, besides generating an interdisciplinary perspective of approach. We used as methodological tools for the development of the analysis of the photographs, the Visual Culture in its concept of visibility and the Peircian semiotics in its understanding of photography as an index. About the results obtained in the development of the thesis, we could see that a process of construction of a discourse that stigmatized the 1935 Communist Revolt and the Communist militants was carried out. In this context, the TSN acted in conjunction with other sectors of public administration and civil society in the production and dissemination of representations about the communist uprising and communism, being supported in the discursive and political aspect by the anti-communism that raged in different sectors of our society.

Keywords: Communist Revolt. Photography. Image analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Monumento às vítimas da Revolta Comunista de 1935	66
Figura 2 –	Câmara escura	90
Figura 3 –	Câmara lúcida	90
Figura 4 –	Expressão das paixões da alma	97
Figura 5 –	Sistema fisiognômico de Charels Le Brum	97
Figura 6 –	Sistema fisiognômico de Charels Le Brum	98
Figura 7 –	Retrato compósito de Galton	100
Figura 8 –	Pinturas infamantes	101
Figura 9 –	Medições antropométricas	105
Figura 10 –	Vista do atelier de fotografia judiciária	107
Figura 11 –	Pranchas de identificação fotográfica	108
Figura 12 –	Fotografia de identificação criminal	120
Figura 13 –	Fotografia apreendida	121
Figura 14 –	Fotografia retratando o interior do 3º Regimento de Infantaria	123
Figura 15 –	Fotografia apresentando a reconstituição de uma tentativa de justiçamento	123
Figura 16 –	Fotografia extraída com objetos apreendidos	125
Figura 17 –	Fotografia apresentando material de propaganda apreendido	125
Figura 18 –	Foto de Elvira Calonio	127
Figura 19 –	Exumação do corpo de Elvira	128
Figura 20 –	Detalhe da capa do Jornal Correio da Manhã com a prisão de Luís Carlos Prestes	129
Figura 21 –	Fotografia de identificação criminal de Luís Carlos Prestes	130

Figura 22 – Galeria dos Condenados	132
Figura 23 – Foto de identificação da Polícia de Birmingham	132
Figura 24 – Fotografia de dispositivo explosivo	135
Figura 25 – Pão apreendido dentro de presídio	135
Figura 26 – Fotografia da Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro	140
Figura 27 – Rendição dos insurretos no 3º RI em comparação com a Revolta do Forte de Copacabana	141
Figura 28 – Reunião de representantes estaduais do PCB	143
Figura 29 – Foto produzida pelo PCB para campanha de anistia de Luís Carlos Prestes	144
Figura 30 – Pichação na Avenida Iguazu	145
Figura 31 – Fotografia de Cassiano Fernandes	146
Figura 32 – Fotografia de identificação de Maria Beruta Varuaite	146
Figura 33 – Fotografia de Carlos Maringuela	149
Figura 34 – Fotografia de Rosa Saas	149
Figura 35 – Retrato de identificação de Zora Seljan	150
Figura 36 – Material de propaganda	151
Figura 37 – Muro com pichação de protesto político	152
Figura 38 – Quarto do acusado	153
Figura 39 – Foto de identificação judiciária	160
Figura 40 – Instrumentos para fotografia de prisioneiros	161
Figura 41 – Fotografia de identificação judiciária	162
Figura 42 – Retrato de identificação criminal	163
Figura 43 – Fotografia de identificação judiciária de Silo Furtado Soares de Meireles	164
Figura 44 – Retrato de identificação criminal	165

Figura 45 –	Fotografia de família	166
Figura 46 –	Militante Miguel Lima	167
Figura 47 –	Militante Luiz Manuel dos Santos	167
Figura 48 –	Fotografia do militante Augusto Pinto apreendida na residência de Carlos Maringuela	168
Figura 49 –	Membros da célula comunista da cidade de Presidente Alves	170
Figura 50 –	Membros comitê revolucionário de Natal	170
Figura 51 –	Fotografia de pichação política em São Paulo	172
Figura 52 –	Fotografia de pichação política no Ceará	172
Figura 53 –	Reconstituição de assassinato	174
Figura 54 –	Reconstituição de assassinato	175
Figura 55 –	Fotografia de diligência policial	175
Figura 56 –	Fotografia da sede Jornal “ A Ordem”	176
Figura 57 –	Foto da sede da Companhia de seguros Sul América	176
Figura 58 –	Vistoria em agência bancária	177
Figura 59 –	Quartel da Polícia Militar de Natal	179
Figura 60 –	Detalhe da fachada do quartel da Polícia Militar do RN	179
Figura 61 –	Fotografia da fachada do 3º RI do Rio de Janeiro	180
Figura 62 –	Local de apreensão de material de propaganda comunista	182
Figura 63 –	Bandeira do Brasil alterada	183
Figura 64 –	Caricatura de Olga Benário Prestes	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Processos sob a guarda do Arquivo Nacional – RJ	117
Tabela 2 – Processos sob a guarda do STM-DF	117
Tabela 3 – Relação de fotografias por temas	117

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	COMPOSIÇÃO E ENQUADRAMENTO: O CENÁRIO DA REVOLTA COMUNISTA DE 1935	24
1.1	As novas diretrizes do Comunismo internacional	25
1.2	Mutações internas do Brasil	28
1.3	As revoltas de novembro de 1935: Natal, Recife e Rio de Janeiro	40
1.3.1	<u>A Revolta em Natal</u>	40
1.3.2	<u>A Revolta em Recife</u>	49
1.3.3	<u>A Revolta no Rio de Janeiro</u>	51
2	A CONSTRUÇÃO DO OLHAR: ANTICOMUNISMO E REPRESSÃO ..	57
2.1	O Anticomunismo como bandeira: a construção do perigo vermelho	58
2.2	A repressão ao Comunismo após os levantes de 1935: a lógica do silenciamento	67
2.2.1	<u>A atuação da Polícia</u>	67
2.2.2	<u>Ações repressivas</u>	72
2.3	O Tribunal de Segurança Nacional: atuação e mutações	78
3	IDENTIFICAÇÃO E ARQUÉTIPOS	88
3.1	A imagem índice da realidade	89
3.2	A criação do método de identificação fotográfico: Ciência, estereótipos e estigmas	93
3.2.1	<u>Percursos do retrato de identificação criminal e o Bertillonagem</u>	101
3.2.2	<u>Permanências</u>	110
3.3	Categorias fotográficas	115
3.3.1	<u>Fotografias de identificação de pessoas</u>	118

3.3.2	<u>Fotografias de identificação de lugares</u>	121
3.3.3	<u>Fotografias de objetos</u>	124
4	A FOTOGRAFIAS NOS PROCESSOS DO TSN: ORIGENS E USOS	127
4.1	A polícia	131
4.2	A imprensa	136
4.3	O PCB	142
4.4	A presença das fotografias nos processos do TSN	144
5	PRISIONEIRO DO ÍNDICE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DO TSN	156
5.1	Representações fotográficas	156
5.2	Pessoas	158
5.3	Lugares	171
5.4	Objetos	181
5.5	Circulação das imagens	185
	CONCLUSÃO	188
	REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

No presente ano a Defensoria pública do Rio de Janeiro produziu um relatório intitulado “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro”¹ na qual apontava alguns dados levantados, a partir de casos julgados em tribunais neste Estado, nos quais o principal elemento probatório para fundamentação da acusação era o reconhecimento realizado pela vítima ou testemunha, através de retratos apresentados nas delegacias ou perante o júri, oriundos de publicações em redes sociais ou de outras fontes não especificadas.

A preocupação da Defensoria recaía sobre os sucessivos casos de prisões ou condenações indevidas causadas por diversos problemas tais como a fragilidade das provas apresentadas, indução a um falso reconhecimento, lapso temporal entre a ocorrência dos fatos investigados e a realização do reconhecimento na delegacia ou em juízo, dentre outros fatores. Em relação ao perfil dos indiciados, segundo os dados coletados, 95,9% eram do gênero masculino e 63,74% de pessoas de cor negra.

Chamamos inicialmente a atenção para este levantamento da Defensoria pública, para, a partir dele, iniciarmos a apresentação do tema desta tese, que busca analisar as fotografias anexadas nos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) relacionadas à Revolta Comunista de 1935.

Esta aplicação instrumental do retrato para fins judiciários nos processos mencionados possui uma ligação intrínseca com a manutenção de um discurso de realismo, objetividade e verossimilhança da fotografia, que se constituiu na principal base técnica e simbólica que fundamentou a criação do retrato criminal na Europa no século XIX.

Através das fotografias do TSN buscaremos analisar a construção de representações acerca da Revolta Comunista de 1935 e sobre o comunismo, que teve como contexto discursivo, cultural e ideológico, o anticomunismo vigente em diferentes setores da sociedade brasileira dos anos 1930.

Esta insurreição, pejorativamente designada de Intentona comunista, constituiu-se num movimento armado, cujo planejamento original envolvia a sua realização de forma simultânea no começo de 1936, conjugando forças militares e elementos civis, com o objetivo de derrubar o Governo de Getúlio Vargas e implantar um governo popular liderado pelo antigo

¹ Relatório “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/relat%C3%B3rio_sobre_reconhecimento_fotogr%C3%A1fico_nos_processos_criminais_05.05.22.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

expoente do tenentismo e então ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), Luís Carlos Prestes.

O levante comunista que em sua forma de execução se assemelhou às insurreições tenentistas dos anos 1920 foi tratado com especial rigor pelo Governo Vargas e foi apresentado à população, por diferentes canais de comunicação, como a materialização dos temores recorrentemente alardeados acerca de uma possível conspiração comunista que estaria sendo gestada em nosso país.

Ao longo do tempo, diferentes pesquisadores buscaram identificar as causas desse evento histórico e suas consequências em nossa sociedade, sobretudo no campo da política. As análises produzidas privilegiaram, inicialmente, a participação dos assessores estrangeiros enviados pela Internacional Comunista (IC) além do apoio financeiro concedido pela mesma instituição destinado ao custeio de parte dos preparativos para a insurreição, o que ajudou a caracterizar o levante como parte de um plano de expansão do comunismo, formulado e decidido em âmbito internacional, cabendo aos comunistas brasileiros e seus aliados, um papel de execução mecânica dessa decisão.

As pesquisas posteriores passaram a apontar a influência dos condicionantes nacionais, da dinâmica política e social de enfrentamentos entre diferentes grupos e projetos, que seria exacerbada, dentre outros motivos, pela criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelos constantes confrontos dos participantes dessa agremiação com os integralistas; no processo de decisão sobre a realização do levante, num momento de rearranjo das forças políticas em nosso país no contexto do chamado Governo Constitucional instaurado no ano de 1934.

Por essa vertente analítica os comunistas brasileiros tiveram um papel importante no processo decisório sobre a realização da insurreição, que malgrado as condições precárias quanto ao seu planejamento e execução era considerada pela cúpula do PCB como uma oportunidade real de uma ruptura com o regime vigente e de implantação de um novo projeto político, econômico e social.

As causas do fracasso da insurreição comunista já foram amplamente apontadas em diferentes pesquisas e serão apresentadas no capítulo correspondente à descrição e análise sobre os eventos de novembro. Neste sentido, o que essa tese se propõe é avançar nas discussões sobre o tema a partir da escolha de um objeto, que foi pouco utilizado na produção historiográfica nacional e dos chamados brasilianistas, que são as fotografias anexadas aos processos do TSN.

Estas fotografias apareceram no material produzido sobre a Revolta comunista de 1935 de forma muitas vezes ilustrativa, sem que fossem alvos de uma análise sistemática em seus conteúdos técnicos relacionados à sua produção, nem em relação ao seu conteúdo simbólico, no qual camadas de significados relacionados a aspectos da sociedade vigente se fizeram presentes no momento tanto de sua elaboração, quanto de sua avaliação pelos responsáveis pelos julgamentos dos processos do TSN.

A análise visual das fotografias que pretendemos desenvolver nessa tese está conectada a um esforço de transformação metodológica, realizado por diferentes pesquisadores em seus respectivos campos do conhecimento, que ao longo de décadas vem modificando o entendimento sobre a imagem, contestando o seu uso ilustrativo.

No Brasil, desde os estudos percussores de pesquisadores como Bóris Kossoy, Ana Maria Mauad, Anateressa Fabris, Milton Guran dentre outros, a imagem tem sido problematizada e discutida à luz de diferentes ferramentas metodológicas, buscando a análise crítica dos conteúdos a elas associados.

Um das questões centrais nos debates produzidos acerca do tema é o papel da fotografia como representação da realidade. Dentro dessa perspectiva para Philippe Dubois foram estabelecidas três hipóteses distintas que encaravam a fotografia como um espelho do real, numa ideia de mimese e realismo fotográfico; como uma transformação da real, enfatizando as diferentes formas de codificação por que passa a fotografia, desconstruindo assim sua objetividade realística, e por fim com um traço do real, no qual se retorna à importância do referente na mensagem fotográfica, não em seu valor absoluto, mas em seu caráter indiciário².

Entendemos que a terceira aceção seja a mais adequada aos objetivos desta tese, pois ela permite articular aspectos relacionados ao referente fotográfico, com a apreensão de que este representa um traço ou indício do que foi registrado pela câmera.

Outra questão emergente referia-se ao conteúdo da mensagem fotográfica. O semiólogo francês Roland Barthes fez uma decomposição desta em duas partes: mensagem denotativa, que seria o aspecto visível da fotografia no qual se estabelece uma relação de analogia com a realidade e mensagem conotativa em que se privilegiam os conteúdos relacionados aos elementos culturais, sociais e ideológicos que influenciam na construção e recepção da mensagem que é transmitida a partir da fotografia³.

² DUBOIS, Philippe D. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

³ BARTHES, Roland. *Lo obvio y lo obtuso. Imágenes, gestos, voces*. Barcelona: Editora Paidós, 1986. p. 13-14.

A História tardiamente entrou nesse debate. Esse atraso seria motivado por um preconceito quanto à adoção da fotografia como fonte de pesquisa, numa ciência que desde seus primórdios se caracterizou pela interpretação de documentos escritos. Para alguns historiadores, a mensagem oriunda da fotografia era por demais direta, tornando-se, de certa forma, desnecessária a realização de um esforço analítico a partir delas.

Com o advento da chamada Escola dos Annales, houve uma preocupação pelo resgate e utilização de fontes variadas na construção da pesquisa historiográfica, rompendo com o discurso da Escola metódica que privilegiava a análise dos documentos escritos como sendo o principal (quando não o único) modo de produção de conhecimento historiográfico. A utilização das imagens como fontes primárias permitiu uma ampliação do conhecimento sobre o passado, possibilitando ainda uma maior articulação com outros campos do conhecimento como a História da Arte, Comunicação social e Antropologia, por exemplo, através da utilização de conceitos e abordagens metodológicas compartilhadas com essas disciplinas, gerando assim a perspectiva de realização de estudos interdisciplinares.

Nesta tese utilizaremos como metodologia de análise a Cultura visual, sobretudo em seu conceito de visualidade, conjugada com a semiótica peirceana por sua perspectiva de compreensão da fotografia como um índice, dentro da categorização dos signos proposta por Charles Sander Peirce. Ainda, conforme o próprio título enunciado para esta tese, utilizaremos o conceito de representação que vem sendo largamente aplicado em diversos estudos nas áreas de humanidades.

Acerca da Cultura visual, ou como alguns autores também denominam Estudos visuais (*visual studies*), as pesquisas relacionadas a este campo do conhecimento desenvolveram-se a partir do final dos anos 1980, em departamentos de ensino e pesquisa sobre a arte e imagem dos EUA.

A proposta desse novo espaço de estudos era problematizar a visão e a cultura no contexto das sociedades contemporâneas, cada vez mais influenciadas e “inundadas” pelas mensagens visuais. Um elemento contextual importante nesse processo de transformação dos estudos sobre a imagem foi a chamada virada visual gestada através dos trabalhos de autores como William John Thomas Mitchell, que propunham uma reflexão crítica e sistemática sobre a imagem e a cultura visual na contemporaneidade, teorizando a imagem à luz de um esforço que conjugou diferentes campos do conhecimento.

Segundo Rogéria de Ipanema, a Cultura visual é tributária de estudos realizados a partir da década de 1950 por pesquisadores que atuavam em universidades inglesas, dentre os quais se destacaram Richard Hogart, Raymond Williams e Stuart Hall, os quais refletiam

sobre o conceito de cultura que era compreendida a partir de categorias como experiência, vivência e sentidos ⁴.

No âmbito desses estudos primordiais deve ser destacado como momento importante para a disseminação dessas discussões, a criação em 1964 do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, vinculado ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, e a incorporação na década de 1970 dos estudos culturais a departamentos de ensino e pesquisa de outras universidades britânicas.

Dentro de suas concepções teóricas essas pesquisas pretendiam realizar uma “compreensão onde, cultura e o campo social estavam juntos e não podiam ser percebidos separados e sim, em suas formas, práticas, representações, ou seja, nas relações entre cultura e sociedade”⁵.

A Cultura visual identifica a necessidade de uma contextualização da imagem, entendendo que ela não possui um sentido em si própria, e que este é produzido através da interação social onde, dentre outros aspectos, devem ser pesquisadas as intenções do seu autor.

Dentre outros objetivos, a Cultura visual:

“investiga como se interligam cultura e experiências visuais, ou seja, o modo como nossa dimensão cultural influencia como vivenciamos nossas experiências visuais e como promove formas de relações sociais que organizam nossas experiências visuais; em contrapartida, temos também o papel das experiências visuais, seu espaço na organização de estruturas de sociabilidade que efetivam práticas de produção de significado e modos de subjetivação.”⁶

De acordo com Paulo Knauss, existem duas tendências relacionadas ao recorte espacial e ao objeto de estudo que permeiam as pesquisas sobre a Cultura visual, uma voltada para a análise das imagens contemporâneas com recorte espacial nas sociedades ocidentais, e outra com uma proposta mais abrangente, que se propõe a estudar a imagem através da História em diferentes tipos de sociedades⁷.

⁴ IPANEMA, Rogéria de. Artes e imagens nos estudos visuais: quando o problema faz o campo. *Anais do XXXIX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: inquietações e estratégias da História da Arte* (29 out.-02 nov. 2019), Pelotas-RS, UPEL/CBHA. p. 274.

⁵ Idem. p. 274.

⁶ SÉRVIO, Pablo Petit Passos. O que estudamos estudos de cultura visual? *Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais*. Santa Maria, v.7, n.2, maio/ago 2014.p. 213.

⁷ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *Artcultura – Revista do Instituto de História da UFU, Uberlândia*, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006. p. 110.

Uma das principais contribuições dos debates sobre a Cultura visual é a aplicação do conceito de visualidade, que é concebido como a dimensão cultural, histórica e contextual do olhar, em contraposição a visão, considerada como a dimensão fisiológica do olhar.

A visualidade refere-se ao registro visual no qual a imagem e o significado visual operam de modo interativo para construir uma mensagem e um sentido. Uma dos aspectos centrais nesse processo de construção é o questionamento da visão como um dado natural, assim como a negação de uma pretensa universalidade da experiência visual.

Os adeptos da Cultura visual advogavam a especificidade cultural e social dessa experiência profundamente marcada por relações de poder, buscando estabelecer um diálogo interdisciplinar com teorias das ciências humanas e sociais, para colocar em questão a produção e circulação de sentidos em contextos sociais específicos⁸.

É ao conceito de visualidade que a Cultura visual se dedica⁹. De acordo com Margarida Medeiros e Teresa Castro, “os objetos de predileção dos *visual studies* são assim todas as imagens oriundas dos meios de comunicação de massa contemporâneos – os novos mídia, a televisão e o vídeo, o cinema e a fotografia, a publicidade e a banda desenhada -, sendo a linha teórica comum a estes trabalhos a sua insistência sobre o “visual” e a “visualidade”¹⁰.

O espaço de estudos ocupado pela Cultura visual alargou-se consideravelmente ao longo do tempo, abarcando pesquisas que envolvem a discussão sobre as imagens articulando diferentes campos do conhecimento como a medicina, literatura, história, dentre outras¹¹, que se propõem a pensar como as imagens são produzidas, circulam e são consumidas¹².

Concernente ao conceito de representação, inicialmente gostaríamos de afirmar que a História pode ser entendida, dentre outras conceituações, como uma forma de representar o passado, uma busca pela reconstrução de eventos que sem a sua atuação se perderiam no tempo.

O conceito de representação pode ser entendido como um sistema de interpretação

⁸ Idem. p. 108.

⁹ SÉRVIO, op. cit. 198.

¹⁰ MEDEIROS, Margarida & CASTRO, Teresa. O Que é a Cultura Visual? Revista Comunicação e Linguagem. Lisboa, n.47, 2017. p. 2.

¹¹ MEDEIROS & CASTRO, op.cit., p. 5.

¹² PEGORARO, Éverly. Estudos Visuais: principais autores e questionamentos de um campo emergente. Domínios da imagem, Londrina, ano IV, n. 8, maio 2011. p. 45.

da realidade, que orienta condutas e comportamentos¹³. Neste contexto, o homem é produto de um determinado meio social, mas igualmente é um agente criador e transformador deste.

Relativo às fotografias, conforme sinaliza Stuart Hall, elas podem ser consideradas como “um sistema representacional, que utiliza imagens sobre um papel fotossensível para transmitir um sentido fotográfico a respeito de determinado indivíduo, acontecimento ou cena”¹⁴.

Na concepção de Stuart Hall, a representação pode ser definida como “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados[..]”, dentro desta perspectiva, “[...] representar envolve o uso da linguagem, dos signos e imagens que significam ou representam o uso dos objetos”¹⁵.

Na busca pelo entendimento sobre a forma como se constroem as representações, devemos estar atentos ao fato de que a produção dos sentidos é relacional, ou seja, ela deve estar integrada com o campo de referências e relacionamentos que marcam as interações sociais. Podemos enfim afirmar que a representação opera numa perspectiva de constante interação entre o indivíduo e o meio social.

O conceito de representações sociais possui uma conexão com a análise semiótica, que pode ser definida como a ciência que estuda os signos e tem como objetivo buscar a interpretação de aspectos inseridos em diversas formas de comunicação visual, auditiva ou mesmo gestos e emoções.

A teoria semiótica nos permite penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são produzidas, nos procedimentos e recursos nela utilizados¹⁶. Dentro da perspectiva semiótica, signos são elementos portadores de significados.

Na abordagem semiótica, as imagens necessitam de uma análise para que a partir delas sejam buscados os seus conteúdos explícitos e implícitos. De acordo com Stuart Hall “imagens e signos visuais, mesmo quando carregam uma semelhança próxima às coisas a que fazem referências, continuam sendo signos: eles carregam sentido e, então, têm que ser

¹³ GUARESHI, Pedrinho & JOCELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995.p. 24.

¹⁴ HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, Ed. PUC- RIOApicuri, 2016.p. 24.

¹⁵ Idem. p. 31.

¹⁶ SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Câmara Brasileira dos livros, 2005.p. 5.

interpretados”¹⁷.

A semiótica possui duas grandes vertentes metodológicas: a proposta linguística desenvolvida por Ferdinand Saussure e a abordagem lógica estabelecida a partir dos estudos de Charles Sander Peirce.

As duas concepções baseiam-se na análise dos signos, contudo a semiótica saussuriana dá pouca ênfase aos contextos exteriores ao mundo linguístico, pois sua perspectiva de construção dos sentidos tem como foco o processo comunicativo desenvolvido através da linguagem.

Por outro lado, a semiótica peirciana possui uma abordagem que valoriza os aspectos culturais que atuam além da linguagem, relacionados à semiose¹⁸, produzindo uma análise mais ampla que permite uma melhor compreensão dos signos não verbais, a qual acreditamos será mais adequada aos objetivos que buscamos alcançar.

A teoria semiótica peirciana fundamenta-se na compreensão dos signos através de sua divisão em categorias. Dentre estas a que é considerada central em suas perspectivas de compreensão de comunicação dos sentidos, é a classificação triádica dos signos por sua relação com o seu objeto dinâmico, em ícone (caracterizado por sua semelhança com o objeto quer seja ele real ou inexistente), índice (signo que se relaciona com o objeto por contiguidade e associação, possuindo uma relação factual com o mesmo) e símbolo (caracterizado por uma relação de convencionalidade e abstração acerca do objeto representado).

Dentro da tipologia acima indicada acreditamos que a qualificação do signo em índice, que era imputada à fotografia por Charles Sander Peirce, seja adequada para o entendimento da construção e manutenção de uma ideia de verossimilhança e realismo na fotografia, que será necessária para a compreensão do processo histórico de elaboração do retrato judiciário, que será abordado no capítulo três desta tese.

Em relação aos conteúdos desenvolvidos, esta tese está dividida em cinco capítulos dos quais faremos uma breve apresentação acerca dos temas abordados.

O capítulo um tem como foco central a reconstrução do contexto histórico no qual se realizou o movimento insurrecional de 1935 e dos principais eventos relativos a este, ocorridos no Rio Grande do Norte, Recife e Rio de Janeiro. Neste capítulo abordamos algumas das principais mutações pelas quais passou a sociedade brasileira desde a década de

¹⁷ HALL, op. cit., p.39.

¹⁸ Peirce relaciona a produção dos signos ao fenômeno da semiose na qual cooperam três sujeitos, um signo, o objeto e seu interpretante. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e História. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 1(1), 2010, 9-18. & PEIRCE, Charles Sander. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

1920, enfatizando a formação do PCB e as alterações nas diretrizes do comunismo internacional que tiveram repercussão nas ações dos militantes comunistas brasileiros e influenciaram no processo decisório acerca da realização do levante.

Além do PCB faremos igualmente uma abordagem sobre os movimentos operário e tenentista e analisaremos o cenário de confrontação política no período anterior a eclosão dos levantes, marcado pelo acirramento da polarização política e cerceamento das liberdades políticas consubstanciada na decretação de Lei de Segurança Nacional (LSN), em abril de 1935, justificada pelo governo pela necessidade de ampliação das medidas restritivas e aumento do poder de atuação das forças repressivas no momento em que se tornava mais visível o crescimento da ANL enquanto força política, que congregava grupos progressistas de orientação antifascista.

No capítulo dois será abordada a repressão ao movimento de novembro de 1935, indicando as principais medidas adotadas pelo Governo Vargas e suas repercussões sociais e políticas, tendo como ponto de confluência a criação do TSN em 1936. Em relação ao TSN analisaremos os fatores que justificaram a sua criação, além das mutações pelas quais àquele tribunal passou ao longo do tempo até o encerramento de suas atividades em 1945 no ocaso do Estado Novo.

Neste capítulo ainda será discutido a construção e divulgação do anticomunismo no Brasil. Acreditamos que este tópico será fundamental para o que leitor desta tese tenha as informações necessárias para compreender como o anticomunismo se constituiu num elemento político, cultural e discursivo que justificou diversas ações adotadas pelas forças públicas de repressão tanto em relação aos comunistas quanto, aos grupos progressistas da sociedade brasileira. Neste sentido a apresentação das principais matizes do anticomunismo brasileiro será necessária para o entendimento da capilaridade e manutenção deste pensamento em nossa sociedade.

O capítulo três terá como enfoque a historicização do desenvolvimento do retrato de identificação criminal, apresentando ao leitor o contexto histórico no qual este se deu e os fundamentos científicos, ideológicos e técnicos que o embasaram, assinalando a continuidade de determinados aspectos técnicos e simbólicos relacionados ao modelo desenvolvido por Alphonse Bertillon bem como a implantação desta forma de identificação judiciária no Brasil. Neste capítulo apresentaremos ainda ao leitor as categorias fotográficas que formulamos a partir das fotografias anexadas nos processos do TSN, que serão utilizadas para as análises nos capítulos subsequentes, indicando as nossas motivações metodológicas para esta categorização.

O capítulo quatro será voltado para a abordagem sobre as formas de produção e utilização das fotografias nos processos do TSN. No que concerne à produção, enfatizaremos o papel das três principais agências produtoras das fotografias anexadas, a polícia, o PCB e a imprensa, indicando continuidades e rupturas com o padrão do retrato judiciária codificado por Bertillon. Concernente à utilização das fotografias, apresentaremos e analisaremos alguns casos exemplificativos que poderão fornecer ao leitor um quadro geral sobre a forma como os retratos apareciam nos processos e alguns dos seus usos pela parte responsável pela investigação e acusação.

Por fim no capítulo cinco tentaremos responder a questão principal que deu origem a essa pesquisa. Neste capítulo realçaremos o agenciamento e circulação das fotografias do TSN de modo a realizar uma análise ampla sobre os conteúdos destas imagens, que segundo nossa compreensão tem uma profunda correlação com todo um histórico de estigmatização dos réus a partir da produção dos seus retratos, algo que remonta às origens da fotografia judiciária, que relativamente aos eventos de novembro de 1935, foi potencializado pelo anticomunismo em voga em nossa sociedade.

Por fim, gostaríamos de afirmar que a abordagem sobre as temáticas do anticomunismo, estigmatização e cerceamento do pensamento divergente e os riscos da concessão de instrumentos repressivos aos governos sem o desenvolvimento dos devidos freios e contrapesos socialmente debatidos, propostas nesta tese a partir da análise de Revolta Comunista de 1935, torna-se necessária num momento de acirramento da polarização política em nossa sociedade.

Desta forma um olhar diacrônico e crítico sobre a insurreição de 1935 pode nos ajudar a entender o processo de cristalização de um pensamento autoritário e conservador que vem galgando espaços em diferentes setores do nosso país, tais como política e cultura, cujo raio de atuação pode ameaçar o equilíbrio das instituições republicanas e democráticas aqui constituídas.

1 COMPOSIÇÃO E ENQUADRAMENTO: O CENÁRIO DA REVOLTA COMUNISTA DE 1935

Esperança é essencial para qualquer luta política pela mudança radical quando o clima social geral promove desilusão e desespero

bell hooks

A Revolta Comunista de 1935 foi realizada num contexto histórico de intensas movimentações políticas internas e reconfiguração da correlação de forças internacionais a partir do avanço dos regimes nazifascistas europeus.

Suas raízes encontram-se fincadas em um terreno pantanoso no qual alianças pragmáticas eram construídas e desfeitas, num cenário que prenunciava mudanças drásticas na sociedade brasileira, que dois anos após os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro, veria ser finalizado através de um golpe de estado, o Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937) e iniciado o Estado Novo (1937-1945).

A compreensão dos fatores que levaram à realização dos levantes de novembro de 1935 envolve um movimento necessariamente síncrono de olhar para o cenário internacional numa vertente e, na outra, para a conjuntura política brasileira. Neste sentido, antes de iniciarmos uma descrição e análise das ações realizadas pelos insurretos, acreditamos ser necessária a realização de uma contextualização histórica, que aponte os principais condicionantes externos e internos que levaram à Revolta de 1935, enfatizando no que tange o cenário internacional as alterações nas diretrizes da Internacional Comunista para o comunismo e na conjuntura brasileira; as mudanças pelas quais passava a nossa sociedade, cujo um dos principais frutos foi a radicalização política representada dentre outras faces, pelos enfrentamentos entre integralistas contra os membros da ANL e PCB.

1.1 As novas diretrizes do Comunismo internacional

A III Internacional Comunista, doravante mencionada como IC, foi criada por Lênin no inverno de 1918-1919 com a proposta de se tornar o “Partido Mundial da Revolução”¹⁹, sua estrutura e funcionamento interno refletiam fielmente as características do Partido Comunista Russo ao qual esta encontrava-se em grande parte ligada²⁰.

A proposta de estabelecimento de um órgão de coordenação do comunismo internacional teve como embasamento a discussão sobre a possibilidade de manutenção do comunismo em um único país, preocupação que se tornaria mais sensível no momento em que a Rússia comunista passou a sofrer ataques de contrarrevolucionários internos apoiados por potências estrangeiras, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, a manutenção da URSS, criada em 1922, passava pela necessidade da coordenação do apoio externo dos partidos comunistas sediados em outros países, algo que seria realizado pela IC²¹.

A IC deveria a partir de uma análise da situação política e social mundial, formular e planejar estratégias e atribuir a cada país membro suas tarefas dentro daquele contexto²². Em seus primórdios, a IC preocupou-se, sobretudo, em promover e encorajar a revolução na Europa onde o proletariado já apresentaria um grau de amadurecimento político e revolucionário mais acentuado. As demais regiões do mundo eram pouco abordadas nas discussões políticas da instituição, a América Latina somente seria efetivamente “descoberta”²³ no VI Congresso da IC realizado em 1928.

Os países latinoamericanos foram classificados neste congresso com a categoria de “países dependentes”, cuja proposta de luta política envolvia uma revolução agrária antifeudal e antiimperialista²⁴. Este entendimento acabou por privilegiar uma visão etapista da revolução nesta região, pela qual a implantação do comunismo deveria ser precedida pelo

¹⁹ ZAIDAN, Michel. O Grande Tourmant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928 – 1928). In: FILHO, Daniel Arão Reis (Org.). *O Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 91.

²⁰ Ibid. p. 92.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 41.

²² PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 28.

²³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 35.

²⁴ CANALE, Danilo. et. al. *Novembro de 1935: Meio Século depois*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editoras Vozes LTDA, 1985. p. 104.

desenvolvimento do capitalismo e pela superação do latifúndio e imperialismo, sendo por este motivo o movimento de ruptura na América Latina caracterizado como uma revolução democrático-burguesa antiimperialista.

O Brasil era encarado dentro do enquadramento analítico da IC como uma área marcada pela influência do capital anglo-americano. Os acontecimentos na vida política do país eram vistos como um prolongamento direto da concorrência entre estes dois imperialismos sem dar muita importância ao peso da estrutura político-social interna e dos fatores históricos na construção da nossa sociedade.

A IC formulava sua concepção teórica sobre a conjuntura internacional através de uma periodização proposta por seus teóricos e analistas. Por ocasião dos seus VI e VII congressos realizados em 1928 e 1935, que teriam grande influência na concepção da Revolta Comunista de 1935, o movimento operário estaria atravessando o seu terceiro período. O primeiro período iniciou-se após 1ª Guerra Mundial em 1918 e teria se estendido até 1921 sendo caracterizado por uma crise aguda no capital, englobando situações potencialmente revolucionárias como a Revolta Spartakista realizada na Alemanha em 1919; o segundo período seria compreendido entre os anos de 1921 até 1928 no qual se observa uma relativa estabilização do capitalismo com o refluxo no movimento revolucionário, sendo aquele um período defensivo para o proletariado internacional; por fim, o terceiro período iniciado em 1928 seria caracterizado por uma grave crise do capitalismo, no qual as contradições internas deste sistema seriam exacerbadas criando assim a oportunidade de renovação da vaga revolucionária, sendo que os PCs do mundo inteiro teriam um papel de vanguarda naquele contexto²⁵.

O VI Congresso foi realizado em Moscou de 17 de julho a 1º de setembro de 1928. As diretrizes propostas neste encontro nortearam o movimento comunista mundial até meados de 1935. A partir deste encontro foi abandonada a teoria da frente única que aceitava a ligação dos comunistas a setores das burguesias nacionais, sendo então adotada a teoria da “classe contra classe”, inviabilizando assim qualquer aliança da burguesia com os PCs locais. Este Congresso coincidiu com a ascensão de Stalin na hierarquia do PC em 1928, iniciando um período mais centralista da IC que aumentou seu controle sobre os países membros num

²⁵ PINHEIRO, op. cit., p. 201.

processo de “bolchevização”²⁶ que trouxe várias consequências negativas para os partidos das áreas subdesenvolvidas²⁷.

Com objetivo de orientar a adoção das diretrizes do VI Congresso na América Latina, foi realizado o 1º Congresso do PCs latino-americanos em 1928. Neste encontro foram apenas repetidas as teses do VI Congresso sem que fosse realizada uma análise mais crítica das resoluções. Os PCs latinoamericanos passaram a analisar a sua região somente pela ótica europeia da IC, num processo que levou ao enfraquecimento teórico-analítico das seções locais. Outro fator negativo oriundo do VI Congresso foi à imposição de uma rígida centralização interna aos partidos da região que minou em grande parte sua autonomia política²⁸.

Como consequências das diretrizes da IC, o PCB passou a não aceitar a hegemonia liberal na luta revolucionária, o que levou à retração da colaboração do PCB com outros grupos políticos, algo que se converteria num fator de isolamento político daquela agremiação, sobretudo durante sua atuação na clandestinidade²⁹.

No VII Congresso realizado entre 25 de julho a 20 de agosto de 1935, foi oficializada a nova política das “frentes populares” que pôs fim às diretrizes do VI Congresso. Esta perspectiva teórica e programática buscava reforçar a criação de frentes antifascistas e governos de caráter popular e revolucionário. A defesa da URSS tida como baluarte maior do comunismo também era priorizada num momento em que eram fortes as previsões de um novo conflito em escala global.

A Revolta de novembro de 1935, considerada tardia dentro das novas resoluções do VII Congresso³⁰ pode ser considerada como um movimento de transição³¹ entre a tática do terceiro período (recusa da aliança a setores não proletários – “classe contra classe”³², e

²⁶ O termo bolchevização diz respeito a um processo burocrático, que teve como objetivo a eliminação de todas as diferenças ideológicas e estruturais dos PCs do mundo inteiro em relação ao PC russo tido como linha majoritária dentro dos quadros do comunismo internacional.

²⁷ PINHEIRO, op. cit., p. 51 et. seq.

²⁸ VIANNA, op.cit., p. 45.

²⁹ SODRÉ, op. cit., p 44

³⁰ HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p.77.

³¹ De acordo com Nelson Werneck Sodré no momento em que ocorreu a Revolta Comunista de 1935 havia dentro da IC uma oscilação entre a ideia de classe contra classe com o enquadramento da social democracia ora como inimiga do principal Comunismo, ora como importante aliada na luta antifascista. SODRÉ, op. cit. p46.

³² Segundo Daniel Aarão Reis, os participantes da Revolta Comunista estariam “comprometidos — por convicção ou disciplina partidária, ou por ambas — com os enfrentamentos apocalípticos previstos pelo VI

método insurrecional empregado) e o programa das frentes populares proposta em 1935, que foram assimiladas pelo PCB de acordo com o contexto histórico nacional daquele período.

1.2 Mutações internas do Brasil

Os anos 1930 foram um momento de profundas transformações na vida política e na economia do Brasil, num processo que causou graves alterações estruturais em nossa sociedade. Neste período vivenciamos a substituição das elites dirigentes da República oligárquica pelas lideranças advindas da Revolução de 1930, bem como a mudança no perfil econômico, acenando-se com a perspectiva mais concreta de investimentos no setor industrial em médio prazo.

Não seria, contudo, um exagero se afirmássemos que muitas das transformações ocorridas naquele período, foram gestadas durante a década de 1920, momento no qual ocorreram grandes mudanças culturais e políticas que afetaram consideravelmente a vida do país.

Os anos 1920 foram um período marcado por uma profunda discussão sobre o caráter da sociedade brasileira, algo que envolveu, de forma direta, intelectuais, políticos, artistas, políticos e militares. Havia naquele momento uma percepção de que existia um desconhecimento por parte das elites dirigentes acerca da realidade do país, assim como dos problemas emergentes e crônicos que afetavam nossa população, sobretudo nas classes menos favorecidas. Outra crítica recorrente recaía sobre a ausência de uma proposta genuinamente nacional para organização da sociedade, pois haveria em muitas situações a adaptação mecânica de modelos civilizacionais externos, que tinham como matrizes programáticas a Europa e os EUA, distantes das reais necessidades do povo.

Relativo à formulação de novas políticas públicas, podemos citar os movimentos dos educadores e higienistas que buscavam a reforma no sistema educacional e a realização de medidas de saneamento e profilaxia relativos à saúde, como formas de levar a população brasileira a melhores índices de desenvolvimento social. Estes movimentos tiveram ressonância na sociedade e na política do Brasil nos anos 1920 e produziram reflexos após a

Revolução de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo governo de Getúlio Vargas.

Em termos culturais, podemos citar como exemplo o Movimento Modernista, cuja maior expressão foi a Semana de Arte Moderna de 22; como um símbolo da busca por um novo entendimento da realidade brasileira, através da arte. Este movimento de rebeldia estética e iconoclastia artística propunha um novo olhar sobre o povo e a cultura brasileira, valorizando nossas tradições como forma de equiparar o Brasil as demais nações civilizadas. Este projeto ensejaria, conseqüentemente, uma nova postura política, frente a nossa realidade, a qual seria utilizada como plataforma de ação cultural.

Concernente à política nacional podemos citar como relevantes nesta década, o movimento tenentista e a criação do PCB em 1922, enquanto catalisadores das expectativas de modificações sociais no Brasil.

O tenentismo, o qual nunca chegou a se corporificar num movimento organizado³³ que apresentasse uma hierarquia e estrutura orgânicas, englobou uma série de revoltas armadas que tinham o intuito de “purificar” a República, demonstrando nesse sentido um espírito salvacionista e intervencionista que remonta aos primórdios da República oligárquica.

Este grupo embora se encontrasse mais próximo das camadas médias urbanas, da qual era em parte expressão dos seus anseios políticos e sociais; nunca conseguiu propor uma forma de organização social homogênea, sua atuação política passava exclusivamente por uma intervenção militar saneadora³⁴. Os tenentes não defendiam uma gestão militarista do país, que viesse a se consubstanciar num governo militar³⁵, mas pregavam a necessidade de

³³ De acordo com José A. Drummond, o tenentismo pode ser definido por como uma forma de atuação política do Exército brasileiro. DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277. Acerca da descentralização no tenentismo, este fato levou Edgard Carone a afirmar que: “Não existe tenentismo, mas tenentismos. Mesmo havendo relações recíprocas entre eles, cada grupo é diferente de outros. Tenentista são antigos revolucionários, novos adesistas, elementos oligárquicos e *tutti quanti* que se acham revolucionários. A esta esdrúxula composição pessoal alia-se um outro fato, que é a sua incapacidade organizadora.” CARONE, Edgard. *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas*. São Paulo: Difel, 1975. p. 13. Sobre a atuação e ideologia dos militares na Primeira República ver o artigo de: CARVALHO, José Murilo de. As forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. In FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. t. III, vol. 2.

³⁴ Essa concepção do papel da luta armada seria um fator de aproximação das revoltas tenentistas com a Revolta Comunista de 1935. DRUMMOND, op. cit., p. 267.

³⁵ JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1.p 316.

uma administração de caráter forte que promovesse pari passu a democratização da vida política³⁶.

Para os tenentes cabia aos militares desempenharem um papel salvacionista da sociedade e das instituições entregues a políticos civis corruptos e ineptos. Relativo à participação popular, os tenentes não concebiam a luta política como sendo feita pelo próprio povo, mas sendo feita em nome do povo, demonstrando dessa forma de uma visão elitista acerca da compreensão do potencial de engajamento e consciência política da população³⁷.

A intervenção militar tenentista cumpriria a missão de regenerar a nação e levar ao pleno cumprimento das leis e da Constituição. As principais propostas dos tenentes envolviam o desejo por transformações liberais, bem como a criação de uma política e economia nacionais independentes³⁸, passando necessariamente pela moralização dos costumes políticos através da adoção do voto secreto.

O ciclo das insurreições tenentistas se iniciou com a do Forte de Copacabana em 1922, nos levantes armados que sucederam este evento, foi mantida como princípio a revolução via motim, sem a busca de uma conscientização política das camadas populares. As revoltas de 1924 não foram planejadas e pensadas simultaneamente, mas surgiram por contágio apresentando particularidades locais no que se refere à organização e participação de setores populares e grupos políticos³⁹.

Após a Revolução de 1930⁴⁰, ocorreu uma cisão dentro do já heterogêneo grupo dos tenentes; uma parte acabou sendo cooptada pelo governo Vargas, atuando na burocracia estatal ou como interventores estaduais; um grupo migrou para a Aliança Integralista Brasileira (AIB) atraídos pela concepção autoritária e nacionalista daquela entidade política, outros retornaram à hierarquia militar acomodando-se à estabilidade da carreira devolvendo à alta oficialidade a função de agir politicamente em nome do Exército; um grupo descontente com os rumos da Revolução de 30, sonhava em regenerar a República retornando às ideias expressas pelo tenentismo na década de 20, parte destes elementos ingressou na ANL,

³⁶ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. v.2. p. 69.

³⁷ JÚNIOR, op. cit., p. 326.

³⁸ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.29.

³⁹ JÚNIOR, op. cit., p. 327.

⁴⁰ Acerca dos rumos do tenentismo após a Revolução de 30 recomendamos a seguinte obra: PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

defendendo as antigas propostas tenentistas que agora poderiam se corporificar num partido político, outros preferiram se manter fiéis à tradição conspirativa e golpista do movimento, esperando apenas uma oportunidade para uma intervenção militar. Integrantes deste último grupo participaram das insurreições de 1935.

No mesmo ano em que ocorreu a primeira revolta tenentista foi fundado o PCB. A criação desta agremiação política, sobre certos aspectos, significou a vitória das concepções comunistas sobre as anarquistas no que tange à organização do movimento dos trabalhadores no Brasil.

Entendemos que ultrapassa os objetivos dessa pesquisa uma ampla análise sobre a formação da classe operária e a abordagem acerca da atuação do movimento sindical no Brasil, mas entendemos que para a compreensão do papel político e social do PCB, seja necessária a indicação de alguns balizadores mínimos sob esses temas.

A formação da classe operária no Brasil deve inicialmente ser pensada para além de critérios puramente econômicos⁴¹. Desta forma para melhor compreensão deste processo histórico, aspectos identitários e culturais, como a forma como os trabalhadores se percebem, a construção de redes de solidariedade classista que indiquem o momento em que os interesses coletivos dos operários (enquanto grupo sócio-político) começam a se sobrepor às demandas individuais de cada trabalhador; devem ser analisados conjuntamente com a compreensão do sistema produtivo.

No Brasil as origens da formação da classe operária remontam aos últimos anos do século XIX sendo um processo diretamente relacionado à expansão da economia cafeeira na região centro-sul do país⁴². Naquele momento praticamente inexistia uma organização dos trabalhadores⁴³, pois fatores étnico-culturais e a origem rural dos imigrantes que chegaram ao Brasil nesse período, dentre outros aspectos, dificultavam a organização da classe operária⁴⁴.

Paulatinamente organizaram-se grupos nas duas principais cidades industriais do Brasil, Rio de Janeiro, então capital da república e São Paulo; que passaram a disputar a

⁴¹ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente* v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 163-164.

⁴² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016. p. 31.

⁴³ Acerca do início da organização dos trabalhadores no Brasil, segundo Ângela de Castro de Gomes, o “que se havia experimentado era ou um certo tipo de precária associação gremial com objetivos mutualistas reunindo trabalhadores do mesmo ofício, ou certos clubes formados por elementos defensores da causa do trabalho”. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 31.

⁴⁴ BATALHA, op. cit. p. 166

primazia na organização do nascente movimento dos trabalhadores. As principais tendências políticas do movimento operário daquela época eram: o Positivismo e o Cooperativismo que tinham em comum uma proposta de luta pelos direitos sociais sem a realização de uma crítica ao sistema político vigente; o Socialismo que propunha a busca pelos direitos sociais em paralelo a uma maior participação política dos trabalhadores o que englobava a criação de um partido operário e o Anarquismo que enfatizava a atuação direta dos trabalhadores, através de passeatas ou greves, por exemplo, como método de ação política, sendo contrário à participação dos trabalhadores no jogo político partidário⁴⁵.

A partir do Congresso operário realizado em abril de 1906 na cidade do Rio de Janeiro, os anarquistas seriam os maiores responsáveis pela forma como foi conduzida a luta dos operários no Brasil. Este predomínio se estendeu até o ano de 1920⁴⁶ quando houve um enfraquecimento do movimento grevista no Brasil, acarretada principalmente pelo rearranjo da economia brasileira no pós 1ª Guerra Mundial, através do incremento na política agrário - exportadora e da diminuição no investimento industrial que marcara o período da substituição das importações, além da forte repressão realizada pelo governo brasileiro contra os movimentos progressistas, que ocasionou um grande número de prisões e a expulsão do país de estrangeiros considerados perigosos, dentre os quais foram expulsos vários indivíduos ligados ao anarquismo⁴⁷.

A criação do PCB⁴⁸ representou uma nova perspectiva para condução do movimento sindical no Brasil a partir da fundação de um partido organizado dentro dos princípios da política nacional, mas que se propunha a formular um projeto que contemplava a substituição do regime político e econômico vigentes, a partir da realização de uma revolução proletária.

⁴⁵ GOMES, op. cit. p. 67.

⁴⁶ Idem. p. 65.

⁴⁷ Havia ainda dentro do movimento sindical algumas críticas quanto à forma de atuação dos anarquistas, que em alguns momentos se valeram de atentados como forma de pressionar as elites econômicas e políticas a aceitarem suas reivindicações. Sobre este aspecto e a expulsão dos estrangeiros considerados perigosos à ordem pública recomendamos a seguinte obra: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital da Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

⁴⁸ Segundo Leandro Konder, o PCB foi criado no Brasil tendo como seus fundadores alguns antigos anarquistas que reviram suas concepções políticas KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 46. Sobre as origens da difusão das ideias marxistas no Brasil recomendamos o seguinte texto: FILHO, Evaristo de Moraes. A proto-história do Marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de & FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.) . *História do Marxismo no Brasil*, volume 1: O impacto das revoluções. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

O partido nasceu de seu primeiro congresso realizado entre 25 e 27 de março de 1922, nas reuniões sediadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói⁴⁹, nas quais compareceram 9 delegados⁵⁰ que representaram os grupos estaduais espalhados pelo país. Neste congresso foram discutidos, dentre outros temas, assuntos burocráticos relativos à organização do partido e feito um exame das 21 condições de admissão na IC.

A primeira tentativa de admissão do PCB foi realizada em 1922 durante o IV Congresso da IC, quando foram enviados ao encontro dois delegados brasileiros: Bernardo Canellas e Mário Barrel. A atuação de Canellas⁵¹ nesse encontro acabou prejudicando o pedido de adesão do PCB, que seria finalmente aceito dentro dos quadros da IC no V Congresso, realizado em 1924.

Em seu princípio, o partido dedicou-se à divulgação das ideias comunistas, sobretudo nos meios operários, para esta finalidade a agremiação contou, até certo momento, com uma página diária no jornal “O País” onde eram publicados seus artigos e documentos. A partir de 1924 este espaço foi retirado e o partido se viu obrigado a criar um órgão próprio de divulgação, o que foi realizado com a publicação do jornal “A Classe Operária”, cujo primeiro número circulou em 1º de maio de 1925 com uma tiragem de 5.000 exemplares⁵², em 1927 seria criado outro periódico denominado “A Nação”⁵³.

A busca pelo PCB da chancela da IC para a sua atuação no país, tinha como um dos objetivos promover uma estruturação do partido em termos doutrinários e o fornecimento por parte da IC de um suporte que garantisse a continuidade de sua atuação política⁵⁴. Em contrapartida esse movimento de adesão levou o atrelamento do PCB às diretrizes propostas

⁴⁹ Em 1919 houve a criação de um partido comunista no Brasil de inspiração anarquista que teve uma existência efêmera. MORAES & FILHO, op. cit. p. 46. Acerca dos primeiros dias do PCB ver os trabalhos de: PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1979. p. 77-80; CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982. vol. I p. 2-9 & PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1984. p. 79 – 88. Atualmente o PCB é a agremiação política mais antiga em atuação no país, diferentemente dos partidos políticos da época, ele se propunha a atuar em nível nacional visando à direção do nascente movimento operário, contrapondo-se às concepções anarcossindicalistas.

⁵⁰ Desse grupo de delegados apenas um não era oriundo do movimento anarquista. Um perfil desse grupo encontra-se disponível em: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.) et al. *O Brasil republicano, volume 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 432-433.

⁵¹ Canellas afirmou no Congresso que o PCB possuía em seus quadros membros maçons, protestantes e católicos e defendeu as teses dos reformistas franceses e anarquistas..PACHECO, op. cit., p. 93.

⁵² CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982. vol. I p. 5.

⁵³ COSENZA, Apoená Canuto. *Um Partido, Duas Táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 77.

⁵⁴ KONDER, op. cit., p. 48.

pela IC⁵⁵, que em diversos momentos apresentou um desconhecimento sobre a situação interna do país. A força desses condicionantes externos para o partido seria mais visível como em razão dos VI e VII congressos da IC.

Uma das decisões do VI Congresso, como dissemos anteriormente, foi a radicalização do processo de bolchevização dos partidos comunistas. Em julho de 1929 o PCB em consonância com essa diretriz, realizou um Pleno no qual foram decididas as medidas que iriam bolchevizar a instituição. A consequência mais importante dessa política foi a realização de um processo de “proletarização ou “obreirismo” pelo qual antigas lideranças e intelectuais, algumas vindas dos primórdios do partido, foram afastadas por acusação de “direitismo”, sendo substituídas por operários autênticos⁵⁶, que apresentavam baixo conhecimento doutrinário o que os tornavam mais suscetíveis às pressões dos órgãos externos⁵⁷.

Em decorrência do VI Congresso foi abandonada a teoria da frente única que vislumbrava a união dos comunistas a setores progressistas da burguesia nacional, sendo adotada a teoria da classe contra classe, que levou a um isolamento do PCB dentro da conjuntura brasileiro, pois apenas eventuais colaborações com organizações democráticas de base eram cogitadas neste período⁵⁸. Nesse período a atuação do partido ficou concentrada na participação nos sindicatos e na conscientização dos trabalhadores para a luta em prol de uma legislação trabalhista eficiente e justa.

⁵⁵ De acordo como Marly Vianna a 12ª condição de adesão dos partidos comunistas à IC, que estipulava a obrigatoriedade de aceitação do centralismo democrático com o respeito à autoridade do órgão diretivo foi uma das causas deste atrelamento do PCB às diretrizes que eram formuladas pela IC. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo*. 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. v.2. p. 73. Este atrelamento mecânico do PCB às diretrizes da IC produziu um afastamento do partido de grupos políticos e a perda de espaços que começara a conquistar dentro do sindicalismo. Acerca deste tema ver: PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, 2006. p 29. Outro problema advindo deste atrelamento é que ele gerou um refluxo na produção de um pensamento independente dos militantes do PCB acerca de temas como o caráter da revolução no Brasil. Ver: ZAIDAN FILHO, Michel. Contribuição à história do Partido Comunista Brasileiro (1922-1930). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica, Pernambuco*, n. 10, p. 221-230, 1987. p. 229.

⁵⁶ Os dirigentes do PCB Astrojildo Pereira e Otávio Brandão e os membros Paulo Lacerda Caetano Machado e Leôncio Basbaun foram afastados durante neste período.

⁵⁷ PINHEIRO, op. cit., 191. Segundo Marly Vianna a proletarização desmantelou o PCB e forçou uma intervenção do IC que reorganizou o partido. A partir dela subiram ao poder em 1934 os líderes que estiveram à frente do PCB durante a revolta comunista. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo*. 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. v.2. p. 77.

⁵⁸ CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982. vol. I p. 102.

Um dos fatores que marcou a atuação partidária do PCB foram os longos períodos nos quais o partido encontrou-se na clandestinidade. Para superar esse entrave legal e poder participar do processo eleitoral, o PCB criou uma agremiação de fachada denominada Bloco Operário (BO), posteriormente denominado Bloco Operário Camponês (BOC), que conseguiu eleger um deputado federal e dois representantes para a o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Não obstante esse sucesso eleitoral havia dentro do PCB uma concepção de prática política, a qual preconizava que a participação do partido no processo eleitoral, considerado ineficaz e corrompido, apenas gerava um distanciamento do projeto revolucionário, por este motivo o BOC foi perdendo importância até ser extinto em 1930 ⁵⁹.

Em decorrência da luta antifascista o PCB experimentou uma aproximação a outros setores da esquerda. O partido buscou ainda realizar contatos com Luís Carlos Prestes e outros elementos ligados ao tenentismo numa tentativa de ampliar sua área de influência política algo que explicaria a sua futura participação na ANL.

A ligação do PCB a Luís Carlos Prestes e a outros elementos tenentistas foi uma confluência de interesses e propostas de atuação política na qual a figura de Prestes seria um fator de interseção. Esta junção tinha um caráter de uma simbiose bastante pragmática, pois embora gozassem de popularidade junto à população, os tenentes não possuíam efetivamente um programa de ação que valorizasse a atuação popular. Esta lacuna poderia ser preenchida pelos comunistas que dariam ao movimento um embasamento teórico - ideológico que as revoltas tenentistas não possuíam, recebendo em troca o apoio daquela parcela da população encantada com os feitos dos tenentes. A figura de Luís Carlos Prestes era essencial nesta equação.

Prestes era reconhecido por grande parte da população como sendo um herói nacional. Baseados nesse entendimento, as lideranças que organizaram a Revolução de 1930 buscaram, cooptá-lo para assumir o papel de chefe militar do movimento revolucionário. No entanto, Prestes considerava as articulações que estavam sendo realizadas para Revolução de 1930 como apenas mais um episódio das lutas inter oligárquicas, que em nada resolveria os reais

⁵⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro, Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 87 e 88. O PCB lançou outra agremiação de fachada denominada União Operária Camponesa para concorrer às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Essa agremiação não obteve sucesso no processo eleitoral ficando abaixo em número de votos da Coligação das Esquerdas, partido formado por sindicalistas, trostkistas e socialistas, da qual o PCB não tinha participação. GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *O Brasil republicano, volume 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.436.

problemas do país. A partir desta convicção, optou por se aproximar do comunismo⁶⁰, o qual buscou conhecer a partir de encontros com lideranças comunistas nacionais e estrangeiras enquanto esteve exilado em razão de sua participação na Coluna Miguel Costa – Prestes⁶¹ e, posteriormente em um período de seus estudos Moscou, Meca do comunismo mundial, no qual pôde conhecer dirigentes da IC sendo eleito membro de sua Comissão Executiva .

A entrada de Prestes no PCB acarretou mudanças na estrutura partidária e um aumento do nome da agremiação política em decorrência do carisma do antigo líder militar⁶². Ao se aproximar do comunismo, Prestes se distanciou, em parte, dos princípios do tenentismo enfatizando em sua nova fase um discurso social mais amplo. Este fato levou ao seu isolamento em relação às antigas lideranças do tenentismo que haviam se aliado a Vargas ou retornado à hierarquia militar.

A ascensão de Luís Carlos Prestes dentro dos quadros da IC demonstra que a organização apostava na figura do antigo líder tenentista como chave para uma possível revolta no Brasil. É interessante notar que Prestes tinha consciência deste fato e mantinha ilusões sobre o seu prestígio, sobretudo na esfera militar. A poucos momentos da Revolta no Rio de Janeiro Prestes escreveu várias cartas a antigos companheiros de corporação, exaltando o espírito tenentista em prol de uma nova revolta, entretanto não obteve adesões de última hora⁶³.

Neste aspecto, as concepções comunistas sobre a intervenção consciente das massas perderam espaço para as táticas militaristas dos tenentes; fazia-se assim uma escolha pela

⁶⁰ Prestes narra o processo de sua aproximação ao comunismo no texto: “Como cheguei ao comunismo” que se encontra disponível na seguinte obra: PRESTES, Anita Leocádia (Org.). *Luiz Carlos Prestes: textos resgatados do esquecimento*. Marília: Lutas anticapital, 2019. passim.

⁶¹ Prestes teve contato com o PCB em dezembro de 1927, quando foi procurado durante seu exílio em Santa Cruz de la Sierra pelo secretário-geral e enviado do partido, Astrojildo Pereira. Além de apresentar propostas de adesão a entidade o secretário entregou ao líder tenentista livros da literatura marxista. Posteriormente Luís Carlos Prestes foi convidado pela IC para um período de estudos em Moscou aonde chegou em 7 de novembro de 1931, durante este período adotou de vez o comunismo e ingressou nos quadros da organização. Essa aproximação ao comunismo não se deu sem percalços, como na ocasião em que Prestes fundou a Liga de Ação Revolucionária (LAR) em 1930 em Buenos Aires junto a Aristides Lobo, Emídio da Costa Miranda e Silo Furtado Soares de Meireles. A LAR foi duramente criticada pelos comunistas brasileiros, que consideravam a entidade política como um desvio ideológico baseado num entendimento errôneo do comunismo.

⁶² PANDOLFI, op. cit., p. 107-108. A entrada de Prestes no PCB influenciou na entrada de militares no partido algo que mudaria as suas características funcionais produzindo “uma mistura de stalinismo e tenentismo”. Sobre esse aspecto ver: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *O Brasil republicano, volume 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.441.

⁶³ PINHEIRO, op. cit., p. 230.

intervenção golpista à organização dos trabalhadores e um estudo mais pormenorizado da realidade brasileira⁶⁴.

Os comunistas contavam demasiadamente com a influência política de Prestes para a condução de uma revolta, mas enxergavam que para que esta tivesse sucesso seria crucial que houvesse em nossa sociedade uma movimentação nas massas. O elemento encarado pelo PCB como representativo do amadurecimento ideológico e engajamento político da população, era a ANL⁶⁵.

A ANL foi criada com a proposta de congregar as classes sociais, principalmente o proletariado e as camadas médias urbanas, em torno da defesa do liberalismo político contra o crescente Integralismo. A entidade foi oficialmente lançada em 30 de março de 1935, num grande comício realizado no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro. Na ocasião foi aceita a indicação do nome de Luís Carlos Prestes como presidente de honra da entidade, num claro aceno aos remanescentes do tenentismo e pela percepção de que Prestes poderia ser um chamariz para atrair pessoas descontentes com o Governo Vargas.

Entre os fundadores da ANL três eram identificados com o tenentismo (Hercolino Cascardo – presidente da entidade, Roberto Henrique Sissón e Amorety Osório – vice-presidente), os demais fundadores civis tinham sua origem nas classes médias (Benjamim Soares Cabello – jornalista, Manuel Venâncio Campos da Paz – médico e Francisco Mangabeira – advogado). A ANL apresentava cinco exigências básicas em sua reivindicação pela melhoria da situação nacional:

“I – Suspensão definitiva das dívidas imperialistas do Brasil, por as considerarmos já pagas, e, aplicação da quantia assim retida, em benefício do povo explorado do Brasil.

⁶⁴ O próprio Prestes mais tarde reconheceu que o movimento tendo sido organizado por homens armados somente poderia terminar em levante. MORAES, Dênis & VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 1982. p. 69. Os comunistas tinham uma crença no caráter supostamente democrático e progressista das forças armadas brasileiras, esta foi uma das ideias que os levaram a apostarem nos militares como força propulsora da revolução no Brasil. Havia um trabalho de divulgação e arregimentação de novos membros nas forças armadas pelo PCB o que incluiu a publicação de materiais de propaganda na forma de jornais específicos para as unidades militares, intitulados: Sentinela Vermelha no Exército, Asas Vermelhas na Aeronáutica que se encontrava naquele momento em fase de implantação e Bandeira Vermelha na Marinha. REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Cia das Letras. 2014. p.204.

⁶⁵ A proposta de criação da ANL não partiu do PCB, parte dos integrantes do partido eram críticos à nova agremiação política e contrários a adesão dos militantes à entidade por, dentre outros aspectos, discordarem da forma como a perspectiva de chegada ao poder, respeitando as regras do sistema político vigente; era pensada pelos aliancistas. Contudo os comunistas logo perceberam que a ANL poderia ser instrumento importante no enfraquecimento do Governo Vargas e por esse motivo passaram a apoiá-la. PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004. p. 175-182. p. 177.

- II – Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas por as considerarmos “arapucas”, para as quais os brasileiros trabalham feito cães, enquanto seus lucros vão para o bolso de alguns magnatas estrangeiros.
- III – Proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que a cultivam, por considerarmos terem sido eles os que as valorizaram com o seu trabalho, portanto, são os seus únicos e legítimos proprietários.
- IV- Gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalham e são explorados como nós próprios. Estas liberdades foram conquistadas pelo povo que nunca as gozou, de fato, em toda sua plenitude. Hoje ele as reclama e é legítimo o direito que tem de ser satisfeito, custe o que custar.
- V – Constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na medida da eficiência da sua colaboração”⁶⁶.

ANL surgiu a partir de uma necessidade de ação política organizada, em função do reconhecimento da incapacidade de o governo provisório e do regime constitucional de resolverem os problemas do povo brasileiro⁶⁷. A entidade chegou a ser muito forte em São Paulo e principalmente no Rio de Janeiro, estando ainda em estruturação na maioria dos Estados brasileiros.

Considerada um frente popular, a ANL representou parte de um esforço de grupos políticos que buscavam impedir o avanço no fascismo no Brasil⁶⁸, em sua curta existência a entidade apresentou um crescimento expressivo. No período de março a maio de 1935, observou-se a criação de 1.600 sedes locais espalhadas por todo o país⁶⁹. Este fato gerou um temor por parte do governo em relação aos possíveis rumos que a entidade poderia tomar, seu fechamento passou a ser então frequentemente cogitado, mas faltava ainda um pretexto insofismável.

O pretexto para o governo colocar a instituição na ilegalidade foi conseguido através do bombástico manifesto escrito por Prestes, que foi lido pelo então membro da Juventude

⁶⁶ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa- Ômega, 1975. Vol. 2.p. 72 –73. A plataforma de reivindicações da ANL possuía similaridade com a apresentada por outras frentes populares constituídas no Chile e no Peru. Sobre esse aspecto ver: PRIMO, op. cit., p. 34.

⁶⁷ SODRÉ, op. cit., p. 31.

⁶⁸ Dentre os grupos que atuaram contra a expansão do fascismo no Brasil podemos citar: Comitê Jurídico Popular de Investigação, Frente Comum Antiintegralista, Frente Única Antifascista, Frente Única Popular Antiintegralista, Frente popular contra o Fascismo e a Guerra, Liga Antiimperialista do Brasil, União Feminina do Brasil, União Libertadora Brasileira, Frente Popular pela Liberdade. Sobre a atuação destes grupos recomendamos as seguintes obras. PRIMO, op. cit., & CASTRO, Ricardo. *Contra Guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. 1999. 240 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

⁶⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41.

Comunista, Carlos Lacerda, durante o comício realizado em 5 de julho no Estádio Brasil em São Cristóvão em comemoração a data do primeiro levante tenentista.

No manifesto Prestes analisava a situação brasileira como marcada pela dominação imperialista e pelo não cumprimento das propostas iniciais da Revolução de 1930. Sob sua ótica aquele era o momento ideal para a ação revolucionária das massas contra o governo Vargas, seu trecho mais radical foi usado como fundamento para o fechamento da ANL, dizia ele: “Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder a ANL.”⁷⁰

O decreto de fechamento da ANL foi assinado em 11 de julho com base na recente promulgada LSN de 4 de abril de 1935. Vários oficiais e membros aliancistas começaram a ser presos no dia 12.

Segundo Nelson W. Sodré, “a ANL era mais uma forma de agitação do que um partido político”⁷¹, desta forma a entidade política possuía ramificações horizontais na sociedade, mas não possuía a penetração estrutural que permitiria o seu funcionamento, mesmo na condição de ilegalidade.

A ANL nunca teve um caráter partidário, e apesar de não propor uma estratégia formal para tomada do poder, tinha como principais forças políticas atuantes em sua base, os tenentes e comunistas que viam a luta armada como forma de se chegar ao poder.

O pós-fechamento da ANL significou o afastamento dos grupos moderados de qualquer tentativa de manutenção das atividades da entidade em um nível conspiratório e clandestino, e ao mesmo tempo um aprofundamento do radicalismo dos que se enveredaram pelo caminho conspirativo⁷².

Começava então a ser preparado uma insurreição nacional que poria abaixo o governo de Getúlio Vargas. A IC enviou secretamente em 1934 ao Brasil Luís Carlos Prestes e outros assessores⁷³ que seriam responsáveis pela articulação do movimento. Este grupo heterogêneo

⁷⁰ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Difel, 1977. p. 118.

⁷¹ SODRÉ, op. cit., p 34.

⁷² PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes - Um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p.185.

⁷³ Os assessores enviados ao Brasil eram: os casais Arthur Ewert (Harry Berger) e Elise Saborowsk, e Rodolfo Guiold (diretor do Secretariado Sul-americano da IC) e Carmen Alfaya Guiold; Victor Barron, Leon Jules Vallee, Franz Paul Gruber, que depois se descobriu ser um agente duplo a serviço do governo alemão, e Olga Benário.

formado por quadros da IC com experiências e qualificações desiguais⁷⁴ demonstrava pouco conhecimento sobre a realidade que iriam enfrentar, o próprio Prestes enfrentava um isolamento em relação às outras lideranças do PCB em 1935⁷⁵ o que não lhe permitia construir um quadro mais amplo das reais condições operacionais e políticas para a realização do levante.

Desta forma, o cenário que eles possuíam da realidade brasileira tinha as cores carregadas pelas ilusões e informações imprecisas fornecidas pelos comunistas brasileiros. Subestimava-se de maneira fragante a força do governo Vargas, a organização da cúpula militar e dos órgãos de repressão, enquanto realçava-se o amadurecimento revolucionário das massas.

No cenário preparatório para a insurreição, os comunistas não levaram em consideração que Getúlio Vargas havia se fortalecido ao substituir a instável “Política dos governadores” por fortes interventorias que levaram a uma rígida centralização política que minou a força das lideranças locais; que a hierarquia militar estava parcialmente fortalecida após a Revolução de 30 e Revolução Constitucionalista de 1932 as quais ocasionaram a adesão ao governo de antigas lideranças tenentistas e serviram como fatores de aglutinação na esfera militar⁷⁶; e que Luís Carlos Prestes havia sido parcialmente abandonado pelas antigas lideranças tenentistas estando conseqüentemente com o seu prestígio político enfraquecido.

1.3 As revoltas de novembro de 1935: Natal, Recife e Rio de Janeiro

1.3.1 A Revolta em Natal

Os planejamentos do PCB para a realização do levante nacional preconizavam uma grande articulação dos grupos responsáveis pelo movimento em cada Estado. Procurava-se,

⁷⁴ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Cia das Letras, 2014. p. 191.

⁷⁵ PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes - Um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p. 172.

⁷⁶ Esta análise da conjuntura política brasileira pode ser encontrada em: PINHEIRO, op. cit., p. 283.

naquele momento, uma centralização da ação revolucionária, que deveria ser dirigida pelo grupo sediado no Rio de Janeiro⁷⁷.

No entanto, a eclosão precipitada do levante em Natal, frustrou a articulação nacional. As explicações para o início prematuro da insurreição em território potiguar variam desde a existência de elementos provocadores⁷⁸, que teriam incitado o início da revolta antes do tempo previsto⁷⁹; passando pela circulação de um telegrama forjado pelo chefe de polícia Aluísio Moura, ao membro do PCB, “Santa” ou “Santana”⁸⁰. Segundo esta versão o chefe de polícia teria descoberto, através de seus contatos com o membro do PCB, que a revolta em Natal havia sido marcada para o início de 1936 e se iniciaria com as ordens de um telegrama vindo do Rio de Janeiro com uma senha própria da organização. Aluísio Moura teria obtido acesso à senha e enviado um telegrama falso ordenando o início da revolta.

Tendo como base pesquisas historiográficas que se debruçaram sobre a revolta em Natal enfatizando seus condicionantes internos, acreditamos que esta se iniciou antes do previsto pela direção do PCB, em decorrência de motivações de ordem local, quais sejam: a crise política no Estado e a situação dos militares de baixa patente do 21º Batalhão de Caçadores (BC).

O Rio Grande do Norte, no período entre 1930 e 1933, caracterizou-se por uma grave instabilidade política registrando a maior rotatividade de interventorias tenentistas entre os Estados. Em 1933 Mário Câmara, oficial de gabinete e amigo de Vargas foi instituído como primeiro civil a ocupar o cargo de interventor naquele Estado, buscando uma reaproximação com as antigas oligarquias locais⁸¹.

Inicialmente o novo interventor conseguiu estabelecer um diálogo com as elites políticas do Rio Grande do Norte, em virtude do fato de ele ser um membro de uma tradicional família potiguar. No entanto, por conta de divergências quanto à ocupação de

⁷⁷ DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas*. Biografia política. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967. p 155.

⁷⁸ SILVA, Hélio. 1935: *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 315.

⁷⁹ Havia uma articulação em relação a revolta no Nordeste, que deveria ocorrer no início de 1936. Sobre este aspecto ver o trabalho de COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição comunista de 1935*: Natal, o primeiro ato da tragédia. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte: 1995.

⁸⁰ BASBAUM, op. cit., p. 81.

⁸¹ Uma análise da situação política do Rio Grande do Norte destacando as tensões oriundas da relação das elites locais com o modelo proposto por Getúlio Vargas pode ser encontrada na seguinte obra: LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

cargos políticos em cidades do interior do Estado, o compromisso foi rompido criando-se uma relação de ódio entre as duas partes.

Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, as oligarquias derrotadas em 1930 se congregam no Partido Popular, que contava basicamente com a mesma estrutura e ideologia do antigo Partido Republicano. Em 1934 Mário Câmara fundou o Partido Social Democrático (PSD), que contava com os prefeitos nomeados pelo interventor, para concorrer às eleições estaduais marcadas para outubro do mesmo ano.

Percebendo que isoladamente não poderia combater as forças políticas encasteladas no Partido Popular, o interventor propôs uma união com Café Filho, político importante no Rio Grande do Norte, filiado ao Partido Social Nacionalista (PSN), que se apresentava como uma possibilidade de conjugar forças para a disputa eleitoral. A partir desse entendimento, os dois criaram a Aliança Social (AS), legenda que concorreu às eleições daquele ano.

A campanha eleitoral transcorreu num clima de violência e denúncias que levaram à Justiça Eleitoral a enviar observadores para fiscalizarem o pleito; tropas do Exército também foram enviadas para impedir os ataques políticos. Devido às fraudes verificadas na eleição, os observadores acataram o pedido da Aliança, e um novo pleito foi marcado para fevereiro de 1935.

Em 13 de fevereiro, quatro dias antes das eleições suplementares, foi assassinado no município de Acari, o engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-governador afastado pela Revolução de 30, Juvenal Lamartine, e um dos fundadores e dirigentes do Partido Popular, as acusações recaíram obviamente sobre o interventor, mas o processo não havia se encerrado na ocasião da Revolta de novembro.

No início de 1935, Natal foi palco de uma série de conflitos políticos envolvendo os partidários Aliança Social e o grupo que apoiava o Raul Fernandes. A eleição Fernandes significou a volta ao poder das antigas oligarquias, que haviam perdido espaço durante o conturbado período das interventorias e serviu para acirrar ainda mais as rivalidades locais, criando um clima de instabilidade propício para uma revolta.

Em nível militar Natal vivia uma época igualmente difícil acarretada pelas precárias condições em que trabalhavam os militares e pela insatisfação quanto ao possível desengajamento de vários militares de baixa patente.

Com base no regimento militar, os cabos e sargentos eram desligados após 8 anos de serviços prestados ou por limite de idade. A Revolução de 1930 e o período do governo

Provisório haviam postergado estas medidas⁸². Quando foi promulgada a Constituição de 1934, criou-se uma sensível pressão, sobretudo por parte do ministro da Guerra, João Gomes, no sentido de que estas fossem novamente cumpridas. Dentro do PCB havia um receio de que o desengajamento causasse a saída de militares previamente comprometidos com a insurreição.

Esta situação criou um clima grande insatisfação entre militares do 21º BC sediado em Natal. Originalmente essa guarnição estava localizada Recife, mas em razão de ter tomado parte de uma revolta em 1931, ela foi punitivamente e por questões de segurança, trocada de sede com o 29º BC do Rio Grande do Norte.

Além deste quadro de instabilidade política e militar, ocorreram em Natal três episódios que contribuíram para tornar a situação ainda mais tensa.

O primeiro episódio foi a extinção da Guarda Civil (criada por Café Filho com fins de manutenção da ordem pública); por ordem do governador Raul Fernandes. Este fato significou a dispensa de mais de 400 homens⁸³ com treinamento militar, e que não foram prontamente desarmados. Durante a revolta de novembro, parte dos ex-integrantes da Guarda Civil externou sua insatisfação tomando parte nos acontecimentos.

Outra ocorrência que bem demonstra o quadro de instabilidade militar em Natal foi a divulgação no dia 23/11⁸⁴ da notícia da expulsão de praças do 21º BC, que mascarados haviam assaltado o bonde que fazia a linha do Tirol (4º da capital) no dia 18/11. Um dia após o delito, o tenente Santana, responsável pela prisão dos militares sofreu um grave atentado sendo seriamente ferido⁸⁵.

Por fim ocorreu a greve da estrada de ferro *Great Western*, que causou grande impacto na então região norte oriental e atual nordeste, no início de novembro de 1935. Os comunistas do Rio Grande do Norte viram nesta greve um sintoma do amadurecimento das

⁸² Além da questão do desengajamento outra situação que causava discussão entre os militares era a revogação das promoções obtidas pelos militares que atuaram durante a Revolução de 1930. Nas palavras do sargento Giocondo Dias que participou da Revolta em Natal: "Sargentos foram guindados ao posto de capitão e houve casos de capitães promovidos a general de brigada, como por exemplo, Juarez Távora[...]" Apud: OLIVEIRA, Moacyr de. Praxedes: *Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p. 53.

⁸³ A Guarda Civil em Natal era composta de 1 inspetor (ou comandante), 12 graduados e 408 guardas. Na época este era o 6º maior contingente das Guardas Civis do Brasil. Ver: COSTA, op. cit., p. 84.

⁸⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. V. 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. v.2.p. 92.

⁸⁵ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 189.

massas e de agitação política que poderiam prenunciar um processo revolucionário. A confluência destes acontecimentos, ajuda-nos a explicar o levante comunista de Natal.

O movimento começou na noite do dia 23/11, quando por volta das 19h 30m, ouviram-se tiros e seguidos toques de recolher provenientes da sede do 21º BC. Este era o sinal convencionado para o início da revolta. Os soldados da corporação, ao ouvirem os repetidos toques de recolher, se dirigiram para o quartel. Ao entrarem eram orientados a pegarem armas e fardas que haviam sido postas estrategicamente na entrada do quartel.

Um grupo de civis incluindo, algumas mulheres, cientes da revolta, entrou no quartel igualmente se fardando e armando. O quartel foi rapidamente tomado, tendo se destacado como líderes neste processo, o sargento músico Quintino Clemente⁸⁶ e o também sargento Elisiel Henrique Diniz. Foram presos na operação o comandante da guarda, sargento José Faria de Almeida, e oficial do dia, o tenente Abel Cabral. Inutilmente os rebeldes tentaram que algum oficial assumisse o comando do levante, mas não houve adesões.

Rapidamente os rebeldes se organizaram no sentido de tomarem algumas posições estratégicas na cidade. Dividiram-se em grupos, conseguindo ocupar de forma rápida e eficiente o palácio do governo, residência do governador, a central telefônica e telegráfica, o aeroporto, a central da usina elétrica, a estação ferroviária, cartórios, além de providenciarem o desligamento do farol que orientava os navios, localizado no Forte dos Reis Magos.

O governador e outras autoridades estavam naquele momento no Teatro Carlos Gomes, assistindo a formatura dos alunos do Colégio Santo Antônio, onde seria apresentado o drama “O Triunfo da Cruz” além de outras atrações⁸⁷. Ao tomarem conhecimento da revolta, parte do grupo resolveu fugir para a casa do cônsul do Chile, permanecendo naquela residência até o fim da revolta; outra parte resolveu se refugiar no navio da companhia *Latecoère* que fazia a ligação Natal – Dakar⁸⁸; um outro grupo composto pelo Prefeito Gentil Ferreira, seu oficial de gabinete Paulo Viveiros e Edgar Barbosa, diretor do jornal governista

⁸⁶ Em documentos apreendidos pela polícia no processo de apuração dos acontecimentos no Rio Grande do Norte, o membro do PCB Santa relatou que partiu de Quintino a iniciativa para o início do levante em Natal visando resolver a situação dos militares que estavam comprometidos com o movimento e que este não aceitou a sugestão dada pelo secretariado local do PCB de esperarem uma orientação das instâncias superiores do partido antes de iniciarem a revolta no 21º BC. Este relato encontra-se disponível na seguinte publicação: *Arquivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social*. Volume 3. Natal: Imprensa Oficial, 1938.

⁸⁷ COSTA, op. cit., p. 84.

⁸⁸ SILVA, op. cit., p. 281.

“A República”, teve menos sorte sendo presos numa residência particular, na segunda-feira dia 25/11 por praças sob o comando de Carlos Vander Lindel⁸⁹.

Os revoltosos passaram então a prender os chefes militares de Natal e sufocar os últimos focos de resistência. Foram tomados o quartel da cavalaria da polícia, a cadeia pública e o quartel da PM, que sob o comando do major do 21º BC, Luís Lopes resistia com alguns soldados. O grupo permaneceu em combate aos revoltosos até às 14hs de Domingo quando esgotou sua munição. A Escola de Aprendizes Marinheiros, situada no prédio da Capitania dos Portos, também foi atacada. Seus ocupantes fugiram ante ao avanço dos insurretos e conseguiram atingir um velho navio que estava encalhado na margem direita do rio Potengi, de lá chegaram aos navios estrangeiros ancorados no porto, onde permaneceram até o fim da revolta.

Um grupo de rebeldes partiu em direção ao cais do porto, a fim de impedir a entrada e saída de navios lá ancorados (os vapores estrangeiros *Harrison Line* e *Both S. S. CO*; uma esquadrilha mexicana de 6 navios e navio Santos, do Loyd Brasileiro). Algumas famílias da elite de Natal conseguem fugir e se refugiar nos navios antes que os revoltosos cumprissem sua missão⁹⁰.

Na manhã seguinte dia 24/11, um grupo comandado por João Francisco retornou ao Santos e determinou a paralisação da estação radiotelegráfica e a apreensão de munição e armamentos que seriam utilizados na tomada de algumas cidades do interior; sendo ainda paralisadas as operações de carga e descarga de todos os navios.

A cidade havia caído completamente nas mãos dos rebeldes, até com certa facilidade. No Domingo a noite, eles tomaram conhecimento da revolta no 29º BC de Recife, e aguardaram a eclosão de várias revoltas que estavam sendo articuladas em todo o país e ansiavam que da mesma forma como haviam derrubado o governador Raul Fernandes, o movimento nacional chegaria ao poder, decretando assim o fim do governo Vargas e o início de um novo período.

Com o intuito de coordenarem as ações no Rio de Grande do Norte foram tomadas algumas medidas, sendo uma das primeiras, a criação de um Comitê Revolucionário Popular, que ficou sediado na Vila Cincinato, na Praça Pedro Velho hoje Vila Potiguar. Os encargos ficaram assim distribuídos: Secretaria de Defesa - Quintino Clemente de Barros (36 anos), sargento músico do 21º BC; Secretaria do Interior e Justiça – Lauro Cortês Lago (36 anos),

⁸⁹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 191.

⁹⁰ COSTA, op. cit., p. 94 e 95.

funcionário da polícia civil e diretor da Casa de Detenção; Secretaria de Finanças – José Macedo (33 anos), tesoureiro dos Correios e telégrafos; Secretaria de Viação – João Batista Galvão (33 anos), secretário do Liceu Ateneu; e Secretaria de Aproveitamento - José Praxedes de Andrade (35 anos), sapateiro.

Uma das primeiras ações do Comitê Revolucionário Popular foi a publicação de um decreto que destituía o Governador e a Assembleia estadual. O decreto foi lido em praça pública e transmitido por telégrafo e rádio para todo o Brasil. Decidiu-se pela criação de um jornal a fim de explicar à população as razões da revolta e suas dimensões. Um grupo de rebeldes tomou a sede do jornal “A República”, sendo encarregado da edição o professor Raimundo Reginaldo da Rocha. O jornal “A Liberdade”, só teve o primeiro número editado, foram rodados mais de mil exemplares que deveriam ser distribuídos à população. Ele trazia em suas páginas artigos antiintegralistas, notas sobre a revolução, o hino da ANL e na última página uma propaganda do “Sal de Frutas Eno”.

Outra medida tomada, desta vez para consolidar o domínio no Estado, foi o envio de colunas⁹¹ compostas por civis e militares, às cidades do interior, a fim de estabelecer o controle sobre os municípios vizinhos. Formaram-se três colunas: uma que partiria em direção oeste (a caminho de Mossoró), sendo indicado como comandante o tenente da polícia militar Oscar Matheus Rangel; outra que se encaminharia ao longo da estrada de ferro até a cidade de Nova Cruz, esta comandada pelo sargento do 21º BC Oscar Vanderley; e a última rumo à cidade de Goianinha, a caminho de João Pessoa, ficando como responsável por esta o civil Benildes Dantas.

Na madrugada do dia 25/11 vários caminhões, alguns destes requisitados a particulares, saíram de Natal em direção ao interior do Estado. As colunas aplicaram procedimentos semelhantes nas cidades aonde chegaram. Inicialmente eram destituídos os prefeitos, depois soltos presos da cadeia pública e nomeado um novo prefeito. Na maioria das vilas ocupadas, um comerciante ou personalidade ligada a ANL ou ao ex-interventor Mário Câmara era instituído no governo, buscou-se também que algum político de prestígio filiado a Aliança Social, tomasse parte do governo, porém nenhum aceitou a incumbência. Em algumas cidades como Lajes, Taipu, Touros, Nova Cruz, entre outras, foram feitas requisições de dinheiro na Prefeitura e na Mesa de Rendas; carros e caminhões para servirem de

⁹¹ A atuação e o perfil social dos integrantes das colunas rebeldes que atuaram no interior do Rio Grande do Norte encontra-se disponível no seguinte trabalho acadêmico: SANTOS, Kleber Oliveira dos. *A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte*. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

transporte aos rebeldes, e víveres que em algumas cidades foram distribuídos a população. Verificaram-se ainda, alguns casos de saques e depredações do patrimônio particular.

Dada à facilidade com que eram realizadas as ações, talvez oriunda da surpresa da chegada das tropas, ou da pouca resistência das autoridades locais (verificaram-se alguns casos de resistência empreendida por “coronéis” da região), no dia 26/11 praticamente metade dos 41 municípios do Estado já havia sido ocupado pelos rebeldes.

Enquanto isso em Natal, o Comitê Revolucionário criava uma série de medidas de caráter popular, com o objetivo de conquistar simpatia ao movimento. Foi reaberto o serviço de bondes e reduzida as tarifas⁹² (de 50 para 20 Réis). O secretário de abastecimento José Praxedes, assinou um boletim destinado aos comerciantes locais, no qual solicitou a abertura dos estabelecimentos. Em outro documento assinado pelo secretário das finanças, José Mendonça, foi adotado procedimento semelhante em relação aos bancos.

Foram feitas também várias requisições de carros, dinheiro, armas, mantimentos e dinheiro. Nestas ocasiões ocorreram alguns saques de populares a estabelecimentos comerciais. A situação tornou-se bastante confusa, visto que parte do povo de Natal começou a externar naquele momento uma revolta há muito contida, contra as elites locais, utilizando os saques e depredações como meio de demonstrar sua insatisfação. Excessos ocorriam por todas as partes, segundo as palavras de Hélio Silva, a revolta converteu-se num “carnaval exaltado”, muitos aproveitaram para se apropriar de bens que não podiam comprar e houve até alguns populares que pela primeira vez comeram presunto⁹³. Os rebeldes não tiveram condições de conter os excessos e o movimento dava sinais de descontrole.

Com o intuito de conseguir dinheiro para as atividades do Comitê, foi organizado um saque a Agência do Banco do Brasil. Na tarde do dia 25/11, o secretário de finanças dirigiu-se com um grupo à agência, e pediu as chaves do cofre ao gerente, que se recusou a entregá-las. Ante a impossibilidade de realizar o arrombamento, resolveram solicitar a ajuda profissional do serralheiro mecânico Manuel Severino que foi obrigado a realizar a tarefa. Foram arrombados ainda, com a ajuda de José Canela, membro do PCB e mecânico, os cofres da Recebedoria de Rendas e do Banco do Rio Grande do Norte. O dinheiro obtido foi enviado à sede do Comitê em caixas, latas e sacos⁹⁴. Ao fim da revolta, somente parte do dinheiro foi

⁹² PINHEIRO, op. cit., p. 299.

⁹³ SILVA, op. cit., p. 228 e 229.

⁹⁴ De acordo com o relato de Santa parte do dinheiro saqueado foi utilizado como forma de pagamento aos civis e militares que participaram voluntariamente da revolta. *Arquivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social*. Volume 3. Natal: Imprensa Oficial, 1938. p. 6.

restabelecidos a seus lugares de origem⁹⁵, o restante foi levado pelos rebeldes em sua fuga ou entregue a parentes pelos mesmos. Ocorreu ainda o confisco por policiais, que ao fim do movimento trataram de recolher o dinheiro saqueado, que por vezes foi devolvido espontaneamente por participantes da revolta, ou familiares destes por medo de uma possível punição.

Na noite de 26/11, começaram a circular boatos de um possível bombardeio de aviões legalistas da Paraíba, Ceará e Pernambuco, além do deslocamento de várias tropas para o Estado. Na mesma noite chegou a notícia da derrota do levante realizado pelo 29º BC da Recife. A articulação rebelde no Nordeste que poderia levar a vitória do movimento estava desbaratada.

Chegaram ainda notícias alarmantes sobre a entrada no Estado de tropas do 22º BC da Paraíba, bem da derrota de forças rebeldes na Serra do Doutor, entre os municípios de Santa Cruz e Currais Novos. O comando revolucionário que até então vinha demonstrando atitudes otimistas em relação à sorte do movimento, passou a especular sobre uma possível saída para aquela situação.

Numa reunião entre os membros do Comitê revolucionário decidiram-se pela fuga da cidade, sem organizarem resistência às tropas do governo. Os presos legalistas encarcerados na cadeia pública foram enviados aos navios mexicanos, e os soldados do 21º BC receberam ordem de debandar.

A junta revolucionária também partiu em fuga em diferentes direções. Nas primeiras horas do dia 27/11, saíram dois carros com os membros do Comitê. No interior, os rebeldes se dispersaram tendo sido atacados pelas forças de Dinarte Mariz⁹⁶, os que estavam no litoral, fugiram ante a aproximação das tropas do 22º BC. Com a notícia da fuga dos membros do Comitê, os estivadores que estavam tomando conta do cais resolveram depor as armas.

A cidade foi retomada pelas tropas legalistas praticamente sem a realização de um combate. Após a reassunção do governo por Raul Fernandes começaram a serem realizadas as primeiras prisões. Num primeiro momento, não foi feita distinção entre comunistas, camaristas, partidários do PSN etc. Todos aqueles que de alguma forma eram contra o governador, foram tratados da mesma forma. Posteriormente, após as revoltas no Recife e Rio de Janeiro, a repressão tornou-se mais seletiva, pois era mais interessante naquele

⁹⁵ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 202.

⁹⁶ Dinarte Mariz foi um político potiguar que ocupou cargos na administração do Rio Grande do Norte e atuou como senador da república. Ele narra sua atuação no combate aos insurretos no interior do Estado em 1935 na seguinte obra: MARIZ, Dinarte. *A vida de um revolucionário*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

contexto, atuar somente contra os elementos do PCB e ANL, afim de melhor caracterizar a revolta com um movimento extremista realizado sob a égide da IC⁹⁷.

1.3.2 A Revolta em Recife

As notícias da revolta em Natal chegaram a Recife na noite do sábado dia 23/11 pelo rádio – transmissor. Ante a surpresa dos acontecimentos, decidiu-se convocar uma reunião do secretariado comunista do Nordeste, que tinha por sede Recife desde a realização do pleno do Comitê Central em julho de 1935. Deste secretariado faziam parte Silo Meireles, José Caetano Machado e Pascácio de Sousa Fonseca.

Na reunião foi deliberado que a revolta deveria ocorrer de imediato em apoio ao Rio Grande do Norte ampliando o movimento que poderia estar se constituindo a nível nacional, buscando também utilizar-se do elemento surpresa realizando a operação antes que os quartéis fossem postos em prontidão. Com o objetivo de tornar o movimento mais amplo, decidiu-se que ele teria um caráter de protesto quanto à realização de um congresso integralista na cidade de Pesqueira, marcado para aqueles dias.

Entretanto existiam vários problemas de ordem prática que dificultavam os planos, como por exemplo, a pequena presença de soldados nos batalhões naquele dia, a falta de articulação com os núcleos comunistas civis e militares que desconheciam a proposta de início do levante, além da pouca conexão popular em torno dos objetivos dos revoltosos, visto ter sido ineficiente a propaganda política entre a população do Recife⁹⁸.

Esses elementos por si só já teriam inviabilizado a eclosão de um movimento, mas ele foi posto em prática. Os planos foram rapidamente traçados, sendo o início da revolta marcado para as 9hs da manhã do dia 24/11.

Foram procurados os militares que deveriam dirigir a revolta e lhes passadas suas incumbências: Gregório Bezerra, sargento instrutor de tiro deveria rebelar o quartel general da 7ª Região militar, também sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva; os capitães Silo Meireles, Otacílio Lima e os tenentes Alberto Besouchete e Lamartine Coutinho, ficaram encarregados de sublevar o 29º BC. Ao fim da operação, deveriam ocupar o palácio do

⁹⁷ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 203.

⁹⁸ SILVA, op. cit., p. 291.

governo, a central telefônica, o aeroporto, o cais do porto, e outros pontos estratégicos como os acessos a cidade.

Naquele momento, vários oficiais estavam fora dos quartéis, pois estava sendo realizada no Recife a tradicional Festa do violão no Cassino da Boa Viagem. O próprio tenente Besouchete, nada sabia sobre os planos de sublevação do 29º BC e tranquilamente jogava damas no cassino dos oficiais⁹⁹.

Após terem se reunido, partiram para a realização de suas missões. O 29º foi sublevado com grande dificuldade pelos tenentes Lamartine e Besouchete, que contaram com a ajuda do sargento Manuel Elpídio da Silva, este último foi ferido durante o combate e ficou impossibilitado de continuar na revolta. Os oficiais legalistas foram presos no Pavilhão de Comando, em seguida os rebeldes foram abrir o depósito de material bélico para armar os civis comprometidos com a revolta. Um grupo permaneceu no quartel com intuito de consolidar a situação, enquanto outro liderado pelo tenente Besouchete partiu para a cidade a fim de tomar o centro de Recife.

No Largo da Paz instalaram metralhadoras nas torres da Igreja Nossa Senhora da Paz. Naquele momento havia aderido ao grupo outro oficial, o capitão Otacílio Alves de Lima, que ajudou Lamartine no controle do Largo, dividindo as tarefas da seguinte forma: O primeiro defenderia a Estrada dos Remédios, e o segundo manteria o controle sobre a Ponte dos Afogados. Os oficiais contavam com um contingente muito pequeno sob o seu comando, haja vista que muitos dos civis armados haviam debandado¹⁰⁰.

Naquele momento o sargento Gregório tentava tomar praticamente sozinho o quartel da 7ª RM. Na noite anterior contando com ajuda de alguns cabos e soldados aliancistas da 6ª Companhia que serviam no Forte das Cinco Pontas, Gregório conseguiu contatar outros militares e cooptá-los para o movimento. Contudo na manhã seguinte às 10h15m quando chegou ao quartel não encontrou ninguém.

Contando com pouca ajuda conseguiu tomar o Quartel General e o CPOR, onde foi ferido na perna por um tiro. Com a ajuda de dois “gazeteiros”¹⁰¹ ainda assaltou a delegacia de polícia na rua Aragão, tendo depois tomado um táxi em direção ao Largo da Paz onde se juntou ao Tenente Lamartine. Por causa do seu ferimento ficou impossibilitada a sua

⁹⁹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 292.

¹⁰⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 225.

¹⁰¹ Idem. p. 228.

permanência com o grupo, recebendo, por conseguinte a ordem de se dirigir ao Pronto-socorro, onde foi preso pelas tropas governistas ao fim da revolta.

Em Olinda, um grupo de civis conseguiu tomar algumas posições na cidade, como o Comissariado da Casa Amarela e a cadeia do Limoeiro. O prefeito, o delegado e outras autoridades foram feitos prisioneiros. Porém estas vitórias foram efêmeras e rapidamente as forças legalistas conseguem retomar as posições, pois não se conseguiu estabelecer nenhuma ligação entre as forças de Olinda e as situadas no Centro de Recife.

Por um erro estratégico, os rebeldes haviam se esquecido de interromper as ligações telefônicas no 29º, o que permitiu o contato dos oficiais presos com outras unidades legalistas que logo foram avisadas sobre o levante.

No Largo, o combate era intenso. As tropas do governo contavam com o apoio da Guarda Civil, da Inspetoria de trânsito e 60 operários que haviam se mobilizado voluntariamente para o combate aos rebeldes. As ações eram comandadas pelo Secretário de Segurança Malvino Reis, e pelo subcomandante da Brigada Afonso de Albuquerque Lima.

Da Paraíba vieram as tropas do 22º BC e uma bateria de artilharia (Bateria do Dorso da Paraíba), de Maceió foi enviado 20º BC, do interior de Pernambuco o 3º Batalhão da Brigada Militar, sendo empregada ainda uma esquadrilha encarregada de fazer o reconhecimento.

Os revoltosos ainda conseguiram reagir durante algumas horas, mas estavam sitiados e em grande desvantagem numérica. Optaram então pela fuga da cidade, sendo a maior parte do grupo presa durante a retirada. Estava assim melancolicamente encerrada a revolta no Recife.

1.3.3 A Revolta no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, as notícias dos levantes em Natal e Recife surpreenderam os dirigentes do PCB, pois havia uma clara determinação de que nenhuma ação poderia ser tomada sem o conhecimento da cúpula dirigente do partido assim como dos enviados da IC.

Para discutir a melhor forma de lidar com a situação, uma reunião foi marcada entre os assessores da IC e os membros do partido. Neste encontro ficou deliberado que a revolta deveria ocorrer na cidade a qualquer custo, como forma de prestar solidariedade aos comunistas do Rio Grande do Norte e Pernambuco, paralelamente deveria estourar no país uma greve geral organizada pelos sindicatos comprometidos com o PCB.

Efetivamente nada havia sido preparado para o movimento¹⁰², além disso, o governo com base nas notícias vindas de Natal e Recife tinha posto os quartéis do Rio de Janeiro em aviso como bem ilustra as palavras do General Eurico Gaspar Dutra, comandante das forças legalistas: “Desde a madrugada de 24 de novembro que as tropas da 1ª Região Militar estavam de rigorosa prontidão, mantendo efetiva vigilância em face de possíveis perturbações da ordem. Na tarde de 26 começaram a chegar a meu conhecimento que na noite deste dia reventaria um movimento armado nesta Capital, mas não se positivava bem donde, de que corporação irradiaria este movimento”¹⁰³.

Na noite do dia 25, o Senado havia aprovado o pedido do Presidente da República de decretação de estado de sítio em todo o país, no mesmo dia líderes políticos progressistas, intelectuais, operários e militares foram presos. Tratava-se de uma conjuntura plenamente desfavorável à eclosão de um movimento armado¹⁰⁴. Na reunião entre a direção do PCB, os assessores enviados pela IC para auxiliar no planejamento da ação e Luís Carlos Prestes, foram debatidas estas questões.

Na reunião Luís Carlos Prestes propôs a ideia de se iniciar o movimento em apoio às rebeliões do Nordeste, que eram vistas segundo a sua lógica, como o início do movimento revolucionário nacional, que haveria de depor o Presidente, outro ponto levantado foi que a inércia poderia deixar expostos todos os envolvidos nos preparativos para a insurreição nacional. Esta proposta foi aceita pelo então secretário geral do PCB, Antônio Manuel Bonfim (Miranda)¹⁰⁵, pelos assessores da IC Harry Berger e Rodolfo Guioldi, e referendada pelo Birô Político e dirigentes militares ligados ao Partido.

Decidida a revolta Prestes buscou entrar em contato com seus antigos companheiros militares, utilizando seu carisma de antigo líder tenentista tentando conseguir adesões de última hora ao movimento. Simultaneamente os comunistas tentaram contatar as unidades

¹⁰² VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 240.

¹⁰³ SILVA, op. cit., p. 365.

¹⁰⁴ Em 1935 a polícia possuía documentos e informações sobre vários militantes comunistas que poderiam participar de um movimento insurrecional, este fator foi mais um elemento que possibilitou ao Governo Vargas uma rápida articulação para neutralizar e reprimir os militantes comprometidos com a revolta. As informações sobre o levantamento de dados dos militantes comunistas encontram-se disponíveis em: COSENZA, op. cit., p. 87.

¹⁰⁵ Ao final da Revolta comunista de 1935 Miranda foi duramente criticado por integrantes do PCB que atribuíram a ele a construção de um irreal cenário político e social favorável a insurreição, omitindo os problemas de articulação do partido e subestimando a força do Governo Vargas. Miranda perdeu espaço no PCB após sua prisão e solicitou seu afastamento da agremiação após ter informações sobre o assassinato de sua companheira por integrantes do PCB, baseado em suspeita de que ela teria colaborado com a polícia delatando alguns militantes.

militares que deveriam tomar parte no movimento. As únicas unidades avisadas a tempo foram a Vila Militar, a Escola de Aviação Militar, Realengo e o 3º Regimento de Infantaria (3º RI). Paralelo a estes contatos, os membros do PCB buscavam ainda obter o apoio civil para a revolta, imprimindo durante toda a noite de 25 para 26, panfletos de chamada à revolução que deveriam ser distribuídos ao povo. Contudo somente conseguiram mobilizar alguns elementos ligados a sindicatos, à empresa Light e à Central do Brasil, sendo que nenhum destes grupos teve participação efetiva nos acontecimentos do dia 27.

As ordens para o levante do 3º RI foram entregues aos elementos ligados à revolta por um estafeta e continham os seguintes dizeres: “O 3º ‘Regimento Popular Revolucionário’ deverá se levantar às duas horas da madrugada do dia 26 para 27 do corrente e, a partir das três horas iniciar a execução das missões constantes no plano anexo por mim Luís Carlos Prestes.”

O plano anexado ao bilhete era o seguinte:

“Um batalhão deveria deslocar-se para as proximidades do Arsenal da Marinha e impedir o desembarque de tropas da Marinha; um outro batalhão deveria subdividir-se em dois destacamentos, indo um para as proximidades do Morro S.to Antônio para impedir qualquer ação da Polícia Especial, cujo quartel localizava-se naquele morro, enquanto outro destacamento iria para as proximidades do quartel da Polícia Militar, na Rua São Clemente, para impedir qualquer ação repressiva desse batalhão da Polícia Militar que estava ali aquartelado. Finalmente, o terceiro batalhão deveria deslocar-se para as proximidades do Palácio do Catete”¹⁰⁶.

O quartel do 3º RI era composto de dois edifícios principais, um pavilhão central e um pavilhão interno. Naquela ocasião abrigava três batalhões, cada um deles com três companhias de infantaria e uma de metralhadoras. Os prédios situados entre dois penhascos, foram construídos para sediar a Exposição Comercial de 1908 que comemorava o centenário da Abertura dos Portos. Seu contingente aproximado era de 1.700 homens, grande parte destes recrutas recém-incorporados, sendo que nem todos haviam recebido fardamento. A oficialidade legalista era contada em cerca de 200 homens, enquanto os comunistas contavam com efetivos de 43 militares sendo 2 oficiais aos quais se somava Agildo Barata, que não era oriundo da corporação, estando no 3º RI por questões disciplinares, sendo sua partida prevista para o dia 28/11¹⁰⁷.

Havia muitos fatores que dificultavam as ações revolucionárias no 3º RI. O primeiro era de natureza topográfica, pois o 3º RI ficava entre a montanha e o mar onde os rebeldes

¹⁰⁶ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978. p. 261.

¹⁰⁷ Segundo depoimento de Agildo Barata, os rebeldes estavam em desproporção de 1/10 em relação as forças legalistas. Ver: BARATA, op. cit., p. 265.

podiam facilmente ser encurralados, tendo em vista só existir uma saída possível, a Av. Pasteur, que poderia ser rapidamente fechada pelas tropas do governo. Por isso as ações deveriam ser realizadas no menor tempo possível, pois qualquer demora diminuiria em muito as possibilidades de sucesso do movimento. Outro problema era de caráter prático, tendo em vista que os revoltosos estavam em franca desvantagem numérica em relação às forças legalistas; neste contexto as ações deveriam ser muito bem articuladas com cada um realizando o mais rápido possível a sua tarefa.

Na noite de 26/11 a situação estava bastante tensa no 3º RI. Foram realizadas revistas regulares no quartel e corriam boatos sobre uma possível sedição naquela noite. Todo o batalhão estava em prontidão.

O levante teve início às 2h 30m da madrugada, quando o tenente Leivas Otero levou seu pelotão para cima do baluarte e deu uma rajada em direção a Casa de Ordem, sendo este o sinal convencionado para o início da revolta. Em cada uma das companhias, os revoltosos prenderam os oficiais fiéis ao governo, assumindo o controle da tropa. A reação das forças legalistas foi rápida e vários combates se processaram. A Companhia de Metralhadoras do 2º Batalhão e parte da Companhia de Metralhadoras do 1º Batalhão atacaram ferozmente os rebeldes. Graças a estas duas unidades, o regimento revoltoso ficou praticamente encurralado sem que pudessem descer a companhia dos fuzileiros e nem sair do seu alojamento por algum tempo¹⁰⁸. Isto frustrava a tática da tomada rápida do regimento saída dos revoltosos em direção à cidade.

Enquanto isso na Escola de Aviação Militar (EAM) no Campo dos Afonsos, a revolta se iniciava com 15 minutos de defasagem em relação ao 3º RI. Este fato fez com que chegassem notícias ao comando da unidade sobre a revolta no 3º RI, que prontamente colocou o a guarnição em prontidão, retirando assim o fator surpresa com que pensavam contar os revoltosos.

Os líderes da revolta na EAM eram os capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva, e os tenentes Benedito de Carvalho e Ivan Ramos Ribeiro. Naquela ocasião o efetivo da corporação era de aproximadamente 1.200 homens. Os rebeldes contavam com um pequeno grupo de sargentos e cabos, que formavam o maior contingente da unidade, onde era realizado o curso para a formação de sargento-aviador¹⁰⁹.

¹⁰⁸ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 255.

¹⁰⁹ PINHEIRO, op. cit., p. 302.

A estratégia para a tomada da EAM seria a entrada dos rebeldes em dois grupos: o primeiro comandado pelo tenente Ivan Ribeiro entraria pelo portão central; o segundo composto por Agliberto, Dinarco Reis, o aspirante Walter Benjamim da Silva e Sócrates, entrariam com o carro deste, o plano consistia na rápida sublevação da Companhia dos alunos e do Regimento de Aviação (RA). Após a tomada da EAM, os aviões nela pousados deveriam levantar voo e partir em apoio às ações do 3º RI.

No momento convencionado o carro entrou em grande velocidade no quartel, mas a reação das tropas legalistas foi muito rápida. O tenente-coronel Eduardo Gomes, comandante do 1º RA mesmo ferido na mão, liderou a resistência da unidade. Quando os rebeldes conseguiram chegar aos aviões, descobriram que estes se encontravam sem combustível¹¹⁰. Neste momento as forças legalistas da EAM já contavam com o auxílio da Vila Militar. Era impossível manter resistência, o movimento estava derrotado e a única opção era a fuga.

Sem saber da derrota na EAM, os revoltosos do 3º RI mantinham resistência dentro do quartel, aguardando a o apoio da aviação e da Vila Militar. As tropas legalistas já eram em número muito superior, pois às 2hs50 da madrugada o General Dutra havia sido avisado sobre os acontecimentos, tendo enviado prontamente para a localidade o Batalhão de Guardas e o 1º Batalhão de Obuses de São Cristóvão, ao mesmo tempo em que era providenciada a descida de várias tropas da Vila Militar que bloquearam os acessos a Av. Pasteur.

Durante o combate as tropas do governo utilizaram artilharia pesada, granadas e gases tóxicos¹¹¹. Cerca de uma hora depois de iniciada repressão ao movimento insurrecional, foi enviado pelo General Dutra um ultimato exigindo a rendição dos revoltosos, que contra argumentaram, pois ainda esperavam o apoio da Aviação e da Vila Militar.

Entre 11 da manhã e meio-dia, os aviões da EAM começaram a bombardear o quartel. Não havia mais como manter a resistência. Os rebeldes se renderam, tendo assim se encerrado a Revolta Comunista no Rio de Janeiro, que se constituiu mais num *putsch*¹¹² do que num movimento revolucionário de massas.

Somente participaram do movimento o 3º RI e a EAM. Nas várias unidades que estavam comprometidas com o movimento como a Vila Militar, o Batalhão de Transmissão, o Batalhão de Engenharia, algumas unidades da Marinha e a Escola Militar, muito pouco ou

¹¹⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 257.

¹¹¹ BARATA, op. cit., p. 292

¹¹² O termo Putshismo refere-se a execução de ações menores com objetivos políticos, visando a conquista do poder.

nada foi feito. A greve geral articulada por Miranda e a atuação das brigadas civis armadas em apoio à revolta, não ocorreram, o que limitou a insurreição comunista no Rio de Janeiro a ações isoladas perpetradas na esfera militar¹¹³.

No próximo capítulo abordaremos as medidas repressivas tomadas pelo Governo Vargas após os eventos de novembro de 1935, assim como a construção do olhar anticomunista no Brasil na qual a insurreição comunista foi um fator determinante.

¹¹³ Fazendo uma aproximação da revolta comunista com as insurreições tenentistas, Nelson W. Sodré afirmou sobre o fim da insurreição que: “Era tudo como nos tempos dos levantes do Tenentismo: ralas conspirações, focos iniciais que deflagravam os levantes e esperavam as adesões prometidas, ausência dessas adesões, sacrifício daqueles que cumpriam os compromissos.” SODRÉ, op. cit., p 89.

2 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR: ANTICOMUNISMO E REPRESSÃO

O medo é o pai da crença

Olavo Bilac

A Revolta Comunista de 1935 produziu uma escalada sem precedentes da repressão política e um aumento do anticomunismo no Brasil. No período subsequente à Revolta, o Governo Vargas se empenhou em aplicar medidas de caráter saneador, articulando e uniformizando um discurso de combate ao comunismo contando com o apoio de setores da imprensa, forças armadas, sociedade civil, dentre outros.

A Revolta que em seu *modus operandi* e raio de ação assemelhou-se às rebeliões tenentistas dos anos 1920, seria tratada como um exemplo concreto dos riscos da atuação comunista no Brasil. Diferentemente das insurreições tenentistas que se tornaram símbolos de lutas justas contra a opressão e os descaminhos do sistema republicano brasileiro, os levantes de novembro foram pintados com cores carregadas de ódio e rejeição.

Podemos afirmar que dentro do contexto acima descrito, o ideário comunista seria o princípio gerador da repulsa, que amalgamou diferentes grupos em torno do propósito maior de combate ao comunismo e em defesa da ordem constituída.

No presente capítulo abordaremos as principais ações adotadas no processo de repressão aos comunistas, que dentre outras consequências, promoveram uma articulação maior no aparato policial dos Estados brasileiros, que passou a trabalhar em diversos momentos de forma coordenada com a Polícia do Distrito Federal.

Ainda relativamente à repressão, daremos ênfase à criação do TSN em 1936, destacando ainda o exacerbamento do anticomunismo no Brasil, cujo imaginário e representações estiveram presentes de forma direta no processo de apuração dos atos praticados pelos insurretos em 1935.

2.1 O Anticomunismo como bandeira: a construção do perigo vermelho

O anticomunismo¹¹⁴ entendido como completa e absoluta aversão ao comunismo e às ações e propostas dele decorrentes, converteu-se ao longo dos anos numa das mais importantes marcas dos setores conservadores do Brasil, estando presente nos dias atuais em uma forte retórica que ainda atribui aos comunistas diversas mazelas e estigmas sociais.

A sombra ou mito da revolução comunista se enraizou no imaginário popular brasileiro¹¹⁵, onde ainda podemos perceber a manutenção de discursos de desqualificação do comunismo, muitas vezes desprovidos de fundamentos ou bases na realidade.

A construção da retórica e das práticas anticomunistas foi marcada por uma forte atuação de intelectuais, igreja, políticos, setores da sociedade civil, que agiam, segundo eles próprios, em prol da família, propriedade privada, preservação da ordem social e saneamento da sociedade¹¹⁶. Estes grupos atuaram inicialmente de forma individualizada, mas com o passar do tempo, tornaram-se um movimento organizado a partir da percepção de algumas lideranças conservadoras da necessidade de uma maior articulação e uniformização das práticas de combate ao comunismo.

As principais matrizes ideológicas do anticomunismo foram a Religião, no caso do Brasil principalmente a católica¹¹⁷ que concebia o comunismo como sinônimo de ateísmo e

¹¹⁴ As obras de Eliane Dutra e Rodrigo Patto Sá Motta são referências para o estudo do desenvolvimento e perpetuação do anticomunismo no Brasil. Eliane Dutra articulou o anticomunismo com a constituição de um pensamento autoritário e nacionalista no Brasil, sobretudo durante o Governo Vargas. Ver: DUTRA, Eliane Regina de Freitas. *O arдил totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. 2. ed. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012 . Rodrigo Motta elaborou a partir de pesquisas para sua tese de doutorado, uma obra que estabelece as origens e o fundamento do anticomunismo no Brasil, indicando os principais vetores ideológicos desse discurso e suas continuidades e rupturas ao longo do tempo. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Encontramos a seguinte definição de anticomunismo no Dicionário de conceitos políticos organizado por Norberto Bobbio: “Se eu quisesse oferecer uma definição vocabular, o anticomunismo deveria ser entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também as há anticomunistas.” BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. 11ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998. p.34.

¹¹⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro Mauad, 2014. p 19. De acordo com a historiadora Eliane Dutra: “É pelo temor da revolução que os comunistas são representados como encarnação do mal”. Ver: DUTRA. op. cit., p. 68.

¹¹⁶ DUTRA. op. cit., p 24.

¹¹⁷ Em carta pastoral divulgada no dia 8 de setembro de 1937, o então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme advertia os católicos quanto ao perigo representado pelo comunismo. Em um trecho do documento episcopal ele afirma que em todos os lugares onde o comunismo foi implantado: “[...] instala-se o

destruição dos princípios familiares, o Liberalismo que se contrapunha ao intervencionismo comunista em sua pretensa negação das liberdades econômica e política e seu coletivismo, além do Nacionalismo que criticava o princípio da luta de classes e internacionalismo comunista, os quais entendia que levariam ao enfraquecimento da nação¹¹⁸.

Os anticomunistas podem grosso modo ser definidos como “[...] os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”¹¹⁹. Dentro desse espectro articularam-se segmentos diversos da sociedade como os católicos, liberais e fascistas, cujas pregações iniciaram-se no século XIX, mas que tiveram mais ressonância no XX influenciada pela Revolução Russa¹²⁰ e pela expansão do comunismo no pós-1ª Guerra.

No Brasil a matriz ideológica do anticomunista foi importada inicialmente da Europa e depois do EUA, mas sofreu adaptações de acordo com a nossa tradição e cultura¹²¹, tendo a imprensa, neste contexto, atuado como principal polo de divulgação e auxiliar na construção da ideia do comunismo como algo exógeno e nocivo¹²².

terrorismo coletivo: incêndio das igrejas, assassinato dos sacerdotes, desacato e morticínio de religiosas consagradas à oração e à caridade, execução de cidadãos em massa. O sangue humano corre em torrentes. Nem a vida, nem a honra de suas vítimas são respeitadas.” Mais adiante no mesmo documento clerical, D. Sebastião faz um pedido a Deus que “[...] preserve do flagelo do comunismo ateu o nosso querido Brasil; pedi-lhe que assista as nossas autoridades no cumprimento dos árduos deveres de conservar a ordem social e defender o patrimônio da nossa civilização ameaçada.” Apud DE CARVALHO, General Fernandino. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. p. 115-120.

¹¹⁸ MOTTA, op. cit., p. 18.

¹¹⁹ Idem. p. XIX.

¹²⁰ De acordo com Teresa Malatian o anticomunismo em seu viés político, desenvolveu-se antes da Revolução Russa estando fortemente enraizado na cultura política ocidental e teve como uma de suas matrizes o catolicismo antiliberal do século XIX. MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o Catolicismo no Brasil. In: _____. et al (Org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003.p. 175.

¹²¹ MOTTA, op. cit., p. 21.

¹²² Uma análise sobre a produção e divulgação do discurso anticomunista através da imprensa encontra-se disponível nos trabalhos de Carla Luciana Silva e Bethania Mariani. Carla Luciana realizou sua pesquisa a partir de jornais e livros produzidos ou divulgados no Brasil, que trataram sobre aspectos negativos do comunismo e da URSS. De acordo com essa autora esses impressos afirmavam que, dentre outras características, o comunismo seria incompatível com a própria natureza humana. SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.73. Bethania Mariani desenvolveu sua pesquisa nos periódicos a partir do campo da linguística, analisando a construção discursiva do pensamento anticomunista na imprensa. Através dessa pesquisa ela indica como a palavra comunismo seria utilizada não só para designar uma ideologia política, assim como para realizar uma associação com expressões e sentidos negativos, algo que viria a se consolidar na linguagem jornalística brasileira em meados dos anos 1930. MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998. p.133.

Nesse projeto de construção simbólica e ideológica, os anticomunistas agiram sob a influência de paixões políticas e religiosas. Dentre os segmentos sociais os clérigos e militares foram os mais fortes defensores do anticomunismo ¹²³.

O anticomunismo católico¹²⁴ no Brasil foi organizado a partir da infraestrutura da Igreja e possuía estreita relação com o governo e grupos dominantes¹²⁵. Sua divulgação era realizada através de jornais, alocações radiofônicas, eventos religiosos ou cívicos, nos quais se enfatizava a crítica da Igreja ao materialismo e ateísmo comunistas, ressaltando desprezo que estes demonstrariam pela família, matrimônio e propriedade privada¹²⁶.

A doutrina conservadora da Igreja orientou intelectuais católicos desde os anos 1920¹²⁷, dentro deste contexto, o Centro Dom Vital se destacou como um espaço de formação de influentes líderes católicos na América Latina¹²⁸. Em paralelo a este empreendimento formativo voltado para os intelectuais, houve ainda a preocupação com o movimento operário, algo que esteve presente na criação dos círculos operários, nos quais se buscava o desenvolvimento de líderes sindicais que defendessem a doutrina social da Igreja e que pudessem concorrer com os comunistas e elementos da esquerda¹²⁹.

¹²³MOTTA, op. cit., p. 43.

¹²⁴ De acordo com Jonathan Luxmoore e Jolanta Babiuch a primeira referência ao anticomunismo em um documento papal encontra-se na encíclica *Qui pluribus* de 1846 do Papa Pio IX, redigida dois anos após Marx tecer duras críticas à religião considerada por ele como o “ópio das pessoas”. As encíclicas publicadas posteriormente enfatizaram a incompatibilidade do comunismo com os preceitos cristãos. A encíclica *Rerum novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII 1891, embora mantivesse o viés crítico em relação ao comunismo, igualmente apontava problemas no modelo liberal apresentando a doutrina social da Igreja como uma possibilidade para a harmonização das relações sociais. Para uma análise do desenvolvimento e evolução do anticomunismo na Igreja Católica através de suas encíclicas recomendamos o seguinte artigo: LUXMOORE, Jonathan & BABIUCH, Jolanta. The Catholic Church and Communism, 1789-1989. *Religion, State & Society*, Vol. 27, Nos 3/4, 1999. p. 302. As duas encíclicas mencionadas encontram-se disponíveis nos seguintes links: <<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>> & <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Sobre as características gerais do anticomunismo católico, Teresa Malatian afirma que ele foi “visceralmente anti-iluminista, contrarrevolucionário, antiliberal e pouca distinção fez entre anarquismo, socialismo, comunismo, ao contrário enfeixou essas propostas sob o mesmo rótulo de “perigo vermelho”. MALATIAN. op. cit., p.178.

¹²⁵ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488 2002. p. 466.

¹²⁶ PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “Guardai-vos dos falsos profetas”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937).2010. 155. f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010. p. 17.

¹²⁷ MALATIAN. op. cit., p.179-180.

¹²⁸ PEREIRA. op. cit., p. 16

¹²⁹ RODEGHERO, op. cit., p. 479.

O anticomunismo nos setores militares brasileiros¹³⁰ era anterior aos levantes de 1935, mas a partir deste evento ocorreu uma institucionalização do discurso que transformou o comunismo no maior inimigo das forças armadas¹³¹. Os formuladores e divulgadores desta concepção no meio militar entendiam que o comunismo poderia causar o rompimento da hierarquia e disciplina, pilares fundamentais das forças armadas¹³². Dentro dessa ótica, os militares que atuaram em favor do movimento insurrecional seriam considerados tanto traidores da nação como da própria instituição militar¹³³.

Nas primeiras décadas do século XX, contudo, eram os anarquistas que enfrentavam as maiores críticas e repressão por parte do governo e grupos conservadores no Brasil por deterem a primazia na organização dos operários¹³⁴. Com a diminuição da atuação anarquista, os comunistas que começavam a se organizar politicamente no Brasil nos anos 1920, se declararam como os defensores e condutores da classe operária em direção a um mundo de igualdade social, e, conseqüentemente, passaram a serem os principais alvos das práticas repressivas do governo.

Como indicado anteriormente, um dos momentos-chave para explicar o aumento do anticomunismo mundo e no Brasil foi a Revolução Russa. Este evento histórico teve reflexos em todos os continentes, em graus variados e representou um momento de inflexão nos rumos do movimento operário que a partir de então passava a contar com um referencial concreto e ao mesmo tempo, um símbolo para suas aspirações. No Brasil¹³⁵ a Revolução de outubro de 1917 foi inicialmente assimilada pelos sindicalistas e anarquistas, haja vista que o PCB seria fundado apenas em 1922.

¹³⁰ De acordo com Mario Eustáquio o anticomunismo nas forças armadas foi uma “opção político- ideológica duradoura, abrangente e razoavelmente sistematizada.” TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da ordem: A cultura política anticomunista nas forças armadas: 1935-1985. *Mediações*, Londrina, v.19N.1, P.151-169, Jan./Jun.2014. p.158.

¹³¹ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 2002. p. 41-42 . Os setores anticomunistas militares defendiam que o comunismo era contrário oposto ao nosso caráter nacional. TEIXEIRA, op. cit., p 161.

¹³² JUNIOR, Luiz Otavio Monteiro. Contra a foice e o martelo: a invenção do anticomunismo no Exército Brasileiro. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, Dez. 2016. p. 256.

¹³³ CASTRO, op. cit., p. 42.

¹³⁴ SAMIS, Alexandre Ribeiro. Anarquistas e sindicalistas revolucionários na luta antifascista. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro Mauad, 2014. p. 44. Ainda sobre o movimento anarquista no Brasil ver: DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

¹³⁵ Sobre as influências da Revolução Russa no Brasil ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, Aristélio Travassos de. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1967.

Os bolcheviques, condutores do movimento revolucionário de outubro de 1917, foram considerados inicialmente como traidores da Tríplice Entente e possíveis aliados da Alemanha na 1ª Guerra Mundial, o Brasil mesmo ocupando posição secundária no teatro de ações do conflito, reproduziu esse argumento.

Mas conforme as ações dos bolcheviques foram sendo realizadas e se delinearam mais claramente as rupturas com a ordem institucional e a organização socioeconômica anteriores à revolução, as críticas tornaram-se mais fortes. Os anticomunistas, dentro desse contexto, passaram a se considerar como contrarrevolucionários¹³⁶.

A figura do revolucionário comunista¹³⁷ foi sendo então construída por seus detratores a partir de um olhar que privilegiou o realce da violência da Revolução Russa e dos possíveis desvios morais que marcaram a atuação dos insurgentes¹³⁸. Como consequência desse olhar discriminatório, os comunistas passaram a ser tratados como desordeiros, sendo marginalizados não só pelas elites políticas do país, mas também pela sociedade de um modo em geral¹³⁹.

De uma forma mais ampla, podemos afirmar que não só comunismo, mas todas as ideologias de esquerda eram associadas à perturbação da ordem moral e social, aumento da criminalidade; contudo, como afirma Elisabeth Cancelli: “Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia,

¹³⁶ DUTRA, op. cit. 68.

¹³⁷ De acordo com Jorge Ferreira: “As pregações anticomunistas delineavam o revolucionário com violento e desonesto no plano político, dissolvente e deletério no plano social, subversivo e agitador no plano institucional, dissoluto e imoral – ou amoral – no plano familiar e da sexualidade”. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: Mauad.p. 72. Os regimes comunistas seriam ainda retratados como sendo fundamentalmente criminosos por seus detratores. COURTOIS, Stéphane et all. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 18.

¹³⁸ Acerca do caráter maléfico da revolução comunista, Dom Geraldo Sigaud afirmou ser este movimento essencialmente anticristão e contrário à ordem que as sociedades deveriam seguir. Segundo ele o ideal da revolução comunista era “a cidade dos homens sem Deus, oposta à Cristandade e à ordem natural, que é cidade de Deus.” SIGAUD, D. Geraldo de Proença. *Catecismo anticomunista*. 2ª edição. Editora Vera Cruz, São Paulo, 1963.p. 18. Além Revolução Russa, alguns episódios de ação antirreligiosa dos comunistas na Guerra Civil da Espanha foram denunciados pela Igreja como uma forma de alerta contra os possíveis riscos de implantação do regime comunista.

¹³⁹ PANDOLFI, Dulce. *Camaradase companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.p. 78.

mais justificaram sua existência e mais importante, serviram à associação mítica coletiva de sua ideologia com a obra do demônio”¹⁴⁰.

O discurso anticomunista utilizou-se fortemente da iconografia¹⁴¹, que facilitava a circulação das ideias e compreensão de conceitos mais complexos, no contexto de uma sociedade ainda marcada pelas grandes taxas de analfabetismo.

Seja no campo discursivo seja na utilização de imagens, sedimentou-se uma representação que tendeu a regularidade e permanência no século XX¹⁴², nela o comunismo seria associado a fatores negativos como enfermidade, mal, pacto demoníaco, elemento diabólico etc.¹⁴³.

Para objetivos desta tese, entender a construção e permanência dessas representações até o ano de 1945 quando ocorreu o fechamento do TSN, faz-se necessário, pois os elementos simbólicos e ideológicos a elas associados estiveram presentes nos julgamentos dos comunistas realizados pelo TSN, os quais acreditamos, que tenham sido influenciados, dentre outros fatores, pelas representações visuais que eram divulgadas pela imprensa, órgãos do governo e entidades da sociedade civil.

Getúlio Vargas passou a adotar um discurso fortemente anticomunista num projeto de centralização e repressão a dissidências sociais e políticas, que se aprofundou a partir de 1934 quando os comunistas passaram a ter uma maior inserção fora do meio operário, atraindo militares e pessoas da classe média¹⁴⁴. Neste momento foi se consolidando uma retórica de unidade nacional e um imaginário que transformava o comunista em inimigo que a ameaçava a integridade dos sujeitos e da pátria¹⁴⁵.

¹⁴⁰ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945)*. 1991. 468 f. 2.v. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. p. 165- 166.

¹⁴¹ Concernente à produção de representações sobre o comunismo, de acordo com Wilson Milani: “Houve, evidentemente, muito de caricatural nas representações do comunismo e dos militantes do PCB, o que não significa que não tivessem eficácia nem lastro na realidade imediata. BERNARDES, Wilson Roberto Milani. *As gráficas clandestinas do PCB: anticomunismo e ação repressiva do Estado*. 2020. 275 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 119.

¹⁴² MOTTA, op. cit., p. XXVI.

¹⁴³ As práticas discursivas e representações visuais anticomunistas faziam constantes associações do Comunismo com os elementos negativos mencionados e ainda com a doença, imoralidade e violência. Ver DUTRA, op. cit. & MOTTA, op. cit.

¹⁴⁴ MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.46.

¹⁴⁵ Idem. p. 29.

Foram realizadas campanhas cívicas contra o comunismo, incentivando a delação e exclusão dos comunistas dos sindicatos¹⁴⁶, e seu isolamento no contexto social. Percebe-se dessa forma o processo de sedimentação da imagem do comunista como o inimigo objetivo que justificava a realização de medidas repressivas e a centralização do aparelho policial¹⁴⁷.

Desta forma, quando ocorreu a Revolta em 1935, o anticomunismo já era uma proposta divulgada no Brasil, que possuía ressonância em setores de nossa sociedade, os quais entendiam o comunismo como sinônimo de desordem, e destruição da coesão do tecido social.

Dessa maneira como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, a Revolta Comunista de 1935 seria o elemento chave na consolidação do discurso anticomunista no Brasil, pois segundo este autor:

“Foi a ‘Intentona comunista’, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas tomarem o poder, a qual se bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira. A comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa começou a divulgar indícios, encontrados pela polícia, da participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista (Komintern) na frustrada tentativa revolucionária. Na insurreição estariam presentes elementos clássicos da ação comunista, tal como a representavam e denunciavam os anticomunistas: práticas conspiratória e envolvimento de agentes estrangeiros guiados por Moscou”¹⁴⁸.

Assim ao longo do tempo, realizou-se um empreendimento político e ideológico que criminalizou a Revolta Comunista pela força de imagens, que reconstruíram os eventos de 1935 enfatizando a violência dos rebeldes. A imprensa e setores conservadores da sociedade demonizaram a Revolta Comunista, e descreveram eventos de pilhagens, desordem,

¹⁴⁶ CANCELLI, op.cit., p.197. Segundo Ângela de Castro Gomes após o ano de 1934 ocorreu uma divisão dentro do movimento sindical na qual se destacavam, principalmente, os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho aos quais se opunham aos sindicatos controlados por lideranças da esquerda. A intervenção do governo contra os sindicatos de esquerda, com casos de invasão e destruição de sedes realizadas pela polícia, bem como de coação, violência física e prisão de suas lideranças, já ocorreriam antes da decretação da LSN em abril de 1935, mas após a LSN e, sobretudo em razão da Revolta Comunistas de 1935 houve um aumento significativo da repressão do governo. Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes: “A repressão ao comunismo tornaria inviável qualquer tipo de ação independente surgida do interior da classe trabalhadora.” Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994. p. 177-178.

¹⁴⁷ CANCELLI, op. cit., p. 119.

¹⁴⁸ MOTTA, op. cit. p. XXI –XXII.

estupros¹⁴⁹ e assassinatos covardes cometidos pelos rebeldes contra os elementos das forças legalistas¹⁵⁰.

O procedimento de conformação e enquadramento¹⁵¹ da memória oficial sobre os eventos de novembro fez com que durante muitos anos a Revolta Comunista fosse rememorada pelos seus detratores. Anualmente eram realizadas alocações dos líderes políticos civis e militares¹⁵² no dia 27 de novembro, data da insurreição no Rio de Janeiro. A frase “Lembra-vos de 1935”, sempre repetida nestes eventos oficiais tornar-se-ia ao mesmo tempo uma advertência e um processo mnemônico.

Em seu discurso proferido no dia 1º de janeiro de 1936, Getúlio Vargas lembrou os eventos de novembro de 1935 e dentre outras advertências afirmou que:

“O programa apregoadado pelos sectários do comunismo no Brasil, ignorantes do que vai pelo país e vazios de ideias válidas, incluía como aspiração do proletariado nacional, reformas já executadas e em plena vigor. O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo.”¹⁵³

Neste trecho do discurso de Getúlio Vargas verifica-se a gestação da proposta do trabalhismo de caráter paternalista que buscava, dentre outras medidas, afastar os operários

¹⁴⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 3ª edição. Brasília: Editora Ser, 2007.p. 47.

¹⁵⁰ Um dos maiores mitos envolvendo a atuação dos rebeldes foi a imputação aos insurretos que sublevaram o 3º RI de terem assassinado militares legalistas que dormiam no quartel.

¹⁵¹ Sobre o enquadramento da memória, Michael Pollak faz a seguinte observação: “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. p. 10.

¹⁵² A Igreja Católica igualmente rememorava esta data alertando seus fiéis sobre os perigos que uma nova insurreição poderia causar ao Brasil. PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. *O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”*. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.p.206.

¹⁵³ DE CARVALHO, op. cit. p. 114. Acerca do início das cerimônias públicas em memória dos militares legalistas mortos na Revolta Comunista de 1935, conforme relatado no livro de Celso de Castro: “A primeira comemoração da vitória sobre a Intentona, em 27 de novembro de 1936, ocorreu no Cemitério São João Batista, onde estavam enterrados os oficiais legalistas mortos; as praças — soldados, cabos e sargentos — estavam enterradas no Cemitério São Francisco Xavier. Organizada principalmente pela Liga da Defesa Nacional, a cerimônia não contou com o comparecimento do presidente Vargas nem obteve o destaque que teria nos anos seguintes.” CASTRO, op. cit. p. 43.

das ideologias de esquerda apontando para a concessão benevolente e graciosa de benefícios sociais e trabalhistas¹⁵⁴ por parte do governo.

Além da produção discursiva e de documentos públicos sobre a Revolta de 1935, foi erguido em 1940, no Cemitério São João Batista, localizado no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, um monumento em memória dos militares legalistas que morreram em combate aos insurretos. Este monumento foi transferido para a Praia Vermelha em 1968, no lugar que anteriormente era ocupado pelo 3º RI.

Figura 1- Monumento às vítimas da Revolta Comunista de 1935



Fonte: Site: Conservadorismo do Brasil¹⁵⁵

A produção de um monumento tem o objetivo de preservar um ponto de vista sobre determinado acontecimento, não sendo desta forma uma ação isenta de conteúdos ideológicos e simbólicos. Como enfatizado por Jacques Le Goff: “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são

¹⁵⁴ Sobre a construção do trabalhismo no Brasil recomendamos: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

¹⁵⁵ Disponível em <<https://conservadorismodobrasil.com.br/2017/05/monumento-vitimas-da-intentona-comunista-de-1935.html>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

testemunhos escritos”¹⁵⁶, ele se constitui assim num importante objeto material utilizado no enquadramento da memória¹⁵⁷.

2.2 A repressão ao Comunismo após os levantes de 1935: a lógica do silenciamento

2.2.1 A atuação da Polícia

Não me proponho neste tópico da tese a discutir de modo aprofundado a origem e atuação da polícia, tema que se tornou objeto de pesquisa nos campos das ciências humanas e sociais, mas apontar alguns diretrizes e procedimentos que permearam a ação repressiva dessa instituição em relação aos eventos de 1935.

A gênese da fundação do aparato policial deve ser buscada na própria constituição de seu relacionamento imbricado com a política, que é expresso, como lembra Regina Célia Pedrosa, na própria origem semântica dessas palavras, ambas compostas a partir do mesmo radical originado da “*polis*” grega, entendida como o núcleo básico da convivência humana¹⁵⁸; existiria desta forma, uma interligação interna e inevitável entre polícia e política.

O aparato policial moderno tem sua origem na necessidade do controle das cidades europeias que verificavam um crescimento demográfico fruto do processo de desenvolvimento industrial e do êxodo rural a partir do século XVIII. Esse aumento populacional ocorreu sem que fossem criados, em paralelo, políticas públicas de investimento social e aprimoramento da infraestrutura das cidades, assim como medidas que garantissem o bem estar material da população. A ausência desses fatores produziu eventos de escassez de alimentos, proliferação de epidemias e aumento da criminalidade¹⁵⁹, que chamaram a atenção

¹⁵⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). p.462.

¹⁵⁷ POLLAK, op. cit., p. 8.

¹⁵⁸ PEDROSA, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005. p. 17.

¹⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 41.

dos Estados então constituídos, para a necessidade de incremento e modernização de medidas que tornassem mais eficiente o controle das classes populares.

Dentro desse contexto a polícia seria pensada como órgão essencial no controle social e na prevenção da criminalidade, exercendo um poder disciplinar que agia sobre indivíduos de modo a coibir a prática de crimes ou atos que atentassem contra os códigos morais estabelecidos, tornando-os úteis para extração de seu potencial econômico¹⁶⁰. Não obstante as diversas mutações que o aparato policial sofreu ao longo dos anos, na constituição dos diferentes regimes políticos, fossem eles autocráticos ou democráticos, a polícia tendeu desde então a ser concebida como uma instituição essencial na preservação das instituições.

Dentro deste quadro, o policial representaria a ordem e a lei em oposição aos criminosos sobre os quais se lançavam estereótipos sociais. Sua ação seria fundamentada em procedimentos e técnicas que visavam depurar a sociedade os seus membros potencialmente perigosos, que tinham uma correlação direta, através da ideologia conservadora de nossa sociedade, com as classes populares¹⁶¹. O aparato policial teria, dentro dessa lógica, a função de silenciar os potencialmente perigosos, o que levou à constituição do conceito do criminoso, que foi estabelecido a partir de um universo de exclusão social, que definia através de critérios principalmente econômicos quem seriam os perseguidos.

A atuação da polícia preocupava-se com a construção dos fatos segundo a lógica de um órgão de repressão, com intuito de elaborar um discurso único baseado na ordem¹⁶² social que se buscava preservar¹⁶³.

No campo de sua atuação contra os chamados crimes políticos, que eram imputados aos que defendiam uma ruptura da ordem institucional motivada por convicções ideológicas, a denominada polícia política¹⁶⁴ exerceria um papel de domesticação das massas, atuando em

¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 118.

¹⁶¹ PEDROSA, op. cit. p. 52.

¹⁶² O discurso de ordem assumiu um tom acusatório ao apontar para o inimigo, cuja imagem negativa foi sendo construída a partir de provas recolhidas junto aos espaços de sedição, daí a importância dos autos de apreensão e dos relatórios de investigação. Idem. p. 15

¹⁶³ “A dinâmica interna e externa da instituição policial é não só parte integrante da dinâmica social, como a polícia se situa como elemento fundante da manutenção do poder e da ação do Estado”. In: CANCELLI, op. cit., p. 116.

¹⁶⁴ A criação da polícia política envolveu um processo de especialização dos órgãos da instituição policial. De acordo com Marília Xavier, esta especialização, “mais do que indicar uma ruptura, poderia sugerir a “radicalização” de uma prática institucional já estabelecida”. XAVIER, Marília. Da polícia política. In: *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, pp. 32-41. p. 35. Rodrigo Patto Sá Motta apresenta a seguinte definição para a polícia política: “Polícia política é o setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem, sua existência é

conformidade com uma retórica que preconizava uma série de estigmas acerca dos excluídos. O raciocínio policial tinha, neste contexto, a missão de comprovar o crime político identificado através de ideias e ações sediciosas, numa forma eminentemente acusatória de ação. Através desta forma de ação, o Estado passaria a exercer o duplo controle sobre os indivíduos: social (dos corpos) e político (ideias)¹⁶⁵.

A partir do Governo Vargas foi posto em prática um plano de uniformização e centralização das ações repressivas da polícia, tendo como norteadora e polo irradiador a Polícia do Distrito Federal, cujas diretrizes e procedimentos institucionais estiveram fortemente presentes na repressão aos envolvidos na Revolta Comunista de 1935, que se constituiu no momento chave em que o processo de padronização dos serviços policiais foi posto em prática.

Durante o Governo Vargas foi realizado um amplo reaparelhamento da polícia, cuja figura de proa inicial foi João Batista Luzardo, primeiro chefe de polícia do DF. Luzardo era amigo e ex-aluno do médico legista Afrânio Peixoto e para a tarefa de organizar o Gabinete de Identificação ele escolheu o seu ex-colega da faculdade de medicina, Leonídio Ribeiro.

Para tornar mais eficiente o combate aos comunistas, Luzardo contratou dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque para organizarem um serviço especial de repressão ao comunismo em moldes norte-americanos.

Durante esse período foram introduzidas inovações técnicas com investimento no instituto de identificação e estatística criminal, no Instituto médico legal e no Gabinete de pesquisas científicas¹⁶⁶. Mas além deste aspecto operacional, devemos realçar o fato de que a partir do Governo Vargas e da atuação do seu segundo Chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, foi posta em prática uma ampla política de centralização das informações e de uniformização das ações repressivas, que a tornariam uma referência para os atos praticados contra os envolvidos nos eventos de 1935.

justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho do Estado.” In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Jan.2006, pp. 52-69.p. 55.

¹⁶⁵ CANCELLI, op. cit., p. 54.

¹⁶⁶ Idem. p. 110-111. O desenvolvimento da polícia científica representou um avanço na modernização e profissionalização das instituições policiais, na qual se enfatizou a melhoria nas técnicas de identificação criminal. Através desta proposta entendia-se que a polícia deveria se tornar mais eficiente no combate aos comportamentos nocivos e perigosos. Ver: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital da Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996 . p. 53.

Em 1935 foi realizada a partir de Filinto Müller uma articulação da polícia brasileira com organizações internacionais como FBI, Gestapo e Serviço secreto britânico¹⁶⁷, que forneceram dados e ajudaram na definição de protocolos no combate aos crimes políticos e, sobretudo na repressão aos comunistas¹⁶⁸. O amplo espectro dessa cooperação demonstra que não havia uma distinção ideológica no governo Vargas na busca de apoio e subsídios que tornassem mais eficiente à repressão aos comunistas. Esse intercâmbio de informações foi importante para a adoção de ações preventivas para conter uma insurreição comunista no Brasil, bem como para a obtenção de informações que ajudaram na identificação e prisão dos organizadores da Revolta de Comunista, principalmente os assessores internacionais enviados pela IC dos quais foram fornecidos dados pelas agências estrangeiras de investigação.

A atuação eficiente de Filinto Muller na chefia da polícia do DF se manifestou de forma mais direta no comando do Departamento Especial de Segurança Política e Social (DESPS) criada em 1933 e regulamentada no ano seguinte¹⁶⁹. Em sua estrutura a DESPS contava inicialmente com três seções: Segurança Política (S-1), Segurança Social (S-2) e Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (S-3) instituídas pelo Decreto n. 22.232 de 10 de janeiro de 1933 e pelo Decreto n. 24.531 de 2 de junho de 1934. A DESPS passaria por uma reestruturação nos anos seguintes sendo-lhe adicionada em 1938 a Seção de Arquivo (S-4) através da Portaria n. 4030, de 10 de abril de 1938, e a partir de 1939 foram instituídos o Serviço Reservado (SR), o Serviço de ronda e o Serviço Secreto. A última modificação ocorrida durante o Estado Novo foi a criação do Serviço de Investigações e Pesquisas em 1942¹⁷⁰.

¹⁶⁷ ROSE, R. *S.O homem mais perigoso de todos: biografia de Filinto Müller*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.p.116.

¹⁶⁸ Havia preocupação da polícia brasileira como a difusão do comunismo na América do Sul, o que também levou a realização de atividades de colaboração com organizações policiais nos países sul americanos. Ver: NEVES, David Rodrigues Silva. *O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 105.

¹⁶⁹ De acordo com Luís Reznik a função da polícia política remonta ao início do século XX: “A especialização e modernização da Polícia acompanharam a diferenciação social e o crescimento urbano e suscitaram o surgimento, em 1920, de uma Seção de Ordem Social e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal”. Ver: REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: A polícia política no pós II Guerra Mundial*. 2000. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 94. Ainda de acordo como o mesmo autor a criação da DESPS em 1933 representou a consolidação da autonomia da polícia política no âmbito federal.

¹⁷⁰ CAMARGO, Fabíola da Silva. *Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais rurais entre 1945 e 1964*. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014. p. 56 e 57. Em decorrência de

Esses departamentos representavam o núcleo da atuação policial no combate aos crimes políticos, suas táticas envolviam a infiltração policial nas organizações operárias¹⁷¹, como forma de promover o reconhecimento da área e atuação e táticas dos “subversivos”, além da composição de arquivos com fotos e documentos, para a elaboração de dossiês de potenciais criminosos políticos.

Longe de ter se constituído num desenvolvimento contínuo e sem resistências, a formação das polícias políticas foi um processo marcado por disputas de poder político nas quais interesses locais se contrapuseram à proposta de centralização do Governo federal. Neste sentido devemos nos atentar para o fato de que as delegacias de polícia política surgiram atreladas aos governos estaduais, apresentando uma autonomia em relação ao governo federal¹⁷².

Conforme salienta Rodrigo Patto Sá Motta, um momento importante nessa disputa de forças entre o centralismo do Governo Federal e a tendência federalista dos Governos estaduais foi o Congresso dos chefes de polícia realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1936. Este encontro convocado pela chefia de polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça tinha o objetivo de “estreitar laços entre as policiais estaduais, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho de repressão ao comunismo. Sobretudo, estava em jogo o projeto de fortalecer a polícia do Distrito Federal, comandada por Filinto Muller.”¹⁷³ Ao final do congresso ficou acordado que as polícias estaduais firmariam convênios com a polícia do DF, compartilhando informações acerca de investigações sobre atividades subversivas.

Ainda que esse acordo fosse firmado, as polícias políticas ainda permaneceram como órgãos estaduais, mesmo na vigência do Estado Novo, embora o chefe da polícia do DF pudesse se envolver nas atividades das polícias de vários Estados¹⁷⁴.

Por fim, no que concerne à atuação policial, devemos ressaltar que no processo de construção dos dossiês e na identificação dos criminosos políticos, a atuação da polícia contribuiu para a construção e estigmatização da imagem dos culpados, os comunistas eram

processo de reestruturação e do aumento de seus quadros, a DESPS tomou-se “um organismo bem mais complexo, sendo denominado de Divisão de Polícia Política e Social” a partir de 1943. Ver: REZNIK, op. cit., p. 92.

¹⁷¹ NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro - 4ª edição, 1966.p.13.

¹⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Jan.2006, pp. 52-69. p. 57

¹⁷³ Idem. p. 57

¹⁷⁴ Idem. p. 59

fotografados pela polícia da mesma forma como eram registrados os criminosos comuns. Algumas fotos das operações policiais e dos presos eram divulgadas para a imprensa o que alimentava o imaginário coletivo, recheado de imagens de ordem e segurança.¹⁷⁵ Nos próximos capítulos veremos como essas fotos foram utilizadas para reforçar uma identidade criminosa imputada aos comunistas conectando-se ao discurso anticomunista que permeou a repressão aos envolvidos na Revolta Comunista de 1935.

2.2.2 Ações repressivas

A repressão que se sucedeu aos acontecimentos de novembro constitui-se num dos episódios mais nefastos de nossa história político-social. Imediatamente após o fim das revoltas, foram realizadas várias prisões que superlotaram os presídios. Inicialmente os presos pelos acontecimentos do Rio de Janeiro eram levados à Casa de Detenção, contudo, esta ficou tão cheia que se optou pela utilização do navio Pedro I como solução para o problema.

Este navio tomado aos alemães na Iª Guerra, já havia sido utilizado como carceraria durante a Revolução Constitucionalista em 1932. Ele ficava ancorado no cais no bairro da Glória, com um destróier nas imediações para desencorajar possíveis tentativas de fuga. Em seu porão eram simplesmente amontoados os presos que chegavam, em condições simplesmente insuportáveis, tendo em vista o calor sufocante em seu interior que era exacerbado com a grande quantidade de pessoas que ali se encontravam. Um dos poucos camarotes bons foi dado ao presidente da ANL, Hercolino Cascardo, oficial da Marinha, que sofria de claustrofobia. Por motivos de segurança, decidiu-se que o navio deveria ser levado ao fundo da Baía de Guanabara próximo a Ilha do Governador¹⁷⁶.

No final do mês de março de 1936, o chefe da Polícia do Distrito Federal Filinto Strubing Müller anunciava o número de detenções realizadas, que foi calculado em pouco mais de 3.000 pessoas, incluindo 901 civis. Nos meses seguintes ocorreram sucessivas prisões que segundo as estatísticas oficiais, elevaram este número para 7.056 detidos em todo o

¹⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p 28.

¹⁷⁶ DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935 – 1945: repressão em meio ao Cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 14 e 15.

país¹⁷⁷. Vários prisioneiros foram levados à Colônia Correccional de Dois Rios na Ilha Grande onde faziam trabalhos forçados. Foi criada nesta época uma colônia agrícola na pedregosa Ilha de Fernando de Noronha em Pernambuco¹⁷⁸.

Retomava-se nesse momento práticas repressivas que foram largamente utilizadas na Primeira República, sobretudo durante o Governo de Arthur Bernardes, em relação às populações pobres e “perigosas”¹⁷⁹, que eram aprisionadas pela expectativa de realização de um ato delituoso, sem que houvesse em muitos casos uma circunstância material que justificasse o encarceramento.

As prisões em massa realizadas após a insurreição comunista obedeceram a essa mesma lógica e serviram como pretexto para realização de uma “profilaxia” social, livrando a sociedade dos indivíduos potencialmente perigosos à ordem estabelecida. No caso dos comunistas em especial, a estigmatização dos mesmos se encontrava produzida e ancorada em narrativas anticomunistas, que os consideravam criminosos de fato ou em potencial; sua perseguição seria desta maneira uma forma de controle social preventiva¹⁸⁰.

Além dos revoltosos de novembro, foram encarcerados médicos, estudantes, advogados, membros da classe média que compunham a ANL. Professores universitários de renome como Edgard de Castro Rebelo, Leônidas Rezende, Hermes de Lima e Carpenter Ferreira, este último com 80 anos, foram colocados em celas comuns¹⁸¹.

O depoimento do escritor Graciliano, preso neste período e encarcerado na Ilha Grande, nos dá bem uma ideia do quão nefastas se constituíram estas práticas de repressão:

“O levante do 3.º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana. [...] O Congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho – e vivíamos de fato numa ditadura sem freio. Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronices a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros. Pensando nessas coisas, desci do automóvel, atravessei o

¹⁷⁷ HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986. p. 106.

¹⁷⁸ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978.p. 305.

¹⁷⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.p. 320.

¹⁸⁰ “A estigmatização daqueles que tem maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal”. In: GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988 p. 149-150.

¹⁸¹ CAMARGO, Aspásia.et.al. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. p. 63.

pátio, que, em 1930, vira cheio de entusiasmos enfeitados com braçadeiras vermelhas. Numa saleta, um rapaz me recebeu em silêncio, conduziu-me a outra saleta onde havia uma cama e desapareceu. O mulato fez a última viravolta e desapareceu também. A porta ficou um soldado com fuzil. [...]

O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos não apareciam. Nem uma palavra de acusação. Permaneceríamos talvez assim. Com certeza havia motivo para nos segregarem, mas aquele silêncio nos espantava. Porque não figuramos em autos, não arranjavam depoimentos, embora falsos, num simulacro de justiça? Farsas, evidentemente, mas nelas ainda nos deixariam a possibilidade vaga de mexer-nos, enlear o promotor. Um tribunal safado sempre vale qualquer coisa, um juiz canalha hesita ao lançar uma sentença pulha: teme a opinião pública, em última análise o júri razoável. É esse medo que às vezes anula as perseguições. Não davam mostra de querer submeter-nos a julgamento. E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até o foro que nos sentenciava.”¹⁸²

Muitas pessoas permaneceram presas como o escritor, por mais de um ano sem nota culpa, até serem libertados pela “Macedada” em 1937¹⁸³. Os assessores da IC e os dirigentes do PCB, igualmente foram detidos, ficaram tristemente conhecidas as torturas praticadas contra Antônio Manuel Bonfim, Carlos Mariguela, Harry Berger e sua esposa Elise, que junto com a esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário foi deportada para a Alemanha nazista¹⁸⁴. Elise veio a morrer em janeiro de 1939, na França ocupada, Olga morreria na Páscoa de 1942 no campo de concentração de Ravensbruck, na Alemanha, seis anos após ter gerado sua filha Anita, nascida nos cárceres nazistas três meses após expulsão do país. Por uma trágica coincidência do destino, Anita nasceu no dia 27 de novembro de 1936, exatamente no aniversário de 1 ano da revolta no Rio de Janeiro¹⁸⁵.

O governo tratava de institucionalizar a repressão criando medidas para tornar a punição dos envolvidos e supostos simpatizantes dos comunistas mais eficiente. Neste contexto, as revoltas de novembro haviam surgido como um excelente pretexto para tais medidas, pois tinham elevado o temor das elites em relação à ameaça vermelha, que não era

¹⁸² RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013. passim.

¹⁸³ Em maio de 1937, o ministro da Justiça Macedo Soares decretou a libertação dos presos que ainda estivessem sem culpa formada. Os réus que permaneceram presos por mais de dois anos e foram absolvidos ao final do processo, não receberam nenhum tipo de indenização por parte do governo. Ver: LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 200.

¹⁸⁴ Olga e Elise Ewert foram deportadas para a Alemanha e não para o último país que tinham passado antes de chegar ao Brasil conforme a lei determinava. ROSE, op. cit.. p. 124.

¹⁸⁵ CANALE, Danilo et. al. *Novembro de 1935: Meio Século depois*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda.: 1985. p. 86.

um fato recente¹⁸⁶. A imprensa ajudava a criar um clima de histeria coletiva com notícias bombásticas e dramáticas sobre o movimento comunista no Brasil.

De todos os lados choviam críticas a Constituição, sobretudo por sua feição “excessivamente liberal”. Devemos lembrar, contudo, que em abril de 1935 a Câmara já havia aprovado a LSN em meio a uma série de disputas e críticas dos deputados da oposição e setores liberais da sociedade. A LSN que havia servido de precedente legal ao fechamento da ANL em julho de 1935¹⁸⁷, havia criado os instrumentos complementares de controle social e político juntando-se ao estado de sítio previsto na Constituição de 1934. A tão criticada Carta Constitucional deixara de existir efetivamente com a aprovação da LSN¹⁸⁸, que foi um instrumento eficiente, utilizado pelo governo contra os opositores do regime¹⁸⁹, levando também a aniquilação do movimento sindical autônomo, pois através dela vários sindicatos foram postos sob intervenção e as lideranças independentes presas ou sumariamente afastadas¹⁹⁰.

A LSN era desta forma, uma possibilidade de aplicação de situações especiais de julgamento e repressão fora da constituição¹⁹¹, servindo assim como importante instrumento de controle social e ideológico. “Com base na LSN, os homens da legalidade detinham o direito de vasculhar o submundo das ideias”¹⁹².

Menos de um mês após as revoltas, em 18 de dezembro, o Senado aprovou uma emenda constitucional (que havia sido apresentada no dia 25/11 em plena Revolta do Recife) que autorizou o Presidente a declarar o Estado de comoção interna, idêntico ao Estado de

¹⁸⁶ Havia por parte do Governo Vargas a preocupação com a propaganda política e com a presença de extremistas, que levaram ao estabelecimento de leis contra os crimes políticos nos anos 30. Ver: PEDROSA, op. cit., p.103-104.

¹⁸⁷ A ANL foi fechada provisoriamente pelo decreto n.º, 229 de 11/07/35, seu fechamento definitivo só ocorreu em 11/12/35, após os levantes comunistas.

¹⁸⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização política: Partidos e a Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 37.

¹⁸⁹ Pela LSN os crimes políticos passaram a ser regulado por legislação especial, submetidos a um regime mais rigoroso, que abandonava diversas garantias processuais. BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. 2009.226 f. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. p. 37.

¹⁹⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994. p. 161.

¹⁹¹ NEVES, op. cit., p. 69.

¹⁹² CARNEIRO, op. cit., p. 17.

Guerra (art. 161, da Constituição de 1934)¹⁹³. Desta forma, as revoltas de novembro eram equiparadas a intervenção de uma potência estrangeira. Foram aprovadas ainda duas emendas que reforçavam a LSN, pela 1ª emenda o Executivo poderia por decreto cassar a patente de militares da ativa ou da reserva e de acordo com a 2ª emenda, poderia se proceder da mesma forma em relação aos funcionários civis, que perderiam seus postos.

Um dos primeiros atos do Governo de posse de tais armas foi prender cinco parlamentares que vinham fazendo franca oposição às medidas de exceção. Foram presos o senador Abel Chermont (PA) e os deputados Abguar Bastos (PA), Domingos Velasco (GO), João Mangabeira (BA) e Otávio da Silveira (PR). O Estado de guerra havia suspenso a imunidade parlamentar; a prisão destes congressistas acabou por enfraquecer ainda mais a oposição ao governo.

Nos meios militares a situação não era menos tensa. Os levantes de 35, embora em alguns aspectos menos violentos que as rebeliões militares tenentistas e a Revolução de 1930, foram tratados com singular intolerância pela cúpula militar. Os inquéritos preliminares levaram a expulsão quase instantânea de 53 oficiais (incluindo Prestes¹⁹⁴, André Trifino Correia, Agildo Barata dentre outros), e a reforma compulsória de outros doze, acusados de não resistirem à revolta. O número de expulsos chegou a pelo menos 107, centenas de cabos, sargentos e soldados foram também excluídos do Exército. As rebeliões de 35 serviram ainda para a cúpula militar sedimentar de vez sua base, encerrando um processo que havia se iniciado após a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁹⁵. A derrota da rebelião e a repressão desencadeada pelo governo significaram ainda a liquidação do movimento tenentista, enquanto iniciativa autônoma da jovem oficialidade¹⁹⁶.

Foram criadas ainda duas comissões especiais para o combate às ideias subversivas: A Comissão Especial de Combate ao Extremismo (CECE) que agiria no âmbito militar e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) que atuaria na esfera civil. A CNRC criada pelo Presidente Vargas a pedido do Ministro da Justiça Vicente Rao, empreendeu uma violenta campanha contra comunistas e liberais, sua função era investigar de

¹⁹³ Constituição de 1934. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 21/ fev. 2020.

¹⁹⁴ Prestes encontrava-se na condição de desertor do Exército Brasileiro e havia para ele um mandato de prisão expedido pela justiça militar. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a ANL: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo, Brasiliense, 2008. p. 128.

¹⁹⁵ DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito Hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 268.

¹⁹⁶ Idem. p. 269.

forma sumária a participação de elementos da sociedade civil em atividades nocivas a nação. A comissão era constituída pelo Almirante Dario Leite de Castro, pelo General José Pessoa e o deputado Adalberto Corrêa, passando a funcionar no 2º andar do Ministério da Marinha. A pedido da comissão diversas pessoas foram presas por suspeita de propagação de ideias extremistas, entre elas o prefeito do Distrito Federal Pedro Ernesto.

Paralela a estas medidas, era empreendida uma vigorosa campanha ideológica do governo no sentido de criar um clima negativo na sociedade em relação ao comunismo e à URSS¹⁹⁷. Foram mobilizados o Ministério da Educação, a secretaria de Educação da Prefeitura entre outros órgãos. Em março de 1936, o Ministro da Educação Gustavo Capanema inaugurou uma série de conferências públicas sobre o tema “As Grandes Diretrizes da Educação Nacional” e o primeiro conferencista Amoroso Lima, tratou sobre a “Educação e Comunismo.” Em abril do mesmo ano foi anunciada a criação de uma comissão especial com o objetivo de censurar a literatura infantil, eliminando as possíveis ideias subversivas¹⁹⁸.

Essas propostas representavam um esforço na divulgação de conteúdos que promovessem a ideia de união nacional em torno de Getúlio Vargas que reforçassem o combate ao comunismo. Esse projeto passou a contar a partir de 1937 com o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que antecedeu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado durante o Estado Novo. Esses órgãos assim como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) atuariam como instrumentos de saneamento ideológico da nação.

Getúlio Vargas passava a contar com o estado de sítio equiparado ao estado de guerra, que foi sucessivamente prorrogado a pedido do governo, passando o país a viver sob um estado de exceção até 1937 (o único intervalo dentro deste período ocorreu entre julho e setembro de 1937 quando pedido não foi aceito) e com a LSN reformada. Em nome da segurança nacional o Governo promoveu um discurso ordenador e saneador apresentando-se naquele período conturbado como sendo o intérprete do sentimento de pátria e do povo brasileiro¹⁹⁹, reforçando assim a proposta de um pacto nacional contra o comunismo extremista liderado pelo Poder Executivo.

O governo soube utilizar o “espantalho comunista” como forma de aprimorar os mecanismos de controle social e fortalecer um discurso autoritário acerca da condução política do país. Acerca do autoritarismo político, devemos atentar para o fato de que este não

¹⁹⁷ Esse projeto envolveu a participação do Itamaraty que se empenhou na articulação com os países vizinhos do Brasil na bacia do Prata afim de que fosse adotadas medidas atitude anticomunista e antissoviética. NETO, Lira. *Getúlio (1934-1945)*. Do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Cia das Letras, 2013. p. 248.

¹⁹⁸ HILTON, op. cit., p. 117.

¹⁹⁹ CARNEIRO, op. cit., p 20.

foi construído a partir da Revolta Comunista, a origem de sua proposição em nosso país pode ser datada a partir da crise da Primeira República, quando se tornam proeminentes os discursos e os intelectuais²⁰⁰ que contestavam o liberalismo econômico e a extrema vinculação do Estado brasileiro à dinâmica política oriunda do poder exercido pelas elites ligadas à cafeicultura, indicando a necessidade de criação de um governo forte que pudesse suprimir as disputas políticas locais, estabelecer um projeto de desenvolvimento baseado ingerência econômica do Estado com a tutela/controle social da população, e harmonizar as relações sociais²⁰¹. Esta proposta teria grande influência em segmentos que chegaram ao poder junto com Vargas por ocasião da Revolução de 1930 e tornou-se mais forte a partir da Revolta Comunista.

Em relação à repressão aos envolvidos na Revolta Comunista, faltava ainda um instrumento legal que tornasse mais eficiente o julgamento e a punição dos implicados. Esta seria a função desempenhada pelo TSN, que atuaria com o braço da repressão judicial em consonância com as diretrizes de um sistema de prevenção, coerção e condenação²⁰².

2.3 O Tribunal de Segurança Nacional: atuação e mutações

A ideia da criação do TSN²⁰³ frutificou entre os elementos do governo, por ocasião das revoltas de novembro. Em reuniões realizadas por lideranças civis e militares fiéis a Vargas

²⁰⁰ Os principais ideólogos do autoritarismo nacionalista nos anos 1920 foram Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Em suas obras esses pensadores debateram sobre as raízes da crise econômica e política do país a partir de estudos de caráter histórico e sociológico. Suas propostas tenderam a apontar a necessidade de constituição de um governo forte que atuasse em prol do interesse nacional, agindo acima das vontades da população, considerada por eles como sendo estruturalmente incapaz de agir de forma consciente no exercício de sua cidadania, em virtude dentre outros fatores, do seu baixo nível educacional e pela miscigenação racial, que era criticada, sobretudo por Oliveira Viana e Azevedo Amaral.

²⁰¹ VIANNA, Marly. Contra o liberalismo e o comunismo: uma democracia autoritária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 33, no 71, p.469-488, Setembro-Dezembro 2020. p. 475.

²⁰² NEVES, op.cit., p. 21.

²⁰³ A origem, funcionamento e repercussões do TSN na esfera política e jurídica do Brasil tem sido um tema abordado tanto pelos historiadores quanto pelos pesquisadores do campo do Direito. Escrito a partir de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense em 1979, o livro “Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e direita no banco dos réus”; publicado originalmente em 1982 ainda é uma importante referência sobre o tema ao apontar as motivações para criação do TSN, suas fases e modo de atuação. CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

foi defendida a necessidade de estabelecimento de uma corte específica, que contasse com poderes excepcionais para julgar os implicados na insurreição.

Segundo essas opiniões, era imprescindível a existência de um tribunal de exceção que julgasse os crimes previstos nas leis n.º 38 e 136 de abril de 1935. Algumas pessoas como o general João Gomes, ainda lembravam que de acordo com a legislação vigente a pena máxima para os implicados na revolta seria de 6 anos de reclusão, considerada pequena ante a gravidade dos fatos ocorridos²⁰⁴.

O governo Vargas queria um tribunal especial para julgar os crimes de 1935, que no seu entendimento eram superiores às competências dos tribunais da justiça comum²⁰⁵. Havia um receio em se deixar a punição dos crimes políticos²⁰⁶ e dos revoltosos nas mãos da justiça federal considerada ineficiente ou da militar, o que representaria um risco de fortalecer politicamente as forças armadas²⁰⁷. A criação de um tribunal específico dentro deste contexto mostrava-se necessária, pois “[...] não adiantava alterar a legislação se no âmbito do direito não houvesse pessoas e órgãos afinados com a ideologia do regime”²⁰⁸.

No dia 15 de julho de 1936, Getúlio Vargas enviou ao Congresso, uma mensagem pedindo a criação de órgão especial de justiça. A minoria parlamentar liderada pelo deputado João Neves da Fontoura, protestou energicamente contra a proposta que feria o artigo 113 parágrafo 25 da Constituição de 34, a partir do qual não poderia existir tribunal de exceção no país. Por este dispositivo constitucional, os envolvidos na revolta de 35 deveriam ser julgados por tribunais civis e militares²⁰⁹. No entanto a resistência parlamentar não surtiu efeito.

O Governo Vargas conseguiu aprovar o projeto de criação do TSN utilizando como justificativa legal os artigos 84 (Os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas terão foro especial nos delitos militares. Este foro poderá ser estendido aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do País, ou contra as instituições militares) e 85 (A lei regulará também a jurisdição dos juízes militares e a aplicação das penas da legislação militar, em tempo de guerra, ou na zona de operações durante grave comoção

²⁰⁴ Idem. p. 42,

²⁰⁵ Idem. p. 41,

²⁰⁶ Durante a Primeira República os julgamentos dos dissidentes políticos eram realizados por juízes regulares, como os processos que envolveram os envolvidos na revoltas tenentistas. Ver: PINHEIRO, op. cit. p.325.

²⁰⁷ BALZ, op. cit., p. 92,

²⁰⁸ Idem. p. 139.

²⁰⁹ NEVES, op. cit., p. 70.

intestinal)²¹⁰da Constituição de 1934,que previam a possibilidade de existência de um juizado especial.

A lei número 244 que criava o TSN foi publicada no Diário Oficial de 12/09/36. O tribunal era instituído como órgão da Justiça Militar e funcionava exclusivamente no Distrito Federal, para onde deveriam remetidos todos os processos para julgamento. As decisões eram tomadas por maioria dos votos cabendo recurso no Supremo Tribunal Militar, o que o caracterizava como órgão de primeira instância, embora o recurso não tivesse efeito suspensivo. Os magistrados julgariam como juízes de fato, por livre convicção, qualquer que fosse a origem do processo, isto é, fosse ele enviado por outros órgãos, ou instruído pelo próprio tribunal.

Juridicamente o TSN pode ser considerado como equivalente aos tribunais estabelecidos na Itália fascista e Alemanha nazista²¹¹, seu objetivo principal era de dar um ordenamento legal às práticas abusivas contra os opositores do regime, que já vinham sendo realizadas pelas delegacias de ordem política e social em todo país²¹². Com a criação do TSN formalmente ocorreu a transferência da competência de julgar crimes políticos da justiça comum para a justiça especial ²¹³.

O TSN possuía normas processuais específicas para ação e julgamento excepcionais às disposições processuais comuns²¹⁴, como tribunal²¹⁵ ele conseguiu atuar dentro do sistema jurídico e suas regras em algumas questões processuais, mas atuou em outras como corte de exceção, conformando o discurso jurídico à ordem do regime Vargas ²¹⁶.

²¹⁰ POLETTI, Ronaldo. *Coleção Constituições brasileiras*; v.3 — 3ª ed. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. p. 122.

²¹¹ CAMPOS, op. cit., p. 21.

²¹²ROMANI, Carlo. Italianos, antifascistas e perseguição política na Era Vargas (1930-1937). In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2014. p 103

²¹³ BALZ, op. cit., p.37.

²¹⁴ Idem. p.132.

²¹⁵ Acerca da legitimidade jurídica do TSN Evandro Lins e Silva afirmava que: “O Tribunal de Segurança foi realmente um tribunal tenebroso. Até chamá-lo de tribunal é um escárnio, é uma ofensa à noção que se tem de um órgão julgador, obrigado a ser sereno e imparcial.” Lins e Silva considerava o TSN um tribunal de exceção formado por juízes sem garantias e independência, que segundo ele em diversas ocasiões compareciam às sessões de julgamento com a sentença redigida previamente a despeito da exposição das alegações da defesa. Ver: LINS E SILVA, Evandro. *O Salão dos Passos Perdidos*. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.118.

²¹⁶CANCELLI, op. cit., p. 139.

Os juízes escolhidos²¹⁷ para os trabalhos foram os seguintes: Frederico de Barros Barreto, Presidente do Tribunal; Coronel Carlos da Costa Netto; Capitão de Mar e Guerra Alberto de Lemos Bastos; Dr. Antônio Pereira Braga; Dr. Raul Campelo Machado; e como Procurador Honorato Himalaya Virgulino²¹⁸, que foi acusado tempos depois de ter pedido dinheiro a Pedro Ernesto para relaxar sua prisão, e processado como escroque pela polícia carioca, após o fim do Estado Novo²¹⁹. Os juízes do TSN usavam vestes talares especiais que os diferenciavam dos juízes regulares²²⁰, demonstrando uma distinção frente ao corpo jurídico. Em novembro foi aprovado o Regimento Interno e o TSN ficou instalado na Av. Oswaldo Cruz n.º 94, onde funcionava a Escola Estadual Alberto Barth.

O TSN apresentou em seu funcionamento três fases distintas²²¹ que refletiam a preocupação do governo em atingir determinado grupo ou setor da sociedade. Num primeiro momento designado como “fase vermelha” buscou-se punir os comunistas e militantes da esquerda, sobre os quais pesava a acusação de participação ou apoio a Revolta de 35; num segundo momento durante a vigência do Estado Novo, o Tribunal iniciaria sua “fase verde” na qual os integralistas seriam reprimidos pela oposição ao governo Vargas materializada na frustrada tentativa de golpe em maio de 1938; finalmente quando estava praticamente extinta a participação política destes dois grupos o TSN passaria a se ocupar até seu fechamento em 1945 dos crimes contra a economia popular e casos de espionagem.

O pesquisador Diego Nunes compôs a seguinte tipologia dos processos que foram julgados pelo TSN:

²¹⁷ A biografia e um perfil dos juízes do TSN pode ser encontrada em: LINS E SILVA, op. cit., p. 156 à 158 e no seguintes verbetes do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB):

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/barreto-frederico-de-barros>>;

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/bastos-alberto-de-lemos>>;

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/braga-antonio-pereira>>;

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/machado-raul-campelo>>;

²¹⁸ Sobre o Procurador do TSN encontramos uma descrição interessante realizada por Evandro Lins e Silva: “Esse era o procurador, o homem que denunciava todo mundo. Tornou-se uma figura folclórica. Muito gentil com os colegas, com os advogados, esforçava-se para mostrar os processos, difíceis de encontrar na balbúrdia inicial, quando da criação do tribunal. Certo dia, estávamos numa roda, e ele fazia uma crítica ao próprio tribunal. Dizia: “Aqui todos recebem ordem do governo, menos eu.” Todo mundo ficou estarecido: como? Logo ele, que era exatamente o representante do governo, não tinha função julgadora, estava ali apenas para acusar?! Ele continuou: “Porque antes que o governo mande, eu vou logo fazendo [...]” . LINS E SILVA, op. cit., p.158-159.

²¹⁹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.p. 267.

²²⁰ CANCELL, op. cit., p. 213-214.

²²¹ Sobre as fases de funcionamento do TSN ver: CAMPOS, op. cit.

“A série APL (Apelações) contém os autos com sentença de primeiro grau, realizada por juízo monocrático, e acórdão de segundo grau, realizado pelo tribunal pleno. Isso é decorrência da mudança promovida pelo art. 122, n. 17, da Constituição de 1937, e pelo decreto-lei n. 88, de 20 de dezembro de 1937, modificando a lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, que instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, retirando a competência recursal do Superior Tribunal Militar (STM). A série PCR (Processos) contém os autos cuja sentença de primeiro grau era de atribuição do tribunal pleno do TSN e o acórdão de segundo grau era de competência do STM, conforme a organização original do TSN pela lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, que instituiu, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionaria no Distrito Federal sempre que fosse decretado o estado de guerra. As séries HCO (Habeas Corpus) e RVI (Revisão Criminal) são ações incidentais especiais, que no TSN tinham incidência mais restrita que em casos comuns”.²²²

Várias arbitrariedades marcavam o estatuto do TSN. De acordo com o 4º artigo, todos os processos em andamento deveriam ser remetidos ao tribunal, o que tirava do acusado o benefício de ser julgado por leis mais liberais. Os acusados deveriam arcar com os pesados custos de defesa no Distrito Federal, mesmo os que fossem de outras regiões. O mesmo artigo no inciso n.º 4 estabelecia o número de testemunhas de defesa em 5 no máximo, quando a lei fixava este número em 8. No entanto a promotoria poderia arrolar quantas testemunhas quisesse. O inciso n.º 7 considerava o não comparecimento de uma testemunha como desistência do réu por seu depoimento; isso equivalia a proibir que uma pessoa se acidentasse, adoecesse ou mesmo fosse presa pela polícia no dia de seu depoimento. Em outro inciso de n.º 16 do artigo 9, a lei definia que o prazo para oferecer defesa era de 3 três dias, enquanto a promotoria tinha cinco dias para provar a culpa do acusado.

Este fato dificultava em muito o trabalho dos advogados de defesa, sobretudo nos processos mais volumosos e/ou com muitos réus. O inciso 15 do mesmo artigo considerava culpado o réu que fosse apanhado com armas na mão, dispensando assim a promotoria de provar sua culpa. Este fato invertia o princípio legal de que cabe ao Estado provar a culpa do acusado.

Outro inciso de número 11 prescrevia que o processo poderia ser feito no presídio e que se o juiz quisesse, poderia dispensar o comparecimento do réu por razões de ordem pública ou segurança, desta forma uma pessoa poderia ser julgada e condenada sem que nenhuma vez tivesse se defrontado com os juízes e acusadores a fim de ter a possibilidade de apresentar sua defesa.

O TSN estabelecia ainda o julgamento por “livre convicção”, segundo o qual o juiz poderia proferir seu julgamento desprezando as provas dos autos se assim quisesse. O tribunal

²²² NUNES, Diego. Legislação penal e repressão política no estado novo uma análise a partir de julgamentos do tribunal de segurança nacional (1936-1945). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 126-143, jul /dez. 2017. p. 131.

se utilizaria de conceitos jurídicos indeterminados e imprecisos que facilitavam a punição dos réus. Nos julgamentos a aplicação das penas variava conforme o entendimento sobre os riscos que o transgressor oferecia à sociedade ²²³.

Não bastassem todas estas arbitrariedades, o TSN ainda mandava aplicar ao réu a legislação elaborada após a execução dos delitos. Este fato punha em terra o artigo 103 parágrafo 25 da Constituição de 1934, segundo o qual a lei só poderia retroagir em benefício do réu²²⁴. Ainda segundo o Artigo 4º do seu regimento, a citação dos réus, mesmo os que se encontravam na condição de foragidos, era fixada na porta do tribunal²²⁵.

Embora marcado por todas essas arbitrariedades jurídicas, o TSN ainda precisava se apresentar a sociedade como instância legalmente constituída. Os presos por ocasião dos eventos de novembro de 1935, por indicação do PCB e por convicção ideológica se negavam a aceitar a legitimidade do tribunal e a apresentar uma defesa aos crimes que lhes eram atribuídos. Em decorrência desse fato o TSN viria a solicitar à OAB a indicação de advogados *ex-officio* para defesa dos indiciados. Dentre estes os que mais se destacaram por sua atuação consistente e deixaram grandes contribuições nos campos do Direito e História, para a compreensão sobre o funcionamento do TSN foram o já citado Evandro Lins e Silva e Heráclito Fontoura Sobral Pinto²²⁶.

O atrelamento inicial do TSN à justiça militar criava algumas limitações ao seu funcionamento ²²⁷, pois ele ficava adstrito e subordinado a atuação revisora do Superior Tribunal Militar (STM), que promovia a reforma de algumas sentenças do TSN quando estas chegavam à segunda instância, sobretudo se a penas fossem fundamentadas em denúncias improcedentes e na interpretação equivocada do princípio da livre convicção ²²⁸.

²²³ CANCELLI, op. cit. p. 216.

²²⁴ CAMPOS, op. cit. p. 40 et. seq.

²²⁵ Idem, p. 146

²²⁶ Sobral Pinto era um advogado conhecido por sua ligação com a Igreja Católica, o fato de ter sido indicado pelo presidente da OAB para a defesa dos envolvidos na Revolta Comunista de 1935, dentre os quais estavam Luís Carlos Prestes e Harry Berger e de ter aceitado a atividade foi criticado por setores da Igreja. Sobral Pinto em um livro de relatos sobre sua trajetória na advocacia, afirmou que sua indicação para defender alguns dos principais líderes da insurreição, poderia ser explicada por seu notório distanciamento ideológico do comunismo, o que lhe garantiria respeitabilidade e isenção perante os juízes e o fato de ter anuído à incumbência se devia ao seu entendimento, como advogado de defesa, da importância de se preservar o devido processo legal e como cristão da necessidade de se praticar constantemente a caridade com o próximo. Ver: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

²²⁷ NEVES, op. cit. p. 76.

¹²⁵ Idem. p. 131 -132.

Os processos do TSN por vezes continham falhas em seus conteúdos, sobretudo quando eram instruídos a partir dos Inquéritos Polícias Militares (IPMS) que, como afirmou Evandro Lins e Silva, eram feitos às pressas por pessoas inexperientes²²⁹, desta forma quando arrefeceu um pouco o clima de repressão ao movimento de 1935 os advogados de defesa passaram a conseguir absolvições²³⁰ para os seus clientes. Outra questão que devemos destacar é que o funcionamento do TSN em conjunto com o STM nem sempre era harmônico, havia divergência de atuação entre esses órgãos do poder judiciário, o que também justifica a reforma de algumas penas²³¹.

De acordo com o seu projeto de criação o TSN deveria funcionar apenas durante o Estado de guerra declarado após a insurreição de 1935. O Governo Vargas solicitou ao Congresso a renovação do prazo de vigência deste período de excepcionalidade constitucional, contudo, ao longo do tempo ocorreu um abrandamento do clima de pânico, por isso vários congressistas passaram a defender a não prorrogação desta medida, pois tinham como objetivo a normalização política do Brasil tendo em vista a aproximação da disputa eleitoral prevista para 1938. Dentro deste quadro, não interessava aos opositores de Vargas a manutenção dos seus poderes excepcionais.

Contudo essa tendência à normalização das relações políticas no Brasil foi interrompida com a decretação do Estado Novo em novembro de 1937, justificado pela iminência da eclosão de uma nova revolta comunista que supostamente era descrita no Plano Cohen.

Com o Estado Novo o TSN sofreu profundas transformações em sua estrutura e funcionamento. A partir da Constituição de 1937 em seu Decreto 88, foram alterados os dispositivos legais sobre o período de atuação do TSN, que passou a ter existência autônoma, sem a necessidade de decretação do estado de guerra; desvinculado da justiça militar. Como

²²⁹ LINS E SILVA, op. cit. p. 153.

²³⁰ LINS E SILVA, op. cit. p. 153.

²³¹ NEVES. Op. cit. p. 96. Ainda sobre a revisão de sentenças, David Nasser acusou o TSN de corrupção e de vender sentenças. Ver: NASSER, op. cit. p. 53. Sobral Pinto era contrário a essa versão, para ele os juízes do TSN “[...] eram arbitrários, eles eram violentos, eles eram submissos ao poder, queriam agradar o Getúlio, queriam agradar a polícia...[...] mas vender, não, é absolutamente falso e não concordo com isso”. In: CAMPOS, op. cit. p. 98. Em sua dissertação de mestrado, Davi Rodrigues Silva Neves, analisou dois casos julgados pelo TSN envolvendo um açougueiro de São Paulo simpatizante do PCB preso por posse de material de propaganda política, que foi inicialmente absolvido e depois condenado após a revisão da pena, e um dentista ligado à AIB preso em Friburgo por porte de armas que poderiam ter sido destinadas ao levante integralista de 1938. O dentista foi condenado e depois teve a sua pena revista em segunda instância. Em sua análise David Rodrigues Neves defendeu que a inserção social e poderio econômico dos acusados podem ter pesado no momento do julgamento dos recursos, mas que não era possível afirmar que houve corrupção por parte dos juízes que atuaram nesses processos. Ver: NEVES, op. cit.

forma cercear ainda mais a defesa dos réus, ocorreu a diminuição do número de testemunhas em prol do indiciado, em contrapartida aumentou o número de testemunhas de acusação, os advogados *ex-offício* passariam a ser indicados pelo TSN e não mais pela OAB²³².

O TSN passou a ter competência para julgar crimes contra a economia popular, atuando como órgão julgador e revisor dos crimes na primeira e segunda instância. O funcionamento do TSN restringia inclusive a atuação regulatória do STF que não poderia examinar livremente os atos realizados por aquele tribunal, o que na prática o tornou um órgão desvinculado da justiça comum, onde poderia haver resistência à Vargas.

Ao longo do Estado Novo, novas competências foram atribuídas ao TSN como processar e julgar privativamente os crimes contra a existência, integridade e segurança do Estado, crimes contra as instituições, a repressão ao Socorro internacional vermelho, que tinha o objetivo fornecer apoio financeiro aos comunistas presos e foi enquadrado na legislação de 1938 como sendo uma instituição ilegal.

Por ocasião da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, o TSN passou a julgar novos delitos contra a defesa nacional, exercendo ainda o controle sobre a propaganda e informação. Por essas novas competências o tribunal ficou responsável pelo julgamento dos crimes de espionagem, sabotagem aos esforços de guerra ou que visassem a destruição ou comprometessem o funcionamento de veículos e instalações considerados estratégicos, além dos cometidos por estrangeiros no Brasil, tendo como foco principal os atos praticados por cidadãos dos países do Eixo que naquela ocasião eram inimigos do Brasil.

No que tange à repressão aos estrangeiros, no Brasil a prática da expulsão foi regulamentada pela Lei Adolfo Gordo de 1907²³³, e serviu na Primeira República como forma de perseguição aos imigrantes considerados indesejáveis, como anarquistas ou indivíduos envolvidos na prática do lenocínio e outros crimes. Nos anos 1930, sobretudo durante o Estado Novo foram criadas leis para restringir a imigração e legitimar a expulsão de estrangeiros.

A Revolta comunista e a atuação do TSN serviram como fatores impulsionadores dessa prática de higienização dos indesejáveis, a expulsão tornava-se um método de controle social²³⁴. Durante a atuação jurisdicional do TSN, qualquer estrangeiro que fosse considerado culpado poderia ser sumariamente expulso do Brasil. Estrangeiros comunistas foram enviados

²³² NEVES, op. cit. p. 141 -142.

²³³ SAMIS, op. cit. p. 59.

²³⁴ Idem p. 63.

para governos fascistas²³⁵ antes do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo.

O que devemos ressaltar é que o funcionamento do TSN possuía ampla consonância com as alterações na legislação brasileira, sobretudo da LSN, que a partir de suas modificações restringiu as possibilidades de atuação dos comunistas, mesmo os que se encontravam na clandestinidade e tentavam manter alguma forma de divulgação das propostas do partido²³⁶.

Outro ponto que devemos destacar é que as novas atribuições de poderes e de atividades ao TSN era uma forma de garantir o funcionamento do tribunal que deveria permanecer aberto para qualquer eventualidade, mantendo-o assim como instrumento impulsionador das práticas intervencionistas do Estado.

Em seu período final de funcionamento o TSN passou a atuar de forma mais constante no julgamento dos crimes contra a economia popular em decorrência da diminuição dos processos contra os comunistas e integralistas²³⁷.

O tribunal que fora criado com o objetivo de punir os comunistas e seus aliados que participaram da Revolta Comunista de 1935 tornou-se um órgão adaptável para defender o Governo Vargas em diversas circunstâncias ao longo dos seus nove anos de funcionamento.

Em suas várias mutações este órgão do poder judiciário não se furtou a punir mais duramente os antigos aliados integralistas, que passaram a contar com um rito jurídico mais rigoroso em decorrência das alterações realizadas na legislação em virtude da decretação do Estado Novo.

O TSN cuja proposta de criação fora justificada pelo Governo Vargas a partir do apontamento de especificidades legais e conjunturais como a natureza dos crimes praticados em 1935 e a impropriedade do processo legal que teria gerado a necessidade de novos procedimentos jurídicos, formas de julgar e relativização do devido processo legal²³⁸, constituiu-se num instrumento eficiente e adaptável para o cerceamento de liberdades e

²³⁵ ROMANI, op. cit. p. 103.

²³⁶ De acordo com a LSN A simples posse de material subversivo poderia resultar de 2 a 5 anos de prisão.

²³⁷ “... O Tribunal passou a julgar com grande cobertura da imprensa, quitandeiros, feirantes e pequenos comerciantes, acusados de venderem ovos deteriorados, pão sem peso, manteiga rançosa etc., em uma faina bastante constrangedora, convenhamos, para juízes que vinham, até então, colocando todo o seu empenho na tarefa de “salvar as instituições ameaçadas”. CAMPOS, op. cit. p. 116.

²³⁸ MARQUES, Rapahel Peixoto de Paula. *Repressão política e usos da Constituição no Governo Vargas (1935-1937): A segurança nacional e o combate ao comunismo*. 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.p.138.

silenciamento dos opositores ao Governo Vargas, fossem eles ideologicamente identificados com a esquerda ou a direita.

No capítulo seguinte desenvolveremos uma discussão sobre a gênese do retrato de identificação judiciário, enfatizando seus aspectos científicos, técnicos e ideológicos e apresentarmos ao leitor desta tese as categorias fotográficas, que nos auxiliarão a entender a forma como se constituíram as representações sobre a Revolta comunista e o comunismo a partir das fotografias do TSN.

3 IDENTIFICAÇÃO E ARQUÉTIPOS

Sempre acabamos adquirindo o rosto das nossas verdades.

Albert Camus

O rosto enganador deve ocultar o que o falso coração sabe.

William Shakespeare

Em 1890 o escritor Oscar Wilde publicou na forma de periódico o romance filosófico intitulado “O retrato de Dorian Gray”, que seria republicado como livro em 1891. Nesta obra Wilde narra a fascinante estória de Dorian Gray, um jovem aristocrata inglês do século do XIX, cuja beleza física encantava a todos, mas que por outro lado, possuía uma personalidade narcísea.

O ponto central desse livro é um retrato pintado de Gray, o qual retinha todas as mudanças corpóreas do personagem que passou a não envelhecer. No retrato ficaram gravadas ainda as alterações no rosto de Gray, que ao longo do livro cometeu diversos atos condenáveis, os quais não corresponderiam a sua bela fisionomia. Desta forma enquanto o retrato tornou-se repugnante e representativo do declínio moral do personagem, a face real de Dorian Gray se manteve encantadora.

Esse livro que realiza uma discussão sobre a ética aristocrática e a moralidade do ser humano reflete em sua essência uma abordagem acerca da fisionomia²³⁹ que estava voga na ciência da época, a qual pretendia encontrar a essência interior do homem a partir da análise de seus traços físicos.

Ao longo desse capítulo buscaremos apresentar ao leitor da tese os fatores que condicionaram a construção do retrato criminal, cujos fundamentos estão relacionados tanto a fisionomia, quanto aos pressupostos científicos praticados no século XIX, sobretudo pela antropologia criminal e pela criminologia.

Contudo, antes de adentrarmos no tema do retrato criminal acreditamos que seja necessária uma breve digressão sobre a imagem e a verossimilhança fotográfica como forma de entendermos quais fatores relacionados à visualidade estiveram presentes na proposta de utilização da fotografia como prova criminal.

²³⁹ Segundo Davi Le Breton a fisionomia: “Estuda o corpo e, sobretudo o rosto, para estabelecer, em função das formas observadas, uma caracteriologia do indivíduo que permita ter uma certeza mais consolidada do que ele é (ou antes, se presume ser)”, suas origens históricas remontam a antiguidade. BRETON, David Le. *Rostos: Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018. p. 13.

Ao final do capítulo apresentaremos as categorias a partir das quais serão analisadas as fotografias dos processos do TSN, indicando a fundamentação para a escolha de cada uma delas; tendo como base a preocupação em afirmar o aspecto subjetivo da fotografia.

3.1 A imagem índice da realidade

A imagem foi inicialmente conceitual e sagrada²⁴⁰. Em sua origem ela nos remonta a uma busca pela representação da natureza, do místico e simbólico, no qual pretendia dar conta de aspirações e principalmente incertezas sobre o mundo material e espiritual²⁴¹; as pinturas votivas da arte rupestre pré-histórica e da antiguidade tinham o intuito de captar a realidade que se apresentava, produzindo respostas visuais possíveis, para temas como a vida e a morte. Segundo Lucia Santaella e Winfried Nöth, a imagem se divide entre os domínios material e imaterial, que não atuam de modo independente, de acordo com esses autores: “Não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não imagens mentais que não tenham origem no mundo concreto dos objetos visuais.”²⁴²

Ao longo dos milênios a confecção das imagens se alterou tecnicamente. Passamos pelas imagens abstratas e figurativas, representamos divindades e governantes e construímos aparelhos, como a câmara clara e a câmara lúcida, representadas respectivamente nas figuras abaixo²⁴³, que potencializaram a capacidade humana de produzir imagens cada vez mais realísticas a partir da utilização de lentes desenvolvidas por estudiosos do campo da óptica.

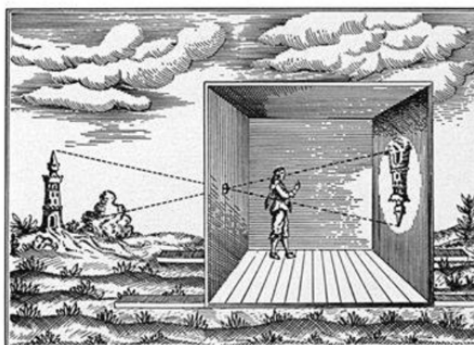
²⁴⁰ CADIOU, François et all. *Como se faz a História: Historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p.144. De acordo com Martine Jolly, uma das mais antigas definições de imagem foi dada por Platão no livro “A República”; para este filósofo grego as imagens estavam relacionadas a elementos visíveis como sombras, reflexos na água ou à superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes e todas as representações deste gênero; esta palavra também aparece na Antiguidade romana: *Imago*, em latim, etimologia da palavra imagem, designava a máscara mortuária levada nos funerais, sendo associada ao espectro ou alma. JOLLY, Martine. *Introdução à análise de imagens*. Campinas: Editora Papirus, 1996. p.13.

²⁴¹ Ver: SANTAELLA, Lucia & NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997. p. 15.

²⁴² SANTAELLA & NÖTH, op. cit. p. 15.

²⁴³ A câmara escura consistia numa caixa com dimensões variadas, que possuía um orifício em uma de suas faces. O seu funcionamento se dava a partir da entrada da luz, refletida por algum objeto externo pelo orifício, atravessando o aparelho e formando uma imagem invertida que poderia ser utilizada como modelo pelo pintor ou desenhista. Já a câmara lúcida funcionava a partir da sobreposição óptica de um objeto que poderia ser visto pelo

Figura 2 - Câmara escura



Fonte: Site: William Salles²⁴⁴

Figura 3 - Câmara lúcida



Fonte: Site: Wikipédia²⁴⁵

Apesar do aspecto potencializador desses equipamentos, a ação humana na produção e agenciamento das representações visuais nunca fora questionada. A intencionalidade do criador era um traço inerente às imagens produzidas. Esse agenciamento humano na produção de imagens somente viria a ser questionado com a invenção da fotografia no século XIX.

Produto da modernidade tecnológica, a fotografia foi contemporânea de outros inventos dos anos 1800. Ela abarcou diversos meios sociais e formas de expressão artística e acelerou de sobremaneira a criação de imagens no âmbito do que Walter Benjamin chamou de “era da reprodutibilidade técnica”²⁴⁶.

artista simultaneamente com cena, na superfície em que estava desenhando, facilitando a captura de pontos-chaves na imagem ou mesmo servindo como um decalque.

²⁴⁴ Disponível em: <<https://www.william-sales.com/post/10116-o-que-e-camara-escura>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

²⁴⁵ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2mera_l%C3%BAcida>. Acesso em: 22 fev. de 2021.

²⁴⁶ Para Walter Benjamin a fotografia e o cinema inauguraram uma época em que a produção de imagens se tornou massiva, algo que gerou reflexos significativos no campo da comunicação e da arte. BENJAMIN, Walter.

Os contemporâneos da invenção da fotografia, dentre outros aspectos, louvaram a sua qualidade objetiva. A *photo* (luz) *graphia* (escrita), foi percebida em seu início como um processo perfeito de captura da realidade, conforme testemunhou de forma entusiástica o escritor francês Jules Janin: “Imaginem um espelho que possa reter a impressão de todos os objetos nele refletidos, e vocês terão uma ideia quase completa do daguerreotipo”²⁴⁷. A escolha da palavra “espelho”²⁴⁸ por Janin de modo algum foi aleatória e possui um forte conteúdo simbólico, que nos dá um vislumbre do quão impactante fora a invenção da fotografia e do papel que lhe atribuíram de representar de modo fidedigno a realidade. Mas devemos questionar quais fatores que referendavam essa ideia de verossimilhança da fotografia.

Partindo do campo da Semiótica, Charles Sander Peirce foi um dos primeiros a pensar a imagem fotográfica enquanto signo. Segundo Peirce a fotografia resulta de uma impressão luminosa de um objeto em suporte específico, atuando como um índice dentre suas categorias analíticas; no qual se enfatiza a conexão física com o objeto representado²⁴⁹. Sendo assim a

A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Para Jonathan Crary dentre os objetos visuais produzidos em série, a fotografia foi uma das que mais apresentou um impacto social e cultural. CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer, on vision and modernity in the nineteenth century*. [S.l.]: Massachusetts Institute of Technology, 1990. p. 13. Sobre a influência da tecnologia na percepção da realidade consideramos oportuna a seguinte citação: “As mudanças nas tecnologias de reprodução estão incorporadas em mudanças mais amplas nas políticas e práticas do conhecimento. A concepção e implementação de uma nova tecnologia é geralmente complexa e multifásica, e não o resultado de uma única invenção ou descoberta. A mudança tecnológica está intimamente ligada a mudanças na visão do mundo”. (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “Changes in reproduction technologies are embedded in broader shifts in knowledge politics and practices. A new technology’s design and implementation is usually complex and multi-phased, and not the outcome of a single invention or discovery. Technological change is intimately tied to changes in worldview”. In: STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001. p. 179. Sobre a popularização das imagens a partir da invenção da fotografia Ver: de BELTING, Hans. *Antropologia de la imagem*. 2002, Buenos Aires, Katz, 2007. p.269 & KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.p. 27.

²⁴⁷ Apud: ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2009. p. 33.

²⁴⁸ No aspecto simbólico o espelho pode representar elementos como a verdade, a sinceridade, a iluminação e o conhecimento. Ver: CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain (eds.) *Diccionario de los símbolos*. [S.l.]: Editor digital: Titivillus, 2018. p. 1092-1093.

²⁴⁹ Segundo Peirce as fotografias: “[...]são exatamente como os objetos que representam. Essa semelhança, porém, deve-se ao fato de terem sido produzidas em circunstâncias tais que foram fisicamente forçadas a corresponder ponto a ponto à natureza.” In: PEIRCE, Charles Sander. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 58. Para além de seu caráter indicial, a fotografia em relação ao seu referente pode ainda funcionar como ícone por sua semelhança com aquilo que é representado. Ver: KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Ou ainda como símbolo, quando representa ou é atravessada por convenções. Ver: DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993. Ainda na mesma obra, Philippe Dubois afirma que “enquanto índice, a fotografia é por natureza um testemunho irrefutável da existência de certas realidades”. Idem. p. 74, contudo ele salienta que embora ateste a existência do objeto em sua função indicial, ela não determina sua significação.

partir dessa compreensão do seu caráter indicial, ao invés apenas de registrar a realidade, “... as fotos tornaram-se norma para a maneira como as coisas se mostram a nós, alterando por conseguinte a própria ideia de realidade e de realismo”²⁵⁰. Essa contiguidade física da fotografia com o seu objeto referente, explica em parte a ideia de verossimilhança da imagem fotográfica.

Para os defensores da verossimilhança, a fotografia ao trazer em si seu referente, possuiria um aspecto indicial, que denotaria um caráter inofismável de prova²⁵¹, adquirindo desta forma um valor testemunhal ²⁵².

A fotografia era ainda imaginada, como possuidora de um núcleo primitivo desprovido de qualquer determinação cultural²⁵³ por ser obtida como um resultado direto da atuação de fatores físicos (luz) e químicos (reagentes utilizados no processo de revelação). Assim, “graças a sua natureza fisicoquímica, e hoje eletrônica [...]” e de sua capacidade “de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como estes de fatos e parecem, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade”²⁵⁴.

A partir desse essencialismo que lhe fora imputado, a fotografia passou a atestar o que existiu ²⁵⁵, sua objetividade advinha ainda de seu caráter mecânico, pelo qual ela não dependeria de um criador de imagens ²⁵⁶.

²⁵⁰ SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. p.53. Ainda no que se refere ao realismo fotográfico, Chris Jenks observa que desde o início a experiência fotográfica foi estruturada a partir da compreensão de que ela se tratava de um meio realista de produção de imagens. JENKS, Chris. *Visual Culture*. London and New York: Routledge, 2003.p. 220.

²⁵¹ DUBOIS, op. cit. p. 19. A crença no realismo e no caráter testemunhal da fotografia possui além do embasamento técnico de sua forma de obtenção da imagem, um lastro filosófico referente a sua ligação com o Positivismo desenvolvido na Europa no século XIX. O Positivismo, dentre outras premissas, defendia a proposta de que as ideias e conceitos estão relacionadas às experiências perceptíveis da materialidade do mundo. Desta forma a realidade seria constituída em termos do material, daquilo que pode ser acessado através do visível. A fotografia seria dentro desse contexto uma forma mais confiável de se obter uma comprovação visual sobre aquilo que é perceptível, o que a tornaria uma ferramenta objetiva e essencial para o desenvolvimento científico e filosófico. Sobre a relação da fotografia com o Positivismo ver: JENKS, op.cit. p. 220; STURKEN & CARTWRIGHT, op. cit. p. 25.

²⁵² BURKE, Peter. *Testemunha ocular: O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP digital, 2016. p.53. Ainda sobre o aspecto testemunhal da fotografia, Susan Sontag afirma que “as imagens planas, em geral retangulares, que constituem as fotos reclamam para si uma condição de verdade que as pinturas nunca poderiam pretender”. In: SONTAG, op. cit. p. 52.

²⁵³ SEKULA, Allan. *Photography against the grain*. [S.l.]: Nova Scotia College of Art and Design, 1984.p.5.

²⁵⁴ KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.19.

²⁵⁵ O escritor e filósofo Roland Barthes fez em suas obras uma ampla defesa da compreensão da fotografia enquanto expressão da realidade. Para ele a imagem fotográfica tinha um papel de autenticação que se sobrepunha ao de representação, ela seria uma emanção do real e um testemunho do que foi. Ver: BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Ainda para Barthes, a fotografia era um

Essa atribuição de verossimilhança à fotografia esteve fortemente impressa no uso documental que ela adquiriu pelo qual, ela foi utilizada como ferramenta probatória em diversos campos científicos. Esta qualidade realística foi um dos elementos técnicos e ideológicos que fundamentaram o seu uso para fins de identificação criminal, como abordaremos no próximo item.

3.2 A criação do método de identificação fotográfico: Ciência, estereótipos e estigmas

Em uma viagem de trem no século XIX, o escritor francês Victor Hugo fez uma interessante descrição sobre a paisagem que aparecia na janela. A sua percepção das imagens, segundo seu relato, fora profundamente distorcida pela velocidade daquele meio transporte, que as transformaram em “manchas”, “fachos” e finalmente “traços”²⁵⁷, causando-lhe uma sensação de perturbação.

A fotografia surgiu como um instrumento para documentar a vida cotidiana da sociedade europeia do século XIX²⁵⁸. Naquele contexto, as cidades se transformavam sob os efeitos da industrialização; a percepção do tempo, das distâncias e a própria compreensão da vida se alteraram drasticamente, causando em muitos contemporâneos desse processo de mudanças, como o escritor Vitor Hugo, uma sensação de profundo desconforto. A nova técnica de captação de imagens atualizaria as percepções sociais de visualidade a partir de valores tais como a velocidade na captura das cenas e impessoalidade, transformando-se num suporte técnico privilegiado para a representação dos novos tempos ²⁵⁹.

analagon perfeito da realidade, uma mensagem sem código. Ver BARTHES, Roland. *Lo obvio y lo obtuso*. Imágenes, gestos, voces. Barcelona: Editora Paidós, 1986. p. 13.

²⁵⁶ SONTAG, Susan, op. cit. p. 88. De acordo com André Bazin acerca do caráter mecânico da fotografia: “Pela primeira vez, entre o objeto inicial e sua representação nada se interpõe a não ser outro objeto”. BAZIN, André. *O cinema: Ensaio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 22. Pelo seu aspecto técnico, a máquina fotográfica seria, a partir de suas leis de codificação e visualidade, o fator determinante no que é registrada a fotografia. Ver: SANTAELLA. & NÖTH, op. cit. p. 16.

²⁵⁷ SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513.

²⁵⁸ MONTEIRO, Charles. Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual. São Paulo, *Unesp*, v. 9, n. 2, p. 3-16, julho-dezembro, 2013. p. 5.

²⁵⁹ ROUILLE, op. cit. p. 16.

O desenvolvimento da sociedade industrial europeia trouxe em seu bojo um aprimoramento dos meios técnicos de produção, que geraram como efeitos diretos o êxodo rural e a formação das primeiras metrópoles contemporâneas, nas quais o afluxo constante de pessoas e o crescimento demográfico causaram problemas socioeconômicos como o desemprego, aumento da prostituição e criminalidade; e sanitários como a proliferação de doenças.

Acerca da criminalidade, uma das causas apontadas para o seu crescimento e que se refletia numa consequência direta do adensamento populacional foi desenvolvimento do anonimato²⁶⁰ e da mobilidade no âmbito das cidades industriais. As insígnias sociais de distinção de classes e o conhecimento prévio e permanente dos indivíduos por sua comunidade ou grupo de pertencimento, diluíram-se com a emersão das grandes cidades, o que trouxe a necessidade de aprimoramento do aparato policial.

Em relação aos deslocamentos populacionais havia a preocupação em registrar os grupos potencialmente perigosos, como os “vagabundos suíços” e os “reincidentes ingleses”, dentre outros, que desafiavam a capacidade do Estado em combatê-los e identificá-los²⁶¹. Havia uma criminalização da mobilidade²⁶², na qual se entendia que a ausência de laços sociais era um sinal de perigo.

A preocupação com a identificação dos sujeitos e o correlato risco de sua falsificação é algo inerente às relações humanas, tendo sua origem relacionada, dentre outros fatores, à necessidade de confiabilidade nas trocas comerciais, que antecede ao surgimento do estado nação moderno²⁶³.

²⁶⁰ Segundo Simon A. Cole: “Nas sociedades modernas, anônimas e socialmente móveis, vestimentas, aparência e sotaque distintivos estavam perdendo seu poder de transmitir status social à primeira vista..” (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “In modern, anonymous, socially mobile societies, distinctive dress, appearance, and accent were losing their power to convey social status at a glance”, o que de acordo com o autor gerou a demanda por tecnologias para controlar os corpos suspeitos. COLE, Simon A. *Suspect identities: a history of criminal identification and fingerprinting*. [S.l.]:Harvard University Press, 2002 p. 2. De acordo com Jean – Jacques Courtine e Claudine Haroche como consequência do anonimato as classes sociais passaram a se observar e vigiar com mais cuidado, buscando identificar traços nos corpos ou rostos que pudessem indicar algo sobre o caráter do indivíduo. COURTINE, Jean- Jacques & HAROCHE, Claudine. *História do rosto: Expressar e calar emoções*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 238.

²⁶¹ JÄGER, Jens. Photography : a means of surveillance ? Judicial photography, 1850 to 1900. *Crime, Histoire & Sociétés*, Vol. 5, n°1 | 2001.

²⁶² Com a preocupação de controlar a mobilidade interna, a França criou o primeiro passaporte do mundo no período pós Revolução de 1789, mas esta forma de identificação e controle de mobilidade em seu início ainda era um sistema que apresentava falhas operacionais. COLE , op. cit. p. 10.

²⁶³ ABOUT, Ilsen; BROWN, James & LONERGAN, Gayle (Eds.). *Identification and Registration Practices in Transnational Perspective People, Papers and Practices*. [S.l.]:Palgrave Macmillan, 2013. p. 2. De acordo com John Tagg no século XIX desenvolveram-se novas instituições, práticas de observação e manutenção de

No âmbito dessas discussões sobre as causas da criminalidade e os mecanismos para o seu combate, houve uma preocupação com o aperfeiçoamento dos sistemas judiciário²⁶⁴, com o objetivo de repensar a gradação e a forma como as penas eram aplicadas; e policial/prisional, a partir da sofisticação dos mecanismos de controle social, identificação de criminosos e arquivamento dos dados prisionais, retroalimentando todo o sistema de segurança estatal.

Em referência aos arquivos judiciários, os registros, quando realizados, eram feitos em razão dos casos criminais e não em função dos criminosos, e ainda possuíam outros problemas como a falta de periodicidade em sua atualização, um recorte geográfico de aplicação limitado, e ausência de uma troca de informações entre departamentos policiais distintos.

Sobre a punição dos criminosos, esta era pensada conforme cada crime praticado, sem levar em consideração o histórico dos indiciados, um fator que poderia amenizar ou endurecer a punição aplicada, e promover uma destinação carcerária conforme a periculosidade do condenado²⁶⁵.

A modernização do sistema judiciário e prisional, assim como o aperfeiçoamento do combate ao crime esbarrava na dificuldade de identificação dos criminosos, a partir dos fatores previamente apontados, e também por uma importante mudança que ocorreu no século XIX no que concerne a individualização dos condenados. Na década de 1830 foram sancionadas as primeiras leis que proibiam a prática de marcar com ferro em brasa os criminosos²⁶⁶. Essas marcas de identificação eram eficazes para o que se propunham e

registros, além de uma reestruturação do Estado frente às novas demandas políticas e sociais oriundas do processo de industrialização. TAGG, John. *The Burden of Representation: Essays on Pictography and Histories*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 1988.p.5.

²⁶⁴ Nas décadas de 1820-1830, foram redigidas as primeiras legislações destinadas a padronizar os procedimentos penais na Grã Bretanha como os Goals Act de 1823 e o Metropolitin Police Acts de 1829 e 1839. SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986. p. 4

²⁶⁵ Em 1867 a Inglaterra criou Lei dos criminosos habituais, a primeira legislação moderna que estabelecia uma observação dos delitos passados como forma de orientar a aplicação das penas e ainda promover uma separação dos condenados pela gravidade dos crimes. COLE, op. cit. p. 19.

²⁶⁶ Segundo Erving Goffman os gregos na antiguidade usavam a palavra estima para designar as marcações feitas com cortes ou fogo no corpo de um escravo, criminoso ou traidor. GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988 p. 11. David Le Breton nos fornece outros exemplos de aplicação dessas penalidades ao longo da história como a marcação com ferros de escravos, desertores e prisioneiros em Roma, a marcação com as letras MJ para mendigos contumazes na França, e de uma flor de lis ou da inscrição GAL no ombro do condenado para indicar sua passagem pelas galeras reais; havia ainda casos de amputação de partes do corpo como orelha ou narinas como forma de identificação. A armada britânica tinha o costume de punir com a inscrição da letra D no rosto dos desertores. Outras formas de punição congêneres foram impostas a ladrões, prostitutas e adúlteros. Mesmo abolidas no século XIX, as marcas

baratas, mas em contrapartida a sua visibilidade e irreversibilidade dificultavam a reinserção social dos condenados.

O enfrentamento desses problemas de identificação criminal foi realizado tendo como suportes o pensamento científico e a tecnologia do século XIX, em que se destacaram a Antropologia criminal e a fotografia.

A antropologia criminal desenvolveu-se no século XIX no bojo do aumento da violência, que causara a necessidade de se pensar não apenas o crime praticado como as suas motivações pessoais e possíveis condicionantes sociais.

Este campo do conhecimento teve a sua origem, em parte, relacionada às bases de toda uma longa tradição de estudos relacionados à fisionomia, que forneceu o terreno discursivo sobre o qual a arte e as ciências biossociais emergentes do século XIX se reuniram²⁶⁷.

A fisionomia aparece como fonte de conhecimento desde a antiguidade, sua preocupação em buscar nos traços físicos elementos indicativos do caráter e dos sentimentos humanos é citada em passagens do Antigo testamento da Bíblia e nas formulações de filósofos gregos, dentre outras aplicações²⁶⁸. Sandra Pesavento chama a atenção para os estudos fisionômicos realizados pelo napolitano Giambattista della Porta no século XVI e para sua obra *Physiognomonica humana*, publicada em 1586 que retomava antigas tradições de fontes gregas relacionadas ao tema. Neste livro della Porta relacionou a humanidade aos reinos animal e vegetal²⁶⁹.

Em 1668 o pintor francês Charles Le Brun proferiu uma conferência sobre a expressão das paixões na qual propôs 23 figuras suscetíveis de modelar o rosto humano²⁷⁰.

estigmatizantes ainda eram defendidas no começo do século XX como forma de identificação criminal. BRETON, David Le. *Sinais de identidade: Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótis, 2004. p. 31-34.

²⁶⁷ SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986. p. 23.

²⁶⁸ BRETON, David Le. *Rostos: Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

²⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009. p. 9.

²⁷⁰ BRETON, David Le. *Rostos: Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018, p. 41.

Figura 4 - Expressão das paixões da alma



Fonte: Site: Wikimedia Commons²⁷¹

O mesmo pintor fez outros trabalhos na qual realizava uma aproximação zoomórfica do rosto humano com alguns animais conforme exemplos abaixo:

Figura 5 - Sistema fisiognômico de Charels Le Brum



Fonte: Site: Pintrest²⁷²

²⁷¹ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_le_Brun,_The_Expressions.jpg>. Acesso em: 22 fev. 2021.

²⁷² Disponível em:<<https://br.pinterest.com/luquesilva00/charles-le-brun/>> . Acesso em: 22 fev.2021.

Figura 6 - Sistema fisiognômico de Charels Le Brum



Fonte: Site: Pintrest²⁷³

A proposta de usar a fisiognomia como guia para detecção precisa da criminalidade remonta às pesquisas realizadas no século XVIII pelo clérigo suíço Johan Kasper Lavater²⁷⁴. Dentro desta matriz conceitual, a frenologia criada em 1796 pelo alemão Franz Joseph Gall, permitiria a leitura das capacidades dos indivíduos a partir das bossas cranianas e pela forma do cérebro²⁷⁵, oferecendo um método científico que abrangeria toda a diversidade humana. A credibilidade dessa ciência como método eficaz para avaliar o caráter de estranhos nos espaços perigosos e congestionados das cidades do século XIX difundiu-se de tal forma que anúncios de empregos na década de 1840 indicavam que os candidatos fossem submetidos à análise frenológica²⁷⁶.

Como afirmamos anteriormente, a fisiognomia influenciou no desenvolvimento da Antropologia criminal, ramo científico que pretendia alargar a compreensão da criminalidade para além da análise de aspectos físicos, estabelecendo um debate sobre a influência de aspectos culturais e sociais no comportamento dos criminosos.

²⁷³ Disponível em: <<<https://br.pinterest.com/luquesilva00/charles-le-brun/>>>. Acesso em: 22 . fev. 2021.

²⁷⁴ COLE, op. cit. p. 22.

²⁷⁵ PESAVENTO, op. cit. p. 14.

²⁷⁶ SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986. p. 12. Um dos resultados da aplicação da craniologia e da frenologia foi a estigmatização e agrupamento dos indivíduos a partir de uma tipologia muitas vezes fundamentada em preconceitos. Sobre este aspecto ver: ARREGUY, Marília Etienne. A leitura das emoções e o comportamento violento mapeado no cérebro. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [4]: 1267-1292, 2010. p. 270.

Na Europa a Antropologia criminal²⁷⁷ esteve mais voltada para a análises das classes populares, consideradas como potencialmente perigosas, sua preocupação em entender as origens da criminalidade e da figura do criminoso contumaz teve grande influência na ciência criminológica²⁷⁸ do século XIX, na qual destacamos as pesquisas desenvolvidas pela Escola de Criminologia Italiana, cujo maior expoente foi Cesare Lombroso.

Lombroso foi professor da escola italiana de antropologia criminal, em sua obra “*L’ Uomo delinquente*” de 1876, criou o figura do criminoso nato, o homem degenerado²⁷⁹, que era identificado a partir da análise de traços físicos, como a perscrutação do crânio e da busca por marcas corporais ou tatuagens²⁸⁰, que pudessem representar uma predisposição para o mal. Em contraste com estas propostas, a Escola Francesa de Criminologia, cuja principal referência teórica era o filósofo, sociólogo, psicólogo e criminologista Jean-Gabriel de Tarde, contestava o determinismo biológico defendido por Lombroso. Para essa escola a força das condições sociais e a biografia do criminoso seriam as causas da criminalidade, contudo, não obstante essa diferença conceitual, a criminologia francesa assim com os lombrosianos valorizavam o diagnóstico visual como forma de identificação dos delinquentes.

Influenciado pelos estudos de Lombroso, Francis Galton²⁸¹ utilizou a montagem fotográfica²⁸² nascente para desenvolver uma nova técnica, denominada retrato compósito,

²⁷⁷ A Antropologia criminal procurou construir tipologias sobre os seres humanos, adotando padrões utilizados nas ciências naturais, nos fenômenos sociais, intentando o ordenamento e o controle social. Segundo Nuno Luís Madureira: “Os estudos dos indivíduos procuram abstrair as variações particulares e apreender os traços mais gerais do agrupamento humano, postulando que os ‘tipos naturais’, ‘tipos étnicos’ ou ‘raças’ configuram uma matriz biológica estável.” In: MADUREIRA, Nuno Luís. A estatística do corpo: Antropologia física e antropometria na alvorada do século XX. *Etnográfica*, Vol. VII (2), 2003, pp. 283-303. p. 285.

²⁷⁸ Criminalística foi um termo criado no século XIX pelo magistrado austríaco Hans Groos, para designar a aplicação sistemática e organizada de métodos científicos provenientes de várias áreas do conhecimento na investigação policial. GIOVANELLI, Alexandre. Ascensão e Consolidação da Polícia Científica nas Primeiras Décadas do Período Republicano: São Paulo e Rio de Janeiro (DF) em Perspectiva Comparada. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics* 10(3):324-349 (2021) p. 326.

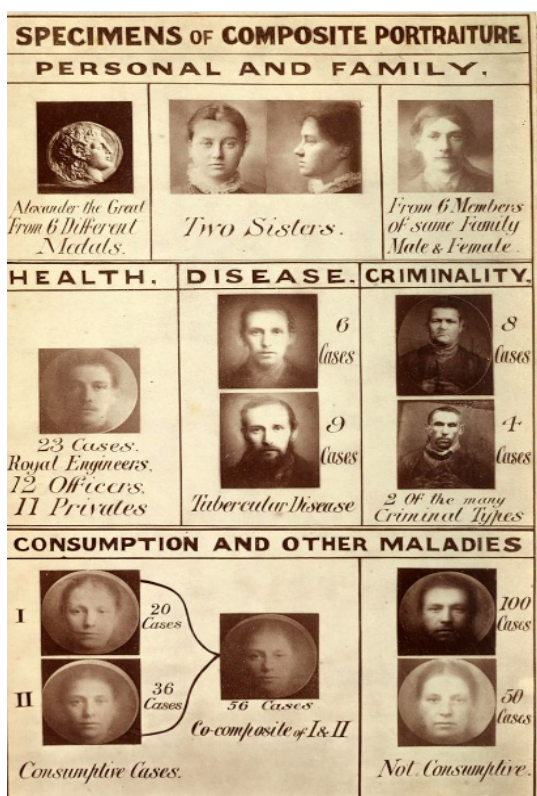
²⁷⁹ De acordo com Pierre Darmon havia uma ligação científica do criminoso nato com a teoria da evolução de Charles Darwin e da degenerescência do suíço Benedict-Augustin Morel. DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”*: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 52.

²⁸⁰ Davi Le Breton realizou um estudo que aborda os preconceitos acerca das tatuagens retomando suas origens e diferentes usos no tempo e em sociedades distintas. Ver: BRETON, David Le. *Sinais de identidade: Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótis, 2004. Ainda sobre o tema da análise corporal pelo viés da sociologia recomendamos o seguinte livro do mesmo autor: *A sociologia do corpo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cesare Lombroso referia-se a tendência biológica e hereditária para o crime como atavismo, que era pesquisado de forma constante pela medicina legal, a partir dos caracteres físicos como o tamanho da mandíbula, a conformação do cérebro, a estrutura óssea e a hereditariedade biológica. LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007.

²⁸¹ Galton era primo de Charles Darwin e defendia a partir das teorias darwinistas a possibilidade de involução, ou seja, a degenerescência dos caracteres genéticos adquiridos, o que o levou a propor medidas públicas de investimento na saúde física e mental da população e ainda um controle da proliferação e caso possível

cuja imagem não representaria uma pessoa em específico, mas sim o resultado da mescla de caracteres fisionômicos médios de um determinado grupo previamente escolhido, no qual se procuravam os traços genéricos de inteligência ou de criminalidade, conforme exemplo abaixo:

Figura 7 - Retrato composto de Galton



Fonte: Site: Wikipedia²⁸³

O que unia Galton e Lombroso era a ideia de que as características fenotípicas poderiam ajudar na identificação do criminoso²⁸⁴, para além dessa concepção, ambos

extermínio dos caracteres genéticos negativos, para isso contribuiriam o desestímulo à reprodução de determinados grupos ou uniões que potencialmente pudessem gerar degenerescência. Neste contexto Galton considerava os criminosos inaptos para a geração de descendentes. Estas ideias foram denominadas de eugenia, que junto ao chamado darwinismo social (defesa da aplicação das leis de seleção da natureza no âmbito das sociedades) configurava-se num pensamento elitista voltado contra as classes populares e grupos considerados menos aptos.

²⁸² A montagem fotográfica surge no século XIX com o objetivo de superar alguns obstáculos técnicos na produção das fotos, e, sobretudo com a intenção de valorizar a foto como arte. FABRIS, Annateresa. Entre arte e recreação: sobre alguns tipos de montagens fotográficas. *Lumen et Virtus*, Revista Interdisciplinar de cultura e imagem, v o l . X n ° 2 6, d e z e m b r o d e 2 0 1 9. p.65.

²⁸³ Disponível:

<https://en.wikipedia.org/wiki/Composite_portrait#/media/File:Composite_portraiture_Galton.jpg> . Acesso em: 22 fev. .2021.

advogavam ainda a força de condicionantes biológicos e genotípicos na predeterminação da índole criminal²⁸⁵. A proposta do retrato criminal de Galton, contudo, não foi a primeira nem a mais bem sucedida tentativa de utilização da fotografia como forma de identificação criminal como veremos a seguir.

3.2.1 Percurso do retrato de identificação criminal e o Bertillonagem

As origens do retrato de identificação criminal segundo Leonor Sá remontam às pinturas infamantes²⁸⁶, que eram confeccionadas em regiões da Europa entre os séculos XIII e XV. Esses retratos eram encomendados pelos governantes e expostos ao público, neles sendo representados de modo degradante ladrões, traidores, fraudadores dentre outras categorias criminais, associando a sua imagem ao crime cometido conforme exemplo abaixo:

Figura 8 - Pinturas infamantes



Fonte: Site: Hisour²⁸⁷

²⁸⁴ MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados*. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.p. 24.

²⁸⁵ A fotografia para fins de utilização no campo da Antropologia criminal permitiu a criação de um catálogo visual no qual o crime e a degenerescência poderiam ser escrutinados no corpo e na face dos prisioneiros na busca por traços de primitivismo que pudessem ter permanecido no homem civilizado. Ver: MADUREIRA, op. cit. p. 286.

²⁸⁶ SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciais em Portugal 1869-1895*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura). Universidade Católica Portuguesa, 2015. p. 49.

²⁸⁷ Disponível em :<<https://www.hisour.com/pt/pintura-infamante-24019>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

O advento da fotografia representou a partir de seu potencial técnico²⁸⁸ e de sua imputada verossimilhança, uma possibilidade de sofisticação no processo de identificação criminal, pela qual ela se conformaria aos métodos de aplicação do poder institucional e científico que se consolidava a partir do século XIX. Para Leonor Sá, foi a ameaça do aumento da violência e da subversão do regime político²⁸⁹ que aceleraram o uso sistemático da fotografia.

Desde a década de 1840, já se verificava na Europa, o uso da fotografia para fins de identificação policial²⁹⁰, no ano de 1844, William Henry Fox Talbot, inventor do calótipo, apontava possibilidades de utilização judiciária de registros fotográficos.²⁹¹

As primeiras grandes operações de identificação criminal por fotografia ocorreram contra os revolucionários irlandeses entre os anos de 1865-1868 e os insurretos da comuna de Paris em 1871²⁹². Nos EUA, o Departamento de Polícia de Nova Iorque criou a primeira galeria de criminosos do mundo em 1858²⁹³, e em 1886, o detetive da polícia do mesmo departamento, Thomas Byrnes, publicou a “*Rogues’s gallery*” – *professional criminals of America*”²⁹⁴ que obteve certa repercussão dentre a população e a imprensa.

²⁸⁸ De acordo com Tom Gunning a capacidade de indexação, a precisão no registro e facilidade de circulação foram alguns dos elementos técnicos que justificaram a escolha da fotografia como meio de registro judiciário. GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p.p. 39

²⁸⁹ SÁ, op cit. p.47.

²⁹⁰ Segundo Jens Jäger o uso da fotografia criminal inseriu-se num processo de sistematização das informações e melhoria do sistema judiciário que previa o aprimoramento dos processos de arquivamento e indexação dos dados dos criminosos. As primeiras experiências com o uso das fotografias foram realizadas por funcionários de presídios belgas ainda na forma de daguerreotipos. Ainda de acordo com Jagger: “Muitas forças policiais publicaram o número de pessoas fotografadas em seus relatórios anuais, evocando assim a ideia de eficiência. Os números oferecem uma imagem diligência e zelo para investigar o fenômeno e as dimensões do crime. (tradução nossa)”. O texto em língua estrangeira é: “Many police forces have published the number of people photographed in their annual reports, thus evoking the idea of efficiency. The figures offer a Picture of diligence and zeal to investigate the phenomenon and dimensions of the crime”. JÄGER, op cit. p. 10.

²⁹¹ SÁ, op. cit. p. 20.

²⁹² SÁ, Leonor Maria de Amorim e. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, recepção e autonomia retórica. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012, pp. 125-158. p. 125.

²⁹³ MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados*. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.p.92.

²⁹⁴ SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986. O método de identificação fotográfico não foi uma unanimidade em sua origem. Os britânicos o utilizavam desde os anos 1860, mas com ressalvas e dúvidas quanto a sua eficácia, tendo optado posteriormente pelo método datiloscópico. Ver: TAGG, op cit. p. 7. Para Jens Jagger havia um distanciamento do discurso policial do saber científico da época o que também poderia explicar a relutância e descrédito na adoção do retrato policial. Ver: JÄGER, op cit.

Até os anos 1870 os departamentos policiais não utilizavam de forma regular a fotografia de identificação. Os policiais dependiam basicamente de sua memória visual ou do auxílio de informantes para a identificação de criminosos ou reincidentes, as fotografias, nesse contexto, tinham um uso instrumental para auxiliá-los a lembrar alguns indiciados.

Em seu percurso inicial como forma de identificação, a fotografia enfrentou alguns problemas que dificultaram o seu uso mais sistemático. Além do alto custo financeiro para obtenção dos retratos²⁹⁵, estes repetiam padrões utilizados no retrato burguês, como a pose e utilização de objetos para composição da cena. Isso se devia à ausência de um setor próprio dentro do aparato policial, que forçava os órgãos de segurança a requisitarem o serviço de fotógrafos profissionais²⁹⁶. Esta falta de uma padronização técnica objetivava a identificação dos criminosos.

Além da questão dos custos e da falta de padronização, havia ainda o problema da falta de uma uniformidade no arquivamento e indexação das fotografias produzidas. Conforme o número de retratos criminais confeccionados aumentou verificou-se que a sua aplicação prática se tornara extremamente complexa, pois as fotos nos arquivos policiais eram ordenadas muitas vezes de modo assistemático. A indexação era feita pelo nome do prisioneiro, que poderia em ocasiões futuras usar um pseudônimo ou mesmo alterar a sua aparência para dificultar o processo de identificação.

As pesquisas tecnológicas geraram consideráveis avanços na produção da fotografia, o que causou efeitos sobre seu custo de produção e na agilidade do processo de obtenção dos registros. O aperfeiçoamento dos meios técnicos produziu câmeras mais leves e compactas, o processo da revelação pelo método positivo /negativo de William Henry Fox-Talbot barateou os custos de produção das fotografias que deixaram de serem objetos únicos. A invenção do instantâneo fotográfico permitiu novos enquadramentos e poses, dando mobilidade às imagens produzidas²⁹⁷. Entre os anos de 1880 – 1890 ocorreu uma produção em larga escala

²⁹⁵ Sobre o custos de produção dos daguerreotipos, segundo Walter Benjamin o fato de eles serem realizados a partir de placas de prata e necessitarem de um processo mais lento de manipulação até que se pudesse obter uma imagem, os tornavam objetos caros que eram muitas vezes guardados em caixas de jóias. Ver: BENJAMIN, Walter. “Pequena História da Fotografia”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 93.

²⁹⁶ FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 41.

²⁹⁷ ROUILLÉ, op. cit. p.91-92. Fazendo uma descrição sobre os fatores que permitiam o barateamento da fotografia Leonor Sá salienta a importância no início da década de 1850 do século XIX do desenvolvimento do processo fotográfico do negativo de colódio úmido, que assim como o catótipo, permitia a reprodução de sua matriz. Esse processo era tecnicamente superior ao método desenvolvido por Talbot, pois apresentava mais nitidez nos registros produzidos, o que gerou impactos na difusão da fotografia. Ver: . SÁ, Leonor Maria de

de equipamentos fotográficos, com a ampliação do uso da fotografia na publicidade, medicina, na propaganda política dentre outras finalidades.

As mudanças tecnológicas na obtenção da fotografia abriram espaço para a sua utilização em larga escala como método de identificação criminal. No entanto ainda restavam os problemas da falta de padronização em sua produção, e de sistematização no arquivamento e indexação dos registros dos prisioneiros. Estes entraves requeriam a criação de uma nova técnica de identificação criminal, algo que seria proposto pelo francês Alphonse Bertillon, funcionário da Prefeitura da Polícia de Paris, que desenvolveu um método denominado de Bertillonagem²⁹⁸.

O Bertillonagem foi criado a partir de uma forte influência da estatística social desenvolvida pelo estatístico belga, Adolphe Quetelet na década 1820-1830²⁹⁹. Bertillon era filho de Louis-Adolphe Bertillon, um renomado médico, estatístico e antropólogo francês a partir do qual teve acesso aos estudos de Quetelet, que propunha a utilização do conceito de “homem médio”, um valor padrão pelo qual se poderia mensurar as características humanas agrupadas de acordo com uma curva normal.

Quetelet acreditava na possibilidade de se realizar uma junção eficiente entre a matemática social e a estatística social, na qual os números ajudariam a construir uma visão da vida urbana que apresentaria o crime com uma disfunção, um elemento que atuaria contra o equilíbrio social dentro de uma lógica de normalidade predeterminada. Através do uso da estatística, o crime passou a ser percebido como uma série de atos conjugados e repetitivos e não como eventos isolados, o que levantava a necessidade da punição dos reincidentes e da compreensão do criminoso habitual, através de métodos científicos tais quais a craniologia a frenologia.

Baseado nos estudos de Quetelet, e ancorado no discurso e nos pressupostos utilizados pelas ciências do século XIX, sobretudo no que concerne à prática da medição corporal, Bertillon propôs um método que identificação dos prisioneiros a partir das medições

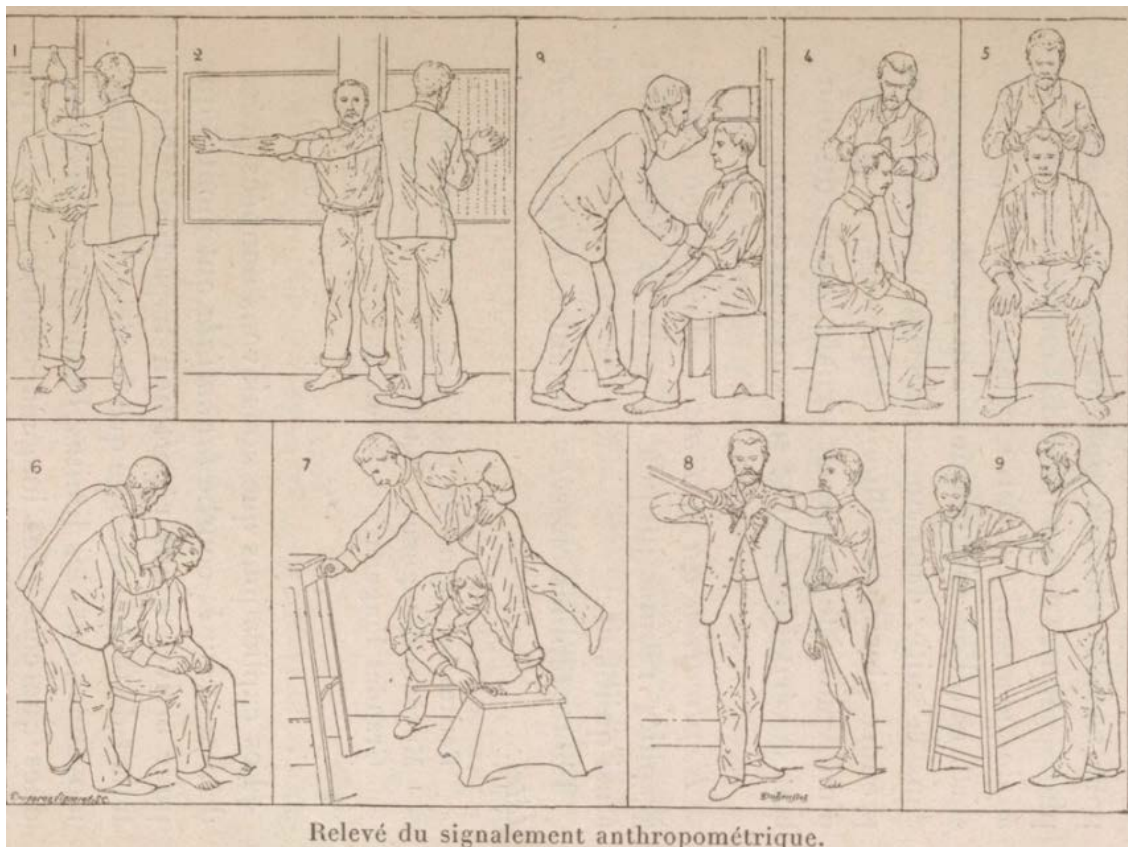
Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciais em Portugal 1869-1895*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura). Universidade Católica Portuguesa, 2015. p. 23-24 . Dentro deste tema, Stephanie Salinas afirma que a invenção em 1854 do cartão de visita fotográfico por Eugène Disdéri foi outra técnica importante no barateamento dos custos das fotografias. Esse método permitia a obtenção de vários retratos numa só placa, permitindo desta forma a diminuição nos custos com produtos químicos placas, e no tempo gasto para obtenção das poses. As fotografias obtidas com este método eram do tamanho de um cartão de visita, e por terem um preço mais baixo se tornaram acessíveis às pessoas mais humildes. Ver: SOLINAS, Stéphanie. Comment la photographie a inventé l'identité. Des pouvoirs du portrait. *Criminocorpus*, 2011. p. 1.

²⁹⁸ Bertillon referia-se ao seu método como “Sinalética”.

²⁹⁹ SEKULA, Allan. *Photography against the grain*. [S.l.]: Nova Scotia College of Art and Design, 1984.p. 86.

antropométricas de regiões do corpo que não seriam passíveis de sofrerem alterações ao longo dos anos em função do peso ou envelhecimento³⁰⁰.

Figura 9 - Medições antropométricas



Fonte: BERTILLON, Bertillon *Laphotographie judiciaire, vecn appendice sur la classification et l'identification anthropométriques.* [S.l.: s.n.]:1890. Não paginado.

As medidas corporais eram minuciosamente anotadas e um cartão individual e os registros eram indexados a partir de referências codificadas. Por esse método, que se constituiu no primeiro banco de dados moderno de identificação³⁰¹ o corpo do criminoso a partir de seu enquadramento em uma série de medidas, foi reduzido à linguagem e depois a

³⁰⁰ Sobre o contexto do desenvolvimento desses métodos é interessante destacar que no século XIX foi criado o romance policial, cujos investigadores operavam segundo a ótica do denominado paradigma indiciário, no qual pequenos traços ou vestígios seriam respostas para a elucidação de crimes. GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário.* In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.* 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁰¹ ABOUT & LONERGAN, op. cit. p.77.

um código³⁰², posicionando o indivíduo-indiciado microscópico, dentro de um agregado-social macroscópico³⁰³.

O Método Bertillon era parte de um programa de fiscalização permanente dos criminosos habituais. As medições antropométricas nele empregadas se propunham a prevenir de modo eficiente à sociedade quanto à ação dos indivíduos perigosos³⁰⁴. Além da antropometria³⁰⁵, o Bertillonagem ainda previa a utilização da fotografia³⁰⁶ de identificação criminal, cuja concepção empregada por Bertillon pretendia resolver o problema da padronização dos registros fotográficos.

³⁰² COLE, op. cit. p. 49.

³⁰³ SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986. p. 19

³⁰⁴ MADUREIRA, op. cit. p. 288

³⁰⁵ A antropometria é um método estatístico criado por volta de 1850, que se baseava na análise e mensuração do corpo humano. Seu objetivo principal era situar o homem entre as espécies vivas e sobretudo classificar os povos, distribuídos em grupos diferenciados, segundo princípios objetivos e hierárquicos. Sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento da antropometria recomendamos a seguinte obra: BLANCKAERT, Claude. *Lógicas da antropotecnica: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, no 41, p. 145-156. 2001.

³⁰⁶ Bertillon deu mais ênfase em seu método às medições antropométricas, acerca deste aspecto, achamos oportuna a seguinte referência: “[...] se a fotografia ‘não mente’ é simplesmente porque não diz nada. É por isso que Bertillon admite que, afinal ‘a fotografia pouco ajuda’. Sua prática lhe mostra que não é ontologicamente objetiva, nem naturalmente legível, sintética, analítica ou universal.” (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “if the photograph ‘doesn’t lie’ it is simply because it says nothing. That’s why Bertillon admits that, after all, ‘photography doesn’t help’. His practice shows him that it is not ontologically objective, nor naturally readable, synthetic, analytic or universal”. SOLINAS, op cit. p. 4. Assim, Bertillon não acreditava na verossimilhança fotográfica e preferia confiar nas palavras e números no processo de identificação. Ver: COLE, op. cit. p. 48. As fotografias dentro desse método de identificação seriam úteis não para a classificação do indivíduo, mas para que em conjunto com os dados antropométricos, a polícia pudesse comprovar a reincidência do prisioneiro. GALEANO, Diego. *Identidade cifrada no corpo: o bertillonage e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 721-742, set.-dez. 2012. p. 729

Figura 10 - Vista do atelier de fotografia judiciária



Fonte: BERTILLON, Alphonse. *La photographie judiciaire, avec un appendice sur la classification et l'identification anthropométriques* [S.l.: s.n.];1890. Não paginado.

Pela proposta de Bertillon a fotografia de identificação seria tomada com a pose frontal, que apresentava ao espectador o que imediatamente mais reconhecível no criminoso, e a lateral que privilegiava a representação morfológica da cabeça que não sofreria modificações com o passar dos anos³⁰⁷. As fotos deveriam apresentar um fundo neutro sem a presença de nenhum objeto cênico em sua composição, pois era importante que esses registros não se parecessem com fotografias tiradas em ateliers ou no âmbito particular³⁰⁸.

As fotos de retratos de frente³⁰⁹ e de perfil de um criminoso eram consideradas visivelmente agressivas³¹⁰, a escolha da pose do detento era forjada através de uma imagem ideal que se queria transmitir.

Longe de ser um aparelho complacente e benévolo, a câmera atuaria numa perspectiva impositiva, forçando rearranjos e produzindo configurações³¹¹. Na etiqueta do retrato burguês

³⁰⁷ FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 43.

³⁰⁸ A interpretação da imagem é determinada em parte pela cenografia que retoma posturas culturalmente codificadas. Ver: JOLLY, op. cit. p. 123.

³⁰⁹ Para Susan Sontag: “Na retórica normal do retrato fotográfico, encarar a câmera significa solenidade, franqueza, o descerramento da essência do tema”. SONTAG, op. cit. p. 26.

³¹⁰ Idem. p.10.

do século XIX não se estimulava a frontalidade, que remetia ao homem natural desprovido de atributos de distinção de classe, e sim a pose lateral, que corresponderia ao homem civilizado, numa retórica em que se conjugava preconceito e índice social³¹².

Figura 11 - Pranchas de identificação fotográfica



Fonte: BERTILLON, Alphonse. *Identification anthropométrique. Instruction signalétique*. [S.l.: s.n.]; 1893. Não paginado.

Dentro desta prática de identificação, os criminosos eram considerados como elementos passivos ao processo regulatório³¹³, a sua individualidade seria cerceada por um método de registro que se converteria numa forma de dominação³¹⁴. O uso da fotografia pela

³¹¹ Arlindo Machado preocupava-se com o aspecto ideológico presente na imagem fotográfica a partir, sobretudo da imposição ao espectador de um determinado ponto de vista. Sua obra *A ilusão especular* tornou-se um estudo importante dentro da proposta de discussão sobre a imagem e desconstrução da neutralidade fotográfica. MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³¹² FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 35.

³¹³ TAGG, op. cit. p. 11.

³¹⁴ Os presos deveriam manter uma feição neutra durante o seu registro fotográfico, contudo alguns deles adotavam uma postura ativa e resistiam fisicamente a este procedimento, outros ainda contorciam a face para

polícia acabaria desta forma, por reforçar a construção de um mundo de exclusão, expondo diferenças sociais ³¹⁵.

A fotografia seria inserida numa rede discursiva científica, numa imbricação de saberes e campos de conhecimento, na qual os pressupostos técnicos aplicados no retrato policial, tais como “iluminação uniforme, fundo neutro, pose centralizada e distância focal determinada entre a câmara e o modelo”³¹⁶ foram simultaneamente utilizados na antropologia, medicina e na psiquiatria³¹⁷. Dentro deste contexto, a fotografia delimitou o terreno do outro, definiu a generalização e o desvio moral e a patologia³¹⁸, o corpo e seu ambiente haviam se tornado naquele momento, campos de especialização³¹⁹, *locus* privilegiado para estudos científicos.

No Brasil, a entrada das questões ligadas ao saber científico do século XIX ocorreu durante o segundo reinado (1840-1889), em razão do amadurecimento intelectual de grupos internos que buscavam entender a realidade do país e os fundamentos de uma cultura nacional em oposição ao legado metropolitano ³²⁰.

A monarquia de D. Pedro II, neste contexto, incentivava os debates sobre temas como o darwinismo social e patrimônio genético, tentando se distanciar das nascentes repúblicas

evitar identificações futuras. Ver: SÁ, Leonor Maria de Amorim e. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, recepção e autonomia retórica. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012, pp. 125-158. p. 134. Dentro deste aspecto, para Serge Gruzinski, a imagem pode ser tanto ser um veículo de poder como uma forma de resistência. GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner* (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 17.

³¹⁵ PESAVENTO, op. cit. p. 16.

³¹⁶ FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 48.

³¹⁷ Nesses campos do conhecimento podemos destacar a utilização da fotografia para registro etnográfico e como forma de auxiliar no tratamento e demarcar a evolução clínica dos pacientes, nos trabalhos do etnólogo Eugéne Trutat, do psiquiatra Hugh Welch Diamond e do médico Jean-Martin Charcot. Sobre Charcot, Stuart Hall afirma que ele foi o que mais utilizou a fotografia em seus estudos clínicos sobre psiquiatria, sobretudo nas pesquisas e tratamento da histeria. Sobre o método utilizado por Charcot recomendamos: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, Ed. PUC- RIO Apicuri, 2016.p. 130-137.

³¹⁸ SEKULA, Allan. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986. p. 8.

³¹⁹ TAGG, op. cit. p. 5.

³²⁰ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. De acordo com Iclea Thiesen, a produção de saberes sobre o crime e o criminoso no Brasil tem suas raízes na primeira metade do século XIX a partir da preocupação com as revoltas regenciais e com as chamadas classes perigosas. Estes fatores levaram a polícia a tentar desenvolver métodos de identificação dos criminosos. THIESEN, Icela & PATRASSO, André Luiz de Almeida. Informação, representação e produção de saberes sobre o crime: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903 -1907). *Inf. & Soc. João Pessoa*, v. 22, n. 3, p. 83- 92, 2012.p. 84.

da América do Sul, aproximando-se dos padrões científicos praticados na Europa³²¹. Estas propostas tiveram ressonâncias nas primeiras instituições científicas no Brasil como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife que sofriam influência da escola criminal positiva italiana.

Em nosso país a questão racial balizou os debates sobre a criminologia. As teorias raciais que aqui desembarcaram no século XIX e traziam em si uma preocupação premente quanto aos riscos da deterioração da nação, pela mescla dos diferentes tipos raciais. Em sua obra intitulada “Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil”, publicada em 1894, o professor da escola de medicina legal da Bahia, Nina Rodrigues discorria dentre outros temas sobre a importância da raça na patologia dos delinquentes³²².

A introdução do retrato de identificação criminal no Brasil, também ocorreu durante o reinado de D. Pedro II que era um incentivador e praticante da fotografia. A primeira foto para fins judiciários realizada no ano de 1870, na Casa de Correção da Corte³²³. A fotografia seria ainda utilizada no início do século XX, como forma de registro e controle de operários nas fábricas São Paulo, na qual eram especialmente marcados aqueles que eram considerados como causadores de problemas³²⁴.

3.2.2 Permanências

O Bertillonagem foi apresentado como a resposta definitiva para os problemas relacionados à identificação de criminosos e indexação de dados prisionais. Bertillon defendia que este sistema poderia ser utilizado de forma eficiente por qualquer departamento de polícia, bastando para isso uma adequação em suas instalações físicas e o treinamento dos funcionários. Em seu início ele foi saudado pela imprensa francesa e adotado como método de

³²¹ De acordo com Lilia Schwarcz: “A aceitação dos modelos evolucionistas e darwinistas trazem a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização.”. In: SCHWARCZ, op. cit. p. 39.

³²² PESAVENTO, op. cit. p. 72.

³²³ MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados*. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 77.

³²⁴ MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

identificação por departamentos de polícias em alguns países, mas ao longo do tempo passou a ser questionado por motivos técnicos, culturais e ideológicos.

O Bertillonagem exigia um rigoroso treinamento dos seus operadores, que deveriam utilizar medidas padronizadas, códigos precisos de identificação e realizar a coleta dos dados antropométricos de uma forma extremamente metódica. Sem a diligente e meticulosa supervisão de Bertillon esses requisitos técnicos não foram devidamente seguidos em outros países, onde se verificou uma adaptação dos códigos e a mensuração por vezes descuidada dos dados antropométricos.

No âmbito cultural e ideológico a fotografia policial era vista como uma degradação do retrato burguês³²⁵, sendo considerado por muitos não como uma forma de registro, mas sim de punição do indiciado, muitos aventavam ainda a possibilidade de, a partir das fotos, se confundirem um criminoso com um cidadão respeitável³²⁶.

Essas críticas conduziram a busca por um processo de identificação mais objetivo, que seria desenvolvido por Juan Vucetich Kovacevich, um antropólogo e inventor nascido na Croácia, que trabalhava como policial na Argentina.

No contexto do continente americano, o século XIX foi um período de um grande afluxo de imigrantes, muitos dos quais tiveram como destino a América Latina³²⁷ gerando um crescimento demográfico nas cidades. Este fator acarretou dificuldades na identificação populacional, causando ainda um aumento na criminalidade.

Vucetich, que inicialmente era partidário do Bertillonagem, viu limitações no seu uso, sobretudo, pela forma displicente como era empregado, o que tornaria inadequado para solucionar as dificuldades enfrentadas pela polícia sul americana e como resposta ele propôs a criação do método de identificação datiloscópico³²⁸.

³²⁵ Houve uma resistência inicial dos fotógrafos policiais em adotarem o retrato padronizado Bertillon. Esses fotógrafos embora atuassem para a polícia eram contra o que consideram a perda do sentido artístico do retrato caso a proposta de Bertillon fosse implementada. DARMON, op cit. p. 215.

³²⁶ JÄGER, op. cit. p. 6.

³²⁷ Acerca do aumento populacional e das imigrações nesse período, Eric Hobbbsbawn afirma que os dados populacionais do século XIX são imprecisos, mas que é possível supor que a população europeia fosse de 430 milhões de pessoas em 1900, o que representaria mais do que o dobro da estimativa de 200 milhões em 1800, e que os habitantes das Américas teria crescido de 30 milhões para 160 milhões no mesmo período. HOBBSBAWN, Eric. J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p 30 -31. A cifra de imigrantes que partiram da Europa com destino às Américas não é precisa, mas estima-se um número entre 42 e 60 milhões de europeus vieram para este continente. Ver: LANZA, André Luiz & LAMOUNIER, Maria Lucia . *A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930)*. *Cadernos Prolam/USP* 14, p. 90-107,2015. p. 91.

³²⁸ O estudo sobre as impressões digitais teve afluxo no século XIX com um artigo publicado por Willian Hershel que posteriormente foi utilizado como base para as pesquisas de Galton. Ver: KALUSZYNSKI,

Em seu favor, no âmbito dos debates sobre as medições antropométricas, o método datiloscópico não feria o código de conduta da burguesia e era tecnicamente mais fácil de ser assimilado e utilizado pelos policiais. Vucetich fez viagens de divulgação deste novo sistema de identificação por vários países incluindo o Brasil. Ele foi um dos principais arquitetos do sistema de colaboração de redes de policiais e esteve em contato com juristas e cientistas latino-americanos e europeus³²⁹.

No Brasil a adoção do serviço datiloscópico foi marcada pela disputa ideológica entre saberes e recebeu a resistências dos médicos ligados a identificação criminal e defensores da antropologia criminal³³⁰; seu maior defensor, em nosso país foi o jornalista Felix Pacheco³³¹, que recebera o material do curso de identificação datiloscópica por correspondência.

Pacheco que se mostrava preocupado com os “grandes centros da gatunagem na América do Sul”³³², apoiava a construção de uma rede de cooperação entre as polícias³³³, seu apoio a adoção da datiloscopia no Brasil visava fortalecer esses contatos e valorizar uma técnica que fora inventada por um policial da América do Sul, que poderia fornecer de modo mais rápido informações e um suporte técnico para implantação do sistema.

No que tange as discussões relacionadas à antropologia criminal e a criminologia positiva de cunho lombrosiano, longe de se constituírem numa unanimidade científica, esses campos do conhecimento eram questionados desde suas origens no século XIX. No Brasil, segundo Lilia Schwarcz as teorias raciais e o evolucionismo, que de certa forma embasaram a aplicação da antropologia criminal em nosso país, começaram a perder espaço na academia brasileira na década de 1930 a partir de um processo crítico influenciado pela criação das

Martine. Alphonse Bertillon et l' anthropométrie judiciaire. L' identification auceeur de l'ordrerépublicain .*Criminocorpus*, 2014.

³²⁹ ABOUT. & LONERGAN, op. cit. p. 45

³³⁰ FERRARI, Mercedes García & GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: História transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online]. 2016, vol.23, suppl.1, pp.171-194.

³³¹ Félix Pacheco foi o fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal, esse órgão teve papel primordial na aplicabilidade da teoria sobre a identificação. Ver: MAGALHÃES, op. cit. p. 68.

³³² FERRARI. & GALEANO, op. cit. p. 175.

³³³ Pacheco assinou em conjunto com representantes das polícias da Argentina, Chile e Uruguai um acordo para a troca de registros de pessoas que ameaçavam a lei e de agitadores trabalhistas, sua atuação seria importante para que no terceiro congresso científico latino americano realizado no RJ em 1905 a datiloscopia prevalecesse como método de identificação a ser adotado. ABOUT. & LONERGAN. , op. cit. p. 50-51.

primeiras universidades no Brasil³³⁴ e pelas novas discussões acerca da cultura que no Brasil tiveram como expoente o sociólogo Gilberto Freire.

Mas por que chamamos a atenção ao longo desse item da tese sobre a importância do Método de Bertillon e da antropologia criminal se ambas foram sendo abandonados por motivos técnicos e ideológicos? Acreditamos que a resposta para esta questão importante seja a palavra permanência.

Em nossa compreensão não houve uma ruptura imediata dos padrões e conteúdos propostos pelo Método de Bertillon e pela antropologia criminal. O Bertillonagem foi paulatinamente sendo abandonado pelas polícias no mundo, contrariando o desejo de seu inventor que a considerava uma técnica com aspirações atemporais, pois acreditava na validade das mensurações corporais e dos estudos científicos que as embasaram; atualmente este método aparece como uma curiosidade sobre os primórdios dos identificação criminal e todo o ritual empregado na aferição das medidas antropométrica soa como exagerado e, quando não, fora de sentido. No entanto, se chamamos a atenção ao longo desse item para a importância deste método é porque embora tenha sido substituído pela datiloscopia, o seu modelo de fotografia criminal que envolvia a padronização da pose, iluminação, distância focal, dentre outros elementos se manteve praticamente inalterado até os dias de hoje³³⁵. A fotografia criminal que em sua essência se conformava ao discurso do realismo burguês³³⁶, converteu-se numa marca indelével na vida do indiciado³³⁷ e desde o século XIX seria uma etapa obrigatória do percurso judiciário³³⁸.

³³⁴ SCHWARCZ, op. cit. p. 23.

³³⁵ SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciais em Portugal 1869-1895*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura). Universidade Católica Portuguesa, 2015. p. 27. Acreditamos ser oportuna a referência da autora Annateresa Frabis sobre a manutenção do status documental da fotografia: “Se as fotografias ajudam a vencer uma guerra ou a despertar a consciência crítica em relação a ela é porque a sociedade lhes confere o status de registro da verdade, por acreditar que é a própria realidade que se imprime na superfície da imagem. Esse poder da fotografia não se perdeu nem mesmo com a transformação da representação visual a partir da década de 1980”. FABRIS, Annateresa. *Discutindo a imagem fotográfica. Domínios da imagem*, Londrina, V. I, N. 1, P. 31-41, NOV. 2007. p. 36

³³⁶ TAGG, op. cit. p. 99.

³³⁷ Leonor Sá afirma que a infâmia imposta aos criminosos pelo retrato policial seria um marca estigmatizante que o acompanharia ao longo da vida. SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciais em Portugal 1869-1895*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura). Universidade Católica Portuguesa, 2015. p. 50.

³³⁸ SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, recepção e autonomia retórica. Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012, pp. 125-158. p. 127. Segundo Jens Jäger: “A cerimônia de fotografar um criminoso passou a fazer parte da pena; uma parte das práticas simbólicas usadas para sujeitar uma pessoa apreendida”. (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “The ceremony of

O Brasil, mesmo tendo adotado a datiloscopia como outros países, utilizaria o retrato como forma subsidiária de identificação criminal. Concernente à antropologia criminal e sua permanência ao menos na primeira metade dos anos 1930, podemos citar um fato que corrobora esta nossa compreensão.

No Rio de Janeiro em 1931, Leonídio Ribeiro que tinha uma prática profissional relacionada à medicina legal, foi nomeado diretor do Gabinete de Identificação³³⁹, tendo como uma de suas incumbências a implementação de medidas de modernização nos processos de identificação. Em sua gestão foi criado o Laboratório de polícia técnica e antropologia criminal, que atuaria como um centro de estudos ligados às questões raciais e “patologias sociais”. As pesquisas realizadas por Ribeiro sobre esses temas lhe valeram o Prêmio Lombroso de 1933³⁴⁰.

Essas mudanças adotadas na polícia do DF que passou a contar com novos aparatos técnicos e com um discurso alinhado ao saber científico de então, como salientamos no capítulo anterior, foram replicadas nos demais departamento policiais do Brasil. Cada vez mais se enfatizava a importância da atuação da chamada polícia científica, que agiria de forma repressiva e preventiva no combate aos crimes, produzindo provas e dados de investigação criminal que poderiam ser permutados entre diferentes órgãos de segurança, dando mais celeridade e eficiência aos procedimentos policiais.

Neste ponto o que devemos nos perguntar é quanto do pensamento científico relacionado à antropologia criminal permaneceu na sociedade brasileira, e como em relação aos comunistas, essas ideias não se mesclaram com o anticomunismo que grassava em nosso país?

Antes de apresentarmos as categorias fotográfica que elaboramos para analisar as fotografias anexadas nos processo do TSN, devemos frisar que a proposta desta tese avança para além da preocupação com o retrato individual de identificação criminal, dada a natureza heterogênea das fontes que analisamos as quais incluíam retratos de identificação, paisagens e

photographing a criminal became part of the sentence; a part of the symbolic practices used to subject an apprehended person”. JÄGGER, op. cit. p. 14.

³³⁹ O Gabinete de identificação proposto por Leonídio trabalhava com dois processos complementares: particularização/identificação através da coleta das impressões digitais e dissolução do indivíduo numa classe biológica a partir das medições antropométricas. Sobre essa sistematização das funções do Gabinete de Identificação ver CARRARA, Sergio. A ciencia e doutrina da identificação no Brasil ou do controle do eu no templo da técnica. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, nº 50, 10 de dezembro de 1984. p. 24 e 25.

³⁴⁰ GRIZA, Aida. *Polícia, técnica e ciência: O processo de incorporação dos saberes técnico-científicos na legitimação do ofício policial*. 1999. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. p. 98.

objetos apreendidos. A ênfase que demos ao longo desse item à construção do retrato criminal e os debates científicos e ideológicos que o embasaram, se fez necessária para aprofundar uma compreensão sobre o caráter da verdade fotográfica, ou ainda da fotografia como testemunho, algo que os responsáveis pelos julgamentos dos envolvidos na Revolta Comunista de 1935 buscaram obter.

3.3 Categorias fotográficas

“De súbito apareceu na sua cabeça a imagem sob medida, por assim dizer, de um certo camarada Ogilvy, recentemente morto em combate em circunstâncias heroicas. Havia ocasiões em que o Grande Irmão dedicava sua ordem do dia à celebração de algum membro humilde e insignificante do Partido, cuja vida e morte eram então elevadas à condição de exemplos dignos de ser seguidos. Era chegada a hora de ele festejar o camarada Ogilvy. Na verdade nunca existira nenhum camarada Ogilvy, mas um punhado de linhas impressas e duas ou três fotos forjadas fariam com que ganhasse vida.”³⁴¹

Se no início desse capítulo fizemos um breve diálogo com a literatura, utilizando o livro de Oscar Wilde para iniciar uma reflexão sobre a verossimilhança fotográfica e a utilização da imagem como prova e testemunho, a citação do trecho de outra obra literária, escrita num contexto histórico distinto; pode nos auxiliar a pensar a desconstrução dos pressupostos da verossimilhança, procedimento metodológico no qual devemos atentar para os usos ideológicos da imagem.

Acreditamos que a imagem deva ser entendida enquanto vetor de significados, que opera em uma dinâmica social, cultural e dialética. Esta compreensão será essencial para a análise e composição das categorias fotográficas que abordaremos nesse tópico e também para o desenvolvimento desta tese em seus próximos capítulos.

Em suas análises sobre as fotografias a autora Ana Mauad chama atenção para a necessidade de se observar os principais aspectos relacionados à imagem fotográfica: produção, recepção e agenciamento³⁴². Devemos nos atentar para esses elementos para não perdermos de vista que as fotografias que vamos analisar foram feitas dentro de um contexto histórico, que previa uma recepção, entendida como o “valor atribuído à imagem pela

³⁴¹ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 51

³⁴² MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008, p. 20-21.

sociedade que a produz, mas também a recebe”³⁴³; específica, algo que nos força a analisar a sua produção e agenciamento a contrapelo, ou seja, para além dos discursos produzidos pelos canais oficiais, buscando compreender as práticas de poder que atravessavam a construção desses documentos históricos. Dentro desta premissa devemos entender as fotografias dos processos do TSN como uma decisão³⁴⁴. Consideramos assim que existe a necessidade de pensar nas múltiplas dimensões, inclusive as temporais, que afetam a compreensão de uma imagem³⁴⁵.

Concernente à especificidade das fontes que analisaremos, as fotos em questão foram produzidas em grande parte por um órgão estatal, cuja regra básica era a objetividade³⁴⁶ e a conseqüente busca pelo apagamento de qualquer aspecto subjetivo que pudesse ser imputado ao fotógrafo, algo que poderia ser apontado pela defesa como indício de manipulação das provas. Dentro desse contexto o fotógrafo da polícia técnica atuava com parte de um corpo institucional e burocrático maior³⁴⁷, que atendia a objetivos previamente determinados. Sua figura seria desta forma o máximo que possível invisibilizada.

Concernente ao aspecto metodológico a composição de categorias fotográficas a partir das fontes e a análise por séries, conforme defendem alguns pesquisadores, é uma forma de se evitar a verificação superficial da imagem³⁴⁸.

³⁴³ Idem. p. 20 .

³⁴⁴ Segundo John Berger. “Uma fotografia , ao registrar o que foi visto, sempre e por sua própria natureza se refere ao que não foi visto. Ela isola, preserva e apresenta um momento tirado de um *continuum*.” In: BERGER, John. *Para Entender uma Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 33.

³⁴⁵ Sobre a compreensão temporal da imagem recomendamos as obras de HUBERMAN, Georges Didi. *Diante do Tempo: História da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015; e MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 27.

³⁴⁶ Acerca da objetividade fotográfica, a compreensão da mensagem denotada por uma fotografia pode ser afetada pela utilização de recursos técnicos, e ainda pela pose ou presença de objetos na composição da cena. Ver: BARTHES, Roland. *Lo obvio y lo obtuso*. Imágenes, gestos, voces. Barcelona: Editora Paidós, 1986. p. 16.

³⁴⁷ Conforme argumenta Arlindo Machado sempre que possível na prática dominante é preciso que tudo na fotografia se passe com se não houvesse um fotógrafo diante da cena. MACHADO, op. cit. p. 89. Sobre a utilização da fotografia institucional durante o governo Vargas, recomendamos a seguinte obra o pesquisador Miguel Freire: FREIRE, Miguel. *Fotografia getuliana: a imagética germânica na construção do olhar fotográfico nos tempos do Estado novo*. Curitiba: Kotter Editorial, 2016.

³⁴⁸ A adoção da análise das imagens a partir da composição de séries, para os pesquisas historiográficas e os estudos sobre ligados à Cultura visual é defendido respectivamente por: MAUAD, Ana Maria. Op. cit. p.40 & MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual, Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol 23, n° 45, 2003.p.27. Acerca da análise semiótica conforme Tânia Aparecida de Souza Vicente: “A noção de semiose de Peirce, ou a ação dos signos, ou ainda os processos de interação cooperativa dos signos, está estruturalmente ligado à ação de séries conexas.” Ver: VICENTE , Tânia Aparecida de Souza. Metodologia da análise de imagens. *Revista Contracampo*. Rio de Janeiro, 2000.

Em termos metodológicos construímos as categorias que iremos apresentar buscando encontrar um sentido geral nas fotografias analisadas, que será relacionado às representações acerca do comunismo e anticomunismo. As imagens foram agrupadas a partir da presença recorrente de alguns padrões técnicos e temas que nos indicam a busca, por parte dos órgãos de repressão, por uma padronização na forma como eram produzidos e organizados os registros fotográficos que seriam anexados nos processos do TSN para fins probatórios.

Outro ponto que devemos destacar é que essas categorias foram elaboradas a partir de uma quantificação das fotografias, que localizamos nos processos do TSN que se encontram sob a guarda dos seus repositórios institucionais no Arquivo Nacional e STM³⁴⁹. Nas tabelas a seguir apresentamos o quantitativo de processos e fotografias analisados:

Tabela1 - Processos sob a guarda do Arquivo Nacional – RJ

Arquivo Nacional	Quantidade
Processos analisados	89
Total de volumes	304
Total de fotografias	1091

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Tabela 2 - Processos sob a guarda do STM-DF

STM	Quantidade
Processos analisados	10
Total de volumes	77
Total de fotografias	106

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Tabela 3- Relação de fotografias por temas

Instituição	Pessoas	Lugares	Objetos
Arquivo Nacional	816	129	146
STM	63	34	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Por meio dessas categorias pretendemos indicar padrões de contiguidade nas fotografias anexadas aos processos do TSN, separando-as através da observação de seus aspectos homogêneos, mas tendo, igualmente o cuidado de em sua análise, nos atentarmos a possíveis discontinuidades. Entendemos que a visão geral por categorias auxiliará ao leitor desta tese, na compreensão dos principais elementos objetivos (fatores técnicos) e subjetivos,

³⁴⁹ Em decorrências dos efeitos da pandemia da COVID 19 na circulação das pessoas e funcionamento dos centros de pesquisa, realizamos apenas pudemos realizar a pesquisa, nos processos do TSN que se encontravam digitalizados nos portais de acesso na internet do Arquivo Nacional e STM.

que estiveram presentes no momento em que foi realizada a escolha pela anexação de uma determinada fotografia para justificar a culpa ou inocência de um réu.

Por fim, mesmo entendendo que a análise individual de uma fotografia oferece o risco do isolamento da imagem de seu quadro geral, algo que impediria sua inserção dentro do discurso histórico ³⁵⁰, faremos apontamentos individuais em algumas fotografias selecionadas, para por meio delas apresentar nossa compreensão sobre a forma como as representações sociais acerca comunismo e anticomunismo foram desenvolvidas nos processos do TSN e para indicar possíveis alterações nos elementos técnicos de sua produção, quando confrontados à estética padronizada do retrato de identificação criminal. Entendemos que para que possamos realizar de forma adequada esta análise devemos estar atentos ao fato de que a fotografia pode ser entendida como um produto social e que os seus possíveis sentidos devem ser buscados a partir da compreensão das interações sociais que permearam a sua confecção ³⁵¹.

3.3.1 Fotografias de identificação de pessoas

Segundo Peter Burke os retratos registram não tanto a realidade social, mas as ilusões sociais, não a vida comum, mas uma performance ³⁵², na qual são encenados papéis

³⁵⁰ CADIOU, op. cit. p. 150.

³⁵¹ De acordo com Pierre Bourdieu acerca da fotografia enquanto produto e prática social: “[...] o grupo subordina essa prática à regra coletiva, de modo que a fotografia mais insignificante expressa, além das intenções explícitas de quem a fez, o sistema de percepção, pensamento e apreciação comuns a todo um grupo” (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “[...] el grupo subordina esta práctica a la regla colectiva, de modo que la fotografía más insignificante expresa, además de las intenciones explícitas de quien la ha hecho, el sistema de los esquemas de percepción, de pensamiento y de apreciación común a todo un grupo BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003. p. 44. Sobre a construção do social do sentido da imagem Ana Mauad afirma que: “as imagens ganham corpo por meio de práticas sociais, em que sujeitos incorporam as imagens tanto como ideia e representação como objetos, marcas corporais e gestos.” Ver: MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de História visual. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Editora UFPR. p. 114.

³⁵² BURKE, op. cit. p. 46.

socialmente definidos,³⁵³ sendo desta forma associados a um sistema de valores próprios de uma classe, profissão etc³⁵⁴.

Os retratos em sua origem estão relacionados a um processo de individualização do ser humano. No início eles estavam ligados a aspectos da religiosidade e preservação da imagem. Em sua evolução ao longo dos séculos, ele tornou-se menos abstrato e mais semelhante ao seu referente, o que denota um processo de construção de uma individualidade³⁵⁵.

Relativo ao retrato de identificação criminal como vimos ao longo desse capítulo, a mesma fotografia que individualizou os sujeitos e democratizou o acesso a uma autorrepresentação, enquadrou o criminoso num discurso estigmatizante³⁵⁶ de classe perigosa, homogeneizada através da captura de sua imagem a partir de padrões técnicos uniformizados. Ao longo do tempo o retrato de judiciário assumiu uma carga de informação semiótica de significados³⁵⁷ que faziam uma remissão ao mundo do crime.

Para compressão desta categoria fotográfica utilizaremos como base o conceito de identificação proposto por Annateresa Fabris. Segundo esta autora, no retrato fotográfico burguês criado no século XIX se exteriorizavam os signos da ascensão social daquele grupo, em detrimento da pintura considerada ultrapassada e decadente para os padrões da modernidade que se impunha. Em contraponto a esta identidade foi desenvolvida a partir de

³⁵³ “O retrato fotográfico é uma afirmação pessoal, moldada pelo processo social na qual o indivíduo está inserido e do qual derivam diferentes modalidades de representação”. In: FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.35.

³⁵⁴ De acordo com Pierre Bourdieu o que se fotografa não são indivíduos no singular, senão papéis sociais. BOURDIEU, op. cit. p. 62.

³⁵⁵ BRETON, David Le. *Rostos: Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018. p. 37. Sobre o conceito de individualidade, Norbert Elias nos fornece a seguinte definição: “O que chamamos de ‘individualidade’ de uma pessoa é, antes de mais nada, uma peculiaridade de suas funções psíquicas, uma qualidade estrutural de sua auto regulação em relação a outras pessoas e coisas.” A individualidade para Elias está relacionada a um processo de individualização do sujeito, que é condicionado por fatores histórico, sociais e culturais. ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 62. A fotografia enquanto processo de individualização está relacionada ao seu status social e a democratização do acesso a autoimagem, antes restrita apenas a aristocracia que tinha acesso a pintura; oriunda de sua invenção e popularização. Essa nova visualidade que emerge no século XIX influenciaria as formas de compreensão do mundo.

³⁵⁶ Segundo Susan Sontag: “As fotos não podem criar uma posição moral, mas podem reforçá-la e podem ajudar a desenvolver uma posição moral ainda embrionária.” In: SONTAG, op. cit. p. 15 Acerca da fotografia criminal Jagger nos informa que ela “ [...] não era uma prática homogênea. Tampouco dependia exclusivamente de teorias criminológicas. Sempre permaneceu um forte elemento de interpretação convencional de imagens fotográficas. “ (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é “[...] it was not a homogeneous practice. Nor did it depend exclusively on criminological theories. It has always remained a strong element of conventional interpretation of photographic images”. JAGGER, op. cit. p. 15

³⁵⁷ SÁ, Leonor Maria de Amorim e. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, receção e autonomia retórica. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012, pp. 125-158. p. 148. Segundo John Tagg, a fotografia se converte em prova por um processo social e semiótico. TAGG, op. cit. p. 4.

práticas sociais e culturais, uma ideia de identificação, na qual o retrato teria finalidades judiciais como as fotografias criminais, que tinham o objetivo de realizar o recenseamento do prisioneiro e estabelecer uma sujeição do mesmo a norma social vigente³⁵⁸.

Dentre as fotografias anexadas nos processos do TSN localizamos fotos de identificação produzidas de acordo com o método propostos por Bertillon e outras que tinha a mesma finalidade, mas seguiram outros padrões de produção, além de fotografias de caráter pessoal ou político dos indiciados apreendidas durante o trabalho de investigação, que denotam a preocupação da polícia em criar um quadro mais amplo dos relacionamentos e filiações ideológicas dos réus, ressignificando assim seus sentidos originais para torná-las provas de acusação nos processos, dentre outros temas.

Figura 12- Fotografia de identificação criminal



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 12, p. 870

³⁵⁸ FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.13

Figura 13 - Fotografia apreendida



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0026 apenso 2, p. 471

Conforme podemos observar na tabela número 3, as fotografias ligadas ao registro visual de pessoas se sobressaem dentro do quantitativo quando comparadas as demais categorias formuladas. Este fato nos indica uma preocupação judicial dos agentes responsáveis pela instrução dos processos em realizar o registro visual dos indiciados, o que nos remete a longa tradição de produção do retrato de identificação judiciário que descrevemos ao longo desse capítulo.

3.3.2 Fotografias de identificação de lugares

A construção dessa categoria tem como base o pressuposto de que o registro fotográfico de paisagens tem uma forte conotação subjetiva que pode ser relacionada aos fatores técnicos ligados a sua produção. Neste sentido devemos nos lembrar de que a escolha de um determinado enquadramento pelo fotógrafo³⁵⁹ produz uma visão subjetiva que se traduz

³⁵⁹ Segundo Milton Guran “A fotografia é a escolha de um enquadramento no espaço, de um instante no tempo”. Ver: GURAN, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1990. p.18.

num julgamento sobre aquilo que é representado³⁶⁰, destacando pontos que deveriam ser realçados no processo de composição a partir da mensagem que se queria produzir.

No que concerne às fotografias de lugares entendemos que uma de suas preocupações centrais era gerar uma referência espacial acerca dos eventos investigados, algo que se tornava importante principalmente quando se tratavam de processos relacionados a fatos que ocorreram fora do Rio de Janeiro onde, conforme informado no capítulo anterior, foram realizados os julgamentos do TSN.

Estas fotografias em diversas situações apresentavam a cenas construídas através da ótica da perícia criminal. Nesta atividade técnico-investigativa era comum que as fotos fossem previamente combinadas com o delegado responsável pela investigação³⁶¹, que determinaria ângulos ou enquadramentos específicos afim de realçar determinados aspectos visuais que pudessem auxiliar na apuração dos fatos. Consideramos que essa combinação prévia da produção das fotografias de lugares, em determinados momentos, reforçava um olhar preconcebido e estigmatizado acerca dos fatos investigados, tornando assim inviável o discurso de objetividade e neutralidade desses registros, que era defendido pela polícia técnica.

Dentre fotografias analisadas para composição desta categoria identificamos, por exemplo, registros de destruição, pichações com motivos políticos, dentre outros temas. Verificamos em diversas destas fotografias a construção técnica de uma composição e enquadramento que enfatizavam uma dualidade entre ordem (poder público) X caos (atuação rebelde), reforçando preconceitos socialmente construídos acerca do comunismo e seus militantes.

³⁶⁰ AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993. p.156. Ainda sobre a subjetividade da imagem, conforme Arlindo machado, as fotografias são “espelhos do mundo” mas possuem “memória”, assim ao invés de “exprimir passivamente a presença pura e simples das coisas, as câmeras constroem representações”. Sobre este aspecto ideológico, a fotografia privilegia determinado recorte, inviabilizando aquilo que não quer destacar. MACHADO, op. cit. p. 11.

³⁶¹ MAGALHÃES, op. cit. p. 128.

Figura 14 - Fotografia retratando o interior do 3º Regimento de Infantaria



Fonte: Superior Tribunal Militar - Inquérito Policial Militar, volume 8, p 1911

Figura 15 - Fotografia apresentando a reconstituição de uma tentativa de justicamento



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0701, p.108

3.3.3 Fotografias de objetos

Os objetos registrados nas fotografias anexadas nos processos do TSN que analisamos para a composição dessa categoria foram produzidos principalmente a partir do material apreendido pela polícia investigativa.

Um fato que devemos chamar a atenção é que em decorrência da Lei de Segurança Nacional de 1935 e suas variações, foram listados objetos³⁶², cuja simples posse configurava um crime. Por vezes essas fotos eram realizadas no próprio local onde os crimes teriam sido realizados e em outras, os registros ocorriam dentro dos laboratórios da polícia técnica.

A preocupação em realizar o registro desses objetos, atrelado a um trabalho de composição fotográfica³⁶³ podem ser indicativos de um processo de construção simbólica de elementos ligados ao comunismo, enquadrado no imaginário anticomunista em voga.

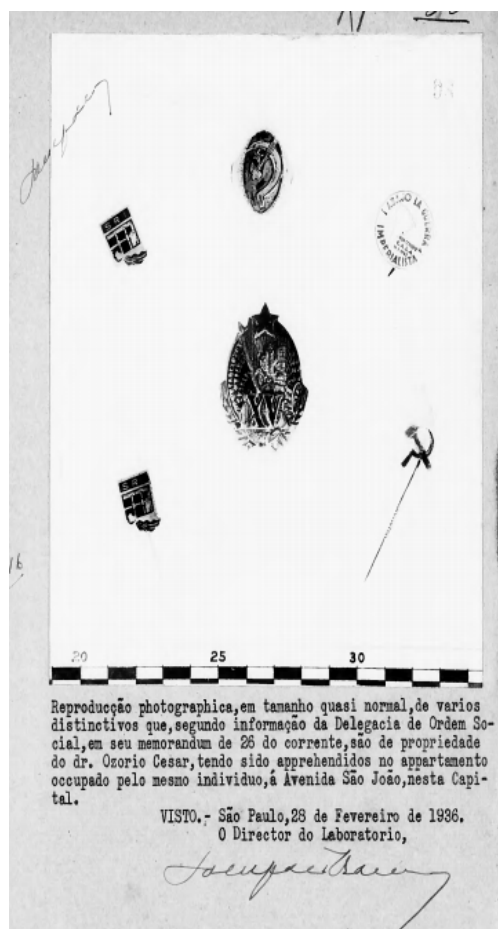
Dentre as fotografias analisadas verificamos a presença de materiais de propaganda política “extremista”, como livros, panfletos, cartazes etc, além de armas e munições dentre outros objetos.

As fotografias dos militantes apreendidas pela polícia, embora se constituam em objetos sob seu sentido instrumental, foram contabilizadas na categoria pessoas pelos usos que elas tiveram no curso das investigações conforme explicamos no item 3.3.1.

³⁶² Segundo Roland Barthes, os objetos são indutores de ideias e elementos de significação. BARTHES, Roland. *Lo obvio y lo obtuso*. Imágenes, gestos, voces. Barcelona: Editora Paidós, 1986. p. 19.

³⁶³ A composição fotográfica tem o objetivo de dispor os elementos de modo a conferir um significado à cena registrada. Ver: GURAN, op. cit. p. 25.

Figura 16 - Fotografia extraída com objetos apreendidos



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0092, volume 2, p.98

Figura 17 - Fotografia apresentando material de propaganda apreendido



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0288, volume 1, p.232

Jaques Almont nos sinaliza acerca da recepção da imagem, que a percepção do espectador produz o sentido da imagem e que nesse processo interagem procedimentos de reconhecimento e rememoração³⁶⁴. Entendemos assim que as imagens apresentadas nos processos já possuíam uma conexão de inteligibilidade com contextos e representações que marcavam as expectativas e atuações dos responsáveis pelos julgamentos.

Gostaríamos de encerrar esse capítulo utilizando como pontos de reflexão a frase do crítico de arte John Berger: “Nós só vemos o que olhamos”³⁶⁵ (tradução nossa) e o título do livro do pesquisador e historiador da arte George Didi Huberman: “O que vemos, o que nos olha”³⁶⁶ para formularmos a seguinte questão: O que viram nas fotografias anexadas nos processos do TSN as pessoas que estiveram diretamente envolvidas no julgamento dos envolvidos na Revolta Comunista de 35?

Nos próximos capítulos buscaremos responder esta pergunta.

³⁶⁴ AUMONT, op. cit. p. 90.

³⁶⁵ O texto em língua estrangeira é: “We only see what we look at.” BERGER, John. *Ways of seeing*. Penguin Group, 1972. Não paginado.

³⁶⁶ HUBERMAN, Georges Didi. *O que vemos, o que nos olha*. 2a Edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

4 A FOTOGRAFIAS NOS PROCESSOS DO TSN: ORIGENS E USOS

Não julguem apenas pela aparência, mas façam julgamentos justos

João 7:24

No dia 16 de abril de 1940, o Delegado Especial da Segurança Pública e Social, Batista Teixeira, determinou que fossem realizados procedimentos para a exumação do corpo de Elvira Cupelo Calonio (vulgos “Elza Fernandes” e “Garota”), que estaria enterrado num terreno dos fundos de uma casa na Rua Maria Bastos no subúrbio do Rio de Janeiro³⁶⁷.

Elvira que tinha proximidade com o círculo comunista que organizou a insurreição no Rio de Janeiro e era companheira do Secretário nacional do PCB, Antônio Manuel Bonfim (vulgo Miranda), na época tinha 16 anos de idade. Ela teria sido assassinada a mando do “Tribunal vermelho”³⁶⁸, liderado por Luís Carlos Prestes sob a acusação de ter traído a organização comunista e prestado informações à polícia que levaram à prisão de militantes do partido.

Figura 18 - Foto de Elvira Calonio



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0597, volume 1, p. 167.

O crime foi praticado por Francisco Natividade Lyra (Lira cabeção), Adelino Deycola dos Santos (Tampinha) e Honório de Freitas Guimarães (Martins), na sala dos fundos de uma casa onde Elvira encontrava-se sob a companhia de integrantes do PCB. Elvira foi

³⁶⁷ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0597, volume 1. p. 7

³⁶⁸ Idem. p. 7

estrangulada e enterrada nos fundos da casa. Os relatos que ajudaram a polícia a elucidar o caso foram narrados pelo militante Eduardo Ribeiro Xavier que conduziu Elvira ao local do crime e presenciou seu assassinato³⁶⁹.

A exumação do cadáver de Elvira realizada pela polícia do DF foi acompanhada por dois médicos legistas designados; por seu irmão Luís Cupelo Calonio, também militante comunista e que se encontrava preso naquele período; e testemunhas constituídas para a ocasião. O caso amplamente noticiado pela imprensa da época foi registrado pelo Jornal “O Globo”. As fotos do periódico foram anexadas ao processo pela polícia e serviram como registros visuais do acontecimento.

Figura 19 - Exumação do corpo de Elvira



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0597, volume 1. p. 358.

O reconhecimento do corpo de Elvira por Luis Cupelo não foi completamente realizado no momento da exumação, ele afirmou em seu depoimento, que o cadáver encontrado “era um amontoado de ossos guardados num saco de aniagem”, mas que reconhecia alguns detalhes exibidos pelo presidente da exumação como o cabelo de sua irmã³⁷⁰.

³⁶⁹ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0597, volume 1, p. 34 a 36.

³⁷⁰ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0597, volume 1. p. 10.

O reconhecimento definitivo do corpo foi realizado a partir de trabalhos da polícia científica e legistas que contaram com a colaboração de Maurício da Gama e Silva, cirurgião dentista que atendeu Elvira em seu consultório para um tratamento e que forneceu uma cópia da ficha dentária de sua antiga paciente, algo que permitiu maior precisão aos legistas no exame da arcada dentária do cadáver.

A participação de Prestes como mandante do crime foi um assunto controverso e espinhoso dentro dos círculos do PCB. O fato serviu para os setores anticomunistas realizarem um processo de desconstrução do mito em torno de Luís Carlos Prestes.

Figura 20 - Detalhe da capa do Jornal Correio da Manhã com a prisão de Luís Carlos Prestes



Fonte: Jornal o Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 6 mar. 1936. p. 1³⁷¹

O herói tenentista da Coluna Miguel Costa - Prestes foi retratado com um criminoso comum pela imprensa e registrado pelas lentes da polícia técnica. A marca da criminalidade ficaria assim imediatamente associada a sua imagem pela codificação proposta pelas fotografias de identificação de Alphonse Bertillon³⁷².

³⁷¹ Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%201936&pesq=&pagfis=32572&https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox. Acesso em: 23 mai. 2022.

³⁷² Sobre marca da criminalidade impetrada pelas fotografias de identificação judiciária, Tom Gunning afirma que “[...] ao ser captado pelo regime da fotografia, o criminoso tornou-se um *corpus delicti*, seu próprio corpo fornecendo evidência de sua culpa.” GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. IN: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p. 54.

Figura 21 - Fotografia de identificação criminal de Luís Carlos Prestes



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0597, volume 1, p. 342

Nosso interesse em chamar a atenção para a reconstituição dos fatos relacionados ao assassinato de Elvira e à prisão de Luís Carlos Prestes tem como intuito introduzir um debate sobre a produção das fotografias anexadas aos processos do TSN, antes de discutirmos sobre as suas interpretações à luz da Cultura visual e visualidade daquela época.

Acreditamos que seja necessário pensar a imagem fotográfica em suas múltiplas dimensões, ligadas ao seu circuito social³⁷³, além do papel exercido pelas suas agências produtoras³⁷⁴, pois consideramos que no processo de construção dos sentidos de uma imagem fotográfica, as instituições e discursos de poder/afirmação tem importância vital para a compreensão das mensagens que são emitidas.

Neste sentido, percebemos nos processos do TSN a predominância da atuação da polícia, sobretudo, a partir dos setores responsáveis pelos registros técnicos, criminalísticos e judiciários que davam suporte ao trabalho investigativo. Além da polícia, verificamos a atuação da imprensa como outra agência produtora de imagens sobre os comunistas e dos próprios comunistas que, de modo incidental, forneceram fotografias relacionadas à sua militância ou espaços de sociabilidade que foram anexadas aos processos do TSN.

³⁷³ Segundo Ana Mauad o circuito social da fotografia inclui “todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas”. MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008. p. 37. Ainda sobre o circuito social da fotografia recomendamos as leituras dos trabalhos de Annateresa Fabris e Solange Ferraz de Lima, que analisaram a produção, circulação e usos das fotografias respectivamente nas cidades de Nápoles na Itália e São Paulo. FABRIS, A. (Org.). *Usos e funções da fotografia no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1993.

³⁷⁴ Acerca da importância de pensarmos sobre o agenciamento e produção de uma fotografia, acreditamos ser oportuna esta citação: “Cada fotografia não é apenas cercada por um quadro de referência histórica, estética e cultural, mas também por todo um conjunto invisível de relações e significados relativos ao fotógrafo e ao ponto em que uma imagem foi feita.” (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “Every photograph is not only surrounded by a historical, aesthetic, and cultural frame of reference but also by an entire invisible set of relationships and meanings relating to the photographer and the point at which the image was made”. CLARK, Graham. *The photograph*. Nova York: Oxford University Press. p. 30.

4.1 A polícia

O papel da polícia como agência produtora de fotografia judiciária ou forense³⁷⁵ no Brasil remonta ao século XIX. O processo de implantação desta modalidade de fotografia foi um caminho trilhado em várias etapas, nas quais com o objetivo de melhorar o controle social, o Brasil foi se ajustando aos desenvolvimentos técnicos e discussões realizadas em outros países no campo da criminalística. Ao longo do tempo a atuação deste órgão a tornou um dos principais repositórios de imagens relacionados aos chamados crimes políticos³⁷⁶ no Brasil.

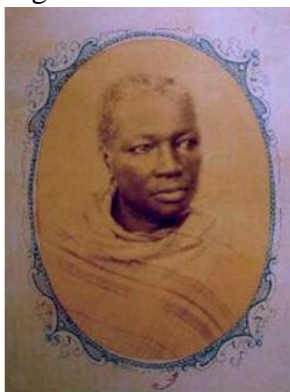
Como indicamos no capítulo anterior, a primeira fotografia de identificação judiciária no Brasil foi realizada na Casa de detenção no Rio de Janeiro, registrada na chamada Galeria dos condenados. Naquele espaço de reclusão, as fotografias que eram feitas pela curiosa e intrigante figura de um prisioneiro fotógrafo³⁷⁷, tinham uma produção técnica parecida com os retratos realizados em estúdios. Sua composição e enquadramento, ainda distantes do modelo codificado por Bertillon, possuíam uma semelhança com os registros dos prisioneiros realizados pela polícia inglesa em meados do século XIX.

³⁷⁵ De acordo com José Lopes Zarzuela: “Fotografia judiciaria, também conhecida como fotografia técnica, fotografia forense e fotografia legal, constitui uma das modalidades de levantamento técnico-pericial do local do fato, bem como uma das espécies de reprodução do instrumento de crime, cadáver ou peça relacionada com a infração penal e com o irrelevante penal.” ZARZUELA, José. Lopes. A importância da fotografia judiciária na perícia. *Revista da Faculdade de Direito*, n. 87, p. 253-261, 1992. p. 254.

³⁷⁶ BASTOS, Maria Teresa Ferreira. Imagens secretas: fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. N.º4, 2010, p. 31-49. p. 37. Ainda sobre o papel exercido pela polícia na guarda de documentos relativos aos crimes políticos recomendamos as seguintes obras: MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.22, 1998. & XAVIER, Marília. Da polícia política. In: *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, pp. 32-41.

³⁷⁷ KOUTSOUKOS, Sofia Machado. Na "galeria dos condenados", o aprendizado de um photographo. *Revista STUDIUM*. n.º15 versão 2004 ISSN 1519-4388. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/04.html>>. Acesso em: 2 out. 2021.

Figura 22 - Galeria dos Condenados



Fonte: Site: Open Edition Journals³⁷⁸

Figura 23 - Foto de identificação da Polícia de Birmingham



Fonte: TAGG, John. *The Burden of Representation: Essays on Pkotograpkies and Histories*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 1988. p. 48.

Em seus primórdios, a fotografia de identificação criminal no Brasil esteve relacionada a um discurso científico que privilegiava os saberes médico e antropológico como sendo os mais aptos a entender as causas da criminalidade, replicando dentro de certos padrões, o discurso sobre a degenerescência em voga na da Europa³⁷⁹.

Em relação aos seus usos práticos para além da catalogação e arquivamento de dados, a fotografia de identificação judiciária, servia como uma ferramenta que auxiliava a polícia na busca de prisioneiros fugitivos. Nestes casos, as fotos eram remetidas pela “Comissão inspetora da Casa de correção ao chefe da polícia, instituições judiciárias e imprensa”³⁸⁰.

³⁷⁸ Disponível em: <<https://journals.openedition.org/orca/2266>>. Acesso em: 27 nov. /2021.

³⁷⁹ THIESEN, Icela & PATRASSO, André Luiz de Almeida. Informação, representação e produção de saberes sobre o crime: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903 -1907). *Inf. & Soc.* João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 83- 92, 2012. p. 85.

³⁸⁰ Idem. p. 86.

Na virada do século XIX para o século XX, ocorreram discussões e conferências internacionais acerca da introdução de novos métodos científicos pelas polícias. A chamada medicina legal teve destaque nesse momento de especialização e desenvolvimento técnico. Neste momento ocorreu uma internacionalização da expertise na área da polícia científica com ênfase na divulgação do Método de Bertillon e a criação de uma rede mundial de especialistas em identificação.

No Brasil foram realizados debates sobre a identidade do perito criminal e esforços para modernizar o serviço policial³⁸¹. Em 1890 o novo regulamento da polícia da capital previa a criação de uma seção de estatística que, dentre outras funções, deveria efetuar a guarda das fotografias dos criminosos³⁸².

O papel da polícia enquanto agência produtora das imagens foi sendo regulamentado a partir de decretos que paulatinamente profissionalizaram a atividade do fotógrafo na polícia. O Decreto número 4.764 de janeiro de 1903, que regulamentava a Secretaria da Polícia do Distrito Federal, estabelecia em seu artigo 57 que:

“A identificação dos delinquentes será feita pela combinação de todos os processos actualmente em uso nos paizes mais adeantados, constando do seguinte, conforme o modelo do livro de Registro Geral anexo a este regulamento: a) exame descriptivo (retrato fallado); b) notas chromaticas; c) observações anthropometricas; d) signaes particulares, cicatrizes e tatuagens; e) impressões digitaes; f) photographia da frente e de perfil.”³⁸³

O Decreto número 1.631, de 3 de janeiro de 1907 que reformou o Serviço policial do Distrito Federal, indicava que dentro da organização da polícia deveria existir um setor responsável pelas fotografias dos presos, o qual ficaria subordinada ao Gabinete de Identificação e Estatística³⁸⁴.

Em 1913 foi criada a Escola da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, que dentre os temas incluídos na formação dos policiais incluía uma abordagem sobre a fotografia

³⁸¹ GIOVANELLI, Alexandre. Ascensão e Consolidação da Polícia Científica nas Primeiras Décadas do Período Republicano: São Paulo e Rio de Janeiro (DF) em Perspectiva Comparada. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics* 10(3):324-349 (2021) .p. 329.

³⁸² Idem. p.330.

³⁸³ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4764-5-fevereiro-1903-506801-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

³⁸⁴ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1631-3-janeiro-1907-582168-publicacaooriginal-104917-pl.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

forense³⁸⁵. A Lei número 2.034, de 30 de dezembro de 1924 que reorganizava a polícia do Estado de São Paulo, indicava a presença de fotógrafos e ajudantes de fotógrafos dentre os quadros lotados na “Delegacia de Technica Policial”³⁸⁶

O Decreto número 3.706, de 29 de abril de 1924, que reorganizava o Setor penitenciário no Estado de São Paulo previa em seu artigo 5º que “internado na Penitenciária, o condenado será conduzido à Secção do Expediente e ahi matriculado, sendo delle tirada e photographia, antes de vestir o uniforme” e que dentre os funcionários do serviço deveria constar um “Fotógrafo-identificador”³⁸⁷.

Temos ainda o Decreto nº 22.332, de 10 de Janeiro de 1933, que reajustava o serviço policial do Distrito Federal, estabelecendo a presença de 4 fotógrafos ligados ao Instituto de Identificação e Estatística Criminal e 1 fotógrafo lotado no Instituto Médico Legal³⁸⁸.

O que podemos perceber a partir deste breve histórico da legislação concernente à presença e atuação dos fotógrafos na polícia e sistema prisional, é que ao longo do tempo houve um progressivo esforço para regulamentar não só atividade dos fotógrafos, assim como estabelecer em quais setores eles deveriam prestar seus serviços, e que mesmo o Brasil tendo adotado a identificação datiloscópica, o retrato de padronizado proposto por Bertillon continuaria sendo utilizado para fins aos registros judiciários.

O trabalho da polícia investigativa e a dos fotógrafos peritos envolvia não apenas as fotos de identificação criminal, com também os registros de locais onde ocorreram os atos investigados, assim como de utensílios, materiais de propaganda comunista dentre outros itens que compunham os chamados autos de apreensão. Essas fotografias serviriam como provas da materialidade dos crimes investigados e como elementos para elucidar ações imputadas aos comunistas. Como exemplos dessas fotografias, podemos indicar as seguintes figuras a baixo:

³⁸⁵ Manuais que orientavam a prática da fotografia judiciária foram confeccionados nos séculos XIX e XX, conforme esta atividade foi sendo estruturada. Alguns destes manuais circularam no âmbito dos departamentos e cursos de formação da polícia brasileira. Como exemplos destes manuais podemos citar o produzido pela polícia de Birmingham e “*La photografia judiciarie*” escrito por Bertillon. Sobre os manuais de fotografia judiciária recomendamos as seguintes obras: TAGG, John. *The Burden of Representation: Essays on Photograpkies and Histories*. Palgrave Macmillan, 1988.p.92-93. & MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2001. p. 77-79.

³⁸⁶Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2034-30.12.1924.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

³⁸⁷Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1924/decreto-3706-29.04.1924.html?>>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

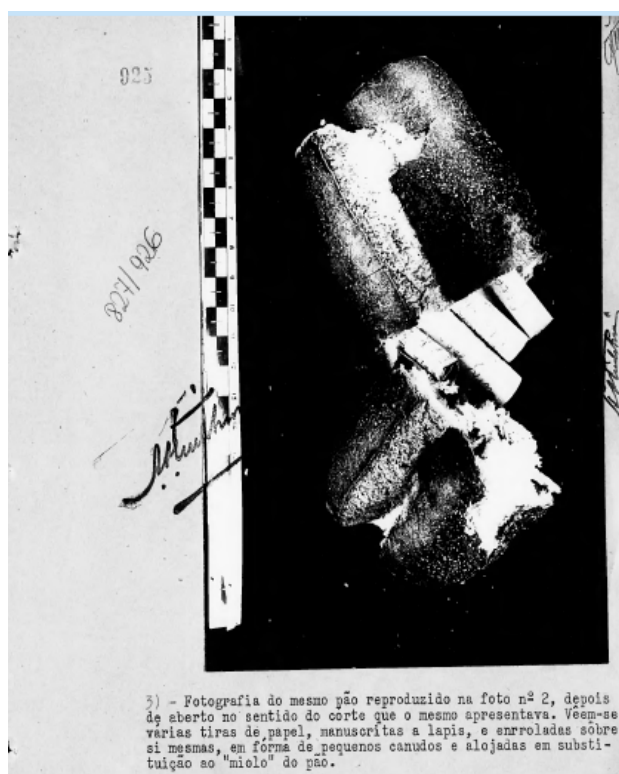
³⁸⁸Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22332-10-janeiro-1933-501608-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Figura 24 - Fotografia de dispositivo explosivo



Fonte: Superior Tribunal Militar - Processo 4.899, autos de busca e apreensão na Rua Barão da Torre n 636-volume 4, p. 71

Figura 25 - Pão apreendido dentro de presídio



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 13. p. 926

Na figura número 24 temos o registro de um dispositivo explosivo montado no fundo falso de um armário numa casa na Rua Barão da Torre localizado no bairro de Ipanema no Rio de Janeiro, que serviu de moradia e ponto de encontro para lideranças comunistas. Numa operação de busca e apreensão naquela residência foram encontrados documentos relacionados aos preparativos para a insurreição comunista no Brasil. Esse arquivo deveria ser protegido pelo dispositivo registrado na fotografia, que fora montado pelo assessor enviado pela IC, Franz Paul Gruber e deveria ser detonado quando houvesse uma tentativa de acesso à força àquela parte do armário. Gruber era um agente duplo atuando em favor do Serviço de Inteligência britânico e propositalmente deixou o dispositivo inutilizado. As fotos dos arquivos de Prestes e Harry Berger e do artefato montado por Gruber encontram-se disponíveis nos volumes dedicadas aos autos de busca e apreensão do Inquérito Policial Militar. A partir dos documentos encontrados pela polícia vários detalhes a respeito da preparação para o levante foram elucidados, assim como foi descoberta a identidade de militantes comunistas.

A figura número 8 apresenta o registro de um pão apreendido da carceragem de uma delegacia em São Paulo. O produto deveria ser entregue para um detento por um militante comunista, nele foram encontradas mensagens escritas, pedaços de papel e materiais de escritório que poderiam ser usados para anotações ou comunicações entre os prisioneiros ou mesmo para o contato externo com os militantes que ainda se encontravam em liberdade.

4.2 A imprensa

Inicialmente gostaríamos de afirmar que não temos a pretensão de realizar nesse item da tese uma discussão profunda sobre a história da imprensa no Brasil e sobre os aspectos relacionados à construção do discurso jornalístico e midiático como um todo, algo que vem sendo desenvolvido em numerosos estudos nos campos das Ciências humanas e Sociais aplicadas e cuja realização extrapolaria os objetos desta pesquisa. Nosso intuito, tão somente, é realizar uma reflexão sobre o papel da imprensa na construção de uma visão realidade, que relativamente aos processos do TSN se relacionava com a retórica governamental de repressão ao comunismo, no contexto que se seguiu aos levantes de novembro de 1935.

Nesse sentido, apontar mesmo que forma breve alguns pontos sobre o desenvolvimento da imprensa no Brasil, enfatizando o fotojornalismo como prática

conformadora de uma visualidade e construtora de representações sociais, parece-nos necessário para a articulação das discussões que faremos ao longo do próximo capítulo.

As origens da imprensa no Brasil remontam ao século XIX com criação da Imprensa régia e do primeiro jornal impresso no Rio de Janeiro, a Gazeta do Rio de Janeiro ³⁸⁹. Na passagem do século XIX para o século XX, verificamos uma transição da pequena à grande imprensa. Neste momento os pequenos jornais cedem espaço às empresas jornalísticas³⁹⁰, algo que tem relação direta com as transformações socioeconômicas pelas que o país atravessava.

As transformações na imprensa brasileira nesse período histórico refletiam mudanças que vinham ocorrendo em outros países, nos quais aperfeiçoamentos técnicos alteraram a sua forma de atuação. Neste contexto, percebemos um aumento da tiragem dos jornais e maior qualidade e rapidez na impressão³⁹¹, gerando como consequências uma nova forma de produção das notícias e a aceleração no acesso às informações³⁹².

Uma das mais importantes transformações pelas quais passou a imprensa a partir do século XIX, foi a introdução das fotografias nos jornais e revistas ilustradas³⁹³. Consoante com aquele momento histórico e cultural, a utilização das fotografias pela imprensa se coadunava com o discurso de objetividade e verossimilhança que atribuía um status de realismo e veracidade às imagens fotográficas.

No início a utilização da fotografia pela imprensa, cumpriu um papel acessório e secundário³⁹⁴. Devido a falta de recursos técnicos de reprodução, as fotografias eram utilizadas como suporte material de preservação da imagem para a atividade dos ilustradores³⁹⁵ que atuavam nos jornais e revistas.

³⁸⁹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 16.

³⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 275.

³⁹¹ BARBOSA, op. cit. p. 16.

³⁹² “A drástica transformação por que passou o jornalismo incluiu do ponto de vista da impressão, inovações técnicas que permitiram a reprodução de ilustrações e fotos e maior rapidez no processo de produção.” BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. p. 180.

³⁹³ Segundo Ana Mauad o início do uso da fotografia nos jornais diários foi marcado pela publicação em 1904 de uma foto no jornal inglês Daily Mirror. Na década de 1880, a fotografia já era utilizada nas revistas ilustradas. MAUAD, Ana Maria. Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v.24, N.2, P.41-78, 2005. p. 48.

³⁹⁴ BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. p. 170.

³⁹⁵ “A ilustração, mesmo antes da introdução do processo técnico de fototipia que permitiu a publicação de fotografias, passa a figurar ao lado do texto não mas com o sentido crítico e opinativo, mas para dar a sensação

A utilização direta da fotografia nas páginas dos periódicos somente se tornaria possível com o desenvolvimento de melhorias técnicas que permitiram a transmissão rápida da fotografia de acontecimentos ³⁹⁶, além do aprimoramento tecnológico do processo fotográfico, com o barateamento da revelação das fotos e aperfeiçoamento das câmeras fotográfica, estando esses fatores associados diretamente ao desenvolvimento do fotojornalismo ³⁹⁷.

No alvorecer do século XX, vivenciamos no Brasil o desenvolvimento de um público de leitores no contexto de uma sociedade marcada pelo analfabetismo³⁹⁸. Na Primeira república iniciou-se em nosso país, a implantação da moderna comunicação de massa³⁹⁹ na qual as revistas ilustradas desempenhariam um papel estratégico, destacando a imagem como um lugar preponderante na construção dos seus discursos⁴⁰⁰.

O aprimoramento tecnológico da imprensa foi um fator essencial para a construção da imagem do jornalismo como repositório e atualizador⁴⁰¹ neutro da realidade e fonte fidedigna de informações ⁴⁰². Dentro desse pressuposto, a imprensa se converteria numa instituição que constrói memória e esquecimento, além de legitimar falas e visões de mundo.

No que tange a atuação dos jornais na cobertura da Revolta Comunista, podemos afirmar que apenas com o passar do tempo e conforme foram sendo descobertas as ramificações do plano insurrecional, é que parte da imprensa começou a endossar o discurso e as ações repressivas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas. À guisa de exemplo podemos

de verdade à informação.” BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 36.

³⁹⁶ MAUAD, Ana Maria. Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. *HISTÓRIA, SÃO PAULO*, v.24, N.2, P.41-78, 2005. p.55.

³⁹⁷ BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. p. 171

³⁹⁸ Idem. p. 179 . Sobre a difusão eficiente da mensagem fotojornalística, de acordo com Bruno Lisita Rezende para que ela ocorra, é necessário que os produtores e receptores destas mensagens compartilhem “[...] signos, memórias, convenções sociais que não são ditos explicitamente nas fotografias, mas que dão pistas para a formação de uma narração.” REZENDE, Bruno Lisita. *A apropriação da imagem fotográfica no discurso jornalístico: o real e sua representação*. Universidade de Coimbra, 2016. p. 23.

³⁹⁹ BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil* . Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. p. 173.

⁴⁰⁰ Acerca do desenvolvimento das revistas ilustradas no Brasil, recomendamos o seguinte texto: MAUAD, Ana Maria Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan. - jun. 2005.

⁴⁰¹ O jornalismo atua “ como construtor de um mundo, ou vários, que utiliza a realidade em seu referencial e que influencia na construção de um imaginário sobre o mesmo. As notícias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação não trazem à audiência apenas informação mas atualizam realidades sociais”. REZENDE, op. cit. p. 24.

⁴⁰² BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 24.

citar o artigo de capa do jornal O Correio da Manhã datado de 26 novembro de 1935, que trazia as primeiras notícias dos acontecimentos relacionados à insurreição em Natal e Recife.

No texto é argumentado que a decretação do estado sítio pelo governo poderia ser inapropriada e dar espaço para perseguições de caráter político. Segundo o periódico: “Invocado como argumento de ordem e tranquilidade para a nação, resta saber se o sítio se transformará em instrumento de opressão e vingança. Apenas em dois Estados se deu a insurreição, mas o sr. Getúlio Vargas solicitou a medida extraordinária, de cujo uso os governos saem sempre enfraquecidos e odiados, para todo o país...”⁴⁰³

Na página seguinte do mesmo periódico, o jornalista Pedro da Costa Rego mantendo a mesma linha, afirmou que a decretação do estado de sítio se justificaria por razões políticas, pois “[...] a emergência que o fundamenta só se verifica, pela própria palavra do presidente em sua mensagem à Câmara dos Deputados, em dois pontos restritos do país.”⁴⁰⁴

Na edição do mesmo jornal no dia 28 de novembro o viés utilizado já havia se modificado. Neste dia foram narrados os eventos relacionados à insurreição no Rio de Janeiro. As ações dos rebeldes não se limitavam, então, apenas a “dois pontos restritos do país” sendo a própria capital da República palco de sublevações em quartéis militares, sem que se soubessem ainda os possíveis desdobramentos dessas ações. Nesse sentido, o mesmo jornal que punha em dúvida a necessidade ou boa intenção das medidas de repressão tomadas pelo Governo Vargas, agora o louvava por suas iniciativas, apontando-o como elemento essencial para a resolução da crise. Em um trecho daquela edição afirmou-se que:

“o sr. Getúlio Vargas, agindo com energia e participando pessoalmente das providências com que se enfrentou a desordem, sem mesmo se deter ante as consequências possíveis de seu gesto, contribuiu sobremodo para o desenlace favorável da grave crise [...] Quaisquer que sejam as opiniões que dividam os brasileiros, relativas ao sr. Getúlio Vargas, é certo que hontem todos se sentiram confortados com sua ação pessoal”.⁴⁰⁵

A imprensa serviria como fonte tendenciosa de informações sobre A Revolta Comunista, sua leitura sobre os acontecimentos seria considerada como essencial para a compreensão dos fatores políticos e sociais internos e externos que engendraram as ações comunistas. As fotos impressas nos jornais apresentariam aos leitores dos jornais um roteiro

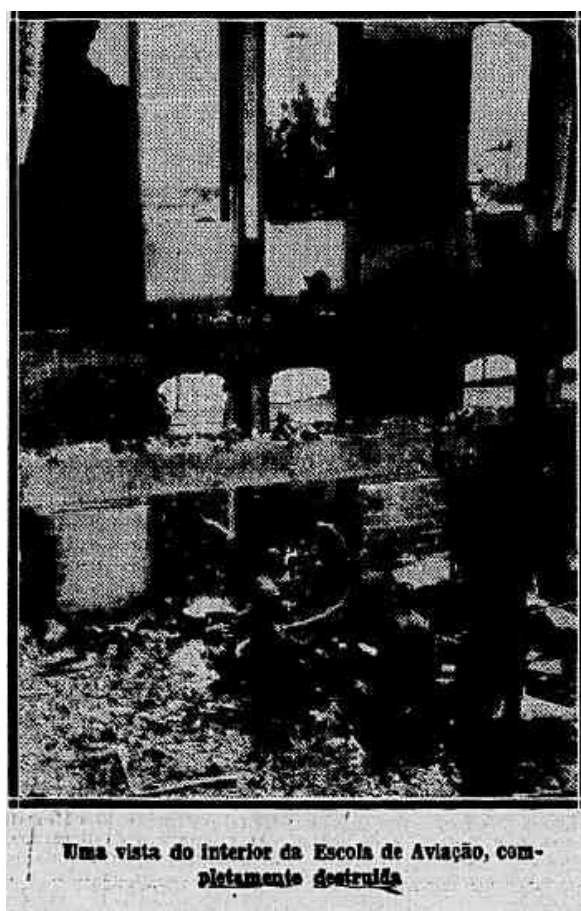
⁴⁰³ Jornal o Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 nov. 1935. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12585.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

⁴⁰⁴ Jornal o Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 nov. 1935 . p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12585.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

⁴⁰⁵ Jornal o Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 nov.1935 . p 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12586.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

visual dos acontecimentos de novembro de 1935, auxiliando na sedimentação de uma visão estereotipada e unívoca do evento, numa conexão com os discursos praticados no âmbito do aparelho repressor do Estado. Algumas destas fotos possuíam semelhança técnicas e conceituais com as produzidas pela polícia técnica, enquanto outras referentes à apuração dos fatos no Rio Grande do Norte, foram as mesmas utilizadas pelos órgãos de repressão, sendo anexadas também nos processos do TSN conforme veremos no próximo capítulo.

Figura 26 - Fotografia da Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro



Fonte: Jornal o Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 nov. 1935 p. 5⁴⁰⁶

⁴⁰⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12586.pdf>. Acesso em: 22 mai.2022.

Figura 27 - Rendição dos insurretos no 3º RI em comparação com a Revolta do Forte de Copacabana



Fonte: Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 nov. 1935. p. 5⁴⁰⁷

Através do olhar da imprensa e pelo registro dos fotojornalistas foi se consolidando a uma associação das insurreições de novembro e, conseqüentemente, do Comunismo com os signos da destruição e desordem, conforme podemos observar na figura número 26. Outro ponto interessante a se destacar é que em termos de execução, a Revolta comunista se parecia sob determinados aspectos, com as insurreições tenentistas dos anos 1920. Na figura número 27 podemos ver essa aproximação conceitual pela elaboração gráfica com que as duas fotografias que retratam os eventos mencionados foram inseridas na página do jornal, mas o texto que serve como título da publicação já estabelece uma distinção entre os dois momentos. Os heróis tenentistas da Revolta do Forte de Copacabana de 1922, que ainda eram incensados por parte da população estariam em uma esfera superior de comprometimento político e ideológico quando comparados aos militares que participaram da tentativa de tomada do 3º Regimento de infantaria no Rio de Janeiro em 1935.

Paulatinamente a imagem dos rebeldes sorridentes ao se renderem às forças governamentais se transformaria numa fonte de crítica e denúncia contra os comunistas, que seriam considerados violentos, insensíveis e contrários aos sentimentos de fraternidade.

⁴⁰⁷ Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019351128>>. Acesso em: 22 mai. 2022

4.3 O PCB

A atuação política dos integrantes do PCB, em seus diferentes matizes, constitui-se em alvo da atenção e escrutínio das forças policiais do Brasil desde o início das atividades daquela agremiação política. Segundo Maria Teresa Ferreira Bastos:

“Os comunistas foram considerados, ao longo de toda a existência da Polícia Política brasileira, os grandes inimigos do Estado e, portanto, estiveram sob a mira incansável de suspeição desde a criação do partido, em 1922. A história do partido coincide com a história da Polícia Política e, dependendo dos passos dados pelos “vermelhos”, como eram frequentemente chamados, a Polícia se aparelhava e alterava sua estrutura para combatê-los”⁴⁰⁸.

Na lógica da repressão era necessário não somente coibir as ações dos militantes, mas igualmente produzir um repositório de dados que auxiliasse na tarefa prática da repressão e também no entendimento da forma de organização dos comunistas, algo que envolvia uma busca pela compreensão da concepção política e dos ideais dos militantes.

Esse banco de dados da polícia acerca do PCB foi sendo montado ao longo das décadas a partir do trabalho de investigadores, em ações diretas de repressão que culminaram na prisão de membros ou simpatizantes do partido e na apreensão de objetos, materiais de literatura e fotografias que foram utilizadas no processo investigativo.

Verificamos dentre as fotografias de autos de apreensão, registros da militância comunista e fotos que apontam para aspectos constitutivos das representações e ideário do PCB. Estas fotografias ajudavam os investigadores na busca por elementos probatórios da atuação política dos indiciados ou como referências no processo de identificação dos militantes e suas possíveis redes de contatos conforme o exemplo a seguir:

⁴⁰⁸ BASTOS, Maria Teresa Ferreira. *Imagens secretas: fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, n.4, 2010, p.31-49. p. 36.

Figura 28 - Reunião de representantes estaduais do PCB



Fonte Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0288, volume 1, p. 228

A fotografia acima retrata um grupo de delegados do PCB de diferentes Estados na cidade do Recife. O processo no qual esta fotografia está anexada foi instruído em Alagoas, e dentre outros objetivos, buscava investigar uma possível articulação nacional para expansão do comunismo. Além do destaque do retrato de líder da Revolução Russa, Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin) na fotografia, temos a presença dentre os membros do encontro, e identificado com o número sete, do militante comunista José Praxedes de Andrade, representante do Estado do Rio do Grande do Norte. Praxedes foi um dos líderes da insurreição em Natal e fez parte do Comitê revolucionário, que governou a capital potiguar durante o breve período de ocupação comunista em novembro de 1935.

Além de fotografias pessoais dos militantes ou que tivessem relação com a sua atividade política, vemos também a apreensão de fotos que destacam elementos relacionados ao ideário comunista, como imagens de estátuas ou retratos de ícones nacionais ou internacionais, como a fotografia de Luís Carlos Prestes que circulava entre diferentes grupos tendo como finalidade a busca por sua soltura da prisão, além do angariamento de recursos financeiros que pudessem ser revertidos para custear as atividades do partido.

Figura 29 - Foto produzida pelo PCB para campanha de anistia de
Luís Carlos Prestes



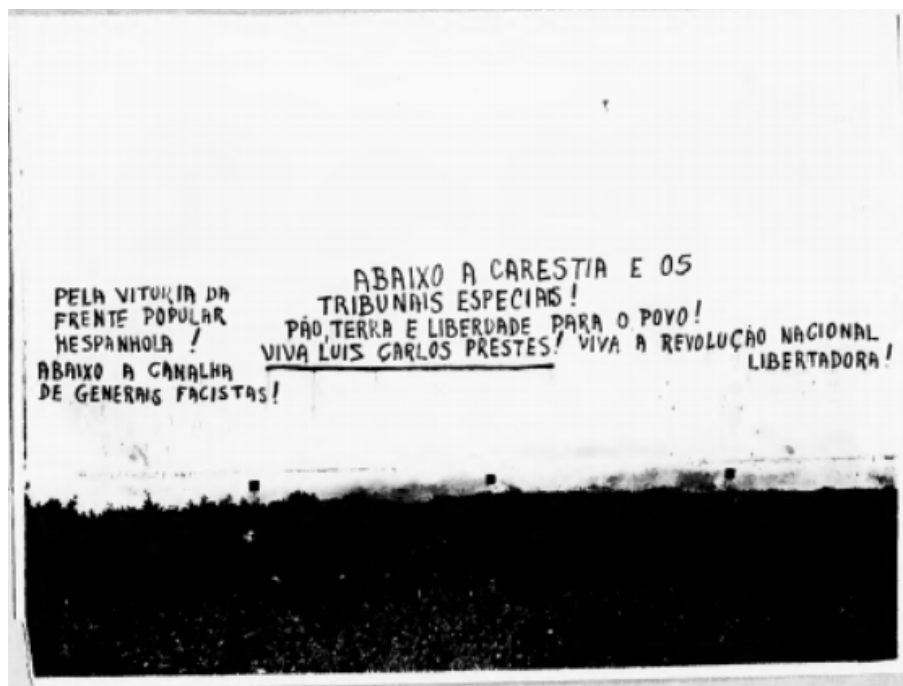
Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 2, p. 374

4.4 A presença das fotografias nos processos do TSN

Nos processos do TSN percebemos a utilização das fotografias tanto para fins de identificação criminal, quanto para registros técnicos de autos de apreensão e locais onde ocorreram crimes imputados aos comunistas.

A fotografia quando relacionada aos fatores técnicos da produção da imagem e confrontada com a expertise da polícia investigativa, por vezes tinha um uso instrumental para a compreensão dos elementos básicos concernentes ao fato investigado como no seguinte exemplo:

Figura 30 – Pichação na Avenida Iguaçú



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0095, p. 59

Na fotografia acima realizada pelo Laboratório da Polícia Técnica do Paraná, são retratadas pichações de caráter político nos muros de uma rua. Como parte do relatório da investigação sobre o ato praticado, o policial responsável pelo caso informou que:

“Como V.S. verificará, os desenhos e o número 5 foram feitos com fôrma e todos os dizeres parecem escritos por uma única pessoa, que trabalha muito bem com pincel. Neste muro os dizeres estavam a uma altura de 2 metros mais ou menos, o que indica que quem escreveu o fez trepado em uma escada ou caixão ou que o indivíduo é de altura acima do normal.”⁴⁰⁹

A fotografia por vezes antecipava a construção da avaliação do prisioneiro, como no caso do militante Cassiano Fernandes. O delegado responsável pela investigação enviou as seguintes recomendações sobre o acusado: “Recomendo-vos capturar e encaminhar a esta Delegacia Regional, caso por ahi transite, o indivíduo Cassiano Fernandes, cuja photographia vos remeto, visto tratar-se de um elemento perigoso à ordem social, sendo presidente da Juventude Comunista nesta cidade.”⁴¹⁰

O que podemos perceber a partir desta orientação, é que as fotografias dos indiciados circulavam entre diferentes órgãos de segurança, estabelecendo-se desta forma, uma rede de informações sobre a atuação dos militantes comunistas.

⁴⁰⁹ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0095, p. 60.

⁴¹⁰ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 3, p. 328.

Figura 31 - Fotografia de Cassiano Fernandes



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, p. 328

Em outras ocasiões a fotografia era utilizada durante os depoimentos. Os retratos eram apresentados às testemunhas como forma de comprovar a identificação dos acusados conforme podemos perceber no seguinte relato:

“que elle declarante esclarece que muitas vezes encontrava Cassiano no Gonzaga acompanhado por uma moça loira, typo de alemã, cujo nome não sabe; que elle declarante vendo neste momento a fotografia em duas poses (frente e perfil) e de óculos e que contem o número 94.473, pode dizer que a dita fotografia parece-lhe ser da moça loira a que acima se referiu.”⁴¹¹

Figura 32- Fotografia de identificação de Maria Beruta Varuaite



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 3, p. 408

⁴¹¹ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 2, p. 247

Acerca do relato transcrito que foi utilizado para a identificação da indiciada dois aspectos nos chamam a atenção nesse exemplo de utilização da fotografia de identificação, quais sejam, o evidente uso instrumental do retrato e que os investigadores fizeram questão de indicar a forma como ele foi realizado (frente e perfil) o que imediatamente nos remete ao processo de codificação proposto por Bertillon. A fotografia nesta investigação teve um uso assessorio, mas fundamental no processo de identificação de Maria Beruta Varuaite, presa e registrada pelo número 94.473, acusada de ser uma extremista.⁴¹²

Outro exemplo de construção da fotografia de identificação judiciária que gostaríamos de destacar refere-se à APL 438, um processo de 13 volumes relacionado à atuação de uma célula comunista na cidade de São Paulo. Na investigação policial podemos acompanhar através dos relatórios emitidos, elementos que nos permitem vislumbrar a construção da imagem dos indiciados e os atributos que os policiais consideravam importantes de serem registrados para montagem do inquérito. O que chama a atenção neste processo é que a identidade visual dos comunistas foi sendo construída aos poucos conforme transcorria a investigação.

No primeiro relatório da polícia datado de 7 de janeiro de 1939, encontramos a primeira informação sobre o grupo:

“Hontem, porém, um dos nossos inspetores, encarregado de policiar os "pontos de encontro" entre comunistas, passando às 18 horas pela Estação do Norte, teve a sua atenção voltada para um casal que se mantinha em palestra suspeita. A moça, loira, de cabelos pensos aos ombros, estatura regular, rosto comprido e nariz afilado. Ele, moreno, alto e de bigodes aparados. Tratando-se de elementos suspeitos o nosso inspetor deliberou segui-los [...] Quando a joven, tomou rumo contrario aqueles com destino a cidade, onde pegou um ônibus "Santo André", descendo em São Caetano, no esquina da Rua Mato Grosso. Ali, já esperavam 3 (três) homens, sendo que um deles era "Bangu"; o segundo um rapaz loiro, magro, de terno azul, chapéu cinza e sapatos finíssimos de cor marron; e, o terceiro de óculos, usava paletó marron. Esses três elementos, em companhia da joven, entrarem pela Rua João Pessoa 308 e Rua São Paulo, parando em frente a um bar.”⁴¹³

“Bangu” era o codinome do militante e dirigente comunista Lauro Reginaldo da Rocha o qual a polícia buscava prender. Ao longo dos relatórios seguintes o policial faz a descrição dos encontros do grupo, destacando sempre os contextos e aspectos físicos dos envolvidos. Com o passar do tempo novos integrantes foram incluídos ao grupo original, como um senhor "gordo, baixo, e que sobraçava uma pasta marron que parecia estar cheia”, um senhor “alto, magro, barbas e bigodes raspados, cabelos grisalhos, de óculos, roupa marron e que também

⁴¹² Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 3, p. 408.

⁴¹³ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 1, p. 10- 11.

trazia uma pasta”, um “rapaz alto, magro, trajando roupa branco, chapéu cinza, sapatos pretos e que trazia consigo um guarda-chuva”, uma “jovem loira, alta, magra, rosto pequeno, nariz fino e que trazia nos dedos da mão esquerda uns anéis vistosos e no médio da mão direita um anel com iniciais”, um “loiro que tem um pinta no rosto do lado direito”⁴¹⁴, dentre outras pessoas investigadas pela polícia.

Por vezes a atenção dos investigadores era direcionada de modo mais direto para um dos membros do grupo, seguindo seus passos em diversas ruas, passando por bares, cafés, pelo “Cine Broadway” e cordões carnavalescos, destacando suas ações e conexões. No quarto relatório de investigação, o “Moreno” passou a ser designado pelos investigadores pelo nome Oswaldo para distingui-lo dos demais militantes.

O interessante em acompanhar o trabalho dos investigadores é que além da riqueza dos detalhes prestados nos relatórios, ainda temos acesso à rede de contatos e espaços de circulação dos militantes, o *modus operandi* usado para despistar os policiais, encontrando ainda elementos que comprovam, por exemplo, suas ocupações profissionais. No relatório número 34, o responsável pela “campana” faz a seguinte observação sobre uma das integrantes do grupo:

“Às 20,15 hs. a loira das joias saiu em traje de baile, dirigindo-se ao Bar Rostow, sito à Alameda Barão de Limeira 324, ali ela passou por uma metamorfose interessante, pois, trocou o lindo vestido de baile por um mimoso uniforme de garçone. Esse fato confirma que essa jovem, que julgemos ser elemento de certo destaque do PCB ali trabalha”⁴¹⁵

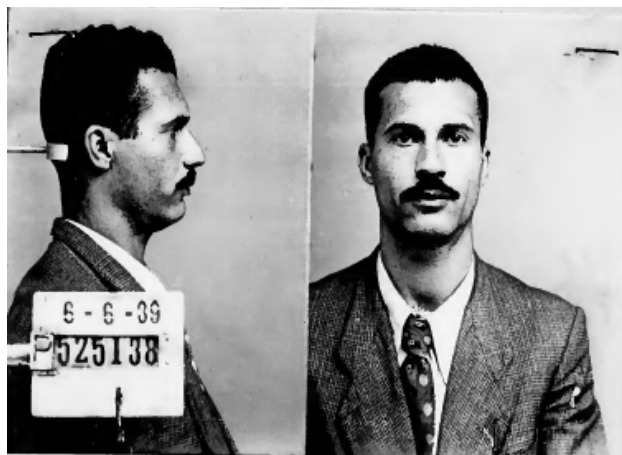
Desta forma, os relatórios produzidos tornam-se quase capítulos de um livro de suspense policial, que acompanhamos esperando um desfecho óbvio, qual seja as prisões dos militantes comunistas, algo que começou a ocorrer em maio de 1939, após 4 meses de investigação e 69 relatórios emitidos pelos policiais responsáveis por acompanhar o grupo.

Após a prisão dos militantes pelo crime de propaganda comunista, podemos ver pela primeira vez no volume número 12 do processo, os rostos dos prisioneiros nas fichas de qualificação, como Carlos Maringuela (Oswaldo) e Rosa Saas (a loira das joias).

⁴¹⁴ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 1. passim.

⁴¹⁵ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 1. p. 68

Figura 33- Fotografia de Carlos Maringuela



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 12, p. 872

Figura 34- Fotografia de Rosa Saas



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 12, p. 856

Outro fator que gostaríamos de destacar é que nos processos do TSN verificamos a produção de fotografias que diferiam em alguns aspectos técnicos de composição, do formato proposto por Bertillon que estabeleceu, dentre outras características, que as fotos de identificação deveriam ser as mais neutras o possível, com a ausência de acessórios e sem alterações visíveis nas feições do retratado, para que estes elementos da fotografia não pudessem causar impressões adicionais aos responsáveis pelos julgamentos. Contudo, verificamos algumas adaptações nesse padrão dentre as fotos do TSN como na fotografia a baixo:

Figura 35 - Retrato de identificação de Zora Seljan



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0194, volume 1, p. 187 - A

Neste retrato podemos observar duas variações: a presença de um acessório na terceira imagem capturada e o sorriso da indiciada⁴¹⁶. Não localizamos nos processos indicações que apontem para os motivos pelos quais foram aceitas tais modificações na composição de algumas fotografias, a nossa hipótese é que assim como ocorreu com o método de medição antropométrica; as fotografias de identificação judiciária conforme foram sendo adotadas por outras polícias fora da França, sofreram algumas adaptações que as diferenciavam não em sua essência, mas sim em alguns detalhes, do modelo original. Outro ponto que talvez justifique essa mudança, é que conforme salientamos essa modalidade de fotografia em sua composição básica (frente/perfil) já trazia em si uma carga simbólica e de significância que poderia permitir ao fotógrafo da polícia a realização de alterações pontuais.

Além das fotografias de identificação como indicamos anteriormente, verificamos nos processos do TSN a presença de fotografias de identificação de locais e de auto de apreensão⁴¹⁷. Acerca das apreensões realizadas pela polícia, para além dos aspectos práticos relativos à investigação policial, esses eventos possuíam outras finalidades simbólicas. Acreditamos que seja importante destacar que esta atividade era realizada também como forma de prestação de contas à sociedade dos serviços realizados pelo aparato de segurança e

⁴¹⁶ A indiciada identificada na fotografia era Zora Seljan, esposa do jornalista e escritor Rubem Braga. Segundo a acusação, Zora atuava como estafeta de uma célula comunista, transportando ainda materiais de propaganda e livros proibidos por seu conteúdo político.

⁴¹⁷ Sobre a atuação da polícia política nestas ocasiões, consideramos oportuna esta citação: “À DESPS cabe localizar, prender e levantar provas para condenar os implicados. Residências, gráficas, depósitos de materiais e armamentos, locais de reuniões clandestinas são descobertos e “estourados”; um sem número de documentos, partidários e pessoais; é apreendido.”. REZNIK, Luís. et. al. A reconstrução do acervo. p. 24. In: *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, pp. 32-41.

servia ainda para fomentar todo o imaginário social relacionado aos chamados crimes políticos⁴¹⁸.

Sobre a circulação das fotografias, percebemos a atuação da imprensa, conforme salientado por Maria Luiza Tucci Carneiro, como vetor de divulgação de eventos e imagens relacionados à repressão aos crimes políticos. No aspecto técnico, podemos constatar a preocupação do fotógrafo em destacar na composição e enquadramento dos registros, elementos que apontem de forma clara a materialidade do crime imputado, como podemos observar na figura número 36:

Figura 36 - Material de propaganda



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0267, volume 1 p. 145

Concernente aos julgamentos dos processos, as fotografias seriam utilizadas como provas fidedignas e irrefutáveis pela acusação. Essa credibilidade do registro fotográfico tinha uma relação direta com a concepção da fotografia como um documento neutro e realístico, sendo assim conforme atestam Marita Sturken e Lisa Cartwright : “Quando uma fotografia é

⁴¹⁸ Como afirma Maria Luiza Tucci Carneiro: “A demonstração pública das apreensões feitas pela polícia, fortemente registradas pela imprensa e pelo Laboratório do Departamento de Ordem Política e Social alimentavam o imaginário coletivo ansioso por “ver” imagens da ordem e desordem”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da Polícia política brasileira: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. *PROIN - Publicação do Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo*, 2005. p.2. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf.

apresentada como documental evidência em um tribunal, muitas vezes é apresentada como se fosse uma prova incontestável de que um evento ocorreu de uma maneira particular.” (tradução nossa)⁴¹⁹. Acerca do assunto em tela, utilizaremos os processos número 95 e 92, para fins de exemplificação.

A fotografia seria citada como prova material no processo 95 que visava apurar o crime de propaganda comunista. Na denúncia foi enunciado que o crime ocorreu pela distribuição de material gráfico e através da pichação de muros, que fora excetuada conforme “se veem pelas fotografias”⁴²⁰.

Figura 37 - Muro com pichação de protesto político



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0095, p. 64

No julgamento deste processo a defesa tentou desqualificar as provas, alegando que as mesmas eram insuficientes para comprovar a culpa dos réus, e que poderiam ainda terem sido forjadas. Segundo afirmou o advogado: “não está provado que o acusado tivesse feito propaganda subversiva; que as fotografias e impressos poderiam ser colhidos por qualquer

⁴¹⁹ O texto em língua estrangeira é: “When a photograph is introduced as documentar evidence in a courtroom, it is often presented as if it were incontrovertible proof that an event took place in a particular way”. STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to Visual Culture*. Nova York: Oxford University Press, 2017. p. 25.

⁴²⁰ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0095, p. 106.

peessoa”⁴²¹. Não obstante esses argumentos, os réus Hersch Schechter, Ludovico Budaz e João Setembrino Batista foram condenados com base no artigo 23 da na Lei de Segurança Nacional de 1935⁴²².

No processo 92 a argumentação do procurador do TSN responsável por apresentar a denúncia foi construída com base nos registos fotográficos anexados a partir do trabalho da polícia investigativa. No julgamento as fotografias foram utilizadas como provas incontestáveis do crime de propaganda de ideias comunistas imputada ao acusado Osório Thaumarturgo Cesar⁴²³. Durante o seu pronunciamento o procurador afirmou que: “A photographia de fls. 104 é bastante expressiva: reproduz um recanto da residência do dr. Osório Cesar, vendo-se na parede, em grande destaque um retrato de Stalin e, sobre a mesa objetos, cartazes e folhes de propaganda comunista.”⁴²⁴ As fotografias relacionados ao caso, segundo o mesmo procurado expressariam o entusiasmo do réu pela Rússia comunista e estariam relacionadas ao crime de “propaganda extremista.”⁴²⁵

Figura 38 - Quarto do acusado



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0092, volume 2, p. 114

⁴²¹ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0095, p. 144.

⁴²² “Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem politica é punida com a pena de um a tres annos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a tres annos de prisão cellular.” Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 28 mai.2022.

⁴²³ Osório Thaumarturgo Cesar era casado com a pintora modernista Tarsila do Amaral e notabilizou-se por ser um dos pioneiros na utilização da arte com forma de tratamento psiquiátrico, tendo influenciado, a partir do seu trabalho, diversos profissionais que buscaram a humanização nos métodos no campo da psiquiatria.

⁴²⁴ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0092, volume 3, p. 257.

⁴²⁵ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0092, volume 3, p. 257.

O olhar dos responsáveis pelo julgamento era assim direcionado para a fotografia que foi construída em seu enquadramento e composição com o intuito de incriminar o réu ao destacar os elementos visuais que o ligariam à propaganda comunista⁴²⁶.

Neste processo, contudo, a defesa do réu conseguiu desqualificar a acusação, pois mesmo tendo sido provado que Osório Thaumarturgo, que segundo as palavras do juiz responsável pelo caso era um médico conceituado na cidade de São Paulo e exercia a função de servidor público⁴²⁷, defendia ideias contrárias ao governo, não ficou provado pela polícia investigativa que o material apreendido em seu apartamento fora utilizado para fins de propaganda comunista conforme denunciado.

O réu foi absolvido pelo juiz do TSN que em sua sentença reconheceu a inconsistência dos argumentos apresentados pela acusação, mas indicou que sendo o indiciado, funcionário público do Estado, deveria ser afastado de suas funções, pois poderia utilizar o cargo para propagar suas ideias⁴²⁸.

O que podemos inferir a partir dos dois exemplos apresentados é que se as fotografias anexadas aos processos não foram suficientes em alguns casos para a comprovação da culpa dos indiciados, também não foram provas desprezíveis ou inócuas no contexto da apuração dos crimes a que se relacionavam. A menção das fotografias pela defesa e pela acusação nos indica que havia um entendimento de que elas eram parte importante dos processos e que por isso deveriam ser contestadas ou validadas em sua função probatória.

Não encontramos nos processos analisados a menção das fotografias por parte dos juízes do TSN ao proferirem suas sentenças, que em geral retomavam os argumentos centrais da acusação para, a partir deles, absolver ou condenar o indiciado. No entanto, acreditamos que essa ausência não seja um indicativo de que as fotografias não foram apreciadas pelos juízes no conjunto das provas apresentadas nos processos, mas sim que a menção literal a elas, poderia não ser o procedimento usual no pronunciamento das sentenças.

⁴²⁶ Segundo consta no processo, os responsáveis pela apuração dos fatos: “Mandaram também proceder, pela secção competente deste laboratório, as photographias que acompanham este laudo, dele fazendo parte integrante, além de documentar e ilustrar as conclusões a chegaram.” Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0092, volume 1, p. 117.

⁴²⁷ Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0092, volume 3, p. 260.

⁴²⁸ Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0092, volume 3, p. 260. O réu fora denunciado com base nos artigos 23 da LSN de 1935, já citado e o 50 da mesma lei, que estabelecia: “E' circunstancia agravante, em qualquer, dos crimes definidos nesta lei, quando não for elemental do delicto, a condição de funcionario civil ou militar.” Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 28 mai.2022.

Entendemos que as fotografias utilizadas nos processos do TSN se conectavam ao fluxo semântico de informações e representações que circulavam na sociedade sobre o Comunismo. Desta forma elas se articulavam com as práticas e saberes produzidas pela polícia a partir de seu corpo técnico e investigativo, e com as imagens que circulavam na sociedade principalmente através da imprensa, que em diversas situações corroborava o discurso anticomunista e as práticas repressivas adotadas pelo Governo de Getúlio Vargas.

No próximo capítulo buscaremos realizar uma interpretação das fotografias inserindo-as no contexto histórico de sua produção e na visualidade que caracterizou tanto a construção das representações referentes ao comunismo quanto ao discurso e práticas anticomunistas.

Gostaríamos de finalizar este tópico resgatando a seguinte afirmação de John Berger: “Cada imagem incorpora um modo de ver”⁴²⁹ (tradução nossa). Entendemos dentro desta premissa que os modos de ver são social e culturalmente produzidos, sendo influenciados e modificados ao longo do tempo.

Entender o percurso da construção dos diferentes modos de ver nos parece um exercício no qual será inescapável a compreensão dos espaços de poder/vivência e aspectos identitários que permearam a produção de representações nas imagens que iremos analisar.

⁴²⁹ O texto em língua estrangeira é: “Every image embodies a way of seeing”. BERGER, John. *Ways of seeing*. Penguin Group, 1972. Não paginado.

5 PRISIONEIRO DO ÍNDICE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DO TSN

Você não captura uma fotografia, você a faz
Ansel Adams, fotógrafo

5.1 Representações fotográficas

O conceito de paralaxe segundo a óptica corresponde ao deslocamento de um objeto conforme se altera o seu ângulo de observação. No campo da fotografia o erro de paralaxe seria: “o conjunto de variações no enquadramento entre aquilo que você vê e aquilo que é fotografado”⁴³⁰.

A menção ao erro de paralaxe e seus reflexos na fotografia nos parecem úteis para o início deste item da tese, pois nos lembram da necessidade de questionarmos as imagens produzidas tecnicamente a partir das câmeras fotográficas, nas quais a atuação do fotógrafo pode definir ou alterar o sentido de uma imagem⁴³¹.

Essa breve digressão sobre a paralaxe é igualmente útil para que tenhamos em mente que toda a compreensão acerca de uma fotografia e de seus possíveis significados, deve ser buscada para além apenas de uma reflexão sobre os seus aspectos técnicos⁴³².

Interpretar uma fotografia envolve a construção de uma intrincada rede de referências nas quais se juntam um olhar sobre a máquina e seu operador, uma necessária e complexa inserção da imagem em seu contexto histórico⁴³³ e cultural, um questionamento sobre

⁴³⁰ MEDEIROS. Wendel. *Laboratório de fotografia*. UAB/UECE. Ceará: 2019. p. 48.

⁴³¹ Mesmo as fotos analógicas podem ser alteradas em sua produção com vistas à obtenção de determinados efeitos e produção de sentidos pré-determinados, a partir da utilização de fatores técnicos como o ângulo de tomada, composição, enquadramento, iluminação e pose, ou ainda pela cor utilizada. Relativo às cores, as fotografias em preto e branco tem um caráter mais realístico do que as fotos em sépia, que possuem um aspecto mais suave.

⁴³² A dificuldade em se analisar uma imagem técnica produzida a partir de aparelhos ópticos, é discutida por Vilém Flusser no clássico livro: *Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

⁴³³ De acordo com Graham Clark: “ O significado de uma fotografia, sua eficácia como imagem e seu valor como objeto dependem sempre dos contextos em que as vemos” (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é:

aspectos simbólicos e ideológicos imersos nas camadas de significados das imagens, que incluem elementos formais e seus referenciais culturais e sócio históricos⁴³⁴, e princípios subjetivos que tocam a sensibilidade de cada leitor, naquilo que Roland Barthes designou de *punctum*⁴³⁵.

Segundo Jacques Aumont, “olhamos as imagens não de um modo global, mas por fixações sucessivas”⁴³⁶, sendo assim, na compreensão de uma imagem se estabelece de modo progressivo, uma conexão semântica e de interesse entre a imagem observada com as informações mentais e códigos sócio culturais próprios de cada receptor⁴³⁷, a partir da interação desta com a memória, comportamentos e sentimentos. Temos que atentar ainda para o fato de que uma imagem dialoga de modo interativo com a sociedade que a produz.

No que diz respeito às fotografais, entendemos que estas podem ser polissêmicas em seus enunciados e que seus sentidos podem ser alterados pela análise de cada leitor, a partir de suas idiossincrasias (origem, educação, ideologia, crenças etc.), naquilo que Stuart Hall designa como deslizamento de sentidos⁴³⁸.

Os sentidos se transmutam numa perspectiva dialógica ao longo do tempo, eles se constroem e se reconstróem, gerando a necessidade de estarmos atentos a este pressuposto para entendermos quanto uma a análise de uma imagem pode ser subjetiva e transitória.

Realizaremos as análises das fotografias neste capítulo, tendo como fundamentação o conceito de representação com o qual estabeleceremos um diálogo para compreendemos

“The meaning of a photograph, its efficacy as an image, and its value as an object, are always dependent on the contexts within which we 'read' it “. CLARK, Graham. *The photograph*. Nova York: Oxford University Press. p. 19.

⁴³⁴ STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking : an introduction to Visual Culture*. New York : Oxford University Press, 2017. p. 47.

⁴³⁵ Segundo Barthes o *punctum* teria uma relação com os detalhes que nos tocam nas fotografias, um extra campo que produz no leitor o desejo de ver além do que a imagem apresenta. BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2018.

⁴³⁶ AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.p. 60.

⁴³⁷ “Nosso imaginário reage dentro das imagens visuais de acordo com nossas concepções da vida, situação socioeconômica, ideológicas, conceitos e pré-conceitos.” In: KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.p. 45.

⁴³⁸ HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, Ed. PUC- RIO Apicuri, 2016. p. 61.

aquelas imagens como parte de um processo de comunicação e construção de significados, que são produzidos e compartilhados entre membros de uma cultura⁴³⁹.

Neste sentido como afirma Ana Mauad, a fotografia deve ser entendida como uma “representação que se fundamenta num ato, numa prática, que remete à análise dos processos de produção por ela vinculados ao contexto histórico no qual é realizado”⁴⁴⁰. Desta forma, o documento fotográfico não pode ser entendido sem a compreensão das estruturas e práticas sociais que fundamentaram seus usos e sua circulação⁴⁴¹.

Por fim entendemos que para a devida compreensão do processo de representação, devemos estar atentos para o uso das imagens como uma de forma a “criar um significado sobre o mundo nos rodeia”⁴⁴², neste sentido podemos compreendê-las como importante vetores para estabelecimento de crenças, símbolos e valores sociais.

5.2 Pessoas

“O rosto fala”⁴⁴³ assim enunciam Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche no livro “História do rosto”. A preocupação em se buscar a verdade por trás das expressões faciais, como abordado no capítulo 3, remonta a uma longa tradição ligada aos estudos fisiognômicos.

Nos processos do TSN os rostos nos dizem algo sobre a forma como as autoridades envolvidas na apuração dos eventos relacionados à Revolta comunista de 1935, e à repressão ao comunismo, que lhe seguiu, pensavam sobre os militantes comunistas. Contudo, para além da análise dos rostos, devemos estar atentos a outros aspectos que contribuem para a

⁴³⁹ HALL, op. cit., p. 31. O significado dos signos, segundo Chris Jenks depende de uma rede cultural que estabelece a uniformidade das respostas. JENKS, Chris. *Visual Culture*. London and New York: Routledge, 2003. p. 15.

⁴⁴⁰ MAUAD, Ana Maria. Imagens de passagem: fotografias e ritos da vida católica da elite brasileira. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. UERJ: Núcleo de Antropologia e Imagem, 1995.p.150. Ainda no que se refere à construção das representações fotográficas, segundo Boris Kossoy: “O documento fotográfico não pode ser compreendido independentemente do processo de construção da representação em que se originou.” KOSSOY, op. cit., p. 31.

⁴⁴¹ BRYSON, Norman; HOLLY, Michael Ann & Keith MOXEY. *Visual Culture: Images and interpretations*. [S.l.]: University Press of New England, Hanover, 1994.p. 91.

⁴⁴² STURKEN & CARTWRIGHT, op. cit., p.18.

⁴⁴³ COURTINE, Jean-Jacques & HAROCHE, Claudine. *História do rosto: exprimir e calar emoções*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. p.10.

construção das representações ligadas ao comunismo e ao anticomunismo expressos nas fotografias, como expressões corporais, espaço de figuração⁴⁴⁴ e vestuários dos retratados.

De acordo com David Le Breton, “a expressão corporal é socialmente modelável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo”⁴⁴⁵, sendo assim em toda a fotografia ficam expressos traços ligados à individualidade de cada fotografado, mas também camadas de significados e codificações ligados a fatores sociais⁴⁴⁶, culturais e ideológicos. Os retratos seriam assim uma forma de representação na qual o fotografado é ao mesmo tempo pessoa e personagem, indivíduo e membro de um grupo, agindo de modo singular e ainda conforme as regras de uma comunidade, sendo ao mesmo tempo um ato social e ato de sociabilidade, no qual se representam papéis socialmente definidos⁴⁴⁷.

Os retratos têm segundo nosso entendimento uma forte relação com um conjunto de práticas e tradições sociais⁴⁴⁸ que exercem grande influência sobre os indivíduos. Da mesma forma, as normas que regem o que é fotografável ou não, são indissociáveis dos sistemas de valores próprios de uma classe, profissão ou círculo artístico⁴⁴⁹.

Com relação à pose dos retratados e ao seu vestuário entendemos que, embora estes elementos constituintes dos retratos também sofram a influência de determinantes sociais e de grupo, eles oferecem uma margem de liberdade para o exercício da individualidade do retratado. A pose em determinados momentos é forjada através de uma imagem ideal que se quer transmitir⁴⁵⁰, enquanto o vestuário pode ter uma conotação política a partir de uma

⁴⁴⁴ O conceito de espaço de figuração propõe uma análise dos gestos das pessoas retratadas, dentre outros aspectos formais ligados à fotografia. MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói : Editora da UFF, 2008.

⁴⁴⁵ BRETON, David Le. *sociologia do corpo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9.

⁴⁴⁶ De acordo com Peter Burke, “os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais”. BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 46.

⁴⁴⁷ FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

⁴⁴⁸ Em relação à fotografia como produto social, conforme salienta Pierre Bourdieu, o que se fotografa não são indivíduos no singular, senão papéis sociais. BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003. p. 62.

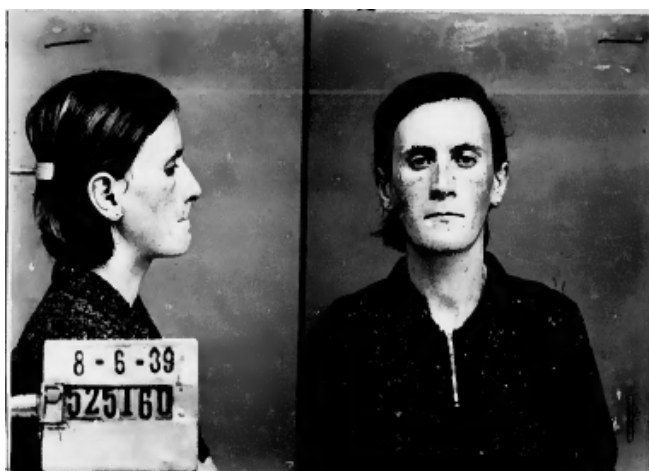
⁴⁴⁹ Idem p.44.

⁴⁵⁰ MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 50.

autorrepresentação do retratado, sendo ainda uma forma de validação⁴⁵¹ e afirmação da sua identidade individual, assim como de construção ou reforço de estereótipos⁴⁵².

Concernente às fotografias de identificação do TSN, podemos perceber um uso institucional que buscava realçar, os piores aspectos físicos⁴⁵³ das pessoas retratadas, sendo estas obtidas num momento extremamente coercitivo e constrangedor para o retratado como transparece na fotografia da indiciada Anita Axelrudvo :

Figura 39 - Foto de identificação judiciária



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0438, volume 12, p. 877

Muitos retratos de identificação ainda eram realizados com técnicas e instrumentos do século XIX, como o aparato de cabeça que servia para manter a pose do retratado numa posição fixa, que atendia às especificações do fotógrafo. Mesmo tendo um uso prático esse tipo de instrumento e a técnica dele advinda, certamente eram fatores de constrangimento e coerção aos retratados⁴⁵⁴.

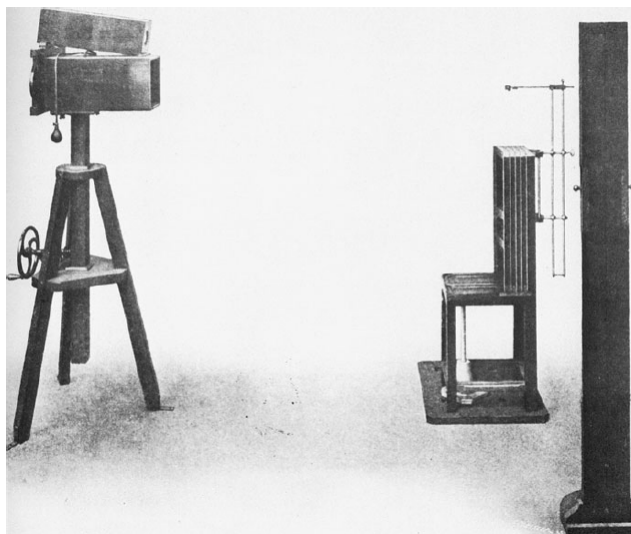
⁴⁵¹ Idem. p. 34.

⁴⁵² MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.p. 20.

⁴⁵³ Umberto Eco produziu uma obra em que se dispôs a abordar a construção do conceito de feiura, através da análise de pressupostos estéticos, culturais e históricos. Segundo este autor: “Muitas vezes, os conceitos de beleza ou feiura eram devidos não a critérios estéticos, mas a critérios políticos e sociais.” ECO, Umberto. *História de feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 12

⁴⁵⁴ Sobre a violência que pode estar embutida no ato fotográfico, Susan Sontag afirma que: “Fotografar pessoas é violá-las, ao vê-las como elas nunca se veem, ao ter delas um conhecimento que elas nunca podem ter; transforma as pessoas em objetos que podem ser simbolicamente possuídos.” SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004 p. 14.

Figura 40 - Instrumentos para fotografia de prisioneiros



Fonte: TAGG, John. *The disciplinary frame: photographic truths and the capture of meaning*. [S.l.]: University of Minnesota Press: 2009. p. 6.

Em algumas fotografias conforme indicamos no item capítulo anterior, verificamos um relativo abandono da codificação proposta por Bertillon, o que permitiram a captura de retratos que demonstram emoções. Vemos ainda a utilização de textos em conjunto com os retratos, que buscam em alguns momentos reforçar estigmas e preconceitos acerca do indivíduo retratado, com o intuito de se construir uma representação e entendimento negativos sobre o réu e sobre o movimento comunista. Pretendemos a partir da transcrição desses trechos dos processos estabelecer um diálogo intertextual⁴⁵⁵ que nos auxiliará no entendimento dos sentidos e discursos que se buscavam obter a partir daquelas fotografias.

⁴⁵⁵ Ainda a respeito da abordagem intertextual, entendemos que as palavras escritas acerca das fotografias nos processos podem ser entendidas como legendas que auxiliam, mas não determinam a leitura das imagens. Esses textos podem ser vistos como uma forma de expressão dos responsáveis pela produção ou anexação das fotografias. No entanto como toda a fonte histórica, estes textos precisam ser problematizados para uma melhor compreensão dos seus enunciados.

Figura 41 - Fotografia de identificação judiciária



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0183, volume 14, p. 3476

Na fotografia acima do réu Oswaldo Cabral de Lyra, preso por ter feito parte dos acontecimentos da Revolta Comunista no Recife, percebemos a demonstração de um sorriso por parte do indiciado, que pode ser interpretado como sinal de desdém ou ironia em relação ao ato de captura do seu retrato, que atestariam a frieza e criminalidade do prisioneiro. Contudo, conforme dissemos anteriormente uma imagem pode ser polissêmica em sua análise e entendimento, desta forma, esse mesmo sorriso pode também ser interpretado como um signo de sua coragem⁴⁵⁶.

⁴⁵⁶ Sobre esse aspecto, conforme assinala Leonor Sá, os retratados poderiam no momento da captura de seu retrato, esboçar emoções, que segundo a autora dividem-se em: “Retratos de rostos ostentando expressões emocionais negativas (tristeza, aniquilamento, desespero, etc.) e” Retratos de rostos ostentando expressões emocionais positivas (aparente domínio da situação, sorriso, afirmação desafiante, etc.). SÁ, Leonor Maria de Amorim e. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, recepção e autonomia retórica. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012. p. 133.

Figura 42 - Retrato de identificação criminal



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0111, volume3, p. 1225

A apelação número 111 foi um processo criminal contendo 6 volumes voltado para apuração de uma possível infiltração comunista na Marinha, no momento em que se buscava depurar qualquer traço de rebeldia nas forças armadas, muito em função do que se verificou na participação de militares na insurreição de novembro de 1935. No processo em questão foram inseridas fotos dos indiciados com informações adicionais retiradas de seus assentamentos funcionais. No caso acima foi acrescentada a informação de que o militar junto a outro colega de farda tinha como hábito a prática de “inversão sexual”⁴⁵⁷, o que entendemos poderia produzir no leitor da imagem uma visão negativa e preconceituosa quanto ao acusado, que não se enquadraria nos valores socialmente aceitos de orientação sexual⁴⁵⁸ e de conduta militar.

⁴⁵⁷ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL00111, volume3, p.1225.

⁴⁵⁸ Dentre os estigmas e estereótipos que eram imputados aos comunistas, havia a acusação de que estes eram pessoas imorais. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 62. Ainda acerca da moralidade, na ficha de qualificação do indiciado José Fernandes Vilela, foram registrados detalhes sobre a sua conduta que não tinham nenhuma relação com os fatos investigados. De acordo com o relatório, o réu manteria uma relação de promiscuidade com a família de outro indiciado e dormiria no mesmo quarto com a filha menor de idade do casal “como se fossem velhos amigos.” Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0194, volume 1, p.159.

Figura 43 - Fotografia de identificação judiciária de Silo Furtado Soares de Meireles

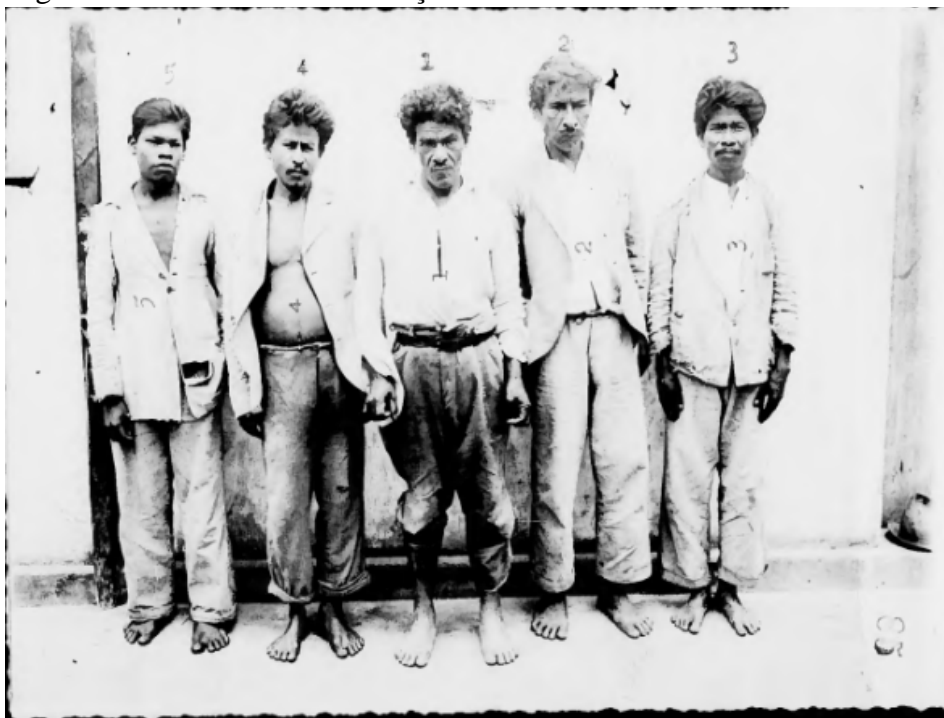


Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0183, volume 14, p. 3441

Silo Meireles foi um dos líderes da tentativa de levante no Recife, seus informes e cartas acerca da preparação da revolta foram apreendidos no Rio de Janeiro nos arquivos de Luís Carlos Prestes e Harry Berger. Silo era militar e em seu prontuário consta uma notificação anterior por ter sido visto “usando barbas crescidas e roupas andrajosas”⁴⁵⁹, algo desabonador e contrário à conduta que se esperava dos militares.

⁴⁵⁹ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0183, volume 14, p. 3440. Ainda como um exemplo da inserção de informações nas fichas de qualificação dos indiciados que poderiam influenciar na criação de um juízo de valor a seu respeito, no processo 435 foi informado que o prisioneiro Paulo Vieira era acusado de defloração, crime que não tinha nenhuma relação com os fatos julgados naquele processo. Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0435, volume 5, p. 713

Figura 44 - Retrato de identificação criminal



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0403, apenso 5, p. 1205

A foto acima foi extraída de um processo que tinha como um dos seus objetivos apurar a atuação de uma guerrilha comunista na Bahia. A imagem em questão retrata de forma propositalmente descuidada os membros de um grupo de guerrilheiros liderado por Marcelino José Alves, vulgo “Cabloco Marcelino”, indicado com o número 1 na fotografia. No processo do TSN Marcelino seria descrito como um “emulo de Lampião”⁴⁶⁰, que teria praticado roubos e homicídios na região de Ilhéus, buscando posterior abrigo no Posto Indígena Paraguassú, a fim de evitarem a repressão da polícia. A fotografia do grupo remeteria a uma ideia de desordem tanto pela composição e falta de padronização técnica do retrato, quanto pelas roupas utilizadas pelos indiciados.

⁴⁶⁰ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0403, apenso 5, p. 1204. Em um processo contendo 4 volumes e 6 apensos, esta é a única foto de identificação do grupo.

Figura 45 - Fotografia de família



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0194, volume 3, p. 636

A fotografia acima acompanha um pedido de livramento condicional do prisioneiro Davi de Almeida, que é descrito pelo advogado de defesa como sendo um “chefe da família numerosa”, “um pobre pai de família, um homem do interior”, que trabalhava “de sol a sol para alimentar oito filhos menores, sem outros recursos senão os obtidos com o seu esforço honesto e cotidiano”⁴⁶¹. O pedido era seguido ainda por um parecer do médico Ismael de Farias, que atestava que o filho mais velho da família requeria cuidados constantes que não poderiam ser plenamente atendidos pela mãe, que naquele momento apresentava problemas articulares, os quais a impossibilitavam de exercer plenamente as atividades domésticas. Na fotografia da família vemos o destaque de elementos que indicam uma situação social precária, como a residência de Davi de Almeida e o vestuário simples que as pessoas usavam, mas para além destes aspectos visuais, percebemos por parte da defesa uma tentativa de criar uma empatia com os juízes que analisariam o pedido, estabelecendo dentro outros fatores um distanciamento do réu, da imagem socialmente construída do comunista que seria além de outros estereótipos, um elemento desgarrado e desprovido de laços familiares.

⁴⁶¹ Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0194, volume 3, p.635-636.

Nas fotografias de pessoas, queremos ainda destacar dois episódios que envolveram a captura da imagem de militantes mortos pela ação da polícia⁴⁶², registrada em fotografias anexadas aos processos 435 e 438, algo que nos permite realizar algumas reflexões.

Figura 46 - Militante Miguel Lima



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0435, volume 4, p. 555

Figura 47 - Militante Luiz Manuel dos Santos



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0435, volume 4, p. 556

⁴⁶² Segundo dados dos processos analisados, os militantes Miguel Lima e Luiz Manuel dos Santos foram mortos em combate com a polícia que investigava a atuação de grupos comunistas no Ceará. O militante Augusto Pinto de acordo com carta de denúncia anexada ao processo 438 teria sido executado quando já se encontrava sob a custódia da polícia em São Paulo.

Figura 48 - Fotografia do militante Augusto Pinto apreendida na residência de Carlos Maringuela



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0438, volume 2, p.293

A fotografia surgiu num momento de mudança da atitude das sociedades ocidentais em relação à morte e aos mortos⁴⁶³, sendo utilizada como uma forma de registrar pessoas falecidas. De acordo com Nicholas Mizoerff: “No lugar da máscara mortuária de cera ou da gravura do leito mortuário, a fotografia passou a ser o principal meio de capturar a imagem dos que partiram” (tradução nossa)⁴⁶⁴.

⁴⁶³ “[...] contemporânea do recuo dos ritos, a fotografia corresponde talvez à intrusão, na sociedade moderna, de uma morte assimbólica, fora da religião, fora do ritual, espécie de aterragem brusca numa morte literal”. In: BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2018. p.184.

⁴⁶⁴ O texto em língua estrangeira é: “In place of the wax death mask or death bed engraving, photography came to be the prime means of capturing the image of the departed”. MIRZOEFF, Nicholas. *An Introduction to Visual Culture*. London: Routledge, 1999. p. 75.

A captura de imagens fotográficas possui para alguns teóricos uma relação direta com a morte⁴⁶⁵ advinda de fatores como o “congelamento do tempo” em que a imagem do retratado permanece inalterada, sobrevivendo a sua decrepitude física. Para Roland Barthes: “As fotos declaram a inocência, a vulnerabilidade de vidas que rumam para a própria destruição, e esse vínculo entre fotografia e morte assombra todas as pessoas.”⁴⁶⁶

Dentro deste contexto, as fotografias dos militantes mortos pela polícia foram utilizadas não para atestar a presença de um indivíduo, mas sim a sua “ausência” ou destruição física, estando associadas a determinados elementos simbólicos, como por exemplo a punição.

Um fator importante que emerge na interpretação das representações sobre o comunismo, é que estas são fortemente relacionadas ao ideário e simbolismo dos comunistas e do entendimento próprio dos militantes sobre a sua identidade. Conforme afirma Dulce Pandolfi: “[...] ninguém nasce comunista. Mas, uma vez feita a opção, as demais pertencças se diluem diante desse pertencimento maior”⁴⁶⁷, sendo o retrato sob certas circunstâncias, uma modalidade de auto representação, a forma como as pessoas se vestem e as poses por elas empregadas, tem uma conotação que podem nos indicar suas inclinações políticas.

Os comunistas brasileiros do período em estudo nesta tese, em geral tinham pouca preocupação com o próprio corpo e vestuário, algo que foi fruto de um processo de proletarização pelo qual passou o PCB. Neste aspecto havia um sentido identitário para os comunistas em “andar mal vestido, fumar cigarros baratos”⁴⁶⁸, algo que se conectava com o simbolismo e representações acerca da sua militância política.

Entendemos que esta autoimagem dos militantes reforçava o estereótipo do comunista que a polícia procurava; em contrapartida esta reprodução/reforço do estereótipo era uma

⁴⁶⁵ De acordo com Susan Sontag: “Todas as fotos são memento *mori*. Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa). Justamente por cortar uma fatia desse momento e congelá-la, toda foto testemunha a dissolução implacável do tempo”. SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. p 14.

⁴⁶⁶ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2018, p. 44.

⁴⁶⁷ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 14. Ainda sobre esse aspecto identitário, de acordo com Rodrigo Motta: “A adesão ao comunismo era encarada como uma entrega total. Não fazia sentido distinguir privado e público. Para os comunistas havia apenas uma vida, a de ser dedicado integralmente à revolução e ao partido.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. *LOCUS*, revista de História, Juiz de Fora, volume 3. p. 81.

⁴⁶⁸ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: Mauad. p. 81.

forma de aceitação social (grupo político) do indivíduo, que de certo modo encontrava-se alijado do convívio social em função de sua militância ⁴⁶⁹.

Figura 49 - Membros da célula comunista da cidade de Presidente Alves



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0125, volume 1, p. 278

Figura 50 - Membros comitê revolucionário de Natal



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIO80 APL0160, volume 1, página 160

Nas duas fotografias que retratam os membros da célula comunista da cidade de Presidente Alves e de parte do comitê⁴⁷⁰ que governou Natal durante os eventos relacionados à insurreição no Rio Grande do Norte, podemos identificar para além dos signos e

⁴⁶⁹ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988. p 14.

⁴⁷⁰ Os membros do comitê identificados na fotografia eram Lauro Lago (1), José Macedo (2) e João Batista Galvão (3).

representações socialmente circulantes sobre os comunistas, uma preocupação dos retratados em não demonstrarem emoções exageradas, menor expressividade em suas poses, gestos e rostos. As poses dos militantes nas duas fotos podem estar coadunadas com uma codificação social maior⁴⁷¹, mas também com um ideário ligado às representações sobre os comunistas que pregava comedimento e prudência aos militantes.

5.3 Lugares

A fotografia enquanto forma de expressão de sentidos é construída tendo como base um processo de seleção, destaque e censura (invisibilização). O enquadramento escolhido pelo fotógrafo privilegia ou retira de cena⁴⁷² determinados elementos dela, gerando em alguns casos um efeito despersonalizador que afasta o leitor da imagem, sendo esta uma forma de manipulação da imagem.

Nas fotografias dos processos do TSN que retratavam lugares verificamos predominantemente a preocupação dos fotógrafos em retratar da maneira mais objetiva possível os espaços de atuação dos comunistas. Este esforço se coadunava com os fundamentos metodológicos da polícia técnica e era uma forma de se estabelecer uma conexão daqueles lugares com os crimes que eram investigados.

Contudo mesmo construídas sob fundamentos técnicos de objetividade, as fotografias que representavam lugares nos permitem ler e obter informações sobre as intenções do seu autor, bem como daqueles que produziram os atos e escolheram aqueles locais para sua consecução. Neste sentido, devemos buscar nos elementos formais e técnicos da produção das fotografias, as pistas que nos apontem para as representações e significados que se buscavam obter a partir daquelas imagens.

Preliminarmente devemos compreender que as paisagens têm o poder de provocar emoções em seu leitor⁴⁷³, seja pela conexão efetiva e real com o espaço por meio de vivência

⁴⁷¹ Este comedimento nos gestos e expressões, historicamente remonta a um longo processo de redefinição da forma como as pessoas demonstravam publicamente seus sentimentos que se tornou mais evidente a partir da ascensão social da burguesia. COURTINE & HAROCHE, op. cit., p. 15.

⁴⁷² De acordo como Andre Rouillé, o fotógrafo diferentemente do pintor trabalha com a subtração de elementos para a construção das imagens. ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2009. p. 101/102.

⁴⁷³ MITCHELL, W.J.T. *Landscape and power*. [S.l.]: The University of Chicago Press, 2002. p. VII.

ou sociabilidade, ou seja, por um desejo/interesse de aproximação que ela pode exercer sobre aqueles que não a frequentaram. Sobre esse segundo aspecto a fotografia desde a sua origem se constituiu num meio privilegiado para fornecer às pessoas a possibilidade de conhecerem lugares distantes ou exóticos, sendo uma forma de popularização e circulação de imagens de pontos turísticos de diferentes países, que se tornariam inacessíveis para muitos, devido aos custos reais de deslocamento.

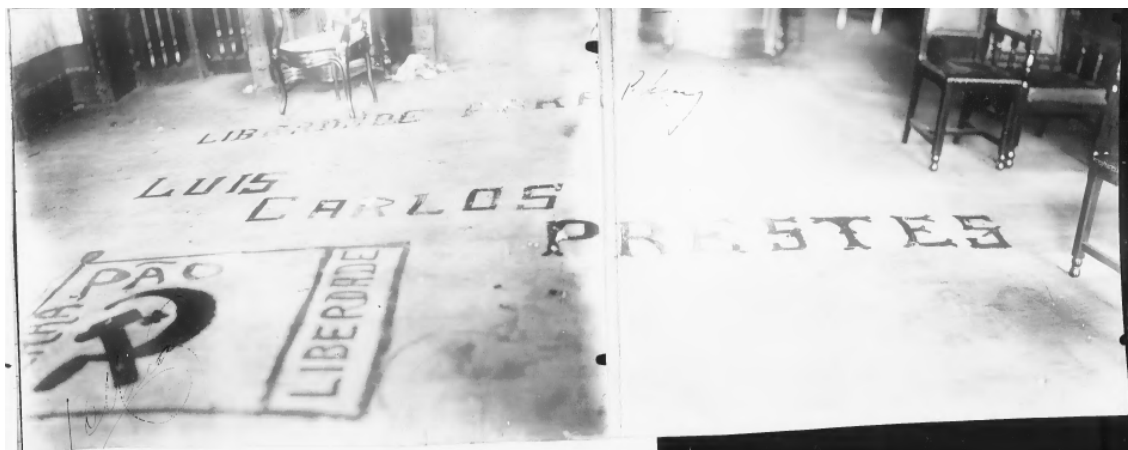
Um aspecto formal que chama a atenção em muitas fotografias do TSN é a ausência de pessoas nos espaços retratados. Entendemos que nessas fotografias a intenção do fotógrafo seria capturar as imagens dentro dos fundamentos da objetividade técnica, realçando os atos e espaços.

Figura 51 - Fotografia de pichação política em São Paulo



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 3, página 292

Figura 52 - Fotografia de pichação política no Ceará



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0435, volume 8, página 1100

Nas duas fotografias acima que registram atos de propaganda comunista, a ausência do elemento humano nas imagens produzidas nos faz questionar quem eram os autores das pichações que não são retratados. Não obstante a ausência dos atores, podemos inferir algumas informações⁴⁷⁴ sobre suas motivações políticas.

Um fator que devemos atentar é que nas imagens produzidas a partir da militância comunista verificamos a preferência por espaços públicos visíveis, num momento em que a máquina de propaganda comunista estava prejudicada pela repressão. Então a pichação realizada na “Pedra dos ladrões”⁴⁷⁵ em São Vicente, pela célula comunista “Flor da praia” que exercia forte atuação política junto ao segmento dos marítimos; e a realizada nas dependências da Assembleia legislativa do Ceará, eram ações que tinham um componente de resistência frente ao momento de dificuldade que PCB atravessava. A escolha desses lugares públicos não era aleatória por parte dos seus atores e demonstra um interesse em realizar a militância que fosse possível em espaços de grande circulação e/ou que tivessem uma articulação com elementos políticos ou simbólicos ligados à cultura local.

É importante destacarmos que esse tipo de atuação política envolvia riscos potencialmente altos para os seus praticantes, que precisariam ter uma grande dose de coragem e desprendimento para realizarem as ações. Esse pressuposto nos remete ao imaginário ligado aos comunistas e sua autorrepresentação de grupo, pois sobre determinados aspectos, os que assumiam esse risco o faziam por crerem que seus atos eram parte de um ideal, e de um bem maior que poderiam advir da implantação do comunismo. Fazer parte desse projeto de renovação social, mediante os riscos assumidos e benefícios futuros esperados, tornava o militante dentro do imaginário comunista, uma pessoa superior às demais⁴⁷⁶.

Neste sentido, é importante destacarmos que os responsáveis pela repressão ao comunismo tinham uma concepção sobre os comunistas que misturava em alguns momentos um reconhecimento desta virtude (coragem) e ao mesmo uma crítica ao direcionamento desta

⁴⁷⁴ Sobre a busca pela interpretação de elementos ausentes nas imagens consideramos serem oportunas as seguintes citações: “Devemos compreender não apenas o que vemos, mas também o que não podemos ver, o que está ausente da vista.” (tradução nossa). O texto em língua estrangeira é: “We must understand not only what we see, but also what we cannot see, what is made absent from sight”. STURKEN & CARTWRIGHT, op. cit., p. 4. Ainda de acordo com John Berger, o que uma fotografia mostra, “invoca aquilo que não é mostrado”. BERGER, John. *Para Entender uma Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 33.

⁴⁷⁵ Esse local era conhecido por esse nome pelos constantes casos de assaltos que envolviam passageiros de bondes, que por ali transitavam e eram interceptados por ladrões que se escondiam junto à pedra. Fonte: Site: São Vicente Alternativa. Disponível em: <<http://www.saovicentealternativa.com.br/publico/noticia.php?codigo=243>> Acesso em: 14 jan.2022.

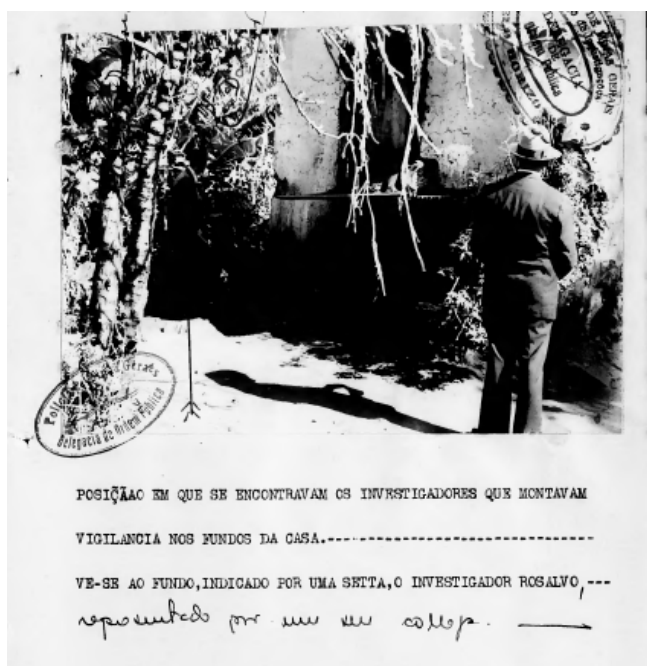
⁴⁷⁶ PANDOLFI, op.cit., p. 42.

qualidade moral para a militância. Os comunistas então seriam “simultaneamente “titãs” e “feras”, super-humanos e, mas também sub-humanos”⁴⁷⁷. O relato do Delegado adjunto Manoel Ribeiro da Cruz é bem exemplificativo quanto a este respeito:

“E o que mais admira, a quem se incumbe da tarefa afanosa de conte-los, é a convicção com que agem, a coragem com que se expõem a todos os perigos e em todas as empreitadas, verdadeiramente intoxicados pelas ideias que destilam os emissários dos soviets, no intuito malsão de subverterem a ordem para criar uma situação que lhes pode ser útil mas que representa de início, uma aventura criminosa que se deve evitar sem consideração aos que a tentaram.”⁴⁷⁸

Havia dentro do rol de fotografias de registro de lugares, algumas que buscavam retratar atos de destruição praticados ou imputados aos comunistas, além de outras ligadas à reconstituição de crimes.

Figura 53 - Reconstituição de assassinato

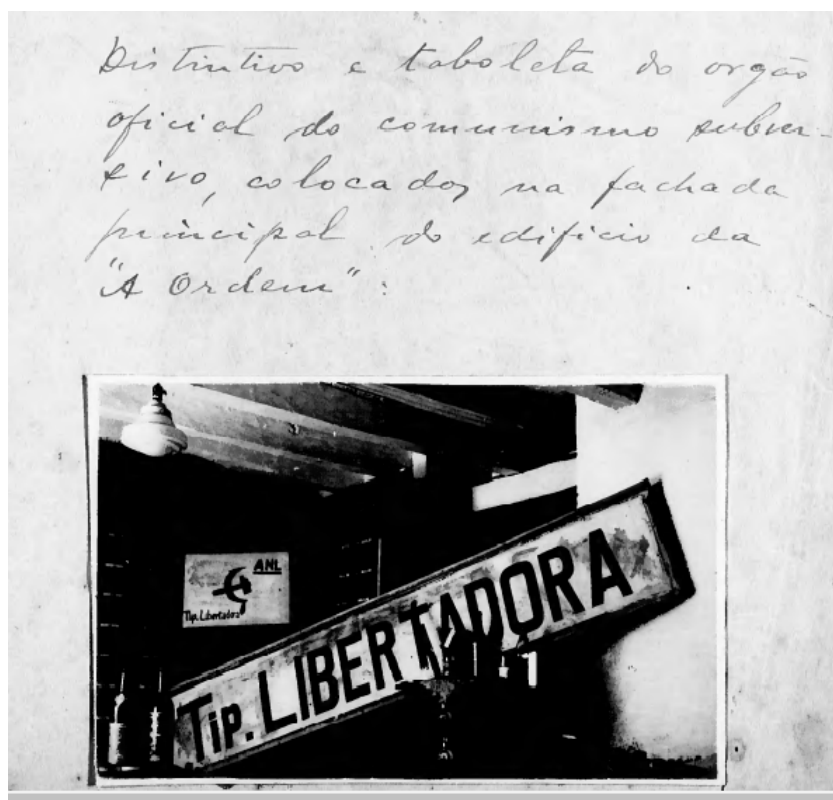


Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0194, volume 1, página 86

⁴⁷⁷ PARENTI, Michael. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 34.

⁴⁷⁸ Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 4, p. 598-599.

Figura 56 - Fotografia da sede Jornal "A Ordem"



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0216, volume 1, p. 84

Figura 57 - Foto da sede da Companhia de seguros Sul América



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0216, volume 1, p. 95

Figura 58 - Vistoria em agência bancária



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0216, volume 1, p.90

Neste universo de fotografias, os espaços vazios por vezes eram preenchidos de modo interessante. Nelas podemos ver aspectos de encenação e, sobretudo, a preocupação em produzir no o leitor das imagens, sentimentos de aversão aos comunistas e de engajamento com o discurso de ordem produzido pelo Governo Vargas.

Nas figuras 53, 54 e 55 podemos perceber a reconstituição de ações realizadas pela polícia no combate ao comunismo, apresentando elementos gráficos que geram a proximidade do leitor da imagem com os acontecimentos que ali se desenrolaram; no caso das duas primeiras fotografias, a morte de um investigador da polícia após confronto com militantes e na última, na operação que levou à apreensão de artefatos explosivos. É importante chamarmos a atenção para a forma como essas fotografias foram produzidas, pois entendemos que havia embutido no processo técnico da reconstituição e na cenografia⁴⁷⁹ envolvida, uma mensagem e um ponto de vista que se queria transmitir quanto aos perigos que envolviam o comunismo, capaz de causar a morte de um agente público no cumprimento do seu dever, ou escamotear numa casa simples de um pedreiro, artefatos de guerra potencialmente perigosos para a coletividade⁴⁸⁰.

⁴⁷⁹ A interpretação de uma fotografia é em parte determinada pela cenografia que retoma posturas culturalmente codificadas. JOLLY, Martine. *Introdução à análise de imagens*. Campinas: Editora Papirus, 1996. p. 123.

⁴⁸⁰ Essas fotografias serviam para referendar uma imagem do perigo do comunista que circulava no imaginário social e uma visão distorcida sobre o real alcance das ações do PCB. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta: “[...] as representações contra o comunismo divulgadas na sociedade contribuíram para ampliar a percepção da presença do “perigo”, gerando, por vezes, uma relação desproporcional entre a força efetiva dos revolucionários e o medo

As figuras 56, 57 e 58 apresentam momentos da retomada por parte do poder público do Rio Grande do Norte dos espaços que foram alvos das ações dos rebeldes durante o período da insurreição comunista.

As legendas assim como os elementos gráficos são parte crucial na interpretação dos sentidos que se buscavam transmitir nas fotografias 56 e 57. Nessas imagens os responsáveis pela apuração dos fatos fizeram questão de deixarem registrado que as ações ali ocorridas foram praticas em nome do “comunismo subversivo”, que transformou a sede de um jornal local num espaço de propaganda política, cuja ideologia e os pressupostos filosóficos estavam devidamente registrados pela imagem da foice e do martelo e pelo nome do órgão que remete à extinta Aliança Nacional Libertadora. A legenda da figura 57 ainda possui um caráter sarcástico e igualmente crítico ao indicar que a destruição naquele espaço fora praticada após “a visita dos revoltosos”.

As figuras 57 e 58 retratam a atuação de agentes públicos em vistorias. A proposta destes eventos, além de registrar os efeitos dos atos praticados era indicar que o Governo e conseqüentemente a “ordem”, estavam reocupando aqueles locais e que a legalidade estava sendo restaurada após um período de ocupação comunista. Nestas fotografias a escolha da pose das pessoas retratadas não é um acaso, pois a neutralidade e ausência de emoção que se quer transmitir frente aos objetos destruídos querem transmitir uma ideia de contraponto, entre a atuação regrada do poder público frente à destruição e desordem praticadas pelos comunistas. Com o sentido de enfatizar essa mensagem, na fotografia 57 a destruição é posta em primeiro plano enquanto os agentes públicos são enquadrados de tal forma que parecem emergir em meio ao caos, algo potencializado pela iluminação que incide transversalmente e transmite uma sensação de que aquelas pessoas estão saindo de forma gradual da luz e de que esta luz aos poucos ocupará todo aquele espaço.

Figura 59 - Quartel da Polícia Militar de Natal



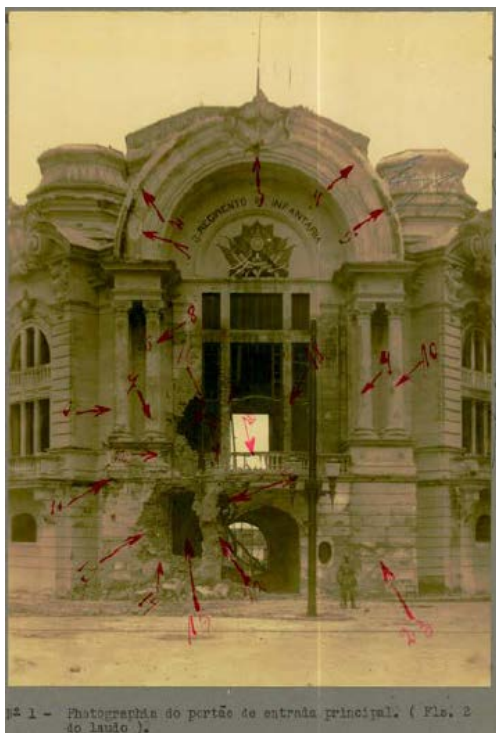
Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0216, volume 1, p.83

Figura 60 - Detalhe da fachada do quartel da Polícia Militar do RN



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0216, volume 1, p.83

Figura 61 - Fotografia da fachada do 3º RI do Rio de Janeiro



Fonte: Superior Tribunal Militar - Inquérito Policial Militar,, volume 8, p. 1905

Ainda no que se refere às fotografias que registram espaços onde ocorreram ações dos insurretos, gostaríamos de destacar duas imagens que apresentam locais em que ocorreram confrontações entre os rebeldes e as tropas do governo.

Nestas fotografias há um claro interesse em se enfatizar a destruição, seja pelo destaque dado no retrato da fachada do quartel da polícia de Natal, seja pela indicação pela polícia técnica dos pontos de maior impacto de projéteis e explosivos que atingiram o 3º RI do Rio de Janeiro. Contudo o que devemos chamar a atenção é que o discurso oficial produzido por essas fotografias enfatiza os efeitos da ação dos rebeldes, mas negligencia de modo proposital o fato de que particularmente em relação ao 3º RI a maior parte da destruição fora praticada pelas tropas do governo que combateram os insurretos.

Neste ponto acreditamos que seja interessante transcrever parte do relato do então capitão do exército Agildo Barata que foi um dos líderes militares da tentativa de levante no 3º RI. Segundo Barata: “contrariamente ao que faz propalar o Governo, os officiaes presos foram tratados com todo carinho e acatamento, recolhidos na parte mais resguardada do quartel e a maior parte das baixas por mortes e ferimentos o foram consequência do

sanguinário e desapiedado bombardeio e metralhagem da aviação naval dirigidas pelas autoridades governistas.”⁴⁸¹

Dois fatores que corroboram a versão de Agildo Barata são a posição dos impactos destacados na fachada do quartel que indicam que os disparos foram realizados de fora para dentro das instalações e que a EAM, que estava nos planos da insurreição não fora tomada pelos rebeldes que esperavam o apoio aéreo daquela unidade para suas ações no 3º RI. Assim no transcorrer da luta na Praia Vermelha, os aviões que os rebeldes esperavam como suporte aéreo, foram utilizados pelo governo para bombardear o quartel produzindo destruição e mortes.

5.4 Objetos

As fotografias de objetos obtidos a partir de autos de apreensão tinham como objetivo registrar elementos que pudessem comprovar a materialidade dos crimes investigados, tendo como princípios legais o código penal brasileiro e a LSN, que estabeleciam os itens cuja posse poderia ser configurada como crime. Além de armas e explosivos, livros “subversivos” e materiais de propaganda estavam no rol de objetos cuja posse poderia gerar penalidades aos seus donos ou usuários.

Acerca dos livros e materiais de propaganda impressa, presentes em várias fotografias de autos de apreensão, devemos atentar para o fato de que a reorganização do PCB após a repressão passava pelo restabelecimento de sua oficina gráfica, e que o PCB enquanto partido revolucionário não existiria se não pudesse se dirigir aos operários e outros setores da sociedade através de sua mídia impressa⁴⁸².

A formação dos militantes do PCB era fundamentada em grande parte, na leitura de livros sobre o comunismo⁴⁸³, deste modo a atuação das forças policiais na apreensão dos impressos comunistas servia também como um entrave ao surgimento de novos quadros que pudessem aderir ao PCB.

⁴⁸¹ Superior Tribunal Militar - Inquérito Policial Militar, volume , p. 10.

⁴⁸² BERNARDES, Wilson Roberto Milani. As gráficas clandestinas do PCB: anticomunismo e ação repressiva do Estado. 2020. 275 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 19

⁴⁸³ BERNARDES, op. cit., p. 29.

Nas imagens dos autos de apreensão ligados à Revolta comunista e à repressão ao comunismo, a composição das fotografias desses objetos apreendidos⁴⁸⁴, dispostos tais quais naturezas mortas, privilegiava diferentes aspectos representacionais como a morte a destruição, indicando o poderio/ameaça dos comunistas; assim como signos ligados ao simbolismo cultural e socialmente construídos do comunismo como a foice e o martelo⁴⁸⁵.

Na construção das imagens nos autos de apreensão, por vezes, vemos a utilização dos próprios espaços íntimos das casas ocupadas pelos militantes como parte da cenografia das fotografias. Assim camas e móveis são usados como prateleiras para amostragem do material apreendido, o que dá ao leitor da imagem uma sensação de instantaneidade com os fatos apresentados e entranha proximidade com aqueles espaços de intimidade e proteção⁴⁸⁶. Assim como em algumas fotografias de lugares, outro fator que chama atenção nestas fotos não é apenas o que está presente, mas a ausência do elemento humano na composição das imagens.

Figura 62 - Local de apreensão de material de propaganda comunista



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0092, volume 2, p.113

⁴⁸⁴ Segundo Wilson Milani : “ A montagem de uma espécie de cena do crime com os materiais apreendidos [...] fazem parte do relatório de investigação e dos autos de busca e apreensão.” Idem. p. 42.

⁴⁸⁵ Na APL 255 os comunistas são designados como “os adeptos do “alfanje e martelo”, simbolo negregado das armas soviéticas.” Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0255, p. 43.

⁴⁸⁶ PERROT, Michelle. *The Bedroom: An intimate History*. [S.l.]: Yale University Press, 2018, p. 13.

Mesmo tendo sido produzidas a partir da ótica do aparelho de repressão do Governo Vargas, algumas dessas fotografias de objetos nos permitem perceber as formas de expressão e representação dos comunistas, sua visão acerca daquele momento histórico e suas aspirações para o futuro. Neste sentido, devemos nos lembrar do importante papel que os objetos materiais e símbolos exercem na construção das representações⁴⁸⁷.

Figura 63 - Bandeira do Brasil alterada



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0185, volume 2, p. 227

A figura 63 corresponde a uma bandeira utilizada numa campanha dos comunistas em prol da libertação de Luís Carlos Prestes, que foi pendurada em frente ao campo da Associação Atlética Portuguesa, na cidade de Santos. Nesta imagem vemos de modo bem perceptível uma alteração gráfica na bandeira do Brasil, com a mudança do seu lema de inspiração positivista (Ordem e Progresso) para o slogan comum à ANL e ao PCB, “Pão Terra

⁴⁸⁷ PANDOLFI, op. cit., p. 16.

e Liberdade”. Este lema político e social traz embutido em si o reconhecimento de uma situação de desigualdade e a luta pela retribuição justa aos esforços dos trabalhadores contra a monopolização da riqueza por poucos ⁴⁸⁸, algo que se tornaria patente no discurso e representações comunistas e na sua visão quanto à necessidade de uma revolução que transformasse a situação social e política do país.

Figura 64 - Caricatura de Olga Benário Prestes



Fonte: Arquivo Nacional - BR RJANRIOC80 APL0488, volume 1, p. 375

Por fim no cartão acima temos uma caricatura da esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário Prestes que foi presa em 1936 no Rio de Janeiro junto a Prestes e depois deportada

⁴⁸⁸ Acerca do sentimento de injustiça pela falta de retribuição social recomendamos o seguinte livro: MOORE JR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

para Alemanha nazista. Este objeto utilizado numa campanha em prol da libertação de Olga e de sua filha dos cárceres nazistas traz em sua composição simples elementos que buscavam atingir a sensibilidade do leitor da imagem quanto à situação apresentada e para, além disto, estabelecer uma conexão com temas como maternidade, família, sensibilidade, moderação e humildade, que contrariavam o discurso e representações socialmente construídas contra os comunistas.

5.5 Circulação das imagens

Um aspecto que gostaríamos de destacar nesse capítulo relativo à circulação das fotografias anexadas aos processos do TSN, é que algumas delas como as figuras 50, 57, 58, 59 e 60 foram utilizadas tanto por aquele tribunal como pela imprensa⁴⁸⁹ o que nos leva a algumas reflexões.

Ao longo desse capítulo buscamos apontar formas pelas quais as representações acerca da Revolta Comunista de 1935, sobre o comunismo e anticomunismo foram sendo construídas a partir da atuação repressiva do TSN. Neste contexto, para além de um registro, as fotografias anexadas aos processos se correspondiam com um entendimento maior que circulava em nossa sociedade sobre os temas mencionados, sendo ainda uma forma reafirmação de valores e de categorização e regulamentação do Estado⁴⁹⁰.

Acerca da circulação das fotografias, conforme mencionamos no capítulo anterior, a atuação da imprensa foi importante como uma forma de divulgação das notícias sobre a Revolta Comunista e de uniformização de um discurso em prol das ações repressivas do Governo Getúlio.

Neste aspecto a divulgação pela imprensa de fotografias que remetiam a signos de destruição e estigmatização dos comunistas se conciliam com um esforço de construção de uma visão socialmente uniformizada sobre o comunismo, que realçava seus aspectos negativos e potenciais perigos.

⁴⁸⁹ A fotografia foi 12 publicada na edição do Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 5 dez. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12592.pdf>; as fotografias 57 e 58 foram publicadas na edição do Jornal Correio da Manhã do dia 03/12/1935> . Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12590.pdf> ; as fotografias 50 e 60 foram publicadas na edição do Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30 nov. 1935> . Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019351130>.

⁴⁹⁰ STURKEN, & CARTWRIGHT, op. cit., p. 39.

Outro ponto a destacar é que as fotografias que citamos como exemplos foram produzidas em razão da apuração dos fatos relacionados à insurreição no Rio Grande do Norte. Sendo assim, àquelas imagens ganharam, a partir da atuação jornalística, uma dimensão para além das fronteiras físicas dos acontecimentos, potencializando assim a ideia do comunismo como destruição e do poder público como restauração, sem que houvesse uma contraparte discursiva que desse espaço à ótica dos comunistas. Essa exclusão estabeleceu assim, um ponto de vista maniqueísta sobre os acontecimentos.

Neste sentido nos parece oportuno utilizar a definição de fotografia pública da pesquisadora Ana Mauad que afirma o seguinte: “A fotografia pública é produzida por agências de produção de imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública e meios de comunicação, estado etc. É, portanto, o suporte do agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos”⁴⁹¹.

Os meios de comunicação, enquanto produtores de uma fotografia pública desempenham, portanto, um papel na elaboração de uma determinada visão social acerca de um acontecimento.

Amparados num discurso de neutralidade e realismo⁴⁹², e utilizando recursos comunicativos que induzem os receptores a emoções⁴⁹³, os meios de comunicação hierarquizam os temas e selecionam o que deverá ser de conhecimento do público, definindo ou redefinindo, sobre determinado prisma, valores e modos de ver o mundo⁴⁹⁴. A imprensa desta forma atua como construtora de uma história oficial e de uma memória social dos fatos.

Entendemos que o TSN atuava como caixa de ressonância das representações sociais que se construía sobre a revolta comunista e sobre os comunistas, produzindo e sedimentando conteúdos visuais que comunicavam com outras agências produtoras de representações sobre o comunismo, como os órgãos do aparato público policial e a imprensa

⁴⁹¹ MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 2013. p. 13.

⁴⁹² BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 36-37.

⁴⁹³ MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*. Conferência apresentada no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. p. 11 De acordo com Cecília Coimbra: “[...] a lógica midiática é a da homogeneização, do espetáculo, obedecendo ao valor da excepcionalidade, do ser extraordinário, da dramaticidade, da encenação voltada também para a produção das emoções.” COIMBRA, Cecília. *Operação Rio. O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança*. Rio de Janeiro: Oficial do autor; Niterói: Intertexto, 2001. p. 36.

⁴⁹⁴ COIMBRA, op. cit., p.30.

que servia como um importante elo na cadeia como reprodução de uma imagem estigmatizada sobre os comunistas.

A conexão discursiva na produção das imagens relacionadas à Revolta Comunista e ao Comunismo, entre as diferentes agências produtoras, explica a semelhança estética nas fotografias presentes nos processos do TSN e as utilizadas pela imprensa que, como salientamos, privilegiava os aspectos negativos e as representações visuais socialmente construídas sobre o comunismo.

As sentenças do TSN em vários momentos acabavam por referendar na esfera jurídica todo esse entendimento sobre o comunismo, que era construído interna e externamente ao poder judiciário, o qual se configura em parte importante do corpo burocrático do Estado e num ator social que nos auxiliam sobremodos no entendimento de uma sociedade em seu tempo.

CONCLUSÃO

No dia 17 de novembro de 1945 foi promulgada a lei constitucional número 14 que extinguiu o TSN. O fechamento do tribunal ocorreu em menos de um mês após a deposição de Getúlio Vargas, fato que marcou o final do Estado Novo.

Sem a presença de Vargas, que fora um dos seus principais idealizadores, o TSN não conseguiu sobreviver aos novos tempos que se anunciavam.

Ao longo dos seus oito anos, onze meses e dezessete dias de funcionamento o TSN desempenhou um papel institucional importante como sustentáculo no campo jurídico do Governo Vargas, produzindo sentenças de ampla repercussão, alijando adversários políticos, ajudando a conformar um entendimento social sobre o comunismo.

As mutações pelas quais o TSN passou ao longo de sua existência, longe de representarem uma fragilidade interna ou falta de orientação doutrinária, foram um sinal de uma adaptabilidade que permitiu uma acomodação daquele tribunal às mudanças e realinhamentos pelos quais o Governo Vargas entre os anos de 1936 a 1945, nos quais passou por uma fase democrática e outra ditatorial e, no contexto internacional, pelos efeitos gerados pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial a partir do ano de 1942.

Ao longo desta tese buscamos desenvolver uma reflexão sobre o TSN como agência produtora de representações acerca da Revolta comunista de 1935, princípio motor para a sua criação, e do comunismo, e como resultados pudemos perceber que as fotografias anexadas aos processos possuíam uma comunicação direta com todo um imaginário maior relacionado ao anticomunismo e à criminalidade.

Concernente ao segundo ponto acima indicado, percebemos que as fotografias do TSN remontavam em termos técnicos e simbólicos, a uma tradição relacionada à concepção do retrato de identificação criminal do século XIX, cujos principais fatores contextuais e discursos científicos e ideológicos que embasaram o seu desenvolvimento, buscamos historicizar nesta tese.

Entendemos que, no procedimento de construção de representações sobre a Revolta Comunista de 1935 e sobre o comunismo, o TSN não atuou como um agente isolado.

Sendo simultaneamente um receptor e emissor de mensagens políticas, aquele tribunal se comunicava constantemente com diferentes esferas da sociedade brasileira. Dentro deste contexto, no plano das relações interinstitucionais podemos citar as articulações do TSN com os órgãos do Governo Vargas que serviam como suporte para o seu funcionamento e com os

demais entes federativos; e, relativo à sociedade civil, a sua interação com a imprensa e advogados, dentre outros grupos.

Atuando de forma conjugada com as principais agências produtoras das fotografias sobre o comunismo (polícia e imprensa) e valendo-se do aparato repressivo para obter a posse das fotografias produzidas pelos militantes do PCB, o TSN pôde agir juridicamente com um elemento chave na sedimentação de uma visão socialmente excludente e estigmatizada sobre o comunismo, que seria expressa através das sentenças pronunciadas pelos seus juízes e na condução dos procedimentos investigatórios executados por seus procuradores, os quais agiam de modo interativo com a polícia em seus diversos níveis.

Percebemos ao longo da pesquisa, que longe de se constituírem em sujeitos passivos nesse processo de construção de representações a partir das imagens, os militantes comunistas puderam através de suas ações políticas, imprimir sua visão sobre a realidade que os cercavam.

As projeções sobre o futuro que os militantes comunistas desejam alcançar e sobre si próprios se materializaram nas fotografias pela consecução de atos de enfrentamento ao Governo Vargas, no contexto de uma ampla e violentíssima repressão política e a partir da escolha de poses e utilização de vestimentas que se ligavam a uma imagem idealizada que possuíam acerca de sua ação política.

Em nossa compreensão as fotografias do TSN constituem-se em fontes importantes para o entendimento da forma de atuação dos órgãos de repressão no que concerne a sua produção técnica e à escolha dos temas retratados. Na outra vertente, essas fotografias também se constituem em documentos valiosos para o conhecimento dos espaços de circulação, formas de atuação e aspirações dos militantes comunistas.

Acreditamos que, em termos de contribuições para o campo da pesquisa historiográfica, essa tese tenha avançado na discussão sobre a Revolta comunista, em decorrência da escolha que realizamos de uma fonte de pesquisa até então pouco utilizada nos estudos sobre este tema, algo que também pode auxiliar nas pesquisas acerca da fotografia judiciária.

Além da questão acima indicada, esta tese apresenta uma possibilidade de articulação do tema da Revolta Comunista com os estudos centrados no campo da imagem a partir, sobretudo, de sua abordagem metodológica da Cultura visual.

Entendemos também que essa tese possa ajudar numa reflexão sobre o processo de construção e divulgação do anticomunismo em nossa sociedade, sendo este um conhecimento

útil a pesquisadores que se debruçam sobre essa temática na área das humanidades e ciências sociais aplicadas.

Embora realçando essas possíveis contribuições, temos que em outra direção, apontar em termos acadêmicos as limitações que esta pesquisa ainda possui e os avanços que ela poderá ter a partir de estudos futuros.

Em decorrência dos problemas de locomoção acarretados pela pandemia da Covid 19 e da restrição temporária de acesso aos processos do TSN sob sua custódia no Arquivo Nacional, por motivo de tratamento arquivístico, não pudemos realizar uma pesquisa com todos os processos relacionados à Revolta comunista que se encontravam sob a guarda daquela instituição.

Consideramos que os resultados expressos nesta tese não foram comprometidos pelo problema acima indicado, pois o quantitativo de processos e fotografias analisadas nos deu uma informação segura acerca dos principais assuntos expressos naquelas imagens, que foram apresentados na tese através das categorias fotográficas formuladas metodologicamente para a análise dos conjuntos de imagens.

Acreditamos, contudo, que estudos que possam ser realizados posteriormente, em condições de acesso às fontes superiores aos que encontramos, poderão fornecer o número completo das fotografias anexadas aos processos, produzindo um quadro mais amplo sobre as fontes em questão, além de uma quantificação definitiva sobre os temas retratados, caso se opte pela manutenção das categorias que formulamos.

Entendemos ainda que a tese em seus capítulos finais tenha apresentado um debate sobre a articulação do poder judiciário com a imprensa, no que concerne ao agenciamento, produção e circulação da fotografia judiciária, que poderá ser retomado em novos estudos tanto no campo da História, como na Comunicação Social e áreas afins.

REFERÊNCIAS

ABOUT, Ilsen; BROWN, James & LONERGAN, Gayle (Ed.). *Identification and Registration Practices in Transnational Perspective People, Papers and Practices*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2013.

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? :a imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

ARREGUY, Marília Etienne. A leitura das emoções e o comportamento violento mapeado no cérebro. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [4]: 1267-1292, 2010.

Arquivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Volume 3. Natal: Imprensa Oficial, 1938.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.

BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. 2009.226 f. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978.

BARTHES, Roland. *Lo obvio y lo obtuso. Imágenes, gestos, voces*. Barcelona: Editora Paidós, 1986.

_____. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Elementos de semiologia*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa- Ômega, 1975. Volume 2.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, Aristélio Travassos de. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1967.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (1900- 2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

_____. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BASTOS, Maria Teresa Ferreira. Imagens secretas: fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. N.º4, 2010, p. 31-49.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BAZIN, André. *O cinema: Ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BELTING, Hans. *Antropologia de la imagem*. Buenos Aires: Katz, 2007.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Pequena História da Fotografia*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGER, John. *Para Entender uma Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Ways of seeing*. Penguin Group, 1972.

BERNARDES, Wilson Roberto Milani. *As gráficas clandestinas do PCB: anticomunismo e ação repressiva do Estado*. 2020. 275 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BERTILLON, Alphonse. *La photographie judiciaire, avec un appendice sur la classification etl' identification anthropométriques*. [S.l.: s.n.]:1890. Não paginado.

_____. *La photographie judiciaire, vecn appendice sur la classificationetl' identification anthropométriques*. [S.l.: s.n.]:1890. Não paginado.

BLANCKAERT, Claude. Lógicas da antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 145-156. 2001.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografia*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.

BRETON, David Le. *Rostos: Ensaio de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

_____. *Sinais de identidade: Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótis, 2004.

_____. *A sociologia do corpo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRYSON, Norman; HOLLY, Michael Ann & Keith MOXEY. *Visual Culture: Images and interpretations*. [S.l.]: University Press of New England, Hanover, 1994.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP digital, 2016.

CADIOU, François et al. *Como se faz a História: Historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

CAMARGO, Aspásia et. al. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

CAMARGO, Fabíola da Silva. *Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais rurais entre 1945 e 1964*. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANALE, Danilo et all. *Novembro de 1935: Meio Século depois*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editoras Vozes LTDA, 1985.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, 2005

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945)*. 1991. 468 f. 2.v. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion Iconografia e História. Resgate. *Revista Interdisciplinar de Cultura*, 1(1), 9-18, 2010.

_____. & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. *Domínios da História: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro Mauad, 2014.

_____. Os arquivos da Polícia política brasileira: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. *PROIN - Publicação do Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo*, 2005. p.2. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CARONE, Edgard. *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982. vol. I.

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Difel, 1977.

CARRARA, Sergio. A sciencia e doutrina da identificação no Brasil ou do controle do eu no templo da técnica. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, nº 50, 10 de dezembro de 1984.

CARVALHO, José Murilo de. As forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978 . t. III, vol. 2.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CASTRO, Ricardo. *Contra Guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1999, 240 p.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa, Difusão Editora, 1988.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain (Eds.) *Diccionario de los símbolos*. [S.l.]: Editor digital: Titivillus, 2018.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1009-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CLARK, Graham. *The photograph*. Nova York: Oxford University Press, 1997.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio. O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança*. Rio de Janeiro: Oficial do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COLE, Simon A. *Suspect identities: a history of criminal identification and fingerprinting*. [S.l.]: Harvard University Press, 2002.

Coleção Tribunal de Segurança Nacional. Brasília: Superior Tribunal Militar, 2017.

COSENZA, Apoena Canuto. *Um Partido, Duas Tácticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

COURTINE, Jean- Jacques & HAROCHE, Claudine. *História do rosto: Expressar e calar emoções*. Petrópolis: Vozes, 2006.

COURTOIS, Stéphane et all. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer, on vision and modernity in the nineteenth century*. [S.l.]: Massachusetts Institute of Technology, 1990.

CRIMP, Douglas. Estudos culturais, cultura visual. *Revista USP*, São Paulo, nº 40, p. 78-85, dezembro/fevereiro 1998-99.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”*: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DE CARVALHO, General Fernandino. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUBOIS, Philippe D. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas*. Biografia política. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

_____. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil, 1935 – 1945: repressão em meio ao Cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. 2ª ed. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.

ECO, Umberto. *História de feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELKINS, James. *Visual Studies: A Skeptical Introduction*. New York and London: Routledge, 2003.

ETCHEVERRY, Carolina; MONTEIRO, Charles (Org.) et al. *Fotografia, História e Cultura Visual: Pesquisas Recentes*. Rio Grande do Sul, EDIPUCRS, 2012.

FABRIS, Annateresa. Entre arte e recreação: sobre alguns tipos de montagens fotográficas. *Lumen et Virtus, Revista Interdisciplinar de cultura e imagem*, v.X, n. 2, dez. 2019.

_____. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Usos e funções da fotografia no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1993.

FABRIS, Annateresa. Discutindo a imagem fotográfica. *Domínios da imagem*, Londrina, V. I, N. 1, p. 31-41, nov. 2007. p. 36.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

_____. *A Revolução de 1930: História e historiografia*. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERRARI, Mercedes García & GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: História transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online]. 2016, vol.23, suppl.1, pp.171-194.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FILHO, Evaristo de Moraes. A proto-história do Marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de & FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). *História do Marxismo no Brasil: O impacto das revoluções*, volume 1. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Miguel. *Fotografia getuliana: a imagética germânica na construção do olhar fotográfico nos tempos do Estado novo*. Curitiba: Kottter Editorial, 2016.

FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social*. Barcelona: Editorial Gustavo Gill, 1983.

GALEANO, Diego. Identidade cifrada no corpo: o bertillonage e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 721-742, set.-dez. 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GIOVANELLI, Alexandre. Ascensão e Consolidação da Polícia Científica nas Primeiras Décadas do Período Republicano: São Paulo e Rio de Janeiro (DF) em Perspectiva Comparada. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics* 10(3):324-349 (2021).

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. (Org.) et al. *O Brasil republicano, volume 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. (Org.). *Regionalismo e Centralização política: Partidos e a Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GRIZA, Aida. *Polícia, técnica e ciência: O processo de incorporação dos saberes técnico-científicos na legitimação do ofício policial*. 1999. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GOPPO, Célia Maria. *Ordem no céu, ordem na terra: A revista “A Ordem” e o ideário anticomunista das elites católicas (1930- 1937)*. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

GOULART, Laryssa de Souza. *Astrojildo Pereira e a formação do Partido Comunista Brasileiro*. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUARESHI, Pedrinho & JOCELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. IN: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

GURAN, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1990.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, Ed. PUC- RIOApicuri, 2016.

HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUBERMAN, Georges Didi. *Diante do Tempo: História da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

HUBERMAN, Georges Didi. *O que vemos, o que nos olha*. 2a Edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.

IPANEMA, Rogéria de. Artes e imagens nos estudos visuais: quando o problema faz o campo. *Anais do XXXIX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: inquietações e estratégias da História da Arte* (29 out.-02 nov. 2019), Pelotas-RS, UPEL/CBHA.

JÄGER, Jens. Photography : a means of surveillance ? Judicial photography, 1850 to 1900. *Crime, Histoire & Sociétés*, v. 5, n.1, 2001.

JENKS, Chris. *Visual Culture*. London and New York: Routledge, 2003.

JOLLY, Martine. *Introdução à análise de imagens*. Campinas: Editora Papirus, 1996.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. A virada e a imagem: história teórica do Pictorial. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-51. e08.

JUNIOR, Luiz Otavio Monteiro. Contra a foice e o martelo: a invenção do anticomunismo no Exército Brasileiro. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, Dez. 2016.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KALUSZYNSKI, Martine. Alphonse Bertillon et l' anthropométrie judiciaire. L' identification au cœur de l' ordrepública in .*Criminocorpus*, 2014.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *Artcultura – Revista do Instituto de História da UFU*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006.

KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros e Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. *Fotografia e História: as tramas da representação fotográfica*. *Projeto História*, São Paulo, v. 70, pp. 9-35, Jan.-Abr., 2021.

KOUTSOUKOS, Sofia Machado. Na "galeria dos condenados", o aprendizado de um photographo. *Revista STUDIUM*. nº15 versão 2004 ISSN 1519-4388. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/04.html>>. Acesso em: 2 out.2021.

LANZA, André Luiz & LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam/USP* 14, p. 90-107, 2015 .

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

LINS E SILVA, Evandro. *O Salão dos Passos Perdidos*. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: The Macmillan Company, 1942.

LUXMOORE, Jonathan & BABIUCH, Jolanta. The Catholic Church and Communism, 1789-1989. *Religion, State & Society*, Vol. 27, Nos 3/4, 1999.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MADUREIRA, Nuno Luís. A estatística do corpo: Antropologia física e antropometria na alvorada do século XX. *Etnográfica*, Vol. VII (2), 2003, pp. 283-303.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o Catolicismo no Brasil. In: _____. et al (Org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARIZ, Dinarte. *A vida de um revolucionário*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MARQUES, Rapahel Peixoto de Paula. *Repressão política e usos da Constituição no Governo Vargas (1935-1937): A segurança nacional e o combate ao comunismo*. 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2012.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 340 f. 1990. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

_____. Como nascem as imagens? Um estudo de História visual. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Editora UFPR.

_____. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

_____. Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. *História*, São Paulo, v.24, N.2, P.41-78, 2005.

_____. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan. - jun. 2005.

_____. *Imagens de passagem: fotografias e ritos da vida católica da elite brasileira. Cadernos de Antropologia e Imagem*. UERJ: Núcleo de Antropologia e Imagem, 1995.

_____. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 2013.

MEDEIROS, Margarida & CASTRO, Teresa. O Que é a Cultura Visual? *Revista Comunicação e Linguagem*. Lisboa, n.47, 2017.

MEDEIROS, Wendel. *Laboratório de fotografia*. UAB/UECE. Ceará: 2019.

MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.22, 1998.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital da Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual, Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol 23, nº 45, 2003.

MIRZOEFF, Nicholas. *An Introduction to Visual Culture*. London: Routledge, 1999.

MITCHELL, W.J.T. *Landscape and power*. [S.l.]: The University of Chicago Press, 2002.

_____. O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, Emmanuel (Org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. *Teoria de la imagen*. Madrid: Akai, 2009.

MONTEIRO, Charles. Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual. São Paulo, *Unesp*, v. 9, n. 2, p. 3-16, julho-dezembro, 2013 .

MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados*. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MOORE JR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES, Dênis & VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 1982.

MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1985.

MORAES, João Quartim de & Filho, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Volume 1: o impacto das revoluções. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. & ROIO, Marco Del (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Volume 4: visões do Brasil. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

MOREIRA, R.N.P. Antônio Maciel Bonfim ou “o célebre Miranda”: entre a história e a memória. In: SENA JÚNIOR, C.Z., (Ed). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 77-93.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*. Conferência apresentada no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Jan.2006, pp. 52-69.

_____. O PCB e a moral comunista. *LOCUS, revista de História*, Juiz de Fora, volume 3.

_____. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 17-27, 2010.

_____. A “Intentona Comunista” ou a construção da legenda negra. *Revista Tempo*, nº 13, pp. 189-207.

NASSER, David. *Falta Alguém em Nuremberg*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro - 4ª edição, 1966.

NETO, Lira. Getúlio (1934-1945). *Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

- NUNES, Diego. Legislação penal e repressão política no estado novo uma análise a partir de julgamentos do tribunal de segurança nacional (1936-1945). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 126-143, jul./dez. 2017.
- NEVES, David Rodrigues Silva. *O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros. Memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumara; Fundação Roberto Marinho, 1995.
- _____. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004. p. 175-182.
- PARENTI, Michael. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- PEDROSA, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.
- PEGORARO, Éverly. Estudos Visuais: principais autores e questionamentos de um campo emergente. *Domínios da imagem*, Londrina, ano IV, n. 8, maio 2011.
- PEIRCE, Charles Sander. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1979.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “Guardai-vos dos falsos profetas”: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). 2010. 155. f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.
- _____. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.
- PERROT, Michelle. *The Beedroom: An intimate History*. [S. l.]: Yale University Press, 2018.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

POLETTI, Ronaldo. *Coleção Constituições brasileiras*; v. 3. 3. ed. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POZZEBON, B.R.S, et. al. Fotografia Forense - Aspectos históricos -Urgência de um novo foco no Brasil. *Rev. Bras. Crimin*, v. 6, n. 1, p. 14-51, 2017

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. *Luiz Carlos Prestes: Um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

_____. (Org.). *Luiz Carlos Prestes: textos resgatados do esquecimento*. Marília: Lutas anticapital, 2019.

_____. *Luiz Carlos Prestes e a ANL: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo, Brasiliense, 2008.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, 2006.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Cia das Letras. 2014.

REZENDE, Bruno Lisita. *A apropriação da imagem fotográfica no discurso jornalístico: o real e sua representação*. Universidade de Coimbra, 2016.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: A polícia política no pós II Guerra Mundial*. 2000. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. et. al. A reconstituição do acervo. p. 24 . In: *DOPS. A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, pp. 32-41

Relatório “O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro” – Disponível em: <https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/relat%C3%B3rio_sobre_reconhecimento_fotogr%C3%A1fico_nos_processos_criminais_05.05.22.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

ROMANI, Carlo. Italianos, antifacistas e perseguição política na Era Vargas(1930-1937). In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2014.

ROSE, R. S. *O homem mais perigoso de todos: biografia de Filinto Müller*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciais em Portugal 1869-1895*. 2015. 354 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura). Universidade Católica Portuguesa, 2015.

_____. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, recepção e autonomia retórica. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012, pp. 125-158.

SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. Anarquistas e sindicalistas revolucionários na luta antifascista. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro Mauad, 2014.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Câmara Brasileira dos livros, 2005.

_____ & NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

SANTOS, Kleber Oliveira dos. *A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte*. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. In: *Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro, V. 04.02: 391 – 431, outubro, 2014.

SCORSATO, Helen. O uso da fotografia em processos de identificação e o método Bertillon – século XIX. *Estudios Historicos*, Ano IV, Dezembro, 2012 - Nº 9.

SEKULA, Allan. *Photography against the grain*. [S.l.]: Nova Scotia College of Art and Design, 1984.

_____. *The Body and the Archive*. [S.l.]: MIT Press, 1986.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos. O que estudam os estudos de cultura visual? *Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais*. Santa Maria, v.7, n.2, maio/ago 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. Volume3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIGAUD, D. Geraldo de Proença. *Catecismo anticomunista*. 2. ed. Editora Vera Cruz, São Paulo, 1963.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Hélio.1935: *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *História militar do Brasil*.2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SOLINAS, Stéphanie. Comment la photographie a inventé l'identité. Des pouvoirs du portrait. *Criminocorpus*, 2011.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001.

TAGG, John. *The Burden of Representation: Essays on Pkotografkies and Histories*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 1988.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da ordem: A cultura política anticomunista nas forças armadas: 1935-1985. *Mediações*, Londrina, v.19, n.1, p.151-169, Jan./Jun.2014.

THIESEN, Icela & PATRASSO, André Luiz de Almeida. Informação, representação e produção de saberes sobre o crime: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903 -1907). *Inf. & Soc.* João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 83- 92, 2012.

USTRA, Carlos Alberto Brillante. *A verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 3ª edição. Brasília: Editora Ser, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. v.2.

_____. et al. *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2014.

_____. Contra o liberalismo e o comunismo: uma democracia autoritária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p.469-488, set./dez. 2020.

VICENTE, Tânia Aparecida de Souza. Metodologia da análise de imagens. *Revista Contracampo*. Rio de Janeiro, 2000.

WAACK, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou: A história secreta da Revolução Brasileira de 1935*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

WILDE, Oscar. *O Retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Abril Coleções, 2012.

XAVIER, Marília. Da polícia política. In: *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996, pp. 32-41.

ZAIDAN FILHO, Michel. Contribuição à história do Partido Comunista Brasileiro (1922-1930). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco, n. 10, p. 221-230, 1987.

_____. O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928 – 1928)”, In: FILHO, Daniel Arão Reis (Org.). *O Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ZARZUELA, José. Lopes. A importância da fotografia judiciária na perícia. *Revista da Faculdade de Direito*, n. 87, p. 253-261, 1992.

DOCUMENTÁRIOS:

O velho. Direção: Toni Venturi. Produtores: Renato Bulcão & Toni Venturi. Brasil, 1997 <Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1u02uqMK6Ek>>. Acesso em: 22 set. 2021.

Sobral Pinto O homem que não tinha preço. Direção: Paula Fiuza . Produtores: Augusto Cazé; João Batista Menescal Fiúza & Paula Fiuza . Brasil, 2012. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=RLVBC8_Fd6g&t=5s>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FONTES PESQUISADAS

Arquivo Nacional

Apelações:

BR RJANRIOC80 APL0026, BR RJANRIOC80 APL0035, BR RJANRIOC80 APL0040, BR RJANRIOC80 APL0050, BR RJANRIOC80 APL0067, BR RJANRIOC80 APL0074, BR RJANRIOC80 APL0075, BR RJANRIOC80 APL0076, BR RJANRIOC80 APL0085, BR RJANRIOC80 APL0093, BR RJANRIOC80 APL0151, BR RJANRIOC80 APL0156, BR RJANRIOC80 APL0171, BR RJANRIOC80 APL0189, BR RJANRIOC80 APL0197, BR RJANRIOC80 APL0204, BR RJANRIOC80 APL0212, BR RJANRIOC80 APL0214, BR RJANRIOC80 APL0215, BR RJANRIOC80 APL0237, BR RJANRIOC80 APL0249, BR RJANRIOC80 APL0254, BR RJANRIOC80 APL0263, BR RJANRIOC80 APL0275, BR RJANRIOC80APL0283, BR RJANRIOC80 APL0285, BR RJANRIOC80 APL0287, BR RJANRIOC80 APL0296, BR RJANRIOC80 APL0299, BR RJANRIOC80 APL0304, BR RJANRIOC80 APL0306, BR RJANRIOC80 APL0313, BR RJANRIOC80 APL00315, BR RJANRIOC80 APL0316, BR RJANRIOC80 APL0324, BR RJANRIOC80 APL0334, BR RJANRIOC80 APL0335, BR RJANRIOC80 APL0339, BR RJANRIOC80 APL0341, BR RJANRIOC80 APL0342, BR RJANRIOC80 APL0345, BR RJANRIOC80 APL0353, BR RJANRIOC80 APL0367, BR RJANRIOC80 APL0370, BR RJANRIOC80 APL0374, BR RJANRIOC80 APL0383, BR RJANRIOC80 APL0384, BR RJANRIOC80 APL0385, BR RJANRIOC80 APL0386, BR RJANRIOC80 APL0387, BR RJANRIOC80 APL0388, BR RJANRIOC80 APL0390, BR RJANRIOC80 APL0394, BR RJANRIOC80 APL0412, BR RJANRIOC80 APL0421, BR RJANRIOC80 APL0422, BR RJANRIOC80 APL0425, BR RJANRIOC80 APL0430, BR RJANRIOC80 APL0433, BR RJANRIOC80 APL0441, BR RJANRIOC80 APL0457, BR RJANRIOC80 APL0465, BR RJANRIOC80 APL0467, BR RJANRIOC80 APL0472, BR RJANRIOC80 APL0495, BR RJANRIOC80 APL0511, BR RJANRIOC80 APL0512, BR RJANRIOC80 APL0544, BR RJANRIOC80 APL0591, BR RJANRIOC80 APL0636, BR RJANRIOC80 APL0643, BR RJANRIOC80 APL0691, BR RJANRIOC80 APL0705, BR RJANRIOC80 APL0819, BR RJANRIOC80 APL0827, BR RJANRIOC80 APL0994, BR RJANRIOC80 APL1233, BR RJANRIOC80 APL1266, BR RJANRIOC80 APL1298, BR RJANRIOC80 APL1332, BR RJANRIOC80 APL1362, BR RJANRIOC80 APL1364, BR RJANRIOC80 APL1381, BR RJANRIOC80 APL1388, BR RJANRIOC80 APL1572, BR RJANRIOC80 APL1575, BR RJANRIOC80 APL1620, BR RJANRIOC80 APL1750, BR RJANRIOC80 APL1816.

Processo crime:

BRRJANRIOC8 PCR2615

Superior Tribunal Militar

-Inquérito do levante de 27 de novembro de 1935

- Apelações 185/1937, 4.899/1937, 5.054/1937, 5.152/1938, 5.203/1944, 5.323/1938, 127/1941
- Ação Penal: Processo 3/1936
- Revisão criminal: 127/1941

PERIÓDICOS

Jornal o Correio da Manhã. Dia 26/11/1935. p. 1. Fonte:
<http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12585.pdf >. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal o Correio da Manhã. Dia 28/11/1935 . p 4. Fonte:
<http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12586.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal Correio da Manhã do dia 05/12/1935. Fonte:
<http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12592.pdf; >. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal Correio da Manhã do dia 03/12/1935. Fonte:
<http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1935_12590.pdf ;>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal o Correio da Manhã do dia 6/3/ 1936 p. 1/. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=32572<<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogb#inbox>>. Acesso em: 23 mai. 2022

Jornal O Globo do dia 30/11/1935. Fonte: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019351130>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal Correio da Manhã do dia 18 de abril de 1940. Fonte:
<http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1940_13942.pdf >. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal O Globo do dia 17 de abril de 1940. Fonte: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019400417C&edicao=Vespertina>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Jornal O Globo do dia 28 de novembro de 1935. Fonte:
<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019351128>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

LEGISLAÇÃO PESQUISADA

Encíclica Qui Pluribus Del Sommo Pontefice Pio IX. Disponível em:
<<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>> . Acesso em: 10 jun. 2021.

Carta encíclica Rerum Novarum. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Encíclica Divini Redemptoris. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Encíclica Quod Apostolici Muneris do Papa Leão XIII sobre o socialismo. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Decreto nº 4.764, de 5 de fevereiro de 1903. *Dá novo regulamento á Secretaria da Policia do Distrito Federal*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4764-5-fevereiro-1903-506801-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Decreto nº 1.631, de 3 de janeiro de 1907. *Autoriza o Presidente da Republica a reformar o serviço policial do Distrito Federal*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1631-3-janeiro-1907-582168-publicacaooriginal-104917-pl.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Decreto n.3.706, de 29 de abril de 1924. *Dá regulamento á lei n. 1761, de 21 de dezembro de 1920 que reorganiza a Penitenciaria, e, em parte, á lei nº 1.406, de 26 de dezembro de 1913, que estabeleceu o regime penitenciário no Estado de São Paulo*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1924/decreto-3706-29.04.1924.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924. *Reorganiza a Policia do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2034-30.12.1924>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1932. *Aprova a Consolidação das Leis Penais, da autoria do Sr. Desembargador Vicente Piragibe*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d22213.htm>. Acesso em: 15 mar. 2022

Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933. *Reajusta o serviço policial do Distrito Federal e dá outras providencias*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22332-10-janeiro-1933-501608-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 21 mar. 2020.

Decreto nº 24.531, de 2 de julho de 1934. *Aprova novo regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24531.htm>. Acesso em: 24 ju. 2020.

Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. *Define crimes contra a ordem política e social*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>> Acesso em: 28 mai. 2022.

Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935. *Modifica vários dispositivos da Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935 e define novos crimes contra a ordem político social*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-136-14-dezembro-1935-398009-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Decreto nº 558, de 31 de dezembro de 1935. *Determina a perda de patente e posto de oficiais que participaram de movimento subversivo das instituições políticas e sociais*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-558-31-dezembro-1935-532082-publicacaooriginal-75748-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936. *Institui, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionará no Distrito Federal sempre que for decretado o estado de guerra e dá outras providências*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-244-11-setembro-1936-503407-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Decreto-Lei nº 88, de 20 de dezembro de 1937. *Modifica a Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936, que institui o Tribunal de Segurança Nacional, e dá outras providências*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-88-20-dezembro-1937-350832-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Decreto-lei 431/38 | Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938. *Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social*. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126751/decreto-lei-431-38>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Decreto-lei nº 474, de 8 de junho de 1938. *Dispõe sobre o processo dos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-474-8-junho-1938-350771-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Decreto-lei nº 869, de 18 de novembro de 1938. *Define os crimes contra a economia popular sua guarda e seu emprego*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. *Concede anistia*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de17474.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Lei nº 14 de 17 de novembro de 1945. *Extingue o Tribunal de Segurança Nacional e dispõe sobre a competência para o processo e julgamento de crimes contra existência, a segurança e a integridade do Estado a guarda e o emprego de economia popular*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-14-17-novembro-1945-364998-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.